



Gustavo Rocha de Menezes é carioca, formado em economia pela PUC-RJ e pós-graduado (MSc) em política econômica internacional pela London School of Economics (LSE).

Diplomata de carreira, entre 2000 e 2006, serviu nas Embaixadas do Brasil em Londres, onde atuou no setor multilateral econômico, e em Santiago do Chile, onde foi chefe do setor comercial. Posteriormente, trabalhou na Embaixada em Pequim, num primeiro período, no setor político (2006-2008) e, em seguida, como Chefe de Chancelaria (2008-2011), quando foi comissionado Ministro-Conselheiro.

Desde 2011, é o primeiro chefe da Divisão de China e Mongólia (DCM), criada no contexto de reestruturação da área política de Ásia do Itamaraty.

Potência em ascensão, a China vem implementando uma nova estratégia de relacionamento com a África ao longo dos últimos quinze anos. A partir de uma intensa agenda político-diplomática, o país asiático vem fortalecendo laços com os países africanos, no âmbito bilateral e em esferas multilaterais. Entre os resultados mais concretos desse movimento, estão um expressivo crescimento de investimentos chineses na África e uma rápida expansão comercial entre as partes. Esse novo conjunto de relações vem a reforçar a construção da China como potência global, além de atender seus objetivos econômicos de suprimento de matérias-primas e energia e abertura de mercados para seus produtos. A África, por sua vez, conta com atraente alternativa em termos de parcerias, colocando-se em melhor posição para participar da economia internacional. É nesse quadro de novas interações que se abrem oportunidades e desafios para as relações do Brasil tanto com a China, com a qual mantém parceria estratégica global, quanto com a África, continente com o qual o País busca crescente aproximação.



AS NOVAS RELAÇÕES SINO-AFRICANAS

Desenvolvimento e implicações para o Brasil

Gustavo Rocha de Menezes

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

O Curso de Altos Estudos (CAE) é mantido pelo Instituto Rio Branco como parte integrante do sistema de treinamento e qualificação na Carreira de Diplomata, com o objetivo de atualizar e aprofundar os conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas pelos Ministros de Primeira e Segunda Classes, sendo a posse do diploma requisito indispensável à progressão funcional a Ministro de Segunda Classe. O candidato inscrito no CAE prepara e apresenta tese, a qual é submetida à Banca Examinadora, para arguição oral.

Ao final das arguições, o Diretor-Geral do Instituto Rio Branco publica no Diário Oficial da União e no Boletim de Serviço do Ministério das Relações Exteriores portaria de divulgação dos nomes dos diplomatas aprovados no CAE, destacando os aprovados "com louvor".

A Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) tem prioridade para a publicação das teses recomendadas pela Banca Examinadora do CAE.

A relação dos trabalhos já publicados pela Funag encontra-se no final desta publicação.



AS NOVAS RELAÇÕES SINO-AFRICANAS

Desenvolvimento e implicações
para o Brasil

Gustavo Rocha de Menezes

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



**AS NOVAS RELAÇÕES
SINO-AFRICANAS**
Desenvolvimento e implicações
para o Brasil

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado
Secretário-Geral Embaixador Eduardo dos Santos

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

*Instituto de Pesquisa de
Relações Internacionais*

Diretor Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

*Centro de História e
Documentação Diplomática*

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

*Conselho Editorial da
Fundação Alexandre de Gusmão*

Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Membros Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg
Embaixador Jorio Dauster Magalhães
Embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão
Embaixador José Humberto de Brito Cruz
Ministro Luís Felipe Silvério Fortuna
Professor Clodoaldo Bueno
Professor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
Professor José Flávio Sombra Saraiva

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Gustavo Rocha de Menezes

**AS NOVAS RELAÇÕES
SINO-AFRICANAS**
Desenvolvimento e implicações
para o Brasil



Brasília, 2013

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Eliane Miranda Paiva
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Guilherme Lucas Rodrigues Monteiro
Jessé Nóbrega Cardoso
Vanusa dos Santos Silva

Projeto Gráfico e Capa:

Yanderson Rodrigues

Programação Visual e Diagramação:

Gráfica e Editora Ideal

Impresso no Brasil 2013

M543

Menezes, Gustavo Rocha de.

As novas relações sino-africanas : desenvolvimento e implicações para o Brasil / Gustavo Rocha de Menezes. – Brasília : FUNAG, 2013.

353 p. : il. - (Coleção CAE)

ISBN: 978-85-7631-475-2

1. Relações exteriores - África - China. 2. Política externa - África. 3. Política externa - China. I. Título. II. Série.

CDD 327.60

Bibliotecária responsável: Ledir dos Santos Pereira, CRB-1/776

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

Para Bárbara.



China is the largest developing country in the world and Africa is the continent with the largest number of developing countries. At the turn of the millennium and the century, China and Africa are faced with both historical opportunities for greater development and unprecedented challenges.

Jiang Zemin, Presidente da República Popular da China¹

The twenty-first century is the century for China to lead the world. And when you are leading the world, we want to be close behind you. When you are going to the moon, we don't want to be left behind.

Olusegun Obasanjo, Presidente da Nigéria²

We are returning to the days when our greatest friends were the Chinese. We look again to the East, where the sun rises, and no longer to the West, where it sets.

Robert Mugabe, Presidente do Zimbábue³

Les Chinois nous offrent du concret et l'Occident, des valeurs intangibles. Mais ça sert à quoi la transparence, la gouvernance, si les gens n'ont pas d'électricité, pas de travail? La démocratie, ça ne se mange pas.

Serge Mombouli, Conselheiro da Presidência da República do Congo⁴

-
- 1 Discurso do Presidente da República Popular da China na abertura da I Conferência Ministerial do FOAC. Pequim, 10 de outubro de 2000.
 - 2 Discurso de boas-vindas do Presidente da Nigéria ao Presidente da República Popular da China. Lagos, abril de 2006.
 - 3 GRUNDY, Trevor. Chinese Technology for Mugabe Spies'. *New Zimbabuen*, 11 mar. 2006. Citado em ALDEN, Chris. *China in Africa*. London: Zed Books, 2007. p. 64.
 - 4 Citado em MICHEL, Serge; BEURET, Michel. *La Chinafrique, Pékin à la conquête du continent noir*. Paris: Bernard Grasset, 2008. p. 9.

The potencial danger [...] was of the emergence of an unequal relationship similar to that which existed in the past between African colonies and the colonial powers. China can not only just come here and dig raw materials then go away and sell us manufactured goods.

Thabo Mbeki, Presidente da República da África do Sul⁵

We Europeans should not leave the commitment to Africa to the People's Republic of China [...] We must take a stand in Africa.

Angela Merkel, Chanceler da Alemanha⁶

Agora a China descobriu a África, e todos nós sabemos que os nossos companheiros chineses precisam de muita matéria-prima, precisam de muito alimento, precisam de muito minério de ferro, e todos nós sabemos onde é que tem essa riqueza mineral. Nós sabemos o potencial da Argentina, sabemos o potencial da Bolívia, sabemos o potencial da Venezuela, do Brasil, da Nigéria. Todos nós temos alguma coisa importante a oferecer para o outro país.

Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República do Brasil⁷

5 Citado em TAYLOR, Ian. *China's New Role in Africa*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2009. p. 2.

6 Citado em CAMPBELL, Horace. China in Africa: Challenging US Global Hegemony. In MANJI, Firoze; MARKS, Stephen. (Ed.). *African perspectives on China in Africa*. Cidade do Cabo: Fahamu e Pambazuka, 2007.

7 Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na reunião de instalação da Secretaria da Cúpula América do Sul-África, Caracas, 6 de agosto de 2010.

Apresentação

As Novas Relações Sino-Africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil foi apresentado em sua versão original no âmbito do LVII Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, em janeiro de 2012.

Ao deter crescente parcela de poder, vinculado a longo e gradativo processo de abertura ao exterior, a China vem merecendo estudos profundos voltados para sua ação regional e global. A África é, por sua vez, cenário da reinserção chinesa no mundo contemporâneo, e esse movimento vem chamando a atenção da diplomacia brasileira, bem como a de muitos países em diferentes continentes.

Ainda recém-chegado a Pequim, em novembro de 2006, uma de minhas primeiras atividades no setor político da Embaixada foi participar de almoço de trabalho de grupo informal de diplomatas de algumas missões – chamados “externalistas” – na semana seguinte à realização da Cúpula de Chefes de Estado e Governo do Foro de Cooperação China-África (FOCAC). Inevitavelmente, aquele encontro entre representantes de embaixadas foi dominado pelo tema das relações entre a República Popular da China (RPC) e o continente africano. A Cúpula fora planejada, certamente, para também projetar

internacionalmente as novas relações de Pequim com o continente africano. De fato, a partir daquele momento, o tema ganharia cada vez mais a atenção de jornalistas, acadêmicos, empresários, diplomatas e, mesmo, do grande público, que desenvolveriam diferentes visões e interpretações sobre o fenômeno.

Um ano depois da Cúpula de Pequim do FOCAC, o lançamento de *China in Africa*, do Professor Chris Alden, da *London School of Economics* (LSE), um dos primeiros estudos publicados sobre o tema, oferecia análise abrangente e clara sobre o assunto. O livro de Alden, de quem fora aluno no Departamento de Relações Internacionais da LSE, renovar-me-ia o interesse sobre a China na África. Àquela altura, a política chinesa para a África também já se consolidava como tema regular de acompanhamento e análise da Embaixada em Pequim e de muitos postos do serviço exterior brasileiro na África.

A China na África constitui, sem dúvida, um assunto em evolução permanente, com desdobramentos cada vez mais complexos nos campos político, econômico, militar, cultural, entre outros. Segue a tendência de merecer cada vez mais o foco de estudos específicos, centrados em aspectos particulares dessa relação que se coloca, ao que tudo indica, como de longo prazo, dados os interesses que move tanto pelo lado chinês quanto pelo africano, com repercussões, em diferentes medidas, sobre terceiras partes. Nesse sentido, o trabalho teve como propósito colaborar para a análise diplomática do processo de ampliação da presença chinesa na África, descrevendo a atual política externa da China para o continente africano em seu conjunto, identificando suas motivações e instrumentos e apontando os resultados alcançados até 2010, definido como limite temporal do estudo. Buscou-se identificar avaliações sobre esse processo por parte dos países africanos, bem como seus interesses na parceria. À luz da política externa do Governo Lula, de aproximação com a África, o trabalho se propôs, ainda, a examinar potenciais desafios e oportunidades para as relações entre o Brasil e aquele continente decorrentes da nova parceria sino-africana,

bem como potencial cooperação conjunta no continente entre Brasil e China, países que sustentam hoje uma “parceria estratégica global”.

Na elaboração do trabalho, em diferentes etapas, pude contar com a colaboração de amigos e colegas, a quem expressei muito sinceramente meus agradecimentos. De maneira muito especial, agradeço o inestimável apoio, conselhos e orientações de meus Chefes na Embaixada em Pequim: Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, de cuja equipe participei novamente em Pequim, permitindo-me abrir nova e enriquecedora fase profissional; e Embaixador Clodoaldo Hugueney Filho, que me concedeu a valiosa oportunidade de renovar minha colaboração aos trabalhos da Embaixada como Ministro-Conselheiro comissionado e Chefe de Chancelaria.

Quero registrar, ainda, meus agradecimentos aos colegas na Embaixada em Pequim que me incentivaram a escrever sobre o tema e com quem compartilhei visões, análises e informações: Carlos Alberto den Hartog, Marcia Donner Abreu, Oswaldo Biato Júnior, Daniella Ortega de Paiva Menezes, Luciana Mancini, Carolina de Cresce El Debs, Henri Yves Pinal Carrières, André Saboya Martins e Giorgio Sinedino.

Especial agradecimento também dirijo aos entrevistados, colegas diplomatas nas Embaixadas em Pequim da África do Sul, de Angola, do Cabo Verde, do Egito, da Guiné-Bissau, de Moçambique e do Togo; na Chancelaria chinesa e no Ministério do Comércio da RPC; e, em particular, aos Embaixadores Maria Edileuza Fontenele Reis e Norton Rapesta, e aos Ministros Nedilson Ricardo Jorge e Marco Farani; e a Ivan Ramalho – a partir de seus diferentes pontos de observação e com espírito crítico, ajudaram-me a melhor compreender aspectos do tema do estudo.

No trabalho de coleta e organização de dados, sou grato pela colaboração dedicada que recebi de Jimmy Liu, Chen Lou, Cristina Wang, André Sun e Camila Bezerra Gomes da Silva.

De forma muito especial, também agradeço a Bárbara Bontempo Freitas de Menezes, pelos trabalhos de revisão e pelo fundamental

apoio ao longo da elaboração do estudo, bem como a Claudio Bernardo Pedrosa de Freitas, pela leitura crítica em várias etapas do trabalho escrito.

Faço registro do apoio recebido do Embaixador Francisco Mauro Brasil de Holanda, durante etapa final da pesquisa. Desejo também estender meus agradecimentos ao presidente e membros da banca examinadora do Curso de Altos Estudos, em particular, os relatores diplomático e acadêmico. Aos Embaixadores Luiz Augusto de Castro Neves e Ana Cândida Perez e ao Professor José Sombra Saraiva, sou grato, ainda, pelo estímulo adicional para publicação e divulgação do trabalho. Formulo, ainda, meus agradecimentos à Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), na pessoa de seu Presidente, Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, pelo interesse e esforços para concretizar a publicação da dissertação.

Brasília, setembro de 2013.

Sumário

Lista de quadros	17
Lista de gráficos.....	19
Lista de tabelas.....	21
Lista de abreviaturas e siglas.....	23
Introdução	29
1. A política externa para a África no contexto geral da política externa chinesa	39
1.1. Fundamentos da política externa chinesa – independência e paz	40
1.2. O “desenvolvimento pacífico” e a “sociedade harmoniosa”	44
1.3. Objetivos, estratégias e prioridades da política externa chinesa	53
1.4. As relações sino-africanas no contexto da política externa chinesa	61
2. O desenvolvimento da política externa chinesa para a África (de 1990 a 2010)	67
2.1. Antecedentes da política externa chinesa para a África (1950-1990)	68
2.2. A intensificação de visitas de alto nível e a construção de parcerias	79

2.3. Institucionalização das relações sino-africanas: o FOCAC (2000-2010)	85
2.4. FOCAC: avaliações e críticas	101
3. Os principais resultados da política externa chinesa para a África	111
3.1. Intercâmbio comercial e investimentos	112
3.2. A ajuda ao desenvolvimento chinesa aos países africanos.....	129
3.3. As relações militares.....	140
3.4. Os movimentos migratórios entre a China e a África.....	146
3.5. As relações culturais e educacionais e o <i>soft power</i> chinês.....	149
4. As principais visões sobre as relações sino-africanas.....	157
4.1. As relações sino-africanas da perspectiva dos países africanos.....	158
4.2. As visões externas sobre as relações sino-africanas.....	174
4.3. A resposta da China às críticas à sua atuação na África	192
5. A China na África como uma política de longo prazo e seus efeitos	205
5.1. A sustentabilidade da política chinesa para a África	206
5.2. A valorização política e econômica do continente africano e as “alterações” no cenário africano.....	211

6. Implicações da parceria sino-africana para o Brasil	221
6.1. A aproximação entre o Brasil e a África no Governo Lula (2003-2010).....	222
6.2. O potencial de competição entre o Brasil e a China na África	229
6.3. O potencial de cooperação entre o Brasil e a China na África	240
6.4. O capital político chinês na África – implicações no plano multilateral	250
Referências	273
Anexos	303
Anexo A – Informações Complementares	303
Anexo B – Dados econômicos comerciais	325



Lista de quadros

Quadro 1 – Cinco Princípios da Coexistência Pacífica (RPC) – 1954	303
Quadro 2 – Cinco Princípios que Governam o Desenvolvimento das Relações [da RPC] com os Países Árabes e Africanos	304
Quadro 3 – Oito Princípios de Assistência Econômica – RPC-África.....	305
Quadro 4 – Quatro Princípios para a Cooperação Econômica e Tecnológica com a África – resumidos	306
Quadro 5 – Países Africanos que mantêm relações com a RPC – 2010	307
Quadro 6 – Países que mantêm relações diplomáticas com a RPC (2010) e mantiveram relações diplomáticas com Taiwan e com a RPC em períodos anteriores.....	308
Quadro 7– Países africanos com relações diplomáticas com Taiwan – 2010	309

Quadro 8 – Principais parcerias estratégicas estabelecidas pela RPC.....	309
Quadro 9 – Principais vistas de Altas Autoridades Chinesas à África – 1991-2010.....	311
Quadro 10 – FOCAC: principais reuniões e documentos – 2000-2010.....	312
Quadro 11 – FOCAC: Cúpula de Pequim – 2006.....	313
Quadro 12 – FOCAC: IV Conferência Ministerial – Sharm El Sheikh – 2009.....	314
Quadro 13 – Órgãos e entidades chineses representados no Comitê de Seguimento do Foro de Cooperação China-África (FOCAC)	315
Quadro 14 – Institutos Confúcio na África – 2010.....	319
Quadro 15 – Cidades (C) e províncias (P) irmãs – China-África	320

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Intercâmbio comercial China-África – 2000-2010	325
Gráfico 2 – Comércio exterior da China por região – 2008	326
Gráfico 3 – Comércio exterior da China por região – 2008	326
Gráfico 4 – Comércio exterior da China por região – 2009	327
Gráfico 5 – Comércio exterior da China por região – 2009	327
Gráfico 6 – Comércio exterior da China por região – 2010	328
Gráfico 7 – Comércio exterior da China por região – 2010	329
Gráfico 8 – Os dez principais parceiros comerciais africanos da China – 2009	330

Gráfico 9 – Os dez principais parceiros comerciais africanos da China – 2010	331
Gráfico 10 – Importação de petróleo por origem – 2008	332
Gráfico 11 – Importação de petróleo da China por origem – 2009	332
Gráfico 12 – Importação de petróleo da China por origem – 2010	333
Gráfico 13 – Os dez países africanos que mais importaram da China – 2009	334
Gráfico 14 – Os dez países africanos que mais importaram da China – 2010	335
Gráfico 15 – Os dez países africanos que mais exportaram para a China – 2009	336
Gráfico 16 – Os dez países africanos que mais exportaram para a China – 2010	337
Gráfico 17 – Os dez países africanos que mais exportaram para a China – 2010	338
Gráfico 18 – Investimentos chineses no exterior IEE – 2008-2010	339
Gráfico 19 – Investimentos chineses na África – Dez principais países receptores – 2010	340

Lista de tabelas

Tabela 1 – Intercâmbio comercial China-África – 2000-2010	325
Tabela 2 – Comércio exterior da China por região – 2008	326
Tabela 3 – Comércio exterior da China por região – 2009	327
Tabela 4 – Comércio exterior da China por região – 2010	328
Tabela 5 – Os dez principais parceiros comerciais africanos da China – 2008.....	329
Tabela 6 – Os dez principais parceiros comerciais africanos da China – 2010.....	330
Tabela 7 – Importação de petróleo por origem – 2008-2010	331
Tabela 8 – Os dez países africanos que mais importaram da China – 2009.....	333

Tabela 9 – Os dez países africanos que mais importaram da China – 2010.....	334
Tabela 10 – Os dez países africanos que mais exportaram para a China – 2009	335
Tabela 11 – Os dez países africanos que mais exportaram para a China – 2010	336
Tabela 12 – Investimento chinês na África – 2003-2010	337
Tabela 13 – Investimentos chineses no exterior IEE – 2008-2010	338
Tabela 14 – Investimentos chineses na África – Dez principais países receptores – 2010.....	339
Tabela 15 – Intercâmbio comercial China-Países membros do Foro de Macau – 2000-2010	341

Lista de abreviaturas e siglas

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ACP	África, Caribe e Pacífico
AfDB	African Development Bank (Banco de Desenvolvimento Africano)
AGOA	African Growth and Opportunity Act (Lei de Crescimento e Oportunidades para a África)
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
APEC	Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico
APRM	African Peer Review Mechanism (Mecanismo Africano de Revisão pelos Pares)
ASA	Cúpula América do Sul-África
ASACOF	Fórum de Cooperação América do Sul-África
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
AVIC	Aviation Industries of China (Indústrias da Aviação da China)

BASIC	Brasil, África do Sul, Índia e China
BM	Banco Mundial
BRICS	Agrupamento Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAITEC	Chinese Academy of International Trade and Economic Cooperation (Academia Chinesa de Comércio Internacional e Cooperação Econômica)
CAAS	Chinese Academy of Agricultural Sciences (Academia Chinesa de Ciências da Agricultura)
CAPQ	Convenção para Proibição de Armas Químicas
CASS	Chinese Academy of Social Sciences (Academia Chinesa de Ciências Sociais)
CBERS	Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (China-Brazil Earth Resources Satellite)
CCTV	Televisão Central da China (China Central Television)
CDB	Banco de Desenvolvimento da China (China Development Bank)
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CICIR	China Institutes of Contemporary International Relations (Instituto Chinês de Relações Internacionais Contemporâneas)

CMEC	China National Machinery and Equipment Export & Import Corporation
CNC	China Network Corporation
CNPC	Corporação Nacional de Petróleo da China
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral
COSATU	Congresso Sul-Africano de Sindicatos
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EXIMBANK	Banco de Exportação e Importação da China
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCAC	Foro de Cooperação China-África
Fundo-CAD	Fundo de Desenvolvimento China-África
G-2	EUA e China
G-4	Grupo dos 4, formado por Alemanha, Brasil, Japão e Índia (reforma do CSNU)
G-8	Grupo das 8 maiores economias, formado por Estados Unidos, Alemanha, Japão, Reino Unido, França, Itália e Canadá (antigo G-7) mais Rússia
G-5	Grupo de países emergentes, África do Sul, Brasil, China, Índia e México

G-20	África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia, União Européia.
IBAS	Foro trilateral Índia, Brasil, África do Sul
IC	Instituto Confúcio
ICBC	Banco da Indústria e Comércio da China
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IDEE	Investimento Direto Estrangeiro no Exterior
KAIPTC	Kofi Annan International Peacekeeping Training Centre (Centro Internacional de Treinamento de Forças de Manutenção de Paz Kofi Annan)
MAP	Millennium Africa Recovery Plan (Parceria do Milênio para o Plano de Recuperação da África)
MOFCOM	Ministério do Comércio da RPC
MRE	Ministério das Relações Exteriores do Brasil
NAI	New African Initiative (Nova Iniciativa para África)
NEPAD	New Partnership for Africa's Development (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África)
NDRC	National Development and Reform Commission (Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da RPC)

NFCA	China Nonferrous Metal Mining Africa (Mina Africana de Metais Não-ferrosos da China)
OCDE	Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento
OCX	Organização para Cooperação de Xangai
ODA	Ajuda oficial ao desenvolvimento (official development assistance)
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da União Africana
PAC	Plano de Ação Conjunta Brasil-China (2009-2014)
PALOPs	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, e São Tomé e Príncipe)
PCCh	Partido Comunista da China
PIB	Produto Interno Bruto
PLA	People's Liberation Army (Exército de Libertação Popular)
PLPs	Países de Língua Portuguesa
RAS	República da África do Sul RDC República Democrática do Congo
RMB	Renminbi (moeda chinesa)
RPC	República Popular da China
SACU	Southern Africa Customs Union (União Aduaneira da África Austral)

SADC	Southern Africa Development Community (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)
TICAD	Tokyo International Conference on African Development (Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano)
TNP	Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares
UA	União Africana
UE	União Européia
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USD	Dólar norte-americano
ZEE	Zona Econômica de Exportação

Introdução

Em 5 de novembro de 2006, o Presidente da República Popular da China (RPC), Hu Jintao, recebeu no Grande Palácio do Povo, em Pequim, 48 delegações de países africanos,⁸ das quais 41 encabeçadas por Chefes de Estado ou de Governo, na Cúpula que seria então qualificada pela imprensa oficial chinesa como o “maior evento diplomático da história das relações entre a República Popular e a África”.⁹ Tratava-se da primeira Reunião de Cúpula do Foro de Cooperação China-África (FOCAC), criado como parte de uma firme e determinada política chinesa de intensificação dos laços com os países africanos, em bases de ganhos mútuos (“win-win”), não interferência em assuntos internos e não imposição de condicionalidades, segundo o discurso oficial do Governo chinês. Os relatos sobre a Cúpula na imprensa internacional salientavam detalhes da recepção oferecida por Pequim a um número recorde de delegações, com esquema especial de trânsito, faixas de boas-vindas e impecável protocolo, entre outras

8 Embora convidados, os países que mantinham relações diplomáticas com Taiwan – Burkina Faso, Gâmbia, Malawi, São Tomé e Príncipe e Suazilândia – não participaram do evento.

9 TIAN, Le; HUANXIN, Zhao. Sino-African summit a historic event, Hu says. *China Daily*, 6 nov. 2006. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2006-11/02/content_722407.htm>. Acesso em: 30 ago. 2010.

manifestações de atenção e zelo próprias da cultura chinesa, causando a impressão de um “ensaio” para os Jogos Olímpicos que ocorreriam cerca de um ano e meio depois.

A Cúpula acontecia, de forma orquestrada, como se pode esperar da prática diplomática chinesa, no “Ano da África”, como decretado pelo Governo chinês para 2006, juntamente com as comemorações do 50º aniversário das relações diplomáticas da RPC com o continente, inauguradas com o estabelecimento de laços oficiais com o Egito de Nasser, e o lançamento pelo Conselho de Estado, em janeiro daquele ano, do primeiro *white paper* dedicado às relações com a África, o qual trazia a público as diretrizes da política externa chinesa para o continente.

Além de lançar “uma parceria de um tipo novo”, a Cúpula teria como resultados compromissos ambiciosos, como uma meta de fluxo comercial entre a RPC e os países africanos de US\$ 100 bilhões para 2010, o lançamento de um fundo de investimentos pelo Governo chinês em apoio a investimentos no continente, com aporte de US\$ 5 bilhões, um programa de cooperação técnica em diversas áreas, o cancelamento de dívidas de países africanos, a duplicação num prazo de três anos da ajuda concedida pelo país asiático à África, entre outras iniciativas, como registrado na Declaração de Pequim e no Plano de Ação (2007-2009), emitidos por ocasião da reunião.

O evento ganhou, naturalmente, grande repercussão não só nos meios de comunicação chineses e africanos, mas na mídia internacional, que se despertava para um fenômeno que passaria a ocupar com certa frequência manchetes dos principais meios internacionais, nem sempre de forma positiva. “A nova partilha da África”, “China neocolonialista” ou “a invasão chinesa da África” e similares são exemplos de algumas manchetes que tentariam vender, de modo sensacionalista – deve-se reconhecer –, a visão de que a China aplicaria na África políticas centradas exclusivamente na exploração de matérias-primas e desenvolveria uma relação desigual com os

países africanos, os quais se tornariam crescentemente dependentes de Pequim. A imagem chinesa na África seria ainda vinculada, por boa parte da mídia internacional, à exploração trabalhista, degradação ambiental e apoio a regimes autoritários e estados “párias”.

A visibilidade que ganhavam as relações sino-africanas por ocasião da Cúpula de Pequim – e que se estenderia também após sua realização – talvez não revelasse claramente que a aproximação entre a China e a África não consistia em um fenômeno que se iniciava naquele momento. O próprio FOCAC, criado seis anos antes, já havia realizado duas conferências ministeriais, reunindo Ministros de Negócios Estrangeiros, de Cooperação e de Comércio. O Foro também se apoiava em uma política mais ampla de fortalecimento de relações entre as partes, a qual contava, desde o final dos anos 1990, com intensa agenda diplomática, marcada por visitas regulares de autoridades chinesas no mais alto nível aos países africanos. O fluxo de comércio entre a China e a África já registrava altas taxas de crescimento desde o princípio da década de 2000, e os investimentos chineses no continente se mostravam expressivos, indicando que a força da relação sino-africana deixara de se apoiar em aspectos ideológicos, como nos 1960 e 1970, para voltar-se com todo vigor para o intercâmbio comercial e realização de investimentos, sobretudo no setor de bens primários, em estreita ligação com a crescente demanda da economia chinesa e seu processo de acelerado crescimento. A prioridade da China à África, embora menor que àquela concedida às grandes potências e aos países do seu entorno regional asiático, inseria-se num conjunto de objetivos e estratégias desenhados para servir ao projeto de desenvolvimento econômico e social do país, que já tinha em curso seu processo de abertura e reforma iniciado por Deng Xiaoping.

A crescente e significativa presença chinesa na África vem proporcionando novas dimensões às relações externas dos países africanos, a partir de uma estratégia política pragmática de Pequim em favor de interesses econômicos, ou, como indica Li Anshan, Professor

da Universidade de Pequim e especialista em relações sino-africanas, de uma “diplomacia a serviço da economia”.¹⁰

Nesse contexto, para o Brasil, que, a partir da política externa do Presidente Lula da Silva, privilegia os laços com o continente africano, empenhado em intensificar a interlocução política, ampliar a cooperação em diversos campos e impulsionar as relações econômico-comerciais com a África, tendo como pano de fundo um passado histórico comum e laços culturais e étnicos marcantes, a presença da China naquela região ganha também especial relevância. Tal relevância se justifica, ainda, pelo lado das relações que o Brasil desenvolve com a China, numa “parceria estratégica” já próxima de completar vinte anos, com enorme potencial de negócios, de cooperação e também de competição.¹¹ A relação com a China, hoje maior parceiro comercial do Brasil, transcende os canais bilaterais e se dá em crescente importância também no plano multilateral, no qual os dois países, como destacados representantes do mundo em desenvolvimento, participam ativamente em foros e agrupamentos, como G-20, BASIC – Brasil, África do Sul, Índia e China –, BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –, em esforços conjuntos de rearranjo da ordem econômica e política internacional. Deve-se, ainda, considerar nesse quadro o chamado “renascimento africano”, vivido, na última década, por considerável número de países africanos que tomam os caminhos de estabilidade política, desenvolvimento socioeconômico e impulso à integração regional. Não menos importante é o fato de que a China, após três décadas de contínuo crescimento a taxas em torno de 10% ao ano, se coloca, hoje, como segunda economia mundial e potência global e, ao mesmo tempo, permanece um país em desenvolvimento,

10 ANSHAN, Li. China's New Policy toward Africa. In: ROTBERG, Robert (Ed.). *China into Africa, Trade, Aid and Influence*. Washington, DC: Brookings Institutions Press, 2008. p. 22.

11 A “parceria estratégica” sino-brasileira foi estabelecida em 1993 e elevada à condição de “parceria estratégica global” em 2012, por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Wen Jiabao. Comunicado Conjunto entre Brasil e China, Rio de Janeiro, 21 de junho de 2012. Nota à Imprensa nº 152, Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-entre-brasil-e-china-2013-rio-de-janeiro-21-de-junho-de-2012>>. Acesso em: 20. ago. 2012.

a despeito de seu Produto Interno Bruto (PIB) já ter ultrapassado o do Japão. Esse conjunto de características associado a um sistema de valores próprios e um sistema político alternativo e em evolução torna único o processo da China em ascensão, determinando também desafios para os países com os quais desenvolve relações.

O presente trabalho apresenta como tema as novas relações sino-africanas, tomando como perspectiva principal a política externa de Pequim para a África,¹² que conduz o processo de ampliação da presença chinesa naquele continente, e suas implicações para a ação diplomática brasileira. O adjetivo “novas” para qualificar aquelas relações se coloca em contraponto ao período anterior do relacionamento entre a RPC e a África (1956-2000), que, como será apresentado nos capítulos 1 e 2, era marcado por contornos ideológicos e determinado por dinâmica distinta daquela que prevalece a partir dos anos 2000, sobretudo após o estabelecimento do FOCAC.

O trabalho buscará analisar, nesse sentido, a atual política externa da China para o continente africano em seu conjunto, identificando suas motivações e instrumentos e apontando os principais resultados alcançados até 2010, no décimo aniversário do FOCAC. Serão igualmente examinadas as visões e interpretações sobre esse processo por parte dos países africanos, bem como seus interesses nessa parceria, as reações de terceiros países com presença tradicional na África e as respostas chinesas a essas visões. O trabalho buscará, ainda, identificar de que forma as relações propostas por Pequim contribuem para uma “valorização” da África e como, ao mesmo tempo, influenciam o “cenário” africano. À luz da política externa do Governo do Presidente Lula de aproximação com a África, o trabalho se propõe

12 África entendida como o conjunto dos países com os quais a RPC mantém relações diplomáticas (dezembro de 2011) naquele continente: África do Sul, Angola, Argélia, Benim, Botsuana, Burundi, Cabo Verde, Cameroun, Chade, Comores, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Malawi, Mali, Marrocos, Maurício, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, República do Congo, República Democrática do Congo, Ruanda, Seicheles, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, e Zimbábue.

identificar potenciais desafios e oportunidades para as relações entre o Brasil e aquele continente decorrentes da nova parceria sino-africana, bem como o potencial de cooperação ou competição entre Brasil e China no continente.

O trabalho não pretende traçar uma comparação entre a política externa chinesa e a brasileira para a África, mas concentrar-se na análise sobre a inserção da China no continente africano e na identificação de suas principais implicações para a ação diplomática brasileira naquele continente, levando em consideração nesse exercício as características próprias das relações entre o Brasil e os países africanos. Não se tenciona realizar um exame pormenorizado do relacionamento bilateral entre a RPC e determinado país ou conjunto de países africanos. Tampouco visa o trabalho a focar individualmente relações entre o Brasil e um país africano em particular, mas, sim, a política externa brasileira para o continente africano como um todo, como forma apenas de introduzir e contextualizar a questão das implicações para o Brasil decorrentes da política chinesa para a África, a ser examinada na parte final do trabalho.

No capítulo 1 – A política externa para África no contexto geral da política externa chinesa –, buscar-se-á apresentar o contexto em que se insere a política chinesa para a África no conjunto mais amplo da política externa da RPC e de seu projeto de desenvolvimento econômico e social. Nessa tarefa, é importante a localização da África em termos das prioridades em relação a outras regiões e grupos de países atribuídas por Pequim. Serão examinados os principais objetivos da China no desenho de sua política para a África, considerando-se as motivações políticas e econômicas do país asiático. Nesse quadro, coloca-se a importância para a RPC do reconhecimento do princípio de “uma só China” por parte de um numeroso grupo de países e suas implicações para Taiwan. Serão, ainda, analisados o contexto da África como fonte de matérias-primas e energia, essenciais para o desenvolvimento econômico da RPC, bem como os elementos que

diferenciam a atual política chinesa para a África, fundamentada em maior pragmatismo – desenvolvimento de oportunidades econômico-comerciais –, em contraste com a política chinesa para o continente que prevaleceu nos anos da Guerra Fria, com contornos político-ideológicos mais acentuados.

O capítulo 2 – O desenvolvimento da atual política externa chinesa para a África –, concentrar-se-á na análise do processo de aproximação político-diplomática entre a RPC e os países africanos, desde o final dos anos 1990 até 2010, por meio da intensificação das visitas de alto nível e desenvolvimento concomitante dos aspectos econômicos das relações. Serão examinados a criação e o desenvolvimento do FOCAC, como elemento de institucionalização das relações sino-africanas, o qual passa a canalizar as iniciativas de cooperação, reunindo compromissos conjuntos entre Pequim e as capitais africanas.

Em seguida, no capítulo 3 – Os principais resultados da política externa chinesa para a África –, tenciona-se traçar um quadro dos resultados da política externa chinesa para a África, com enfoque, sobretudo, nas iniciativas estabelecidas no âmbito do FOCAC, ao longo de seus primeiros dez anos (2000-2010). Nesse exercício, buscar-se-á examinar os principais eventos e fatos mais significativos no conjunto das relações sino-africanas, sem a pretensão de mapear de forma exaustiva os resultados em cada um dos cinquenta países africanos com o quais a China mantém relações diplomáticas. Será dada ênfase à evolução do intercâmbio comercial sino-africano; aos investimentos chineses na África; à ajuda ao desenvolvimento chinesa aos países africanos; às relações militares; aos movimentos migratórios entre a China e a África e à formação de comunidades chinesas no continente; e às relações culturais. Nesse capítulo, buscar-se-á também examinar como tais elementos que compõem o conjunto da presença da China na África se inter-relacionam e como contribuem para formar uma relação multifacetada entre as duas partes.

No capítulo 4 – As principais visões sobre as relações sino-africanas –, buscar-se-á focar, inicialmente, a parceria da perspectiva dos países africanos, examinando seus interesses, motivações e avaliações predominantes sobre a política proposta por Pequim, tanto no nível do FOCAC como pelos canais bilaterais. Tal como no capítulo anterior, as análises nesse segmento do trabalho não deverão abranger todo o conjunto de países africanos envolvidos, mas aqueles que se mostram mais expressivos nessa matéria. Em seguida, serão analisadas as visões externas sobre a relação sino-africana, sobretudo dos países desenvolvidos e ex-potências coloniais, em especial as interpretações de que a China desenvolve uma relação do tipo neocolonial. Na parte final, buscar-se-á reunir as repostas chinesas às críticas a sua atuação no continente africano e entender como Pequim busca ajustar seu discurso político e suas ações em função dessas visões críticas – tanto de parte dos países africanos quanto de terceiras partes.

Na sequência dos capítulos anteriores – sobre como se desenvolvem as relações sino-africanas e quais as principais visões acerca desse relacionamento –, no capítulo 5 – Os efeitos da política chinesa para a África –, buscar-se-á analisar de que forma as novas relações entre a China e o continente africano contribuem para uma “valorização” política e econômica deste último e em que medida passa a alterar o “cenário” da África e de suas relações com terceiras partes. Nesse sentido, será examinado como a RPC assume o papel de uma “alternativa” à África em relação a seus tradicionais parceiros, as ex-potências coloniais. Na parte final do capítulo, focar-se-á a sustentabilidade da política chinesa para a África no longo prazo como um fenômeno relevante no plano internacional. Serão abordadas as tendências de consolidação das relações sino-africanas, incluindo-se o principal movimento de institucionalização, por meio do FOCAC.

No capítulo 6 – Implicações da parceria sino-africana para o Brasil –, será examinado, de forma introdutória, o contexto de reaproximação entre o Brasil e a África promovido a partir do Governo

Lula, bem como os objetivos, motivações e instrumentos da política brasileira para aquele continente. Serão brevemente descritos os principais resultados no campo das relações políticas, da cooperação técnica e do desenvolvimento econômico-comercial entre o Brasil e os países africanos nos anos recentes. Esse segmento do capítulo tem por objetivo contextualizar a análise subsequente, sobre as implicações da parceria sino-africana para o Brasil e sobre o exame do potencial de competição e cooperação entre Brasil e China na África. Deverá ser analisada a questão do potencial de competição e de cooperação entre Brasil e China no desenvolvimento em suas respectivas relações com os países africanos, em termos políticos e econômicos. Nesse segmento, buscar-se-á examinar os espaços de competição, sobretudo no campo econômico-comercial, em que interesses de empresas de ambos os países disputam negócios e oportunidades na África. No plano da cooperação, serão abordados os avanços do diálogo diplomático Brasil-China sobre temas africanos e o potencial de consultas e concertação sobre temas relativos ao continente por parte dos dois países, que mantêm uma parceria estratégica e, como destacados países em desenvolvimento, compartilham interesses e visões sobre temas da agenda internacional que afetam os países africanos.

As conclusões deverão indicar um quadro mais claro sobre as implicações para o Brasil dos efeitos da parceria que se vem formando entre a RPC e a África, em termos de desafios e oportunidades, o que poderá constituir instrumento útil para o seguimento das políticas brasileiras no continente.

Cabe, ainda, uma nota sobre a análise político-diplomática como metodologia de trabalho, buscando identificar os efeitos da nova parceria sino-africana para as relações Brasil-África no conjunto de seus aspectos políticos e econômicos, à luz dos interesses brasileiros naquele continente. O estudo se concentrará no período de 1990 a 2010, na análise do processo de desenvolvimento das novas relações sino-africanas, coincidente com os primeiros dez anos do FOCAC, e

entre 2003 e 2010, no que se refere à política externa brasileira para a África do Governo Lula. Como instrumentos de pesquisa, serão utilizados itens bibliográficos referentes ao tema e dados econômicos emitidos por entidades de reconhecido valor. Como fontes primárias, serão considerados documentos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) e do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC (documentos, discursos, declarações, notas à imprensa) e outros órgãos governamentais. Em especial, o trabalho deverá se amparar em comunicações telegráficas do MRE. A imprensa oficial chinesa, que repercute as opiniões e visões do Governo chinês, também será fonte de valor. Na bibliografia básica, buscar-se-ão autores e títulos que possam incorporar análises e visões abrangentes sobre o tema do trabalho, oriundos tanto de países africanos quanto da China e do Brasil, quando disponíveis. Cabe, ainda, reiterar que, nas análises das relações sino-africanas e da consequente presença da China no continente africano, tomar-se-á prioritariamente a perspectiva da China, como principal ator daquele fenômeno. Assim, o trabalho não pretende focar individualmente os países africanos em sua relação com a China ou com o Brasil, o que seria tarefa além do escopo do estudo, embora se possa reconhecer que, ao tratar a África em seu conjunto – um universo de 54 países –, sempre se poderá estar sujeito a generalizações e incorreções.

Capítulo 1

A política externa para a África no contexto geral da política externa chinesa

China has always adhered to the principles of peace, development and cooperation in handling its relations with the outside world. China has always been an important and responsible member, a constructive force and a trustworthy partner of the international community. For the world, development of China is a blessing, not a misfortune. It means an opportunity, not a threat or challenge.

Dai Bingguo, Conselheiro de Estado da República Popular da China

Já se tornou lugar comum comentar a trajetória de transformações econômicas e sociais da China ao longo das últimas três décadas. O processo de abertura e reforma iniciado por Deng Xiaoping, que permitiu ao país asiático situar-se como uma das maiores economias do mundo e projetar-se internacionalmente no plano político nos primeiros anos do século XXI, é também acompanhado por uma nova etapa na diplomacia da República Popular, marcada por movimentos de expansão e de reestruturação.

Desde os anos 1980, a política externa de Pequim vem se caracterizando por posições menos confrontacionais e ideológicas,

mais sofisticadas e pragmáticas, mostrando mais autoconfiança e capacidade de lançar iniciativas mais construtivas sobre diversos temas e questões internacionais. Ao longo das três últimas décadas, a RPC vem aderindo a organizações internacionais e se engajando em sistemas internacionais como o da Organização Mundial do Comércio (OMC), buscando adaptar-se a regras e procedimentos.¹³ Ao mesmo tempo, a China vem intensificando, progressivamente, suas relações com os países de maior peso internacional, aumentando os intercâmbios com seus vizinhos asiáticos e abrindo novas frentes de relacionamento em regiões como a África, América Latina e o Caribe, que contavam relativamente com menos atenção por parte da diplomacia chinesa durante o período sob a liderança de Mao Tsé-tung.

Chama atenção, nesse cenário, o desenho de uma nova e ativa política chinesa para o continente africano, vinculada aos processos de abertura econômica, de aproveitamento das oportunidades da globalização no campo comercial e de investimentos, e aos processos de intensificação de relacionamentos políticos que caracterizam as relações externas da RPC nessas três últimas décadas.

O propósito deste capítulo é apresentar, em linhas gerais, os principais elementos da política externa chinesa que indicam seus fundamentos, objetivos, valores, estratégias e prioridades, de forma a identificar como se situa o relacionamento sino-africano no contexto mais amplo da atuação externa da RPC.

1.1 Fundamentos da política externa chinesa – independência e paz

Uma profusão de livros, artigos, estudos e análises podem ser consultadas sobre a política externa chinesa contemporânea, dado o interesse despertado pela RPC como potência emergente, de intensa e

¹³ SHAMBAUGH, David. *The Rise of China and Asia's New Dynamics*. In: SHAMBAUGH, David (Ed.). *Power Shift*. Berkley, CA: University of California Press, 2005. p. 1-5.

crecente interação com o mundo exterior, que participa ativamente do processo de globalização e amplia progressivamente seu envolvimento internacional nos planos político, militar, econômico, cultural, entre outros. Não menos importante são as análises sobre o papel e influência da China na comunidade internacional e as novas configurações de poder a partir de sua ascensão como potência econômica.

Entre diversos analistas de política internacional, há convergência quanto à interpretação de que os líderes do país asiático buscam focar seus esforços prioritariamente na promoção do desenvolvimento econômico e manutenção da estabilidade política e social do país.¹⁴ Não se pode esquecer que tais esforços servem à manutenção da estabilidade política do país, do regime e do partido.

A política externa chinesa, sob uma perspectiva mais ampla, insere-se nesse quadro abrangente, como peça importante na promoção dos interesses nacionais mencionados. Nesse sentido, a diplomacia chinesa busca garantir no plano internacional um espaço que apoie a estabilidade política e o desenvolvimento econômico e social da China.¹⁵ Diretamente ligada à estabilidade interna do país está a questão de sua integridade territorial e a defesa de sua soberania, questões historicamente caras ao Partido Comunista. É nesse sentido que se explica, por exemplo, a importância atribuída por Pequim às questões relativas à província de Taiwan e às regiões autônomas do Tibete e de Xinjiang no contexto de sua política externa.

No plano dos discursos, a China apresenta, desde os anos 1980, uma “independente política externa da paz”.¹⁶ Essa formulação, elaborada por Deng Xiaoping, líder do período inicial do processo de abertura e reforma, toma por base os “cinco princípios da coexistência

14 SUTTER, Robert G. *Chinese Foreign Relations, Power and Policy since the Cold War*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2008. p. 2.

15 SUTTER, 2008, p. 3.

16 Os líderes da primeira geração da RPC, Mao Tsé-tung e Chou En-lai, já se referiam a uma “política externa da paz”, e, certamente, suas formulações constituem a base de inspiração dos líderes da segunda geração.

pacífica”¹⁷ definidos, ainda nos 1950, por Chou En-lai e repetidos, desde então, em comunicados conjuntos entre a China e mais de 170 países, como valores básicos do relacionamento bilateral.¹⁸ Os cinco princípios foram incorporados à Constituição da República Popular, adotada na 5ª Sessão do 5º Congresso Nacional do Povo, em 1982,¹⁹ o que indica também sua força orientadora. Nessa linha, os objetivos fundamentais da política externa chinesa são definidos como: preservar a independência, a soberania e a integridade territorial do país; colaborar para a criação e manutenção de um ambiente internacional favorável à reforma, abertura e modernização da RPC; defender a paz mundial e promover o desenvolvimento comum dos povos.²⁰

Os dois componentes principais da política externa de Pequim são, assim, sua firme adesão ao princípio de independência e ao compromisso com a manutenção da paz, com base nos quais a RPC busca defender os interesses do povo chinês e dos povos do mundo no tratamento de questões internacionais. Nesse sentido, a “independente política externa da paz” determina rejeição a qualquer aliança com outros países ou grupo de países, bem como recusa engajamento em corridas armamentistas ou ações de expansionismo militar. Tal postura foi definida em diferenciação aos dois momentos anteriores da política externa chinesa: o primeiro, em que se seguiu, logo nos primeiros anos após a fundação da República Popular, a estratégia de “voltar-se a um lado” (*lopsided strategy*), no qual o país se aliava à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em compensação

17 Os cinco princípios são: respeito mútuo à integridade territorial e soberania; não agressão; não interferência em negócios internos; benefícios mútuos e igualdade; e coexistência pacífica. Foram originalmente aplicados no Acordo sobre Comércio e Intercâmbio entre a Região do Tibete da China e da Índia (1954) e posteriormente levados à Conferência Ásia-África – Bandung – (1955) como princípios fundamentais das relações dos novos estados independentes, no período de descolonização. Foram também base para os princípios formadores do Movimento dos Não Alinhados (1961).

18 Os cinco princípios figuram, por exemplo, no Comunicado de Xangai, entre os Estados Unidos da América (EUA) e a China, assinado por ocasião da visita do Presidente Nixon à RPC (1972); e no Tratado Sino-Japonês de Paz e Amizade (1978). QINGMIN, Zhang. *China's Diplomacy*. Pequim: China International Press, 2010, p. 84.

19 QINGMIN, 2010, p. 84.

20 CHINA, Ministério dos Negócios Estrangeiros. *China's Independent Foreign Policy of Peace*. 18 ago. 2003. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/wjzc/t24881.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

à hostilidade e isolamento impostos pelo bloco liderado pelos Estados Unidos; o segundo, em que se tomou como estratégia “uma linha contínua” (*continous line strategy*), quando, após romper a aliança com a URSS, Mao Tsé-tung decidiu pela retomada das relações sino-americanas, o que permitiu ao país abrir-se também ao relacionamento com a Europa Ocidental, o Japão, países da América Latina, entre os quais o Brasil,²¹ entre outros. Essa segunda estratégia iniciou-se em meados dos anos 1970 e durou até o início dos anos 1980.²²

Deng Xiaoping anteviu, em meados dos anos 1980, que, com o arrefecimento da Guerra Fria, configurava-se um longo período nas décadas seguintes de relativa paz mundial, o que representaria para a China uma oportunidade para concentrar suas forças em planos de modernização econômica. Após a Terceira Sessão Plenária do XI Comitê Central do Partido Comunista da China (PCCh), em 1985, em discurso no Comitê Militar, Deng afirmaria:

[...] our viewpoint has always been that war is unavoidable and imminent. After careful observation of the situation in recent years, we now believe that it is a possibility that world war on a large scale will not break out for a relatively long period of time. The maintenance of world peace is promising.²³

A oportunidade histórica de relaxamento internacional seria ponto essencial da estratégia de desenvolvimento econômico. Em 1992, após o desmantelamento da URSS, em visita de inspeção ao sul da China, que se tornaria famosa como ponto de inflexão nas políticas de reforma, Deng indicaria a oportunidade que se formava de crescimento doméstico diante de um novo contexto internacional:

21 O Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre o Brasil e a China foi assinado em 15 de agosto de 1974.

22 Liu Huaqiu. China Will Always Pursue a Peaceful Foreign Policy of Independence and Self-determination. *Qishi*, n. 23, dez. 2007.

23 Citado em BAOXIU, Hong. Deng Xiaoping's Theory of War and Peace. In: PILLSBURY, Michael (Ed.). *Chinese Views of Future Warfare*. Washington, D.C.: National Defense University Press, 1997. p. 21.

I worry about missing the opportunity [...] If we do not develop, or if we develop too slowly, there will be problems when people make a comparison [...] Troubles occur in some countries in the world. Essentially speaking, the reasons for these are the bad performance of their economy, people don't have enough to eat and wear, the increase in wages is eaten up by inflation, and there is a decline in the standard of living.²⁴

Como parte da formulação de caráter “independente” de sua política externa, a China prega oposição a qualquer forma de hegemonia. A ênfase no componente “pacífico” da política externa reflete os esforços pela preservação da paz mundial e a busca de solução de disputas e conflitos por meios pacíficos e sem o recurso à força ou ameaça. Também nesse contexto, situa-se o princípio de “não interferência em assuntos internos” de outros países sob qualquer pretexto, já colocado como um dos cinco pontos da “coexistência pacífica” anteriormente mencionada. Na mesma linha, os altos dirigentes da RPC apresentam que a China não busca impor seu sistema social e ideológico a outros países nem permite que outros países lhe imponham os seus. Defende que os “cinco princípios da coexistência pacífica” e as normas universalmente reconhecidas das relações internacionais sejam o alicerce para o estabelecimento da ordem econômica e política internacional. Tendo por base esses valores, a RPC postula uma política externa voltada para a manutenção e promoção da paz.

1.2. O “desenvolvimento pacífico” e a “sociedade harmoniosa”

Seguindo a tradição de Mao Tsé-tung, Deng Xiaoping e Jiang Zemin, que personificam, respectivamente, a primeira, a segunda e a

24 GUANQIAN, Peng. Deng Xiaoping's Strategic Thought. In: PILLSBURY, Michael (Ed.). *Chinese Views of Future Warfare*. Washington, D.C. : National Defense University Press, 1997.

terceira geração de líderes da República Popular,²⁵ os altos dirigentes da quarta geração – Presidente Hu Jintao e Primeiro-Ministro Wen Jiabao – vêm agregando, desde 2003, contribuições aos sistema ideológico do PCCh, fundamentadas nos princípios de “desenvolvimento pacífico” (*heping fazhan*) e “sociedade harmoniosa” (*hexieshehui*).²⁶ Os dois conceitos buscam explicar a estratégia de interação da China no plano internacional, como economia em expansão e crescente força política. Ao lançar esses dois conceitos, em 2003, no primeiro ano do mandato presidencial de Hu Jintao, a China procurava assegurar às grandes potências e aos países desenvolvidos dois relevantes aspectos de sua posição internacional. O primeiro aspecto é seu crescimento econômico e social como um processo estável e contínuo, longe de um fracasso ou estagnação – o que já não se colocaria, hoje, como questão relevante, sobretudo desde a crise financeira mundial iniciada em 2008, em que a RPC se mostrou como força dinâmica e essencial na recuperação da economia global. O segundo aspecto diz respeito a seu desenvolvimento econômico e a sua influência política como parte de um processo positivo, o qual não representaria ameaça a terceiros países e não se colocaria como força desafiadora do poder hegemônico. Essa nova posição consistia num esforço de combater duas teorias amplamente difundidas – embora de conteúdos imprecisos: a teoria do “colapso chinês” e a teoria da “ameaça chinesa”.

Ao defender seu comprometimento com um “desenvolvimento pacífico”, Pequim não apenas reconhece as questões históricas associadas à ascensão de uma potência, vista como força desafiadora do poder hegemônico, mas também busca administrar tais questões. A China tenta evitar, assim, qualquer interpretação de que trabalha na direção de políticas de competição – inclusive no campo militar –

25 Os “Quatro Princípios Cardeais” de Deng Xiaoping e as “Três Representações” de Jiang Zeming são exemplos de formulações das gerações de líderes utilizadas como “guias” na construção e condução de políticas públicas.

26 A campanha do “desenvolvimento pacífico” e da “sociedade harmoniosa” é exemplo da tendência do Governo chinês de empregar expressões curtas de efeito (*tifa*) para difundir uma mensagem política, como um *slogan* político.

com a potência hegemônica, como trabalhou a Alemanha de Weimar, o Japão imperial ou a URSS.

A expressão “desenvolvimento pacífico” foi usada pela primeira vez em abril de 2004 pelo Presidente Hu Jintao, indicando a contribuição que a China oferecia ao mundo:

China will follow a peaceful development path holding high the banners of peace, development and cooperation [...] and making greater contribution to the lofty cause of peace and development in the world.²⁷

A expressão “desenvolvimento pacífico” substituiu a partir de então a expressão “ascensão pacífica” (*heping jueqi*), empregada desde novembro 2003 pela liderança do PCCh, para explicar sua estratégia de interação global sem impor ameaças aos demais países.²⁸ A “ascensão pacífica” não fora bem recebida por autoridades e analistas políticos dentro e fora da China pelas ideias de “criação de uma potência” ou simplesmente de “elevação de um país sobre os demais” subjacentes ao termo “ascensão”, reforçando, ao contrário do desejado pela alta cúpula do PCCh, a imagem de “ameaça chinesa”.²⁹

No contexto do “desenvolvimento pacífico”, a China vem construindo uma diplomacia ativa em quatro planos principais: busca de cooperação e intensificação do diálogo político com os EUA e reconhecimento da importância e prioridade do relacionamento bilateral com Washington; estabelecimento de parcerias estratégicas com potências médias, em esquemas de cooperação com a União Europeia, a Rússia e a Índia; promoção de uma “política de boa vizinhança” em seu entorno regional, baseada em aprofundamento

27 Discurso do Presidente da República da RPC, Hu Jintao, na cerimônia de abertura da Conferência Anual do Fórum de Boao, 24 abr. 2004. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/features/93897.htm>>. Acesso em: 23 ago. 2010.

28 Sobre o conceito de “ascensão pacífica”, vide SUETTINGER, L. Robert. The Rise and Descent of ‘Peaceful Rise’. *China Leadership Monitor*, n. 12, out. 2004.

29 EMBAIXADA DO BRASIL EM PEQUIM. *Telegrama* em jan. 2006.

das relações econômico-comerciais com a região da Ásia Pacífico; manutenção de canais de diálogo e boa convivência com o Japão, apesar das divergências sobre o passado histórico e disputas no contexto regional.

Na Cúpula da Cooperação Econômica para a Ásia Pacífico (APEC), em Busan, Coreia do Sul, em 2005, o Presidente Hu Jintao afirmou o comprometimento da China com a via do “desenvolvimento pacífico”, sublinhando que o crescimento econômico nos últimos anos se apresentava como um fator positivo para toda a região da Ásia-Pacífico e para o mundo de forma geral. O rápido desenvolvimento econômico da RPC beneficiaria não apenas o povo chinês, mas também ofereceria ao mundo mais e melhores oportunidades comerciais e de investimentos.³⁰

Hu Jintao qualificaria o “desenvolvimento pacífico” como uma “escolha inevitável” da China, dadas suas condições internas, tradições históricas e culturais e a estrutura presente do sistema econômico global. No contexto do multilateralismo e da globalização econômica, a China buscava promover, assim, seu desenvolvimento por meio de uma diplomacia voltada para a cooperação aberta e pacífica.³¹

Algumas semanas após aquela Cúpula da APEC, em 2005, o Conselho de Estado lançaria o primeiro livro branco dedicado ao “desenvolvimento pacífico” e à construção de uma “sociedade harmoniosa”. Intitulado *China's Peaceful Development Road*, o documento trata do compromisso chinês com um desenvolvimento baseado na paz e na prosperidade comum como único caminho para a modernização da China. O futuro econômico da RPC dependeria de, por um lado, evitar a deflagração de quaisquer conflitos regionais ou extrarregionais e, por outro, de garantir a manutenção de um sistema econômico internacional aberto e estável, do qual a economia chinesa

30 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Hu Jintao Address the APEC Summit*. 18 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/zyjh/t222105.htm>>. Acesso em: 9 set. 2010.

31 China's peaceful development inevitable. *China View*, 20 nov. 2005. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2005-11/20/content_3806857.htm>. Acesso em: 9 set. 2010.

pudesse seguir se beneficiando em larga escala. Os elementos centrais da estratégia de desenvolvimento apontados no livro branco e que marcam o desenho da política externa de Pequim podem ser resumidos em: i) promoção de um ambiente internacional pacífico – essencial para o desenvolvimento econômico chinês; ii) manutenção de uma política de abertura ao mundo – de forma a garantir a participação chinesa no mercado internacional e facilitar seu sucesso econômico-comercial; iii) adaptação à globalização, extraindo benefícios do processo, no lugar de se opor à interdependência econômica; iv) esforços para promover o desenvolvimento comum com outros países em desenvolvimento, por meio da cooperação Sul-Sul; v) busca de cooperação com todas as nações, com vistas à construção da “harmonia global” como condição para o desenvolvimento econômico.

O livro branco indica a vinculação direta entre o desenvolvimento interno e o processo de abertura da RPC ao mundo exterior e estabelece uma relação também direta entre o desenvolvimento do país e o do resto do mundo. Explica, ainda, que a busca de harmonia e desenvolvimento no plano doméstico e, ao mesmo tempo, o empenho pela paz e desenvolvimento no plano internacional são a chave para a construção de um “mundo harmônico”. A política externa da China seria, assim, o elemento de ligação entre esses dois vetores: desenvolvimento e harmonia/paz da China e do mundo.

O compromisso do país com a paz e estabilidade internacional, condição essencial para seu desenvolvimento interno, encontra-se, desse modo, na base do pensamento estratégico da política externa chinesa. Como beneficiária do processo de globalização, a China se empenha pelo fortalecimento dos mercados globais e expansão dos fluxos internacionais de investimento. As lideranças chinesas têm claro entendimento de que o sistema internacional centrado nos princípios do “Consenso de Washington” favorece as economias competitivas, como a chinesa, num ambiente de relativa estabilidade. A China é, portanto, mais defensora do que constestadora do sistema

internacional vigente, embora se deva reconhecer que o país, não completamente satisfeito com a ordem atual, também postula reformas e ajustes. No livro branco sobre o “desenvolvimento pacífico”, a questão da interdependência econômica da China e participação do país no processo de globalização é tratada nos seguintes termos:

China cannot develop independently without the rest of the world. Likewise, the world needs China if it is to attain prosperity. Following the trend of economic globalization, China is participating in international economic and technological cooperation on an even larger scale, in wider areas and at higher levels in an effort to push economic globalization towards the direction of common prosperity for all countries. Today, the mainstream of international trade is to share successes, with all as winners. China adheres to its opening-up strategy for mutual benefit. For this, it has made conforming to China's own interests while promoting common development a basic principle guiding its foreign economic and trade work, develops its economic and trade relations with other countries on the basis of equality, mutual benefit and reciprocity, and makes constant contributions to the sustained growth of global trade.³²

O conceito de “desenvolvimento pacífico” é complementado pela formulação sobre a construção de uma “sociedade harmoniosa” e de um “mundo harmonioso”,³³ inspirada nos ensinamentos confucianos, que formam a tradição do pensamento filosófico chinês desde a dinastia Song.³⁴ O compromisso com a “harmonia” difundido pelas lideranças atuais se dá tanto no plano doméstico quanto no internacional. A teoria do Presidente Hu Jintao sobre as

32 INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *China's Peaceful Development Road*. 2005. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/features/book/152684.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

33 Desde os discursos do Presidente Hu Jintao no Foro Ásia-África, em abril de 2005, e na abertura da 60ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro do mesmo ano, a palavra “harmonia” vem sendo empregada amplamente pela diplomacia chinesa. (DELURY, John. *Harmonious' in China*. *Policy Review*, n. 148, mar. 2008.)

34 DELURY, 2008.

“Três Harmonias” explica como devem se desdobrar os esforços pela harmonia em três frentes: busca de paz na sociedade internacional (*he ping*); harmonia na Ásia, em especial a reconciliação com Taiwan (*he jie*); e promoção da harmonia dentro da sociedade chinesa (*he xie*).³⁵ Em termos diplomáticos, a formulação sobre a construção de uma sociedade internacional harmoniosa remete aos esforços de Pequim para empreender uma política externa de cooperação em diferentes campos – político, econômico-comercial, técnico-científico, cultural, entre outros –, de ganhos mútuos e de respeito às diferenças. A construção de uma “sociedade harmoniosa”, tendo como pano de fundo o “desenvolvimento pacífico”, é uma proposta que serve ao relacionamento da China com as grandes potências, com os vizinhos asiáticos e também com os países em desenvolvimento. As “Três Harmonias” contemplam, ainda, o plano interno, no qual se impõem os desafios de diminuição das desigualdades socioeconômicas e de implementação de políticas centradas em preocupações sociais. Vale lembrar que o Presidente Hu Jintao e o Primeiro-Ministro Wen Jiabao defendem compromisso prioritário com o povo (*“put people first”*), em contraste com as lideranças da geração anterior, criticadas por uma administração com excessiva ênfase em resultados econômicos.

O “mundo harmonioso”, que compreenderia os campos econômico, comercial, cultural, diplomático, teria em sua base os pilares do *soft power*. Assim, o conceito de um “mundo harmonioso” se complementa ao de “desenvolvimento pacífico” em benefício da ideia de que a China, em seu caminho de ascensão, não representa ameaças, mas oportunidades de crescimento e prosperidade compartilhada.

As motivações por trás do emprego dos conceitos de “sociedade harmoniosa” e “mundo harmonioso” partem da avaliação de que um posicionamento simplesmente passivo na esfera internacional seria não somente contraproducente aos interesses nacionais, mas também

35 LAM, Willy. Hu Jintao's Theory of the Three Harmonies. *China Brief*, v. 6, n. 1, jan. 2006.

poderia levar a um isolamento internacional. Sob a terceira e quarta geração de líderes, a China buscaria, assim, flexibilizar em certa medida a recomendação de Deng Xiaoping de que o país mantivesse um perfil baixo no plano internacional (*taoguangyanghui*), passando a envolver-se de forma mais ativa no sistema internacional.³⁶ Adicionalmente, como a ideia de “ascensão pacífica” – ou sua versão retificada de “desenvolvimento pacífico” – não teria extinguido as vozes que alardeavam a “ameaça chinesa”, o novo conceito seria também útil para dissipar imagem negativa da China e de sua ascensão. O conceito de “mundo harmonioso” seria, ainda, conveniente para marcar seu posicionamento em esferas multilaterais e, em especial, reforçar a multipolaridade, em movimento contrário ao unilateralismo dos Estados Unidos da América (EUA). Como potência em ascensão, à China interessaria também apresentar à sociedade internacional seus valores e visões de civilização milenar como contribuição na construção de uma nova ordem.

Em setembro de 2011, o Conselho de Estado publicaria novo livro branco sobre o “desenvolvimento pacífico”,³⁷ apresentado formalmente ao público pelo Conselheiro de Estado Dai Bingguo – encarregado da política externa – como parte das celebrações em torno do 90º aniversário do PCCh. Seis anos depois de sua primeira edição, o documento reitera os “interesses fundamentais” (*core interests*) da China: soberania, segurança nacional, integridade territorial e reunificação nacional, o sistema político chinês estabelecido pela Constituição e a estabilidade social e as salvaguardas básicas para assegurar o desenvolvimento econômico e social sustentável.

O elemento novo que se apresenta no documento é a ênfase sobre o sistema político, com a supremacia do Partido Comunista,

36 A estratégia de “perfil baixo” de Deng Xiaoping foi reforçada no período pós-Tiananmen, quando a China sofreu isolamento na comunidade internacional. Essa política foi atribuída a Deng Xiaoping no “ensinamento dos 24 caracteres”: “*Observe calmly; secure our position; cope with affairs calmly; hide our capacities and bide our time; be good at maintaining a low profile; and never claim leadership*”. (KAVALSKI, 2009, p. 81)

37 INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *China's Peaceful Development*, set. 2011.

e sobre a estabilidade social como base para o desenvolvimento socioeconômico. As autoridades chinesas estabelecem, ainda, pelo documento, uma vinculação direta entre sistema político, estabilidade social e crescimento econômico e expressam que a China não aceitará interferências em seu sistema político ou em sua economia. Os eventos da chamada “Primavera Árabe”, em 2011, e as incertezas da economia mundial em crise que provocam o levantamento de vozes contra as práticas da economia chinesa são apontados como motivações ao chamado de Pequim contra interferências externas.³⁸ Em resposta a tais questionamentos, o documento relança a “opção inevitável” da China pelo “desenvolvimento pacífico”, o que se daria em benefício da comunidade internacional, não como uma ameaça. Segundo Dai Bingguo, a comunidade internacional deve reconhecer a contribuição da China ao desenvolvimento mundial e respeitar os valores de sua civilização milenar:

Adherence to the path of peaceful development by China, the largest developing country on Earth, is in itself a tremendous contribution to peace and development of humankind [...] For the world, development of China is a blessing, not a misfortune. It means an opportunity, not a threat or challenge. We sincerely hope that the international community will better appreciate China’s thousands of years of civilization and tradition as well as the historical evolution of China’s social and political system and mainstream values.³⁹

A principal mensagem do documento é que a China é uma parceira pacífica, responsável, com importante contribuição à comunidade internacional, pronta a prestar colaboração e, ainda, com a tarefa interna de promover o desenvolvimento socioeconômico de sua enorme população. O livro branco deixa claro que, em contrapartida

38 EMBAIXADA DO BRASIL EM PEQUIM. *Telegrama* em nov. 2011.

39 CHINA is committed to path of peaceful development: State Councilor Dai Bingguo’s remarks on the White Paper on China’s Peaceful Development. *China Daily*, 16 set. 2011.

à contribuição oferecida pela RPC, o país não aceita interferências em seus interesses fundamentais. O PCCh mostra, assim, que não se encontra preso a uma camisa de força nem assiste, passivamente, a movimentos de democratização em terceiros países, mas busca atualizar-se e adaptar-se, com estratégias ajustadas às novas realidades no plano internacional, mantendo atenção à necessidade interna de estabilidade política e continuidade do crescimento econômico do país.

1.3. Objetivos, estratégias e prioridades da política externa chinesa

Parece não haver dúvida entre analistas e cientistas políticos de que a estabilidade política interna da China é objetivo fundamental das lideranças do país e do PCCh, com seus noventa anos de existência e há mais de sessenta anos no comando da nação, desde a fundação da República Popular, em 1949.⁴⁰ Nesse sentido, as políticas e práticas de governo refletem objetivos de longo prazo que convergem para a estabilidade política. Ao longo das últimas três décadas, tais objetivos vêm se mantendo, com adaptações e alterações, em paralelo ao amplo programa de reformas econômicas iniciadas por Deng Xiaoping, com vistas à construção do “socialismo com características chinesas”.⁴¹

Entre os principais objetivos da liderança comunista estão: i) a manutenção da integridade territorial e a unificação de Taiwan e, em menor medida, a resolução das disputas territoriais no Mar da China Meridional e no Mar da China Oriental;⁴² ii) a modernização da economia, associada à capacitação tecnológica e militar, e a

40 SUTTER, 2008, p. 31.

41 O “socialismo com características chinesas” combina os princípios básicos do socialismo científico com as especificidades e condições chinesas na construção do socialismo. No campo econômico, traduz-se pelo sistema de economia de mercado baseado na “propriedade múltipla” (estatal e privada). Socialism with Chinese characteristics. In: NATIONAL CONGRESS OF THE COMMUNIST PARTY OF CHINA, 17, 2007. *People's Daily*, 30 set. 2007. Disponível em: <<http://english.peopledaily.com.cn/90002/92169/92211/6275043.html>>. Acesso em: 4 out. 2010.

42 A reintegração de Hong Kong e de Macau se deram em 1997 e 1999, respectivamente. As principais ameaças de fragmentação territorial advêm dos movimentos separatistas nas províncias autônomas do Tibete e de Xijiang, ligados a questões de minorias étnicas e religiosas.

melhoria das condições sociais em ambiente de estabilidade política, social e econômica; iii) a não ocorrência de destino político como o da União Soviética e de outros regimes comunistas de países do Leste Europeu, por meio de reformas adequadas, graduais e progressivas. Intimamente associado às necessidades de reforma, está o movimento de abertura ao exterior.⁴³

Nesse contexto, os objetivos fundamentais da política externa chinesa, em termos práticos, são decorrentes do conjunto de objetivos mais amplos, definidos pelo regime e pelo PCCh. Pode-se explicar, por exemplo, a importância do tema do reconhecimento de “uma só China” – condição *sine qua non* para o estabelecimento de relações diplomáticas com Pequim – a partir do entendimento da questão da unificação de Taiwan como objetivo central do regime. Da mesma forma, a diplomacia econômica chinesa serve ao objetivo mais amplo de modernização e abertura econômica do país. Os altos funcionários da Chancelaria chinesa com frequência se referem à vinculação direta ou subordinação da ação diplomática chinesa ao objetivo de desenvolvimento econômico do país.⁴⁴

Além disso, devem-se registrar dois objetivos estratégicos, mais específicos da política externa chinesa, decorrentes de sua condição de potência emergente. O primeiro deles refere-se aos esforços para a construção de um papel de proeminência no contexto regional. A China busca posicionar-se como uma liderança de prestígio e força entre seus vizinhos, ao mesmo tempo em que tenta afastar a influência de grandes potências na região, sobretudo os EUA – e seus aliados regionais. Pequim cada vez mais se esforça para que seus interesses na região sejam atendidos e considerados. Para alcançar esse objetivo, a RPC vem adotando uma série de políticas bilaterais e plurilaterais de aproximação com os vizinhos. Como exemplo de tais iniciativas, têm-se a criação da Organização para Cooperação de Xangai (OCX),

43 SUTTER, 2008, p. 37.

44 Despacho telegráfico para a Embaixada em Pequim, em set. de 2011.

o estreitamento de relações com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o oferecimento para sediar o processo de conversações hexapartites para desnuclearização da Península Coreana, entre outros. Não menos importante é o objetivo da RPC de projetar-se regionalmente como potência militar com suficiente força de dissuasão.

Um segundo objetivo estratégico da política externa chinesa é projetar sua influência em termos globais. No plano político, Pequim faz uso em seu favor da posição que ocupa como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), chamada a manifestar-se nas principais questões internacionais, com possibilidade de utilizar poder de veto. Igualmente, a RPC tem ampliado, ao longo das últimas décadas, sua participação em organismos e foros econômicos internacionais – OMC, Fundo Monetário Internacional (FMI), G20 Financeiro, entre outros –, buscando não apenas defender seus interesses nacionais, mas também marcar posição de assertividade em linha com sua condição de potência emergente.

Como potência ascendente e levando em conta seus objetivos e interesses primordiais, a China busca ampliar, progressivamente, seu papel no sistema internacional, sem representar uma ameaça à ordem internacional vigente. A diplomacia chinesa emprega, assim, toda sua habilidade para elevar sua participação nos regimes e instituições internacionais, de forma a preservar seus interesses internos e utilizar a capacidade de acomodação das próprias instituições, que, por sua vez, também trabalham pela maior integração e engajamento por parte da China. Nesse sentido, a China não busca ameaçar a ordem internacional nem desafiar o poder da potência hegemônica, mas acomodar posições e se beneficiar dos regimes internacionais.⁴⁵ É nesse espírito de participação e de contribuição que a quarta geração

45 IKENBERRY, G. John. The Rise of China and the Future of the West: can the Liberal System Survive? *Foreign Affairs*, jan./fev. 2008.

de líderes do PCCh defende a promoção do “desenvolvimento pacífico” e a construção de um “mundo harmonioso”, mencionados anteriormente.

Marc Lanteigne argumenta que a China, em seu processo de ascensão no sistema internacional e de expansão de sua diplomacia, cresce no âmbito interno de organizações internacionais – hoje bem mais complexas e sofisticadas – ao mesmo tempo em que tira proveito dessa participação nos regimes e instituições internacionais, defendendo seus interesses nacionais e promovendo seu desenvolvimento como país que cada vez mais goza do *status* de potência global. Em suma, a China trabalha dentro, e não fora, do escopo da ordem internacional desenhada e mantida pelo Ocidente.⁴⁶

Nos foros multilaterais, a diplomacia chinesa vem adotando estratégia de progressivo ativismo, desde o início dos anos 1990, vinculado ao processo de abertura e reforma da RPC. Essa estratégia, iniciada por Deng Xiaoping, contrasta com o isolamento e distanciamento em relação aos principais organismos internacionais que prevaleceram na política externa de Mao Tsé-tung.⁴⁷ Tal participação mais ativa não se dá em prejuízo das diretrizes de Deng Xiaoping previamente mencionadas sobre a necessidade de manter a China com perfil discreto na cena internacional. Acrescenta-se, ainda, que a adesão de Pequim ao multilateralismo se deu, ao longo das três últimas décadas, de forma gradual e limitada. No CSNU, por exemplo, é marcante o envolvimento atual da RPC nas questões tratadas pelo órgão. Até meados de 1990, a China se abstinha nas decisões do Conselho que invocavam o Capítulo VII da Carta da ONU sobre autorização para uso da força. Pequim defendia que tais resoluções contrariavam o princípio da soberania dos estados. Em 2002, por exemplo, a China votou a favor da Resolução 1441 sobre inspeções de armamentos no Iraque, aceitando o Capítulo VII. Também é significativa a crescente participação de contingentes chineses em

46 LANTEIGNE, Marc. *Chinese Foreign Policy, an introduction*. Nova York: Routledge, 2009. p. 69-70.

47 MEDEIROS, Evan S.; FRAVEL, M. Taylor. China's New Diplomacy. *Foreign Affairs*, v. 82, n. 6, nov./dez. 2003.

forças de paz em diferentes continentes. Representa também uma mudança o envolvimento do país asiático nos esforços de controle de armas e não proliferação, sobretudo pela ratificação de acordos, como o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e a Convenção para Proibição de Armas Químicas (CPAQ). Deve-se mencionar também a Força Tarefa para o Engajamento da China na Arena Internacional, no âmbito das Nações Unidas, que contribui, de forma mais ampla, aos esforços governamentais de Pequim de maior participação em atividades de cooperação internacional e regional.⁴⁸ Na área econômica, cabe recordar o ingresso da RPC na OMC, em 2001, após longas negociações com a organização para a adoção de um detalhado programa de adesão.

O maior envolvimento da China nas principais questões internacionais, comparativamente ao período sob a liderança de Mao Tsé-tung, dá-se, em boa medida, em resposta às grandes potências, que demandam de Pequim postura de maior responsabilidade na cena internacional. Nesse sentido, referência significativa está no chamado do então Subsecretário de Estado norte-americano Robert B. Zoellick, em 2005, para encorajar a China a tornar-se um “parceiro responsável” (*responsible stakeholder*) do sistema internacional, do qual não seria apenas um membro, mas iria colaborar para sustentar o sistema internacional que permite o sucesso do país asiático.⁴⁹

Ao assumir maiores responsabilidades no sistema internacional, como demandam os EUA, a China estaria tomando para si interesses além daqueles estritamente nacionais e indicando comprometimento, de fato, com a manutenção e o fortalecimento do sistema. Nesse contexto, a RPC, na visão das grandes potências, não poderia, ainda, prescindir de implementar importantes reformas políticas também

48 *Vide* China's engagement in the international arena. *UN in China*. Disponível em: <<http://www.un.org.cn/cms/p/whatwedo/63/74/content.html>>. Acesso em: 5 out. 2010.

49 ZOELLICK, Robert B. Whither China: From Membership to Responsibility? *Remarks to National Committee on U.S.-China Relations*. New York, 21 set. 2005. Disponível em: <<http://www.state.gov/s/d/rem/53682.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

no plano doméstico (democratização, ampliação das liberdades civis, maior respeito aos direitos humanos).

A crise econômica internacional deflagrada em 2008 ofereceu à China oportunidade de destacar-se pela força econômica do país, capaz de contribuir decisivamente para a recuperação da economia mundial. Nesse sentido, a crise criou contexto no qual a RPC foi identificada como potência preparada para, juntamente com os EUA, responder aos desafios que se impunham. A formulação sobre um “G-2”⁵⁰ – EUA e RPC – foi, entretanto, rechaçada pela diplomacia chinesa, que invocou, por um lado, sua “independente política externa da paz”, sublinhando sua posição contrária à formação de qualquer tipo de aliança com um país ou grupo de países, e, por outro lado, a condição da China de país em desenvolvimento, ainda com enormes desafios internos. Ao receber o Presidente Obama, em visita de estado a Pequim, em novembro de 2009, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao declararia que “*China disagrees to the suggestion of a Group of Two (G2)*”, agregando que “*global issues should be decided by all nations in the world, rather than one or two countries*”.⁵¹ Pequim reconhece que seu papel internacional ainda é distante daquele exercido por Washington e avalia que seria a “parte fraca” de um G-2. Mantém, ao mesmo tempo, a determinação de não assumir responsabilidades de potência mundial ainda onerosas a seus interesses nacionais. O discurso da política externa chinesa preserva o entendimento de que a RPC não busca protagonismos nem responsabilidades que comprometam seus objetivos essenciais. Ainda segundo Wen Jiabao: “*We must always keep sober-minded over it [G2]*”.⁵²

50 Levantada originalmente em círculos acadêmicos nos EUA, por Fred Bergsten, em 2006, a ideia de um “G2 informal” foi lançada pelo ex-Conselheiro de Segurança Nacional, Zbigniew Brzezinski, em Pequim, em janeiro de 2009, por ocasião das comemorações do 30º aniversário das relações diplomáticas entre a RPC e os EUA, “não somente sobre questões bilaterais, mas também sobre questões globais”. AGENCE FRANCE-PRESSE. China wary of ‘G2’ with US: analysts. *Defense Talk*, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.defencetalk.com/china-wary-of-g2-with-us-analysts-17430/#ixzz1ZkUbk473>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

51 WEN: China disagrees to so-called G2, calling for effort to fight protectionism. *People’s Daily*, 18 nov. 2009. Disponível em: <<http://english.peopledaily.com.cn/90001/90776/90883/6817072.html>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

52 *Ibid.*

Caberia, ainda, uma palavra sobre a estratégia da China de invocação da condição de país em desenvolvimento, muitas vezes “compensada” com o emprego do superlativo: “o maior país em desenvolvimento”. Apesar dos enormes progressos econômicos, traduzidos em taxas de crescimento em torno de 10% nas últimas décadas, a China ainda é considerada – e se considera – país em desenvolvimento segundo os padrões internacionais, com várias regiões do país, sobretudo no interior, ainda lutando contra elevados índices de pobreza. Tal estratégia está refletida no livro branco sobre o “desenvolvimento pacífico”:

China has a large population yet a weak economic base. It has to feed close to 20% of the world’s population with 7.9% of the world’s farmland and 6.5% of the world’s fresh water. What has been achieved in its social and economic development must meet the need of 1.3 billion people, which presents a great challenge to China. China’s per capita GDP in 2010 was about US\$ 4,400, ranking around the 100th place in the world. [...]The scale and magnitude of the difficulties and problems involved are unprecedented in the present world and rare in human history. China will remain a developing country for a long time to come [...]. China could become strong in the future.

De certa forma, associada à ideia de que a China tem ainda longo percurso como país em desenvolvimento, está a defesa de que o país não constitui um modelo de sucesso – econômico – a ser seguido por outros países. Nesse sentido, Hu Jintao, entre outras lideranças chinesas, tem postulado que “*there is no ready model or unchanging path of development that applies to all countries in the world*”⁵³, enfatizando as características próprias da China no traçado de seu plano de desenvolvimento. O Conselheiro de Estado Dai Bingguo vai ainda

53 Hu Jintao. Chinese President Hu Jintao’s speech at opening ceremony of Boao Forum. 15 abr. 2011. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-04/15/c_1380786.htm>. Acesso em: 21 ago. 2011.

além ao afirmar, em sua apresentação sobre o livro branco de setembro de 2011, que

We Chinese are not gods. We cannot possibly render all things perfect as we move along the path of peaceful development. We therefore welcome all friendly suggestions, useful exchanges and well-intentioned criticism.

Embora as lideranças chinesas não queiram, por um lado, passar a imagem de um país que impõe receituários e modelos aos demais, mas, pelo contrário, busca trabalhar com diferenças e especificidades próprias entre os países, não há dúvida de que o êxito econômico da China lhe concede, por outro lado, capacidade de atração e mesmo *soft power*, sobretudo entre países em desenvolvimento. Muito se tem dito a respeito do chamado “consenso de Pequim”, como um conjunto de recomendações e medidas, com ênfase em promoção de inovação e exercício de soberania, com vistas ao sucesso econômico, nos moldes do “consenso de Washington”, difundido pelos EUA e organismos internacionais financeiros como o FMI, seguindo práticas neoliberais para o melhor desempenho econômico.⁵⁴

Em sintonia com o conjunto de objetivos e estratégias da política externa chinesa mencionados anteriormente, as prioridades da diplomacia de Pequim se refletem com frequência nos discursos dos altos dirigentes. Em primeiro lugar, colocam-se as relações da China com as grandes potências, em que se sobressaem as relações com os EUA e, em seguida, com a Rússia, a União Europeia (UE) e o Japão. Um segundo grupo é formado pelas relações com os países vizinhos, incluindo a participação chinesa em organismos regionais. Em terceiro lugar, está a participação em foros multilaterais em nível global. Um quarto conjunto corresponde ao relacionamento com os países em desenvolvimento, destacando-se nesse grupo, primeiramente, os

54 LANTEIGNE, 2009, p. 10-11.

países asiáticos, seguidos dos africanos, dos países do Oriente Médio e, por fim, os latino-americanos e caribenhos. A América Latina e o Caribe são apontados como a última fronteira da expansão das relações chinesas.

1.4. As relações sino-africanas no contexto da política externa chinesa

As relações contemporâneas entre a China e a África, com seu expressivo dinamismo político, econômico e comercial, inserem-se no contexto da expansão da política externa chinesa para além da esfera regional asiática e das relações com as grandes potências, como mencionado previamente. Esse movimento mais amplo da diplomacia chinesa em direção a outros continentes – *zhoubian* – tem, por um lado, motivações de ordem interna – o processo de reforma e abertura e os esforços de desenvolvimento socioeconômico – e, por outro lado, é favorecido pelos rearranjos da ordem internacional pós-Guerra Fria, que, no que se refere à África, remetem a uma conjuntura de “ressurgimento”, fim das disputas leste-oeste sobre o continente e relativo declínio da influência de potências tradicionais na região.⁵⁵

A política externa da China para a África se desenvolve sem perder de vista um dos principais objetivos concretos de governo, como mencionado acima: o contínuo desenvolvimento econômico e social do país. As relações entre o país asiático e o continente africano são, portanto, marcadas, pelo lado chinês, por forte pragmatismo, além do acentuado conteúdo econômico. Numa relação de complementaridade comercial, a parte africana constitui fonte alternativa no fornecimento de matérias-primas e energia, e a parte chinesa oferece produtos manufaturados a preços competitivos aos mercados consumidores africanos, também em expansão. Ponto central das relações econômicas

55 LANTEIGNE, 2009, p. 148-149.

é a participação chinesa no financiamento de projetos de exploração e exportação de produtos primários, sobretudo minérios e petróleo – cuja demanda em grande medida é estabelecida pela própria economia chinesa convertida em “fábrica do mundo”, como já o foram a Inglaterra vitoriana e os EUA do início do século XX. A política de “*going out*” (*zouchuqu*) promovida pelo Governo chinês, a partir do final da década de 1990, estimulando a internacionalização de grandes empresas do país, também encontrou no mercado africano oportunidades de negócios significativas, muitas vezes desconsideradas por empresas de países desenvolvidos.⁵⁶ Ao adquirirem um sentido pragmático, abandonando o cunho político-ideológico dos anos 1960 e 1970, as relações entre a China e a África se revitalizam, proporcionando novas oportunidades e benefícios para ambas as partes.

Acompanhando a relação econômica, os laços políticos vêm se fortalecendo e, com recursos da diplomacia de cúpulas e presidencial, oferecem respaldo à concretização de projetos econômico-comerciais, muitas vezes de grande envergadura e em sua maioria localizados na África. O amadurecimento das relações políticas se reflete na formação de novas instituições, como o Foro de Cooperação China-África (FOCAC) e o Fundo de Desenvolvimento China-África (Fundo-CAD), que canalizam iniciativas em diversas frentes, incluindo-se a econômico-comercial, e oferecem regularmente oportunidades de reuniões e encontros de alto nível. Por meio do FOCAC, vários novos campos de cooperação foram abertos, como nas áreas cultural, educacional, de assistência ao desenvolvimento, de cooperação técnica, em projetos que representam também a ampliação crescente e de forma sofisticada do *soft power* chinês na África.

56 A política do “*Going Out*” (ou “*Going Global Strategy*”) foi lançada, em 1998, pelo *China Council for the Promotion of International Trade* (CCPIT), vinculado ao então Ministério do Comércio Exterior e Cooperação (MOFTEC) – substituído pelo atual Ministério do Comércio (MOFCOM) –, que disponibilizou vários esquemas de assistência a empresas chinesas para o desenvolvimento de estratégias com vistas a explorar oportunidades em mercados internacionais. LU, Chang; KAI, Xue. *China Going Global*. Pequim: Foreign Languages Press, 2008. p. 53-54.

O movimento de universalização da política externa chinesa, que inclui a ampliação das relações com a África, está também vinculado à ascensão da China como potência global que conta com robusta economia e ampliada presença política em esferas internacionais. A intensificação das relações com um numeroso grupo de países, em que a China se coloca como parceira cada vez mais relevante, ocupando espaços econômicos e políticos antes reservados às potências tradicionais, serve também ao projeto de ascensão chinesa. No campo político, as relações com a África atendem, ainda, aos interesses de Pequim em promover o multilateralismo e construir um mundo multipolar, na medida em que o país asiático ganha importantes apoios dos países do continente sobre temas da agenda internacional. Há que se considerar o numeroso grupo que formam os países africanos – 50 dos 54 países mantêm relações diplomáticas com a RPC –, o qual, no âmbito do sistema das Nações Unidas em que prevalece a prática de “um país, um voto”, por exemplo, concede à China significativa base de apoio. Também expressivo é o apoio que Pequim obtém dos países africanos à sua política de “uma só China”; assim, o país pode isolar diplomaticamente Taiwan no continente africano, onde ainda quatro países mantêm relações diplomáticas com a ilha.⁵⁷

No plano político-estratégico, as relações com a África se encontram, numa linha de prioridades, em seguida às relações com as grandes potências e das relações com seu entorno regional, como mencionado acima. Ao que tudo indica, nas relações com a África, os interesses essenciais da China relativos à sua integridade territorial – questões de Taiwan, Tibete e Xinjiang, por exemplo – e à sua organização política, social e econômica – liberdades civis, democracia, direitos humanos, reconhecimento como economia de mercado, entre outros temas – não estão no centro da agenda bilateral China-África.

57 Os países africanos que mantêm relações com Taiwan são (dezembro de 2010): Burkina Faso (desde 1994), Gâmbia (desde 1995), São Tomé e Príncipe (desde 1997) e Suazilândia (desde 1968). Deve-se considerar, no entanto, que, desde a posse do Presidente Ma Ying-jeou (Kuomintang), em 2008, tem havido melhoria das relações interestreito. *Vide* anexo A, quadro 6 – Países africanos com relações com Taiwan.

A África, por seu turno, tampouco alimenta debates sobre a “ameaça chinesa” ou sobre “políticas de contenção”.

No plano do discurso político-diplomático chinês, as relações com a África se desenvolvem com base na construção de uma identidade entre países em desenvolvimento, com passado comum de repressão colonialista e necessidade de superar contradições e dificuldades internas igualmente comuns. Em paralelo à construção dessa identidade comum, a China mantém a retórica sobre suas intenções de promoção de uma relação de ganhos mútuos (“*win-win*”) entre iguais – como países em desenvolvimento –, que serve também ao propósito de dissipar qualquer interpretação de exploração neocolonialista na região.

Os aspectos fundamentais das políticas chinesas de promoção de um “desenvolvimento pacífico” e da construção de uma “sociedade harmoniosa”, como analisado acima, oferecem base – ao menos retórica – para a condução das relações com a África em conformidade com os interesses de Pequim.⁵⁸

Segundo o livro branco *China’s African Policy* (2006), intensificar a solidariedade e cooperação com os países africanos tem sido sempre um importante componente da “independente política externa da paz” promovida pela China, contribuindo para a construção de uma parceria caracterizada por igualdade política, cooperação econômica de ganhos mútuos e intercâmbio cultural”. O documento sublinha os “princípios gerais e objetivos” da política de Pequim para a África: “sinceridade, amizade, igualdade; benefício mútuo, reciprocidade e prosperidade comum; apoio mútuo e coordenação estreita; aprendizado recíproco e desenvolvimento comum”. No plano do discurso político-diplomático, a China propõe aos países africanos uma relação coerente com as grandes linha de sua política externa de não alinhamento com países ou grupo de países, de promoção de amizade e paz para a condução

58 Vide item 1.2.

de relações econômicas e geração de prosperidade. Esse conjunto de valores que permeia as relações com a África se mostra de grande utilidade na defesa contra críticas levantadas dentro e fora da África à política chinesa, sobretudo aquelas que identificam a formação de práticas neocolonialistas e o estabelecimento de relações de desigualdade – senão exploração – entre o país asiático e o continente africano.

Em sua relação presente com a África, a China mantém também vivos os “cinco princípios da coexistência pacífica”, que já norteavam o relacionamento sino-africano nos primeiros anos da República Popular. Entre os princípios estabelecidos, destaca-se, hoje, a não interferência em assuntos internos, que serve ao propósito de justificar a não imposição de condicionantes por parte de Pequim no oferecimento de cooperação econômica. A China não estabelece, por exemplo, qualquer vínculo entre seu oferecimento de cooperação e mudanças internas por parte dos governos africanos de condições políticas e sociais, tais como respeito aos direitos humanos, liberdades civis, combate à corrupção, considerados como assuntos internos de cada país. O fato de que os países desenvolvidos e os principais organismos internacionais doadores apresentem seu conjunto de condições – ou contrapartidas – à oferta de cooperação aos países africanos torna a relação com a China muitas vezes relativamente mais atraente. Como resultado, a RPC alcança colocar em marcha projetos bilaterais significativos na área econômico-comercial, os quais permitem a Pequim imprimir impulso aos relacionamentos bilaterais com os países africanos.⁵⁹

Em suma, a China apresenta para a África uma política que compreende um conjunto de valores coerente com os princípios fundamentais de sua diplomacia, que por sua vez tem origens nas formulações de sua primeira geração de líderes. As políticas de não interferência em assuntos internos, não imposição de condicionantes

59 ALDEN, Chris, *China in Africa*. Londres: Zed Books, 2007. p. 15.

e benefícios recíprocos estão fundamentadas nos “cinco princípios da coexistência pacífica” e se encontram em sintonia com a “independente política externa da paz”. Nesse contexto, desde meados dos anos 1990, as relações da China com a África se voltam para oportunidades de cooperação com vistas ao desenvolvimento econômico, associado à política chinesa de abertura ao exterior e aproveitamento dos benefícios da globalização, tendo como principal motor do relacionamento as trocas comerciais e os investimentos chineses na África.

Capítulo 2

O desenvolvimento da política externa chinesa para a África (de 1990 a 2010)

There is an African proverb which says, “If you want to go quickly, go alone. If you want to go far, go together.” There is also a Chinese saying that goes, “As distance can test a horse’s strength, so time can reveal a person’s heart.” I am convinced that as long as China and Africa go hand in hand with an enterprising spirit and cooperate on the basis of equality and mutual benefit, we will seize opportunities and overcome challenges to take the new type of China-Africa strategic partnership to a new level, and make China-Africa friendship and cooperation even more fruitful.

Wen Jiabao, Primeiro-Ministro do Conselho de Estado da República Popular da China ⁶⁰

O presente capítulo tem como propósito analisar o processo de aproximação entre a China e os países africanos, no período que compreende o final dos anos 1990 até 2010, por meio da intensificação das visitas de alto nível e desenvolvimento concomitante da cooperação,

⁶⁰ CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África – FOCAC. *Building the New Type of China-Africa Strategic Partnership, Speech by H.E. Wen Jiabao, Premier of the State Council of the People’s Republic of China, At the Opening Ceremony of the 4th Ministerial Conference of The Forum on China-Africa Cooperation*, Sharm El Sheikh, 8 de novembro de 2009.

notadamente no campo econômico-comercial. Inicialmente, serão examinadas as relações sino-africanas em seu período anterior, de 1950 a 1990, com vistas a identificar as bases das relações contemporâneas e elementos de continuidade na atuação diplomática chinesa na África. Nessa nova etapa da política externa da RPC para o continente, a criação e o desenvolvimento do FOCAC, como elemento de institucionalização das relações sino-africanas constitui seu eixo central. A partir das reuniões do Foro, serão abordadas as propostas mais expressivas no campo econômico-comercial, de investimentos, cooperação nas áreas de educação, cultura, científico-tecnológica, bem como assistência ao desenvolvimento nos padrões oferecidos pela China. Análise das visões sobre a eficiência do Foro e seu papel serão tratados no segmento final do capítulo.

2.1. Antecedentes da política externa chinesa para a África (1950-1990)

Há, hoje, um reconhecimento histórico de que os primeiros contatos entre a China e a África subsaariana se deram no século XV, durante a dinastia Ming, quando o navegador chinês Zheng He – muçulmano e conhecido como o “Grande Eunuco dos Três Tesouros” – empreendeu sete viagens pelo Pacífico e Índico e visitou por duas vezes a costa africana, entre 1403 e 1433. Esses contatos seriam o ponto de partida das relações entre a China e a África entendida como além do mundo árabe, ao qual os líderes chineses atuais se referem, recorrentemente, para ilustrar o quão antigos são os entedimentos entre as duas partes. As referências às viagens de Zheng também são utilizadas para indicar que tais contatos não foram seguidos de uma exploração do tipo colonialista, como fariam os europeus algumas décadas depois, como resultado de sua era de navegações. Deve-se reconhecer, entretanto, que as viagens do navegador chinês, cerca de meio século antes da chegada de Colombo às Américas, encerrar-se-iam

após um período de trinta anos e não levariam a um movimento de abertura do Reino do Meio ao mundo exterior, constituindo um fato praticamente isolado na história das relações externas da China.⁶¹

Um enorme hiato separa aqueles contatos no século XV das relações que se estabeleceram entre a China e os países africanos nos anos 50 e 60 do século XX. Durante esse longo período, o povo chinês e os povos africanos passaram por distintos encontros com o Ocidente e com o colonialismo.⁶² Após a fundação da República Popular, em 1949, a África se tornaria, progressivamente, importante para Pequim, sobretudo a partir do final dos anos 1950, quando a diplomacia chinesa começaria a ganhar impulso, buscando sair da sombra da União Soviética, após a Guerra das Coreias. Como indicado no Capítulo 1, o primeiro conjunto de ideias orientadoras da atuação externa da RPC – os “cinco princípios da coexistência pacífica” – havia sido formulado, em dezembro de 1953, em entendimentos com a Índia e, em seguida, refletido em comunicado conjunto da China, Índia e Myanmar, em 1954. Aqueles princípios foram, posteriormente, reiterados por Chou En-lai, Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, na Conferência de Bandung, em abril de 1955, e incorporados ao espírito da declaração emitida naquela ocasião.

O Egito seria o primeiro país africano a estabelecer relações diplomáticas com a RPC, em maio de 1956, após negociações encetadas entre Chou En-lai e Nasser durante a Conferência de Bandung.⁶³ Entre 1955 e 1969, a China ampliaria, significativamente, suas relações externas, aumentando o número de países com os quais mantinha relações diplomáticas, de 23 para cinquenta, grande parte dos quais africanos.⁶⁴

61 KWAA PRAH, Kwesi. Africa and China: then and now. In: MANJI, Firoze; MARKS, Stephen (Eds.). *African perspectives on China in Africa*. Cidade do Cabo: Fahamu; Pambazuka, 2007.

62 No caso da China, o período de enfrentamento do colonialismo se deu entre a Guerra do Ópio e a Rebelião Boxer, que durou da segunda metade do século XIX até 1903.

63 A Conferência Ásia-África ou Conferência de Bandung foi uma iniciativa conjunta dos governos da Índia, Indonésia, Myanmar (Burma), Paquistão e Sri Lanka (Ceilão), que contou com a participação de 29 países, entre os quais cinco africanos: Egito, Etiópia, Libéria, Líbia e Sudão.

64 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *The Second Upsurge in the Establishment of Diplomatic Relations*. 2000. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18056.htm>>. Acesso em: 12 out. 2010.

De uma perspectiva mais ampla, a política chinesa para a África pode ser dividida em duas fases principais: uma em que predominam motivações ideológicas e que coincide com o período de liderança de Mao Tsé-tung, de 1949 ao final dos anos 1970; e outra, de 1978, quando se iniciam as políticas de reforma e abertura da China, até o presente, na qual se desenvolve um “pragmatismo político e econômico”. Alguns autores, como Li Anshan, identificam uma fase de transição, entre 1978 e 1994, marcada essencialmente por um “pragmatismo político”.⁶⁵

Durante a primeira fase das relações sino-africanas, Pequim apoiou movimentos de independência e concedeu ajuda governamental a diversos países, como parte de sua política de atrair os novos países à sua esfera de influência e propagar os ideais do comunismo. No 8º Congresso Nacional do Povo (1956), do qual participaram delegações de partidos políticos de 56 países, Mao Tsé-tung declarou que daria forte apoio aos movimentos de independência na Ásia, África e América Latina.⁶⁶ À medida que países africanos declaravam independência, a RPC oferecia reconhecimento ao novo estado e propunha relações com base nos “cinco princípios da coexistência pacífica”, obtendo, por sua vez, o reconhecimento daqueles novos países à República Popular e não à República da China (Taiwan). Ao longo dos anos 1960, a RPC travava intensa batalha com a República da China, de Chiang Kai-chek, por reconhecimento diplomático na comunidade internacional. Taiwan era reconhecida pelos EUA e grande parte dos países desenvolvidos. Nesse sentido, a ampliação das relações com os países africanos era valiosa para Pequim, que buscava renovar, a cada ano, suas tentativas de recuperar o assento nas Nações Unidas.

65 ANSHAN, Li. China's New Policy toward Africa. In: ROTBERG, Robert (Ed.). *China into Africa, Trade, Aid and Influence*. Washington, DC: Brookings Institutions Press, 2008. p. 21-22. O Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC indica o ano de 1979 como divisor das duas primeiras fases das relações sino-africanas recentes. Ver CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *A Long-term stable China-Africa Relationship of All-round Cooperation*. 2000. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18036.htm>>. Acesso em: 21 out. 2010.

66 DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PCCH. *The Outstanding Results of CPC's International Relations*. 2007. Disponível em: <<http://www.idpc.cn/english/inrelations/outstandingresults.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2010.

Nos anos 1950 e 1960, a RPC se posicionava na linha de frente da luta contra o colonialismo, o imperialismo e o revisionismo no Terceiro Mundo. A ruptura entre Pequim e Moscou, nos anos 1960, também marcaria as relações da RPC com países africanos, na medida em que o país asiático rejeitaria estabelecer relações com países que se posicionassem a favor da URSS.⁶⁷ O apoio que Pequim conquistava com as novas relações estabelecidas no continente africano era de valia também no contexto dos conflitos com a URSS, além das rivalidades com os EUA em torno da questão da independência de Taiwan.⁶⁸

Com vistas a consolidar a amizade formada com os países asiáticos e africanos a partir da Conferência de Bandung, Chou En-lai realizou, em princípios dos anos 1960, três visitas à Ásia e à África.⁶⁹ Na terceira viagem, de dezembro de 1963 a janeiro de 1964, dedicada aos países africanos, Chou lançou os “Cinco Princípios que Governam o Desenvolvimento das Relações com os Países Árabes e Africanos” e os “Oito Princípios de Assistência Econômica” (*vide* anexo A, quadros II e III).⁷⁰ Mais do que promover o desenvolvimento dos países africanos, a China buscava, por meio daqueles projetos, colocar-se ao lado dos povos africanos na luta contra o colonialismo e o imperialismo, ajudando-os a formar símbolos concretos de sua independência em relação às ex-metrópoles. Ao final dessa primeira fase das relações sino-africanas, a China já contava, em 1978, com o estabelecimento de relações diplomáticas com 43 países africanos.⁷¹

As mudanças no cenário interno da RPC, nos anos 1960, em função sobretudo da Revolução Cultural, não levariam a mudanças nas bases dogmáticas da política externa chinesa para a África. A diplomacia

67 ANSHAN, Li. China and Africa: Policy and Challenges. *China Security*, v. 3, n. 3, 2007.

68 RAINE, Sarah. *China's African Challenges*. Londres: The International Institute for Strategic Studies, 2009. p. 16.

69 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Premier Zhou Enlai's Three Tours of Asian and African countries. 17 nov. 2000. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18001.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

70 MINGHUI, Kong. Sino-African Relations and China's Policy Towards Africa. In: CHINESE ACADEMY OF SOCIAL SCIENCES (CASS), Bureau of International Cooperation, 2003. Disponível em: <http://bic.cass.cn/english/infoShow/Arcitle_Show_Conference_Show.asp?ID=32&Title=&strNavigatio>. Acesso em: 22 nov. 2010.

71 ANSHAN, 2007.

chinesa, naquele período, seria fortemente influenciada por correntes de ultraesquerda, que defendiam a “exportação da revolução” como objetivo central nas relações com o continente africano. Tal política se afastava, entretanto, do princípio de não interferência em assuntos internos defendido por Pequim como um dos “cinco princípios da coexistência pacífica”. No final dos anos 1960, a China abandonaria sua política de “exportação da revolução” e daria impulso a programas de assistência governamental na África, os quais seriam qualificados como “livres e incondicionais”⁷². Com o desenvolvimento das políticas de cooperação, a RPC chegaria a ter, em meados da década de 1970, número mais elevado de projetos assistenciais na África do que os Estados Unidos.⁷³ Na verdade, o recurso à ajuda governamental como forma de ampliar as relações bilaterais do país asiático na África já se encontrava nas formulações de Chou En-lai, por ocasião de sua visita ao continente de dezembro de 1963 a dezembro de 1964.⁷⁴

Na metade dos anos 1960, as relações entre a RPC e a URSS chegaram a ponto crítico de desconfiança e distanciamento. Pequim e Moscou deixavam de lado as intenções manifestadas no Acordo Sino-Soviético de Amizade, Aliança e Assistência Mútua, firmado em 1950. Nesse período, foi marcante a apresentação do artigo do então Ministro da Defesa Nacional, Lin Biao, “Longa Vida à Vitória da Guerra Popular”, que revelava a crescente confiança da China na promoção da revolução e sua intenção de assumir liderança entre os países do Terceiro Mundo. Na concepção de Mao Tsé-tung sobre “zonas intermediárias entre o capitalismo e o socialismo”, haveria uma área de disputa, na qual as contradições de cada sistema se faziam mais acentuadas. A África, no contexto dos interesses chineses, seria,

72 ANSHAN, 2007

73 TAYLOR, Ian. *Understanding Africa's Place in World Politics*. Nova York: Routledge, 2004. p. 13.

74 Os países visitados por Chu foram Argélia, Egito, Etiópia, Gana, Guiné, Mali, Marrocos, Somália, Sudão e Tunísia. (MINGHUI, 2003).

assim, uma dessas zonas, na qual a RPC deveria exercer uma “contra-influência soviética”.⁷⁵

Ainda naquele período, o apoio dos países africanos ao pleito de Pequim foi fundamental para que, após fracassadas tentativas, a RPC fosse aceita, em 1971, nas Nações Unidas, por meio da Resolução 2758, da Assembleia Geral, que a reconhecia como a “única representante legal nas Nações Unidas”. O grupo de países africanos em favor da RPC, composto por 26, representou cerca de um terço dos votos obtidos por Pequim na moção.⁷⁶ A admissão na ONU foi determinante, ainda, para que a RPC fosse reconhecida no lugar de Taiwan por 46 países, no período de 1971 a 1979.⁷⁷ O apoio dos países africanos a uma causa que remetia aos interesses fundamentais da República Popular, como apontado no Capítulo 1, passaria a ser retomado, de forma recorrente, pela diplomacia chinesa, como prova da amizade africana. É certo que, ainda nos anos 1960, a China reconhecia o quão valioso seria contar com o apoio, em instâncias multilaterais, de um numeroso grupo de países.

Durante a Revolução Cultural, de maio de 1966 a outubro de 1976,⁷⁸ a vida política chinesa foi marcada por intensos embates, tensão e instabilidade, sobretudo em seus primeiros quatro anos. Definido como uma luta contra o revisionismo burguês e o capitalismo, o movimento seria reconhecido, posteriormente, pelos dirigentes chineses como “responsável pelo mais severo atraso e as mais pesadas perdas sofridas pelo PCCh, o estado e o povo chineses”, como atesta a “Resolução sobre Certas Questões na História de Nosso Partido desde a Fundação da República Popular da China”, adotada pela 6ª Sessão Plenária do XI Comitê Central do PCCh (1981).⁷⁹ Durante aqueles

75 RAINÉ, 2009, p. 17-18.

76 RAINÉ, 2009, p. 17-18.

77 TAYLOR, 2004, p. 28. Entre os países com os quais a RPC estabeleceu relações diplomáticas naquele período, estavam: Japão (1972), Brasil (1974) e EUA (1979).

78 A Revolução Cultural foi formalmente terminada no IX Congresso Nacional do PCCh, em 1969. Considera-se que seu fim, em termos práticos, só se deu em 1976, após a morte de Mao Tsé-tung e a prisão da “Gang dos Quatro”.

79 SCHELL, Orville; SHAMBAUGH, David (Eds.). *The China Reader, the Reform Era*. Nova York: Vintage Books, 1999. p. 37.

anos, a diplomacia chinesa sofreria também os efeitos da instabilidade política interna e os interesses de Pequim na África não deixariam de ser afetados.

Já em 1974, quando havia passado a fase mais crítica da Revolução Cultural, a “teoria dos três mundos” (*sange shijie*), lançada por Mao Tsé-tung, buscava renovar os laços de solidariedade entre a China e os países em desenvolvimento. Abandonando a visão de uma “zona intermediária” entre o mundo liderado pelos EUA e pela URSS, Mao identificava um “primeiro mundo” que agrupava as duas maiores potências, com forças imperialistas e exploradoras; um “segundo mundo”, formado pelos países aliados das duas potências; e o “terceiro mundo”, constituído pelos países em desenvolvimento.⁸⁰ A teoria de Mao sugeria um papel proeminente da China entre os países do “terceiro mundo”. A estratégia chinesa de oposição às duas maiores potências era um contraponto à aproximação entre Pequim e Washington – cujo sinal mais claro fora a visita de Nixon a Pequim, em 1972, precedida de encontros secretos entre Kissinger e a alta cúpula do PCCh –, explicado pela parte chinesa como “estratégia de formar uma aliança contra um oponente [USRR]”.⁸¹

O papel da China como uma liderança na África, nos anos 1960 e 1970, é, entretanto, apontado como um exagero por autores, como Gerald Segal, que reconhecem apenas um papel periférico de Pequim no continente.⁸² Nessa linha de argumentação, podem ser citados o fracasso do movimento angolano “Frente Nacional de Libertação”, que contou com o apoio de Pequim e a escassa ajuda que a China teria concedido a Moçambique e Zâmbia em seus períodos pós-independência. Analistas chineses, como Li Anshan, ecoam, por sua vez, os discursos contemporâneos das autoridades chinesas,

80 A elaboração de Mao sobre os “três mundos” teria origem nas conversações com Kenneth Kaunda, primeiro presidente da Zâmbia, em 1974. (LANTEIGNE, 2009, p. 132).

81 RAINE, 2009, p. 18-19.

82 RAINE, 2009, p. 20-21.

que enfatizam a ajuda ao desenvolvimento concedida pela RPC aos países africanos desde os anos 1960 – além do apoio político de Pequim aos movimentos de independência –, defendendo que os laços de solidariedade entre chineses e africanos não são recentes. Um dado relevante sobre a ajuda da China aos países africanos é o número de projetos – superior a oitocentos – que contavam com a participação de Pequim, entre 1950 e 1980, sobretudo em infraestrutura e agricultura.

Significativa nesse período foi a construção da Grande Ferrovia Tazara (Tanzania Zambia Railway Authority ou Tam-Zam), ligando o polo de exploração do cobre na Zâmbia ao porto de Dar es Salaam, na Tânzania, no que foi o maior projeto já financiado e executado pela RPC fora de seu território. Tratava-se de uma concepção desenvolvida pelo inglês Cecil Rhodes, que defendia, ainda no século XIX, uma ligação férrea entre as colônias britânicas – “do Cairo ao Cabo” –, recuperada nos anos 1960. Um empréstimo para desenvolver o projeto havia sido negado pelo Banco Mundial, em 1964, e sucessivamente pelos EUA, Reino Unido, Japão, URSS e pelo Banco de Desenvolvimento Africano. A China assinaria, em 1967, acordo com os dois países africanos. A construção da mais longa ferrovia africana durou cinco anos – concluída em 1975 – e empregou vinte mil trabalhadores chineses, em formato que se tornaria modelo para projetos chineses no continente africano.⁸³ Embora até o presente persistam dificuldades para sua viabilidade econômica, o projeto se tornou emblemático da amizade entre a China e os países africanos.⁸⁴

A segunda fase do relacionamento sino-africano, marcada pelo pragmatismo econômico, inicia-se no final dos anos 1970, quando já havia terminado a Revolução Cultural, e Mao Tsé-tung, falecido, em 1976. Naqueles anos, a RPC passaria a buscar caminhos de renovação, que levariam aos processos de reforma e abertura de Deng Xiaoping, abandonando as políticas ideológicas que marcavam o relacionamento

83 SNOW, Philip. *The Star Raft: China's Encounter with Africa*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1988.

84 SHANGLIN, Luan. Railway Symbolizes Sino-African Friendship. *Xinhua News Agency*, 22 jun. 2006. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2006-06/22/content_4734927.htm>. Acesso em: 24 nov. 2010.

com os países africanos. No Congresso do PCCh de 1978, Deng proporia redirecionar os esforços da nação “da luta revolucionária para o desenvolvimento econômico interno”. Em relação à África, a China passaria a adotar, de fato, uma política de “não interferência”, encorajando os países africanos a adotarem modelos políticos e econômicos de desenvolvimento que fossem compatíveis com suas circunstâncias internas. Em conversa com o Secretário-Geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, em agosto de 1982, Deng confirmaria que o objetivo central de sua política externa era apoiar o desenvolvimento econômico da China. Em discurso na Comissão Militar Central, em junho de 1985, o líder chinês apresentaria os fundamentos da política externa da RPC, enfatizando que “o País [iria] concentrar-se no desenvolvimento econômico de forma a tornar-se uma economia socialista forte e moderna”, completando que “o desenvolvimento econômico é o nosso objetivo prioritário ao qual tudo o mais deve se subordinar”.⁸⁵

Ian Taylor define os anos 1980, quando a China inicia seu processo de reformas internas, como “anos de negligência” em relação à África, quando o país asiático teria perdido interesse pelo continente. Ao receber o Vice-Presidente da Tanzânia, em abril de 1985, Deng Xiaoping diria: “socialism [did] not mean poverty. Without developing the productive forces and improving people’s living standards, you cannot say you are building socialism”. Na condução de sua política externa, a China não deixaria de dar atenção às relações com as duas grande potências, como evidenciava a troca de visitas de alto nível com os EUA.⁸⁶ A China manteria, entretanto, seu discurso de país em

85 SHELTON, Garth. China, Africa and Asia Advancing South-South Co-operation. In: BORON, Atilio A.; LECHINI, Gladys. Politics and Social Movements in an Hegemonic World: Lessons from Africa, Asia and Latin America. CLACSO, Buenos Aires, jun. p. 347-383. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/politics/Shelton.rtf>>. Acesso em: 15 out. 2011.

86 As principais visitas foram: Vice-Premier Deng Xiaoping, 1979; Vice-Presidente Mondale, 1979; Premeir Zhao Ziyang, 1984; Presidente Reagan, 1984; Presidente Li Xiannian, 1985; Vice-Presidente Bush, 1985. Deng Xiaoping, que detinha o cargo de Vice-Primeiro-Ministro, embora fosse, na prática, a maior liderança política, realizou visita a Washington poucas semanas após o estabelecimento completo de relações diplomáticas entre a RPC e os EUA, em 1º de janeiro de 1979, quando foi emitido um segundo comunicado conjunto dos dois países. EMBAIXADA

desenvolvimento. Taylor sublinha que a China via a problemática dos países em desenvolvimento como “irrelevantes em grande medida”, em sua busca de modernização do país e ambiente de paz no plano internacional.⁸⁷

Essa visão sobre distanciamento entre a China e a África desconsidera, no entanto, os intercâmbios sino-africanos de alto nível que se realizaram naquele período. De dezembro de 1982 a janeiro de 1983, o Primeiro-Ministro Zhao Ziyang realizou um *tour* por onze países africanos,⁸⁸ em que buscava colocar em prática a nova política chinesa para a África, resumida nos “Quatro Princípios para a Cooperação Econômica e Tecnológica com a África” (anexo A, quadro IV).⁸⁹ Desde a visita de Chou En-lai ao continente, num intervalo de quase vinte anos, não havia se realizado outra missão chinesa naquele nível. Da missão de Zhao, resultaram um empréstimo de US\$ 33 milhões e a ampliação da cooperação militar com o Zimbábue. No então Zaire, foi anunciado o perdão de dívida (US\$ 100 milhões) ao regime de Mobuto. Ainda durante o périplo, foi revelado que a China negociava a normalização de relações com Angola, cujo governo mantinha laços com a URSS, o que até então separava Pequim de Luanda.⁹⁰ A viagem de Zhao desencadeou, nos anos subsequentes, algumas dezenas de missões africanas a Pequim, bem como missões chinesas a capitais africanas.⁹¹

Li Ansham define os anos 1980 como uma fase de “transição” nas relações sino-africanas.⁹² É certo, no entanto, que durante a primeira

DOS EUA EM PEQUIM. 30 Years of US-PRC Diplomatic Relations: High Levels Visits & Speeches. Disponível em: <<http://beijing.usembassy-china.org.cn/highlevel.html>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

87 TAYLOR, Ian. *China in Africa, Engagement and Compromise*. Londres: Routledge, 2006. p. 59-60.

88 Argélia, Congo, Egito, Gabão, Guiné, Marrocos, Quênia, Tanzânia, Zaire, Zâmbia, Zimbábue. MINGHUI, 2003.

89 Os quatro princípios podem ser resumidos em: equidade e benefício mútuo; ênfase em resultados práticos da cooperação; diversidade no formato; e progresso para ambas as partes. (BRAUTIGAM, 2009, p. 314).

90 A RPC estabelecerá relações diplomáticas com Angola em janeiro de 1982. O país africano se tornaria em algumas décadas um dos principais parceiros comerciais da China no continente e um de seus maiores fornecedores de petróleo.

91 MANNING, Robert A. The Third World looks at China. In: HARRIS, Lillian C.; WORDEN, Robert. *China and the Third World*. Dover, MA: Auburn House Publishing Co., 1986. p. 147-150.

92 ANSHAN, 2008.

década das reformas políticas da RPC, incluindo-se a reformulação de sua política externa, sob o comando de Deng Xiaoping e, posteriormente, de Jiang Zemin, as atenções de Pequim já se voltavam, prioritariamente, para as relações com os EUA, a URSS e a Europa, bem como com os países da vizinhança, na Ásia do Leste, do Sul e Central. Naquele período, a China buscava formar uma base de estabilidade em seu entorno, melhorando as relações com os vizinhos, incluindo-se o Japão.⁹³

Essa segunda fase da política externa chinesa para a África, que se desenvolve, em termos práticos, a partir de 1983, foi resultado das deliberações da 12ª Assembleia Nacional do PCCh, no ano anterior. Essa assembleia marcaria oficialmente a passagem de uma política que enfatizava “a guerra e a revolução” para outra, que defendia “a paz e o desenvolvimento”. A política chinesa mudava, significativamente, de uma “economia a serviço da diplomacia” para uma “diplomacia a serviço da economia”, como aponta Li Anshan.⁹⁴

Nos anos 1980, o foco da política chinesa para a África deixa de ser a “assistência ao desenvolvimento” para torna-se “desenvolvimento conjunto”. Li indica que essa mudança se insere no quadro de dois novos e importantes elementos estratégicos da política chinesa lançados na 12ª Assembleia do PCCh e que perduram até o presente: a determinação de que o país daria prioridade a seu desenvolvimento econômico interno e a formulação da “política externa independente e pacífica”.

É certo que os anos 1980 foram marcados por uma reavaliação por parte de Pequim sobre suas relações com a África. Um novo paradigma de relacionamento com o continente se iniciava, motivado pela cooperação econômico-comercial em nome do desenvolvimento conjunto. Nesse sentido, os princípios de cooperação econômica e técnica lançados pelo Premier Zhao seriam uma mudança importante

93 LANTEIGNE, 2009, p. 127.

94 ANSHAN, 2008.

em relação às políticas de Mao de engajamento ideológico e grandes e custosos projetos assistenciais. Esse novo paradigma não abandona, entretanto, as formulações sobre política externa dos anos 1950, em especial os fundamentos de “não interferência em assuntos internos” e “não imposição de condicionantes”, que compõem os “cinco princípios de coexistência pacífica” de Chou En-lai. Elemento também importante da formulação de Zhao é a incorporação de “resultados práticos” e “diversidade de engajamento”, a qual inclui cooperação com outros países envolvidos na África.⁹⁵

Desde o primeiro estabelecimento de relações diplomáticas na África (Egito) até os anos 1990, a política externa chinesa para o continente sofreu mudanças, assumindo novos contornos até o presente. Haveria, no entanto, a permanência, ao longo de todo esse período, de princípios fundamentais que estão na base da política externa da República Popular, tais como os formulados por Chou En-lai, como mencionado no Capítulo 1. É interessante notar, ainda, que muitos dos elementos da atual política chinesa para a África se inspiram, ou mesmo as repetem, nas abordagens e iniciativas daquele primeiro período das relações sino-africanas (1950-90). Tais elementos compreendem as declarações governamentais chinesas em resposta aos dirigentes e elites africanas, o emprego de recursos governamentais e de mão de obra chinesa na execução de grandes projetos econômicos e o uso de projetos emblemáticos de cooperação para marcar de maneira prestigiosa e com grande visibilidade as relações bilaterais.⁹⁶

2.2. A intensificação de visitas de alto nível e a construção de parcerias

Passados os primeiros dez anos de reformulação da política externa chinesa, no período sob o comando de Deng Xiaoping e de Jiang

⁹⁵ RAINE, 2009, p. 23.

⁹⁶ ALDEN, Chris. *China in Africa*. Londres: Zed Books, 2007, p. 17.

Zemin, em que Pequim concentrou sua atenção nas relações com as grandes potências e com os países vizinhos e, ao mesmo tempo, mudava o padrão de relações com a África, como analisado anteriormente, a China começa, nos anos 1990, a renovar suas relações com os países em desenvolvimento além da região asiática. Nesse contexto, as relações com a África ganham novo impulso, beneficiando-se do movimento de ampliação da diplomacia chinesa, que passa a recorrer, com mais frequência, a encontros de cúpula, cooperação econômica e a iniciativas de diplomacia pública. Durante os anos 1990, a China iniciaria um movimento de melhora das relações bilaterais com determinados países, por meio de “parcerias privilegiadas” (*huoban*), fundamentadas em estreita cooperação e compartilhamento de interesses em questões regionais e internacionais. Foi o caso da “parceria estratégica” formada com o Brasil em 1993, com a Rússia em 1996, com o Canadá e com o México em 1997, com o Egito em 1999, entre outras (anexo A, quadro VIII). Esse movimento indicava as primeiras tentativas da RPC em desenhar uma renovada e ativa diplomacia, com frentes políticas e econômicas, além de sua esfera de atuação regional.⁹⁷

Marc Lanteigne indica três fatores que decisivamente influenciaram, naqueles anos, as relações com a África: a intenção de Pequim de normalizar suas relações externas, após o episódio da *Tiananmen* (Praça da Paz Celestial), em junho de 1989, que levou a um certo isolamento da RPC, não esperado pelos dirigentes do país;⁹⁸ interesse crescente no desenvolvimento de parcerias para aproveitamento de recursos naturais africanos; e a crescente confiança de Pequim em sua diplomacia além da região asiática. Também favorável à China foi o fato de que, livre de um legado colonialista na África, pôde distanciar-se simbolicamente da atuação das grandes

97 LANTEIGNE, 2009, p. 129-128.

98 Esse fator influenciou também, pelo lado chinês, o estabelecimento da parceria estratégica sino-brasileira, em 1993, a primeira parceria desse tipo formada pela China, ver: BIATO JUNIOR, Oswaldo. *A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: Origens, Evolução e Perspectivas* (1993-2006). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2010, p. 43-44.

potências no continente e invocar, como país em desenvolvimento, sua disposição para a cooperação Sul-Sul.⁹⁹

No período pós-Tiananmen, em que a China sofreria sanções econômicas dos EUA, da Europa ocidental e do Japão, frentes prioritárias da política externa voltada para o projeto de modernização e abertura do país, as relações com a África ganhariam renovada atenção. A RPC voltava, com mais entusiasmo, a empenhar ajuda ao desenvolvimento e a estimular o comércio com países africanos. Ainda em novembro de 1989, Pequim sediou o seminário China-África sobre Reforma e Ajustes Econômicos, com a participação do Banco de Desenvolvimento Africano (AfDB), com o qual o Governo central buscava realizar novos projetos. O primeiro Chanceler a visitar a China após o incidente de *Tiananmen* foi de um país africano (São Tomé e Príncipe, em 29 de junho de 1989), bem como o primeiro Chefe de Estado (Burkina Faso, em setembro de 1989). A primeira visita ao exterior do Presidente Yang Shangkun, depois do episódio de *Tiananmen*, também foi a um país africano (Egito, em dezembro de 1989).¹⁰⁰ Durante nova visita do Presidente Yang à África, em julho de 1992, confirmavam-se os elementos da política para o continente: apoio à África para salvaguardar a soberania e a independência de seus países; oposição à intervenção estrangeira e desenvolvimento de suas economias; respeito aos diferentes sistemas políticos e caminhos econômicos para o desenvolvimento escolhidos pelos países africanos; apoio à união e à cooperação africanas; apoio à Organização da União Africana (OUA); confiança na ativa participação da África no sistema internacional como membros iguais aos demais; apoio à cooperação econômica com a África. Em suma, o mundo em desenvolvimento e, em particular, a África teriam sua prioridade novamente elevada no âmbito da política externa chinesa. Assim, a diplomacia da terceira

99 LANTEIGNE, 2009, p. 133.

100 BO Zhiyue. China's design of global governance. In: JING Men; BARTON, Benjamin (Eds.). *China and the European Union: partners or competitors?* Surrey: Ashgate Publishing, 2011, p. 26-27.

geração do poder da República Popular, no pós-1989, recuperava a retórica dos anos 1970 e todo o conjunto de componentes da política sino-africana de “amigos de toda hora” (*all-weather-friends* ou *quantiantou pengyou*), que se mantém até o presente.¹⁰¹

Desse modo, naquele período, intensificaram-se novamente as visitas de altas autoridades chinesas ao continente africano, por meio das quais Pequim buscava dar nova forma ao relacionamento, de cunho pragmático, proposto para a África (*vide* Anexo A, Quadro IX).¹⁰²

Em 1991, por iniciativa do Chanceler Qian Qichen, inicia-se a prática de o Ministro dos Negócios Estrangeiros da RPC inaugurar seu calendário anual de visitas ao exterior com uma viagem a países africanos.¹⁰³ O próprio Qian, entre 1991 e 1995, realizou visitas a 36 países africanos. Essa prática, que já completou vinte anos, foi qualificada pelo Chanceler Yang Jiechi como uma “tradição não escrita da diplomacia chinesa”, em seu périplo africano de janeiro de 2009, e, sem dúvida, é bem recebida pelos países africanos, por sinalizar a importância que Pequim atribui ao continente.¹⁰⁴

Em 1996, o Presidente Jiang Zemin realizaria a mais importante visita de uma autoridade chinesa à África naquele período. Tratava-se também de sua primeira viagem ao exterior como Presidente da RPC. Além de assinar mais de vinte instrumentos de cooperação bilateral com os seis países incluídos em seu périplo – Egito, Etiópia, Mali, Namíbia, Quênia e Zimbábue –, Jiang realizou visita oficial à sede da OUA, sinalizando que o relacionamento proposto por Pequim transcendia a esfera bilateral com cada país africano. Em discurso na OUA, o Chefe de Estado chinês apresentou a “Proposta de Cinco Pontos” para o desenvolvimento de relações estáveis e de longo prazo entre a China e os países africanos no século XXI: i) promover sincera

101 TAYLOR, Ian. *The Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC)*. Nova York: Routledge, 2011, p. 21-22.

102 MINGHUI, 2003.

103 EMBAIXADA DO BRASIL EM PEQUIM. *Telegrama* em jul. 2007.

104 JIECHI, Yang. . Duo de l'amitié traditionnelle. *Le Matin*, 6 jan. 2009.

amizade entre os dois lados e fazer um do outro “o amigo de todas as horas”; ii) tratar um ao outro como igual e respeitar a soberania do outro e abster-se de interferir em assuntos internos da outra parte; iii) buscar o desenvolvimento conjunto com base no benefício mútuo; iv) aprofundar consultas e cooperação em assuntos internacionais; e v) olhar o futuro e criar um mundo esplêndido.¹⁰⁵ Jiang Zemin repetia o espírito das propostas de cooperação de Chou En-lai dos anos 1950, apresentando, no entanto, um conteúdo político mais pragmático que ideológico. A China dos anos 1990 já sustentava considerável intercâmbio comercial com a África, que lhe fornecia produtos primários e oferecia fontes alternativas de petróleo. Ainda na visita à OUA, Jiang lançou as primeiras ideias sobre uma cúpula China-África, que resultaria, quatro anos depois, no estabelecimento do FOCAC.¹⁰⁶

Com Jiang Zemin, que visitou o continente africano também em 1999, 2000 e 2002, iniciava-se, de forma consistente, a diplomacia presidencial chinesa na África. A primeira viagem ao exterior de Hu Jintao, como Vice-Presidente, foi à África, em 1999. De 2004 a 2010, Hu Jintao, já Presidente da RPC, realizou seis visitas ao continente. As visitas da alta cúpula do Governo central à África se tornariam oportunidade para lançamento de projetos de parceria econômico-comercial e fortalecimento das relações políticas, com grande visibilidade (Anexo A, Quadro 9).

No final dos anos 1990, um novo cenário se forma nas relações da RPC com a África no que diz respeito à disputa com Taiwan sobre o reconhecimento por parte de países africanos. O impulso que ganhava a economia da China continental naqueles anos a colocava em posição mais favorável, no que ficou conhecida como “diplomacia do dólar”, que seria praticada nas décadas anteriores pelos dois lados do estreito – empréstimos e concessões em troca do reconhecimento. A decisão

105 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. President Jiang Zemin's Visit to Six African Countries. 7 nov. 2000. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18035.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

106 RAINE, 2009, p. 23.

de Pretória, após longas negociações com Pequim, de romper relações diplomáticas com Taiwan e reconhecer a RPC e apoiar a política de “uma só China”, em janeiro de 1998, foi decisiva para esse movimento favorável à República Popular. Em 1997, Taipé mantinha relações com dez países africanos, número que se reduziu a quatro em 2008: Burkina Faso, Gâmbia, São Tomé e Príncipe e Suazilândia.¹⁰⁷ À exceção do país lusófono, que detém depósitos de petróleo, todos os demais países oferecem um intercâmbio político e econômico de reduzido valor para Taiwan. Seria marcante a diferença entre a reunião de cúpula do FOCAC, em Pequim, em 2006, que reuniu 48 países africanos e a Cúpula China-África, em Taipé, no ano seguinte, que reuniu apenas cinco países africanos, evidenciando o fortalecimento da RPC no continente (Anexo A, Quadros 5, 6 e 7).

Na visão de Lu Shaye, Diretor-Geral do Departamento de África da Chancelaria chinesa, o aprofundamento das relações sino-africanas nos anos 1990 seria determinado pela conjunção de importantes fatores externos e internos. Após o fim da Guerra Fria, há um desinteresse relativo dos EUA e demais países desenvolvidos pelo continente africano, o que se traduz em menor atenção política e menores investimentos na África. No plano interno, a RPC vivia processo de crescimento econômico, resultado da implementação das reformas de Deng Xiaoping e dos dirigentes da terceira geração. O crescimento da economia chinesa, por sua vez, criava novas oportunidades para as relações sino-africanas e dava à RPC maior capacidade e meios para a cooperação com o continente. Haveria, assim, uma “combinação de duas circunstâncias” que pode ser vista como uma “histórica coincidência”.¹⁰⁸

Como resultado da diplomacia chinesa mais ativa na África ao longo dos anos 1990 e de um intercâmbio econômico mais intenso

107 A RPC estabeleceu relações com Guiné-Bissau e África Central, em 1998; Libéria, em 2003; Senegal, em 2005; Chade, em 2006; e Malauí, em 2008.

108 BEECH, Hanna. Interview with Mr. Lu Shaye, Director-General of Department of African Affairs. *Time Magazine*, 17 set. 2010.

naquele período, as relações entre a RPC e o continente africano passavam de uma fase de relativa marginalização, na década anterior, para uma de crescente dinamismo, que se prolonga até o presente.

2.3. Institucionalização das relações sino-africanas: o FOCAC (2000-2010)

Novo e significativo impulso às relações sino-africanas é dado com a criação do FOCAC, que se tornaria o principal instrumento da diplomacia chinesa para a África, a partir do qual iniciativas de cooperação e de diálogo político em alto nível se estabelecem. O Foro é criado na sequência do aprofundamento dos intercâmbios entre o país asiático e o continente observado desde as primeiras visitas de Jiang Zemin e demais altos dirigentes chineses à África, ao longo da década anterior. Chris Alden aponta que o FOCAC teria como modelo de inspiração o processo de Cúpulas França-África, iniciado em 1973.¹⁰⁹ A diplomacia chinesa dava uma nova forma ao relacionamento com a África, por meio da construção de estrutura institucional específica, o que nunca havia sido aplicado nas relações com outro grupo de países ou região.

Em cartas ao Secretário-Geral da OUA, Salim Ahmed Salim, e a todos os Chefes de Estado dos países africanos com os quais a RPC mantinha relações diplomáticas, o Presidente Jiang Zemin propõe oficialmente, em outubro de 1999, uma reunião regular em nível ministerial entre a China e estados africanos.¹¹⁰ O mecanismo é inaugurado com uma conferência ministerial em Pequim, em outubro de 2000, à qual compareceram ministros da China e de 44 países africanos. Além do Presidente Jiang Zeming, do Primeiro-Ministro Zhu Ronji e do então Vice-Presidente Hu Jintao, pelo lado chinês,

¹⁰⁹ ALDEN, 2007, p. 30.

¹¹⁰ FOCAC. *China-Africa Relations Board the Ship of a New Century*. 29 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/bjzl/t404145.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2010.

participaram da abertura e encerramento daquela primeira reunião ministerial os presidentes da Argélia, da Tanzânia, do Togo e da Zâmbia e o Secretário-Geral da OUA (*vide* Anexo A, Quadro X).

Segundo o Chanceler Tang Jiaxuan, em discurso na abertura da Primeira Reunião Ministerial, em 2000, o FOCAC foi uma iniciativa chinesa em resposta a propostas de países africanos no sentido da abertura de canais de diálogo e cooperação entre a China e a África. Tang assinalava, ainda, a “profunda e tradicional amizade entre a China e a África”, a “inexistência de conflitos de interesse fundamental [entre as partes], mas, ao contrário, o compartilhamento de extensos interesses comuns na salvaguarda da paz e promoção do desenvolvimento”. Nessas bases, o FOCAC constituiria, como exposto pela autoridade chinesa, “um arcabouço para o desenvolvimento das relações China-África no novo século”. Ainda segundo Tang, o Foro seria uma forma de “elevar as relações sino-africanas e, de modo mais eficaz, tratar os novos problemas e desafios no contexto de um situação internacional em mudança”.¹¹¹ Alden indica que as origens do FOCAC são, entretanto, explicadas de forma diferente por distintos diplomatas chineses: alguns confirmando que seria uma resposta ao apelo africano e outros sugerindo que se tratava de uma reação chinesa à profusão de eventos africanos que a Administração Clinton promovera em seus últimos anos, como a *National Summit on Africa*, o *US Africa Ministerial Conference*, de 1999, e as visitas presidenciais de Bill Clinton ao continente, em 1998.¹¹²

Em sua reunião inaugural, foram adotados a Declaração de Pequim sobre o Foro de Cooperação Sino-Africana e o Programa para a Cooperação Sino-Africana de Desenvolvimento Econômico e Social.¹¹³

111 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Speech by Foreign Minister Tang Jiaxuan at Forum on China-Africa Cooperation*. 10 out. 2000. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/zyjh/t24968.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

112 ALDEN, 2007, p. 30.

113 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Foro de Cooperação China-África - FOCAC. Beijing Declaration of the Forum on China-Africa Cooperation e Programme for China-Africa Cooperation in Economic and Social Development*. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dyjbzjhy/DOC12009>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

A Declaração de Pequim, documento político de estabelecimento do mecanismo, reafirma os princípios fundamentais e temas prioritários da cooperação sino-africana e se refere aos princípios básicos das relações entre os estados, conforme a Carta das Nações Unidas, a importância da solução de disputas internacionais por meios pacíficos, o papel da ONU para a promoção da paz e da segurança internacional e o desenvolvimento dos povos, o respeito aos direitos humanos, a cooperação mútua para o desenvolvimento comum e a determinação em promover e intensificar a cooperação entre a China e a África em diversos planos.¹¹⁴

Já o Programa para Cooperação enfatiza que suas ações se inserem no contexto da cooperação Sul-Sul e estabelece “cinco princípios básicos”: equidade e benefício mútuo; diversidade na forma e conteúdo; ênfase em resultados práticos; busca do progresso comum; solução amigável de disputas. Os primeiros quatro pontos repetem os “Quatro Princípios de Cooperação Econômica e Tecnológica”, lançados em 1983 pelo Primeiro-Ministro Zhao Ziang, mencionados previamente, mantendo uma linha de continuidade nos princípios da cooperação sino-africana. O documento apresenta, ainda, de forma abrangente, as seguintes áreas de cooperação: comércio e investimentos; engenharia e projetos de infraestrutura; finanças; alívio e cancelamento de dívidas; turismo; migração; exploração de recursos naturais e energia; cultura; ciência e tecnologia; saúde pública e atendimento médico; educação e desenvolvimento de recursos humanos; manejo ambiental e biodiversidade; cooperação trilateral; cooperação em controle de armamentos; cooperação multilateral.

Na Primeira Reunião Ministerial, foi também estabelecido um Comitê Conjunto de Seguimento. A China, por seu lado, criou uma instância governamental de seguimento dos trabalhos do Foro, sob a

114 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África – FOCAC. *Beijing Declaration of the Forum on China-Africa Cooperation*. Pequim, 12 out. 2000. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltdda/dyjbzjhy/DOC12009/t606796.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

liderança do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com a participação de 27 organizações, ministérios e órgãos administrativos chineses, além do PCCh (*vide* Anexo A, Quadro XIII). Para dar impulso às relações econômico-comerciais, foi criado o Conselho Conjunto de Negócios China-África e o Centro China-África de Exibições de Produtos, na China.

Em discurso por ocasião da abertura dos trabalhos da Primeira Reunião Ministerial, o Chanceler chinês afirmava que se identificavam duas questões como os itens mais importantes da agenda do Foro: “a primeira sobre como promover o estabelecimento de uma justa e equitativa nova ordem internacional política e econômica no limiar do século XXI, com vistas a salvaguardar o interesse comum dos países em desenvolvimento”. A segunda questão seria “como aprofundar a cooperação nas áreas econômica, comercial, e em outras áreas substantivas nas novas circunstâncias”¹¹⁵ Essas duas questões, ligadas diretamente à promoção da paz e do desenvolvimento, também se vinculam aos fundamentos da política externa chinesa, definida por Deng Xiaoping como uma “política externa independente e da paz”, como analisado no Capítulo 1. Essas questões também remetem à histórica e forte identificação da China como parte do mundo em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, com um relevante papel a cumprir na formação de uma nova ordem internacional. Nesse sentido, a ênfase na primeira questão pode ser interpretada também como invocação da China de um papel de líder dos países em desenvolvimento. Indica também como as relações sino-africanas servem aos interesses chineses de maior influência na comunidade internacional.

A segunda questão primordial salientada pelo Chanceler Tang, na primeira reunião do Foro, diz respeito ao pragmatismo da política

115 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África - FOCAC. *Beijing Declaration of the Forum on China-Africa Cooperation*. Pequim, 12 out. 2000. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/lttda/dyjbzjhy/DOC12009/t606796.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

externa chinesa e, em especial, de sua diplomacia voltada para a África. Como apontado por Li Anshan – seção 2.1 –, tratava-se de por em prática uma “diplomacia a serviço da economia”. A ênfase dos trabalhos do Foro, desde a sua constituição, na cooperação econômico-comercial indica a importância do projeto de desenvolvimento econômico interno da China, que determina, em boa medida, suas ações no plano externo. O FOCAC vem consolidar, assim, o pragmatismo econômico e político da atuação da China na África, representando também mais um elemento de distanciamento das políticas de cunho ideológico que marcaram o intercâmbio sino-africano no período de Mao Tsé-tung.

A segunda Conferência Ministerial do FOCAC, que teve como tema “Cooperação Pragmática e Orientada para Ação”, realizou-se em Adis Abeba, em dezembro de 2003. Contou com a participação de setenta ministros da China e de 44 países africanos (negócios estrangeiros e comércio exterior), com a presença do Primeiro-Ministro da RPC, Wen Jiabao, seis Presidentes, três Vice-Presidentes e dois Primeiros-Ministros de países africanos, além do Presidente da Comissão da União Africana (UA), Alpha Omar Konare, e de representante do Secretário-Geral da ONU. Em discurso na abertura dos trabalhos, o Premier Wen Jiabao lançou proposta de quatro pontos sobre como aprofundar a cooperação sino-africana: continuar a avançar na tradicional amizade por meio do apoio mútuo; promover a democratização das relações internacionais; enfrentar os desafios da globalização por meio de posições coordenadas; e abrir um novo capítulo nas relações sino-africanas por meio do incremento da cooperação.¹¹⁶

Como resultado da reunião, foi emitido o Plano de Ação de Adis Abeba (2004-2006), que enfocava as principais áreas de cooperação política e econômica já estabelecidas no programa de

116 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Let Us Build on Our Past Achievements and Promote China-Africa Friendly Cooperation on All Fronts*. Discurso do Primeiro-Ministro da RPC, Wen Jiabao, na cerimônia de abertura da II Conferência Ministerial do FOCAC, Adis Abeba, 15 dez. de 2003.

cooperação emitido na Primeira Conferência. Algumas iniciativas de maior substância foram lançadas naquela oportunidade: a China prometeu isenção de tarifas de importação para *commodities* com origem nos países de menor desenvolvimento relativo; concedeu a oito países “*status* de destino turístico aprovado”; e ofereceu treinamento para 10 mil trabalhadores africanos de diferentes áreas ao longo de três anos.¹¹⁷ Wen Jiabao anunciou, ainda, o cancelamento de dívidas de 31 países africanos, num valor total de cerca de US\$ 1,27 bilhão.

Seria em 2006, seis anos após sua criação, que o FOCAC ganharia um forte impulso. Aquele ano foi definido como o “Ano da África” pelo Governo chinês. As relações sino-africanas completavam cinquenta anos no mês de maio, no aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e o Egito. Em 12 de janeiro daquele ano, coincidindo com a tradicional visita do Chanceler chinês a países do continente, foi lançado pelo Conselho de Estado o livro branco *China’s Policy to Africa*.¹¹⁸ Num intervalo de menos de três meses, o continente africano receberia as visitas de Hu Jintao e Wen Jiabao.¹¹⁹ O ano seria coroado com a realização, em novembro, da 3ª Conferência Ministerial e da Primeira Cúpula do FOCAC, em Pequim, passo significativo na consolidação da parceria sino-africana.

O livro branco representa elemento orientador nas relações sino-africanas e detalha a estratégia de longo prazo da RPC para o continente. Pode ser entendido também como uma peça de propaganda das relações sino-africanas naquele ano. Por meio do documento “o Governo chinês deseja apresentar ao mundo os objetivos da política chinesa para a África, os meios de alcançá-los

117 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África – FOCAC. Major Commitments on Chinese Side. In: CONFERÊNCIA MINISTERIAL DO FOCAC, 2. 2009. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dejbzjhy/CI22009/t157585.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

118 ESCRITÓRIO DE INFORMAÇÃO DO CONSELHO DE ESTADO DA RPC. *China’s African Policy*. jan. 2006.

119 Em abril de 2006, Hu Jintao realizou sua segunda visita à África como Presidente da RPC (Marrocos, Nigéria e Quênia); o Premier Wen Jiabao visitou o continente em junho daquele ano (África do Sul, Angola, Egito, Gana, República Democrática do Congo, Tanzânia e Uganda); e o Chanceler Li Zhaoxing em janeiro daquele ano (Cabo Verde, Libéria, Líbia, Mali, Nigéria e Senegal). EMBAXADA DO BRASIL EM PEQUIM, telegramas em maio e julho de 2006.

e as propostas de cooperação em vários campos para os próximos anos, com vistas a promover o crescimento estável de longo prazo das relações sino-africanas, levando a cooperação de benefícios mútuos a um novo nível”.¹²⁰ O documento afirma, ainda, que a China trabalha para desenvolver um “novo tipo de parceria estratégica, caracterizada por equidade e confiança mútua na esfera política e cooperação no espírito de benefícios mútuos na esfera econômica”. Mais uma vez, tais proposições remetem aos “princípios da coexistência pacífica” dos anos 1950, aos termos que Jiang Zemin lançara em suas visita ao continente, em 1996, e, posteriormente, no estabelecimento do FOCAC, em 2000. O livro branco apresenta em detalhe os vários campos da “ambrangente e completa” (*all-round*) cooperação entre a China e a África, nos campos político, econômico, educacional, de ciência e tecnologia, saúde e questões sociais; refere-se, ainda, ao trabalho desenvolvido no âmbito do FOCAC e às relações da China com as organizações regionais africanas, em especial a UA.

Nos dias 5 e 6 de novembro de 2006, realizam-se, em Pequim, a Terceira Conferência Ministerial do FOCAC e a Cúpula de Chefes de Estado/Governo, quando as relações sino-africanas ganham enorme visibilidade e atenção da comunidade internacional. Consistia no mais importante encontro nos cinquenta anos de relações sino-africanas. Sob a bandeira da “amizade, paz, cooperação e desenvolvimento”, as reuniões contaram com cerca de 1.700 delegados da China e de 48 países africanos – ou seja, todos os países africanos, exceto os cinco países com os quais a RPC não mantinha relações diplomáticas. Quarenta e três países se fizeram representar por Chefes de Estado.

Na Cúpula do FOCAC, foi emitida a Declaração de Pequim e o Plano de Ação 2007-2009. A Declaração repetia o livro branco lançado no início de 2006, ao referir-se ao estabelecimento de um “novo tipo de parceria estratégica” entre a RPC e a África –

120 ESCRITÓRIO DE INFORMAÇÃO DO CONSELHO DE ESTADO DA RPC, 2006.

cujos elementos já se apresentavam na relação desde o início dos anos 1990. O Plano de Ação, por sua vez, traçava um roteiro detalhado para o aprofundamento da cooperação sino-africana até a Conferência Ministerial de 2009, nos campos político, econômico, de assuntos internacionais e desenvolvimento social.¹²¹ De maior impacto, foi a meta apresentada pelo Primeiro-Ministro Wen Jiabao para que o comércio bilateral entre a China e o conjunto dos países africanos alcançasse US\$ 100 bilhões até 2010.¹²² O comércio sino-africano já havia passado de um patamar de US\$ 10 bilhões, em 2000, para um de US\$ 40 bilhões, naquele ano de 2006. Em 2008, portanto, dois anos antes do estabelecido, a meta seria alcançada. O comércio cairia, porém, para cerca de US\$ 90 bilhões em 2009, em função da crise econômica internacional. O intercâmbio comercial voltaria ao patamar de US\$ 100 bilhões em 2010, como estipulado na Cúpula do FOCAC (*vide* anexo B, tabela 1, gráfico 1).

O fortalecimento da parceria sino-africana se daria por meio das oito principais propostas apresentadas pela China na Cúpula do FOCAC, que colocariam em marcha a “cooperação pragmática”, para o alcance de “benefícios mútuos”, com os objetivos do desenvolvimento econômico comum e prosperidade. Em seu discurso, o Presidente Hu Jintao reiterou a importância da África no contexto da política externa chinesa e a visão global da RPC, bem como lançou as seguintes propostas: i) duplicar sua ajuda à África até 2009; ii) conceder US\$ 3 bilhões em empréstimos e US\$ 2 bilhões em créditos preferenciais aos países africanos, ao longo dos três anos subsequentes; iii) criar o Fundo de Desenvolvimento Sino-Africano (Fundo-CAD), com um aporte de US\$

121 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África - FOCAC . Declaration of the Beijing Summit of the Forum on China-Africa Cooperation e Forum on China-Africa Cooperation Beijing Action Plan (2007-2009). 5 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltdda/dscbzjhy/DOC32009/t606841.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

122 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África - FOCAC. Strengthen China-Africa Cooperation for Mutual Benefit, address by Wen Jiabao, Premier of the State Council of the PRC, at the Opening Ceremony of the High-level Dialogue Between Chinese and African Leaders and Business Representatives and the Second Conference of Chinese and African Entrepreneurs. 4 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltdda/dscbzjhy/SP32009/t607552.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

5 bilhões em apoio aos investimentos chineses na África; iv) construir um centro de conferências para a UA; v) cancelar dívidas referentes a empréstimos sem juros aos países pobres altamente endividados; vi) abrir mais o mercado chinês a produtos africanos, por meio da elevação de 190 para 440 do número de produtos de exportação dos países de menor desenvolvimento relativo com tratamento tarifário zero; vii) criar uma Zona de Cooperação Comercial e Econômica na África; viii) formar 15 mil profissionais africanos, construir hospitais, centros de prevenção de malária, escolas, além de dobrar o número de bolsas de estudos chinesas concedidas a estudantes africanos.¹²³

Entre os resultados da Cúpula na área política, merece destaque a decisão de estabelecimento de um mecanismo regular de diálogo político entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros da China e dos países africanos. O mecanismo de consultas seria inaugurado em setembro de 2007, em Nova York, à margem das sessões da AGNU. Sua segunda reunião se realizou, em setembro de 2010, também em Nova York, quando foi emitida declaração sobre os principais temas e áreas da cooperação sino-africana.¹²⁴ Essa última reunião contou com a presença também do Secretário-Geral da UA. Esse mecanismo adicional de diálogo em nível de Chanceleres serve ao propósito de estreitar a comunicação e a coordenação entre a China e os países africanos em temas de interesse comum, sobretudo referentes à agenda da ONU. A oportunidade de reunirem-se por ocasião da AGNU sinaliza também o interesse de Pequim de trazer ao âmbito das relações sino-africanas temas relevantes da agenda internacional, muitos dos quais refletidos na Declaração de Pequim.

123 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África - FOCAC. Address by Hu Jintao, President of the PRC at the Opening Ceremony of the Beijing Summit at the Forum on China-Africa Cooperation. Pequim, 04 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dscbjzjhy/SP32009/t606840.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

124 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África - FOCAC. Joint Communiqué of the Second Round of Political Consultations between Chinese and African Foreign Ministers. New York, 23 set. 2010. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/zxxx/t755828.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

No âmbito do FOCAC, estabelecia-se, por ocasião da Terceira Conferência, uma agenda substantiva para promover a cooperação Sul-Sul, com objetivos políticos e econômicos comuns. O Presidente Hu Jintao, em discurso na Cúpula, apontou o tema da cooperação Sul-Sul no contexto da globalização e avanço de tecnologias, sublinhando que a China e a África estão ligadas pelo compromisso de fazer avançar a agenda Sul-Sul. Nesse sentido, Hu enfatizou as relações sino-africanas como uma base de interação positiva, no contexto da cooperação entre os países em desenvolvimento.¹²⁵ A parceria sino-africana serviria, assim, também, para criar uma voz mais forte em favor do mundo em desenvolvimento em âmbito global e no nível das principais organizações internacionais – ONU, OMC, Banco Mundial e FMI. Desse modo, a China e a África se colocavam como parceiras nos esforços de democratização das instituições internacionais e na reformulação das agendas de desenvolvimento global. Essa identidade entre a China e o continente africano encontrava raízes no compromisso chinês nos anos 1950 e 1960 em favor da independência de países africanos, sedimentado num sentimento de solidariedade. Além desse fator, o modelo de desenvolvimento bem sucedido que apresenta a China, com base numa presença forte do Estado na economia, teria um significativo apelo entre os países africanos que buscam escapar do atraso econômico e social. O potencial para a cooperação Sul-Sul entre a China e a África também foi reconhecido pela UA, cuja Comissão criou um grupo de trabalho de alto nível para tratar a questão do aprofundamento da cooperação entre a China e a África; em 2008, realizou-se a primeira reunião do Diálogo Estratégico entre a China e a UA.¹²⁶

A realização da Cúpula de 2006 do FOCAC, em Pequim, não apenas alçou as relações sino-africanas a nível mais elevado, por

125 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África – FOCAC, 4 nov. 2006.

126 Reuniões do diálogo estratégico entre a China e a UA realizaram-se sucessivamente em 2008, 2009 e 2010. “China, Africa Union hold 3rd strategic dialogue in Shanghai”, *People’s Daily*, 1 de novembro de 2010.

meio dos novos compromissos, mas as colocou sob os holofotes da comunidade internacional, dado o impacto produzido pelo encontro de numeroso grupo de chefes de estado na capital chinesa. Aquela reunião de cúpula chamaria a atenção da mídia internacional sobre as relações sino-africanas e sobre o FOCAC, em particular, até então pouco conhecido além das esferas diplomáticas. O evento não apenas marcava o início de uma etapa de consolidação das relações entre a RPC e o continente africano, mas também significava o resultado concreto de cerca de uma década de estreitamento de relações.¹²⁷

Juntamente com a visibilidade alcançada pela Cúpula do FOCAC começavam a emergir com mais força críticas ao modelo de relações que Pequim mantinha na África, sobretudo oriundas dos países desenvolvidos. O Governo chinês não se furtou a abordar os problemas e dificuldades da inserção chinesa na África, buscando reconhecer, por exemplo, que empresas chinesas nem sempre seguiam as melhores práticas, mas indicando que se empenhavam por um comportamento “aberto, justo, e transparente em seu caminho futuro”. A questão dos desequilíbrios das balanças comerciais entre a China e os países africanos – o que se associava a um padrão mercantilista e colonialista – recebia como resposta as políticas de preferência tarifária que Pequim aplicaria em favor dos países africanos menos desenvolvidos. As iniciativas de cooperação técnica e novos investimentos na área de agricultura também poderiam ser inseridos nesse contexto de “compensações” que a China buscava aplicar.¹²⁸

No plano político, os entendimentos entre a RPC e os países africanos também não deixariam de sofrer críticas da imprensa internacional, de organizações não governamentais e de analistas políticos. O princípio da não interferência em assuntos internos adotado por Pequim desde o estabelecimento de seus primeiros laços com os países africanos era interpretado como atitude irresponsável,

127 ALDEN, 2007, p. 120.

128 ALDEN, 2007, p. 121.

como no caso dos relacionamentos com o Sudão e com o Zimbábue. De igual modo, Pequim buscaria defender-se das críticas e mesmo sinalizar maior engajamento na busca de soluções para a crise de Darfur, por exemplo. Na véspera da abertura da Cúpula do FOCAC, a imprensa oficial chinesa divulgou os pedidos do Presidente Hu Jintao a seu homólogo sudanês, Omar al-Bashir, em encontro bilateral em Pequim, naquela data, no sentido de maior flexibilidade em relação à atuação da ONU na crise de seu país.¹²⁹ Pode-se considerar que a disposição de Pequim em apoiar o aumento de contingentes das forças de paz das ONU junto às da UA no Sudão, sujeita a aprovação de Cartum, também representava mudança da posição do Governo chinês em relação à sua incondicional defesa daquele regime em 2004.

Nas visitas à África de altas autoridades chinesas nos meses subsequentes à Cúpula de Pequim, já começavam a se manifestar vozes também de descontentamento frente à forte presença chinesa na África.¹³⁰ Alden aponta que o tom da visita de Hu Jintao ao continente nessa feita era distinto. A China se deparava com desafios à medida que buscava consolidar suas relações com o continente, uma vez que os africanos também se revestiam de maior assertividade. Questões complexas – e fora do escopo bilateral – estariam presentes na condução das relações sino-africanas, como a situação em Darfur. Nesse sentido, não se deve desprezar o fato de que Hu Jintao, já naquele primeiro *tour* à África, após a Cúpula do FOCAC, visitaria o Sudão, no que seria a primeira visita de um Chefe de Estado chinês àquele país. Na Libéria, por exemplo, o novo governo do Presidente Ellen Jonson-Sirleaf, logo após ter rompido um contrato – considerado de termos desfavoráveis – de exploração de jazidas de minério de ferro com a empresa indiana Mittal, acordado por seu antecessor, indicou

129 CHINESE president urges to maintain stability in Darfur. *People's Daily*, 3 nov. 2006. Disponível em: <http://english.peopledaily.com.cn/200611/02/eng20061102_317755.html>. Acesso em: 1 set. 2010.

130 O Chanceler Li Zhaoxing visitou Botsuana, Chade, Eritreia, Guiné-Bissau, República Centro-Africana, em janeiro de 2007; e o Presidente Hu Jintao visitou África do Sul, Camarões, Libéria, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Sudão e Zâmbia, em fevereiro de 2007.

que tencionava também rever os termos de contratos com empresas chinesas. Na Zâmbia, dois eventos do programa de Hu Jintao seriam cancelados à última hora – uma conferência do mandatário chinês na Universidade da Zâmbia e a inauguração de uma nova zona industrial, que recebia o apoio chinês – em função de receios de protestos de estudantes e sindicalistas que manifestariam sentimento anti-China. Na África do Sul, a visita de Hu Jintao desencadearia notícias de desemprego, perdas comerciais, rompimento de contratos, em função da crescente presença chinesa numa economia relativamente mais forte e sofisticada no continente africano.¹³¹ Também nessa linha de descontentamento, explicam-se as declarações públicas do então Presidente sul-africano, Thabo Mbeki, logo após a Cúpula de Pequim, sobre a “África como um continente exportador de matérias-primas para a China e, ao mesmo tempo, importador de bens industrializados chineses e, nesse sentido, condenado ao subdesenvolvimento, o que seria repetir o relacionamento histórico da África com as ex-potências coloniais”.¹³² Desse modo, para a China, a relação com a República da África do Sul (RAS) seria vista também como um desafio, e não apenas como fonte de vantagens econômicas mútuas.

A Quarta Conferência Ministerial do FOCAC se realizaria em Sharm El Sheik, Egito, em 8 e 9 de novembro de 2009, reunindo novamente Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Exterior da China e dos países africanos, dando continuidade ao processo de consolidação do FOCAC. Na Conferência do Egito, que contou com a presença do Primeiro-Ministro Wen Jiabao, do então Presidente Hosny Mubarak e outros dezessete Chefes de Estado e de Governo de países africanos, nova declaração política seria emitida, enfatizando o compromisso de “aprofundar o novo tipo de parceria

131 ALDEN, 2007, p. 123-124.

132 MBEKI warns on China-Africa ties. *BBC News*, 14 dez. 2006. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/6178897.stm>>. Acesso em: 01 set. 2010.

estratégica sino-africana para o desenvolvimento sustentável”.¹³³ Seria também firmado Plano de Ação para o período 2010-2012.¹³⁴ A tônica daquela Conferência foi a continuidade e o aprofundamento da cooperação, com novas ênfases em determinados segmentos de cooperação, como educação, saúde, bem-estar social. A Declaração de Sharm El Sheik indicava que todos os compromissos estabelecidos três anos antes na Cúpula de Pequim haviam sido realizados. A China se comprometeu, ainda, a aumentar a assistência à África, reduzir e cancelar dívidas de países africanos, expandir seus investimentos no continente e promover a abertura ainda maior do mercado chinês aos produtos africanos e avançar na “cooperação pragmática” com a África.

Em discurso na abertura da Quarta Conferência do FOCAC, Wen Jiabao anunciou um conjunto de iniciativas de cooperação, com grande destaque. Nessa feita, seriam oito áreas prioritárias que a China apresentava para o aprofundamento da cooperação sino-africana, “num cenário de desafios globais, entre os quais a crise financeira internacional e a mudança do clima”¹³⁵: ciência e tecnologia; mudança do clima; formação de capacidade financeira; promoção do comércio, pela abertura do mercado chinês a produtos africanos; agricultura e segurança alimentar; desenvolvimento de recursos humanos e educação; e intercâmbio cultural pessoa a pessoa.

O Plano de Ação 2010-2012 de Sharm El Sheikh trazia em maiores detalhes as propostas de cooperação anunciadas por Wen Jiabao. Entre elas, destacavam-se: na área de agricultura e segurança alimentar, o envio de cinquenta equipes técnicas à África, ao longo dos três anos subsequentes, para auxiliar no treinamento de 2 mil técnicos

133 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África – FOCAC. Declaration of Sharm El Sheikh of the Forum on China-Africa Cooperation. 12 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/dsjbjzjhy/hywj/t626388.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

134 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África – FOCAC. Forum on China-Africa Cooperation Sharm El Sheik Action Plan (2010-2012). 12 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/dsjbjzjhy/hywj/t626387.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

135 Cerca de um mês depois da Quarta Conferência do FOCAC, realizar-se-ia, em Copenhagem, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, ou COP 15.

locais em agricultura; a elevação para vinte do número de centros de tecnologias da agricultura estabelecidos na África; a continuidade aos projetos e programas já desenvolvidos nas áreas de piscicultura, criação de rebanhos e plantio; a implementação da decisão de contribuição de US\$ 30 milhões à FAO para o estabelecimento de um fundo fiduciário, para apoio da cooperação Sul-Sul entre a China e países africanos no âmbito do Programa Especial de Segurança Alimentar da FAO.

Na área de investimentos, a parte chinesa ofereceu elevar o Fundo-CAD a US\$ 3 bilhões, para apoio à expansão de negócios chineses na África. Os dois lados se comprometiam a manter os esforços para o estabelecimento de zonas especiais de cooperação econômica na África, incluindo facilidades para pequenas e médias empresas africanas desenvolverem negócios naquelas zonas. Em apoio ao desenvolvimento de projetos em infraestrutura na África, a China ofereceu US\$ 10 bilhões em empréstimos preferenciais a países africanos, ao longo dos três anos subsequentes. No campo comercial, a China se comprometia a manter a implementação das políticas de isenção tarifária para produtos africanos com origem nos países de menor desenvolvimento relativo até o universo de 95% dos produtos com tratamento de tarifa zero na China. Como primeira fase desse programa, comprometia-se a implementar o tratamento de isenção de tarifas para 60% dos produtos até 2010. A parte chinesa oferecia também o estabelecimento de cinco centros de logística na África, em apoio ao desenvolvimento de negócios.

Na área de finanças, o Governo chinês apoiaria o estabelecimento, por parte de instituições financeiras chinesas, de um empréstimo especial no valor de US\$ 1 bilhão a pequenas e médias empresas africanas. A China dava continuidade também à sua política de cancelamento de dívidas de países africanos, oferecendo cancelar dívidas governamentais de taxas de juro zero com maturação no final de 2009 por parte de países pobres e altamente endividados da África que mantinham relações diplomáticas com a RPC.

No campo da cooperação educacional e de recursos humanos, o Governo chinês comprometeu-se a conceder treinamento a 20 mil profissionais de países africanos, em diversos setores, ao longo dos três anos subsequentes. A parte chinesa ofereceu contribuição no valor de US\$ 1,5 milhão para projetos no âmbito da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), para treinamento de enfermeiras na África. O Governo chinês se dispôs a ajudar países africanos na construção de cinquenta Escolas da Amizade China-África nos três anos subsequentes, bem como propôs a implementação do Plano de Cooperação 20+20 para Instituições de Ensino Superior da China e da África, com vistas ao estabelecimento de cooperação institucional entre vinte universidades chinesas e vinte africanas. Foi oferecido, ainda, incrementar o número de bolsas de estudos concedidas aos países africanos para 5.500 até 2012. Na área de ciência e tecnologia, foi acordado o lançamento do Plano de Parceria China-África em Ciência e Tecnologia, com vistas a auxiliar os países africanos a desenvolver sua capacidade naquele campo. Nesse sentido, a China comprometeu-se a desenvolver cem projetos de pesquisa e projetos-piloto nos três anos subsequentes. A RPC convidaria também cem profissionais africanos com título de pós-doutorado para conduzir pesquisas científicas na China.

A China indicou, ainda, sua disposição em avançar na cooperação com os países africanos na área de monitoramento ambiental, continuando a compartilhar dados do Programa do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS) e promovendo a utilização das informações para uso da terra, monitoramento das condições climáticas e proteção ambiental na África.

Na área de saúde, o Governo chinês oferecia doação de equipamentos médicos para o combate à malária, no valor de 500 milhões de renminbis, a trinta hospitais e centros de prevenção da doença na África a ser construídos pela China ao longo dos três anos subsequentes. Continuará a China a auxiliar países africanos

no treinamento de 3 mil médicos, enfermeiros e pessoal médico-administrativo entre 2010 e 2012.

Nas comemorações do décimo aniversário do FOCAC, em 2010, não faltariam manifestações da parte do Governo chinês sobre o sucesso do mecanismo para o aprofundamento das relações sino-africanas. O Chanceler Yang Jiechi, em artigo publicado na imprensa oficial chinesa, destacava que “o processo do FOCAC é uma nova criação de países em desenvolvimento para fortalecer sua união e cooperação”. O Foro, segundo Yang, ao longo de seus dez anos de existência, tornou-se importante plataforma para o diálogo coletivo e mecanismo eficiente para o desenvolvimento da “cooperação pragmática”. Yang aponta, ainda, que o FOCAC é uma manifestação da estratégia diplomática chinesa para a construção da paz duradoura e de um mundo de prosperidade e harmonia. Dessa forma, o Foro seria vinculado ao objetivo maior da política externa chinesa – promoção da paz e desenvolvimento, como indicado no Capítulo 1.¹³⁶

2.4. FOCAC: avaliações e críticas

Não há dúvida de que, passados dez anos de seu estabelecimento, o FOCAC se consolidou como o principal elemento instucional das relações sino-africanas e base para o desenvolvimento do diálogo e da cooperação entre a China e a África. Por meio do Foro, a China tem concretizado importantes iniciativas de cooperação em diferentes setores. Pela forma que foi desenhado pela diplomacia chinesa, o Foro alcança o objetivo de constituir-se no principal *locus* político da relação entre a China e o conjunto de países africanos. Contribuem para isso: a regularidade de reuniões no mais alto nível – Ministros dos Negócios Estrangeiros, do Comércio, Chefes de Estado e de Governo –; a emissão de documentos, tais como declarações e planos de ação, que arrolam

¹³⁶ JIECHI, Yang. Fruitful Results and New Chapter of Chin-Africa Relations. In: Anniversary of FOCAC, 10, 2010. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/zfgx/t764374.htm>>. Acesso em: 27 out. 2010.

os principais compromissos e entendimentos, além de imprimirem um sentido de continuidade no seguimento das ações de cooperação; a oportunidade de discursos e pronunciamentos pelas mais altas autoridades por ocasião das reuniões e das celebrações alusivas ao Foro e às relações sino-africanas, nas quais são anunciadas as ações de cooperação de maior impacto; o lançamento por meio do Foro das principais ações e iniciativas da China voltadas para os países africanos, como indicado acima, por ocasião de cada conferência ministerial, embora o desenvolvimento de tais iniciativas se dê concretamente pela via bilateral.¹³⁷ Além disso, ao canalizar as ações de cooperação entre a RPC e os países africanos, o Foro as potencializa, imprimindo maior visibilidade e importância política à cooperação, que constitui em si uma forma de expressão política importante das relações sino-africanas. Em suma, pode-se dizer que o FOCAC, ao menos da perspectiva de Pequim, seria eficiente no papel institucional que desempenha nas relações entre a China e a África.

Vale, ainda, observar que o FOCAC foi proposto pela China como um arranjo bilateral, que reúne, de um lado, um único país e, de outro, um grupo de quase cinquenta países, o que evidencia a capacidade de convocação da China. Nesse sentido, o FOCAC se distingue de outros formatos para a cooperação regional, como por exemplo o da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), também uma iniciativa chinesa dos anos 2000, que se dá de modo plurilateral, ao que tudo indica, pela presença de outro ator de peso na região – a Rússia –, o qual teria determinado uma distribuição mais equitativa de representação. O FOCAC também se diferencia do formato de interação estabelecido, por exemplo, entre a China e os países europeus (Cúpula China-UE) ou os países do Sudeste Asiático (mecanismos como a ASEAN-China e ASEAN+3, na medida em que aqueles grupos de países

137 UNIVERSITY OF STELLENBOSCH. Centre for Chinese Studies. *Evaluating China's FOCAC commitments to Africa and mapping the way ahead: a report by the Centre for Chinese Studies*. New York: Rockefeller Foundation, 2010, p. 16. Disponível em: <<http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2010/03/ENGLISH-Evaluating-Chinas-FOCAC-commitments-to-Africa-2010.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

fizeram valer na interlocução com a China as suas instituições regionais consolidadas. A OUA, que se encontrava em transição para UA, no momento de criação do FOCAC, não assumiu, pelo lado africano, o papel de interlocutor coletivo com a China, o que, por sua vez, permitiu que a RPC criasse um espaço próprio de interação com a África, por meio de um mecanismo institucional específico. Desse modo, a China dirige, claramente, o processo do FOCAC, o que, segundo Raine, é, em parte, consequência da ausência de contraparte formal africana nos mecanismos do FOCAC, como o Comitê de Seguimento, a cargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, baseado em Pequim (*vide* Anexo A, Quadro XIII).¹³⁸ Por parte dos países africanos, haveria apenas uma coordenação informal entre embaixadores em Pequim na interlocução com o Comitê de Seguimento.¹³⁹ Foi somente em 2008, após oito anos de criação do FOCAC, que, por ocasião da realização da primeira reunião do Diálogo Estratégico China-UA, foi acordado que aquela organização regional “se tornaria um membro oficial do FOCAC e não um mero observador ou convidado de honra”.¹⁴⁰ A UA, como membro do FOCAC, não desempenha, no âmbito daquele Foro, um papel de coordenação pela parte africana.¹⁴¹

Ao dar prioridade ao canal de interação formado pelo FOCAC, a China não deixa, porém, de reconhecer a importância da UA e de seu papel na condução de questões africanas, como a integração regional, os esforços de desenvolvimento (sobretudo por meio da NEPAD) e mesmo a solução de crises políticas, como a de Darfur, no Sudão. O diálogo estratégico estabelecido entre a China e a UA, que já realizou três reuniões, desde 2008, é sinal dessa importância. Do mesmo modo, a China demonstrou apoio à UA quando ofereceu contruir o

138 RAINE, 2009, p. 81.

139 Entrevista com diplomata africano em Pequim, em 29 de nov. de 2010.

140 União Africana (UA). *Start Up of the First China-African Union Strategic Dialogue*. AU Press Release n. 154/2008, Adis Abeba, 24 nov. 2008.

141 O Secretariado do FOCAC, sediado em Pequim, assinou *memorandum* de entendimento com o Secretariado da NEPAD, em 2006. Os entendimentos entre o FOCAC e a Comunidade da África Oriental (EAC, em inglês) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, em inglês) são ainda incipientes.

centro de conferências da organização, em Adis Abeba, como indicado anteriormente. O Diretor-Geral do Departamento de África da Chancelaria chinesa, Lu Shaye, explica como a China contribui para questões africanas, por meio de apoio às organizações regionais: “a China adere ao princípio de não interferência em assuntos internos de outros países, mas tem seus próprios caminhos para ativamente participar em iniciativas africanas de mediação de conflitos regionais [...] a China desempenha seu papel por meio do apoio a iniciativas das organizações regionais africanas, como as iniciativas da UA e da SADC [*Southern Africa Development Community* / Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral] nas questões do Sudão e do Zimbábue, respectivamente. Esta é a única abordagem da China”.¹⁴² Dessas medidas, pode-se depreender que, com respeito a crises internas que se desenvolvem em países africanos, a China não busca utilizar os canais políticos estabelecidos pelo FOCAC para lidar com tais temas. Nessa mesma linha, pode-se entender a designação de um Representante Especial para Assuntos Africanos, criado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, em maio de 2007, para tratar em especial da crise de Darfur, no Sudão, como uma forma de demonstrar à comunidade internacional seu engajamento na questão, mas, ao mesmo tempo, isolando o tema da agenda de diálogo e cooperação do FOCAC.¹⁴³

Está claro, no entanto, que é por meio do FOCAC, espaço formado a partir de iniciativa da própria China, que o país asiático busca conduzir suas relações com a África em seu conjunto. Deve-se ter presente que a eficiência do FOCAC como instrumento político na condução da relação sino-africana não se dá em detrimento das relações bilaterais que a China desenvolve com cada um dos cinquenta países africanos com os quais mantém relações diplomáticas ou das relações

142 BEECH, 2010.

143 CHINA appoints envoy for Darfur. *BBC News*, 10 maio 2007. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/6641929.stm>>. Acesso em: 2 nov. 2010.

que mantêm com os organismos regionais africanos. Pelo contrário, é no nível bilateral, como mencionado acima, que se desenvolve a implementação dos projetos de cooperação e demais iniciativas do Foro. Por exemplo, se a China propõe construir um número dado de escolas em países africanos, no âmbito do FOCAC, é pela via bilateral direta que se estabelece um canal para execução do projeto, o que certamente colabora para que Pequim mantenha controle sobre a distribuição e velocidade de implementação das diferentes iniciativas.¹⁴⁴

Como aponta Chris Alden, “um dos fatores complicadores na compreensão da política chinesa para a África está no fato de que é conduzida no plano bilateral de forma bastante rígida, apesar de se desdobrar num formato de diplomacia pública regional (FOCAC) e de atuar algumas vezes no nível multilateral.¹⁴⁵ Essa atuação de Pequim distanciaria a prática das iniciativas de cooperação do discurso político em favor de “parcerias entre iguais” e outros ideais da política regionalista proposta pela China para a África. Segundo Alden, ao promover uma diplomacia regional, mas privilegiar os canais bilaterais, a China pode, ao mesmo tempo, reforçar seus laços individuais com os países africanos – e seus líderes – e beneficiar-se da aprovação que recebe pela adesão ao princípios e ideais do pan-africanismo e de suas instituições. Ainda segundo Alden, a diplomacia multidimensional chinesa na África seria o reflexo de sua habilidade para definir e defender interesses de acordo com as circunstâncias que se estabelecem.

As autoridades chinesas, por sua vez, referem-se ao Foro de maneira elogiosa, como uma fundação sólida na construção da nova parceria estratégica entre a China e África.¹⁴⁶ As referências públicas sobre o FOCAC e o desenvolvimento das relações sino-africanas por

144 RAINE, 2009, p. 81, e entrevistas com diplomatas africanos em Pequim.

145 ALDEN, 2007, p. 27.

146 Vide, por exemplo, CHINESE vice president calls for stronger FOCAC. *People's Daily*. Disponível em: <<http://english.peopledaily.com.cn/90001/90776/90883/7204133.html>>. Acesso em: 2 nov 2010.

parte de altas autoridades de países africanos são em sua grande maioria de aprovação.

O relatório *Evaluating China's FOCAC commitments to Africa and mapping the way ahead*, elaborado pelo Centro de Estudos Chineses da Universidade de Stellenbosch (África do Sul), revela, no entanto, que se desenvolve na África um debate crítico em torno da forma, conteúdo e futuro do Foro. Em entrevistas com representantes governamentais africanos, o estudo conclui haver grande diversidade de avaliações sobre o FOCAC e agrupa sete principais visões sobre o mecanismo por parte dos países africanos.

- O primeiro grupo de países apresenta visão próxima à das autoridades chinesas e se encontram “completamente satisfeitos” com o FOCAC, visto como “muito positivo e que oferece várias oportunidades para o desenvolvimento das relações sino-africanas”. Os projetos oferecidos pela China são considerados “adequados, eficazes e bem-vindos”. Concordam com a condução da agenda e desenvolvimento da cooperação do FOCAC pela RPC.
- O segundo grupo busca obter maior participação dos países africanos na agenda do FOCAC; defende uma melhor comunicação entre as partes chinesa e africana, para aperfeiçoar e expandir uma agenda comum. A partir de uma melhor interação sino-africana, a parte africana teria melhores condições de eleger os projetos e iniciativas que lhe são mais úteis.
- O grupo seguinte defende uma posição de autossuficiência para a África e acredita que o continente deve limitar suas interações com a China e com outras potências, as quais seriam inevitavelmente neocolonialistas, o que dificulta à parte africana participar no estabelecimento da agenda do FOCAC, bem como beneficiar-se do processo. Defende,

ainda, priorizar o desenvolvimento das economias africanas por meio da integração regional e participar do processo de globalização com base na cooperação entre os africanos.

- O quarto grupo favorece “soluções africanas” com o apoio da cooperação da China; receia a formação de uma dependência de longo prazo em relação à RPC e prefere canalizar a interação com Pequim por meio do FOCAC. Os países africanos deveriam, entretanto, planejar, de forma independente, programas de cooperação, para, em seguida, buscar o apoio da China, para financiamento e implementação de projetos.
- O quinto grupo de países deseja que a UA tome a iniciativa no desenvolvimento de posições comuns africanas, para, em etapa seguinte, mobilizar a China por meio de um processo específico UA-FOCAC. Defendem, para tanto, a criação de um secretariado independente UA-FOCAC. A UA deveria definir objetivos comuns africanos e identificar os projetos prioritários para o apoio chinês. Assim, a interação com a UA seria a força motriz do processo FOCAC.
- Outro grupo defende uma fusão do FOCAC com a NEPAD para avançar o desenvolvimento econômico da África, com o apoio chinês. Argumenta que a NEPAD foi concebida como uma agenda de desenvolvimento, pela própria África. Uma fusão entre o FOCAC e a NEPAD teria efeitos positivos de longo prazo e afastaria interpretações de que a China pratica neocolonialismo no continente.
- Um último grupo, que o estudo qualifica como “visão mais maquiavélica”, defende que a África deve estimular as potências estrangeiras a “competirem pelos recursos africanos”. A África poderia, assim, “maximizar” benefícios

na medida em que se promoveria “um arremate pelo melhor preço” de seus recursos.¹⁴⁷

As visões da parte africana sobre o processo do FOCAC seriam, assim, diversificadas e nenhuma delas dominaria o pensamento africano. Desse modo, poder-se-ia esperar que a posição africana em relação ao FOCAC se manteria “fragmentada e desorganizada”. Pode-se afirmar que, se, por um lado, a China apresenta uma estratégia bem estruturada e organizada para sua atuação na África, a África, em seu conjunto, embora participe dessa iniciativa, por outro lado, não dispõe de uma estratégia clara para conduzir sua relação com a China.¹⁴⁸ Obiorah afirma que uma resposta comum eficaz por parte dos governos africanos à política chinesa para a África parece improvável em função da “fraqueza estrutural” da principal organização regional africana, a UA. Segundo aquele autor, a China lida com a África com base em seus próprios termos por meio do FOCAC, o qual é convocado por Pequim. A UA, que, na visão do analista africano, deveria liderar, pelo lado africano, o engajamento da África com a China, encontra-se enfraquecida pelas divisões culturais e linguísticas que ainda praguejam a política regional africana. Obiorah aponta que, muito provavelmente, uma resposta comum africana viria por parte da sociedade civil, que se preocupa progressivamente com o papel da China na África.¹⁴⁹ Para o sociólogo e antropologista Kwesi Kwaa Prah, de perspectiva mais ampla, se a África estivesse, hoje, unida, seria uma potência mundial e poderia lidar com a China e as potências ocidentais com base nos seus próprios termos. A união seria pré-requisito para o progresso africano e para o continente exercer seu poder de barganha com a China ou

147 UNIVERSITY OF STELLENBOSCH, 2010, p. 180-184.

148 UNIVERSITY OF STELLENBOSCH, 2010, p. 180-184.

149 OBIORAH, Ndubisi. Who's afraid of China in Africa? Towards an African civil society perspective on China-Africa relations. In: MANJI, Firoze; MARK, Stephen. *African Perspectives on China in Africa*. Cidade do Cabo: Fahamu, 2007, p. 49-50.

qualquer outro país.¹⁵⁰ Deve-se recordar que, por um lado, a UA não conta com a representação da totalidade dos países africanos, uma vez que o Marrocos, ainda nos anos 1980, retirou-se da OUA, predecessora da UA, quando foi admitido na organização o Saara Ocidental, que não é reconhecido pelo Governo de Rabat. Fazem parte da UA, por outro lado, os quatro países africanos que não mantêm relações diplomáticas com a RPC e, portanto, não são membros do FOCAC.

Apesar dos desequilíbrios apontados no processo do FOCAC, como a falta de estratégia comum por parte dos países africanos, com posições ainda fragmentadas, e do papel preponderante da China na condução das iniciativas de cooperação – desde a criação de propostas e distribuição de recursos até a execução dos projetos –, o que se dá pela via bilateral, os resultados concretos em diferentes setores da cooperação sino-africana são inegáveis, como se analisará, nos capítulos subsequentes.

150 BURNETT, Patrick. Africa and China: then and now. In: MANJI, Firoze; MARK, Stephen. *African Perspectives on China in Africa*. Cidade do Cabo: Fahamu, 2007, p. 60.



Capítulo 3

Os principais resultados da política externa chinesa para a África

Os melhores soldados não são guerreiros.

Provérbio chinês

A intensificação das relações político-diplomáticas entre a China e a África a partir dos anos 1990 e, mais especialmente, após o estabelecimento do FOCAC, em 2000, desdobrou-se em expressivo incremento do intercâmbio também nas áreas de comércio, investimentos, cultura, educação, cooperação técnica, entre outras. Como explicado no Capítulo 2, a relação sino-africana nos anos 1990 e 2000, de forte cunho econômico-comercial, distanciou-se progressivamente do padrão de relacionamento apoiado em motivações ideológicas do período maoísta, passando a registrar interesses concretos de diferentes agentes estatais e privados – governo em diferentes instâncias, grandes e médias empresas entidades financeiras, entre outros. Neste capítulo, serão analisados os principais resultados da política chinesa contemporânea para a África, na última década, estimulados pelo intenso intercâmbio de

visitas de alto nível e pelas atividades de cooperação do FOCAC. Um panorama sobre esses resultados deve indicar que há uma tendência de diversificação contínua das interações entre a China e a África em vários campos e que os aspectos econômicos permanecem como centrais nessa nova relação, embora os interesses de parte a parte se diversifiquem progressivamente.

3.1. Intercâmbio comercial e investimentos

Associado ao avanço da interação política entre a China e a África, o comércio e os investimentos entre as duas partes constituem os campos em que melhor se pode aferir os resultados dessa nova etapa de aproximação entre a RPC e os países africanos. Por um lado, desde a implementação das políticas de reforma e abertura, no final dos anos 1970, sob a liderança de Deng Xiaoping, a China atribui alta prioridade a seu desenvolvimento econômico. O acelerado processo de industrialização, urbanização e modernização que vive a RPC desde então tem criado enorme demanda por recursos naturais e energia e, ao mesmo tempo, necessidade de conquista de novos mercados para produtos industrializados chineses. Tal situação tem gerado oportunidades de crescimento para a empresas comerciais chinesas, muitas das quais em franco processo de internacionalização, com o apoio governamental imprimido pela política de “going out”. Muitos dos países africanos, por outro lado, também conseguiram avançar no caminho da estabilidade política interna e do desenvolvimento econômico e social, ao longo da última década, no que se chamou “renascimento africano” – em comparação com décadas anteriores de conflitos internos e estagnação econômica –, o que contribuiu para esse processo de intensificação das relações comerciais com a China.¹⁵¹

151 O termo “renascimento africano” tornou-se popular a partir do discurso do então Vice-Presidente sul-africano Thabo Mbeki, “I am an African”, por ocasião da adoção de uma nova constituição em seu país, em 1996. Ver também Thabo Mbeki, *The African Renaissance Statement*. Sobre esse momento positivo da África, ver SARAIVA, José Flávio Sombra. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas

Em 1960, quando a China começava a ampliar sua presença na África, acompanhando os movimentos de independência no continente, o comércio sino-africano atingia US\$ 100 milhões, numa balança comercial favorável aos africanos (US\$ 76,73 milhões de exportações africanas para a China e US\$ 33,84 milhões de exportações chinesas para a África). Passar-se-iam vinte anos até que o volume de comércio entre a China e a África atingisse US\$ 1 bilhão (1980). Entre 1990 e 1999, cresceria de US\$ 930 milhões para US\$ 6,48 bilhões, numa taxa de crescimento médio anual de 24%.

Seria no período de 2000 a 2010 que o comércio entre a China e a África cresceria de forma mais acelerada. As estatísticas indicam que o comércio sino-africano passou de US\$ 10,6 bilhões em 2000 para US\$ 126,9 bilhões em 2010, registrando uma média de crescimento anual de 33,17% (anexo B, tabela 1, gráfico 1).¹⁵²

Deve-se considerar, entretanto, que, no total do intercâmbio comercial da China, a África permanece como uma das regiões de menor parcela (4%), estando atrás dela apenas a Oceania. Tomando-se o ano de 2010 como base, o intercâmbio com a Ásia representa 53% do total, com a Europa, 19%, com a América do Norte, 14%, com a América Latina, 6%, com a África, 4%, e com Oceania, 3% (anexo B, tabelas de 2 a 4, gráficos de 2 a 7).

A eliminação de barreiras ao comércio e o crescimento dos fluxos de investimento são também considerados fatores significativos para o aumento do comércio sino-africano nos últimos dez anos. Não é coincidência que o ano de 2001, em que o comércio entre a RPC e a África ganha novo impulso, é também o ano de ascensão da China à OMC, quando o país asiático passa a beneficiar-se da liberalização comercial multilateral, reduzindo, por exemplo, incertezas relativas a

ou ensaios de autonomia decisória? *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 51, n. 1, p. 87-104, 2008.

152 CHINESE ACADEMY OF INTERNATIONAL TRADE AND ECONOMIC COOPERATION (CAITEC). China-Africa Trade and Economic Relationship Annual Report 2010. 2010. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/zxxx/t832788.htm>>.

acesso a mercado e impulsiona sua política de “*going global*”.¹⁵³ Avanços no processo de integração regional na África, por meio de acordos de livre comércio e moeda comum, também possibilitaram a empresas chinesas aproveitar incentivos e obter ganhos de escala em mercados mais integrados e ampliados.¹⁵⁴

Tomando-se como referência 2008, vinte países africanos atingiriam a marca de US\$ 1 bilhão no volume de comércio com a China, entre os quais Angola, África do Sul, Sudão, Nigéria e Egito. Até o final de 2009, a China teria acordos comerciais, econômicos e de cooperação técnica com 45 países africanos, além de acordos sobre promoção e proteção de investimentos com 31 países do continente e acordos para evitar dupla tributação com dez países africanos. Até o final da década de 2000, a China havia estabelecido comissões conjuntas sobre comércio e cooperação econômica com 44 países africanos.¹⁵⁵

A China mantém relações comerciais com todos os países africanos (2010). África do Sul (US\$ 25,633 bilhões, 20,2%), Angola (US\$ 24,813 bilhões, 19,6%), Sudão (US\$ 8,609 bilhões, 6,8%), Nigéria (US\$ 7,768 bilhões, 6,1%) e Egito (US\$ 6,958 bilhões, 5,5%) figuram como os cinco principais parceiros comerciais da China na África, em 2010, em função de suas economias mais robustas (África do Sul, Nigéria e Egito) e das exportações de petróleo para o mercado chinês (Angola, Nigéria e Sudão).¹⁵⁶ Nesse sentido, haveria uma concentração de parceiros comerciais africanos com a China, em função das trocas no setor de exploração de recursos naturais, em especial petróleo. Os cinco primeiros parceiros representariam 58,2% do comércio total da China com o continente. Já os países africanos exportadores de petróleo (Angola, Sudão e Nigéria) representariam 32,5% do comércio total, ou cerca de 1/3 desse volume (*vide* anexo B, tabelas 5 e 6 e

153 LU, Chang; KAI, Xue, 2008.

154 WANG, Jian-ye. What drives China’s Growing Role in Africa? *IMF Working Paper*, out. 2007, p. 20. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2007/wp07211.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

155 CHINESE ACADEMY OF INTERNATIONAL TRADE AND ECONOMIC COOPERATION (CAITEC), 2010.

156 Incluindo-se mesmo aqueles países com os quais a RPC não mantém relações diplomáticas.

gráficos 8 e 9). Vale registrar que a África representa a segunda maior região fornecedora de petróleo para a China, atrás apenas do Oriente Médio. Em 2008, 2009 e 2010, a África forneceu cerca de 32%, 31% e novamente 31%, respectivamente, das importações chinesas de petróleo (*vide* anexo B, tabela 7, gráficos de 10 a 12).

Os cinco principais países africanos importadores da China (África do Sul, Nigéria, Egito, Argélia, Libéria), em 2010, corresponderam a 53,24% das importações totais africanas da China, e os dez principais correspondem a 71,21% das importações totais, indicando que as importações da China estão concentradas num grupo relativamente reduzido de países africanos (*vide* anexo B, tabelas 8 e 9 e gráficos 13 e 14). Pelo lado das exportações, os cinco principais países africanos exportadores para a China (Angola, África do Sul, Sudão, Líbia e Congo), em 2010, corresponderam a 77,67% das exportações totais da África para a China, o que aponta, igualmente, para uma concentração de poucos países africanos exportadores para a China. Como indicado acima, as exportações africanas para a China são dominadas, em grande medida, pelo petróleo (*vide* anexo B, tabelas 10 e 11 e gráficos 15 e 16).

Pode-se dizer que o comércio sino-africano se desenvolveu em bases equilibradas no período de 2000 a 2010, tomando-se como referência o conjunto dos países africanos. A China registrou déficit com o conjunto dos países africanos em 2000 (US\$ -484 milhões), 2004 (US\$ -1,825 bilhão), 2005 (US\$ -2,426 bilhões), 2006 (US\$ -2,062 bilhões), 2008 (US\$ -5,008 bilhões) e 2010 (US\$ -6,902 bilhões) (anexo B, tabela 1).

Em termos de conteúdo, o comércio sino-africano registrou como principais produtos da pauta de exportações chinesas para a África têxteis, peças de vestuário, produtos industriais leves, químicos, derivados de produtos animais durante os anos 1980 e 1990. Desde o ano 2000, produtos de alto valor agregado vêm ganhando espaço na pauta de exportações chinesas, tais como maquinários,

eletrônicos, automóveis, equipamentos de comunicação, aeronaves, locomotivas, entre outros. Em 2009, produtos eletrônicos e mecânicos corresponderam a mais de 50% do total das exportações chinesas para a África.¹⁵⁷

Por sua vez, as exportações africanas para a China também cresceram ao longo dos anos 2000 em termos quantitativos. Os principais produtos africanos exportados para a RPC são, tradicionalmente, produtos primários: algodão, fosfatos e, mais recentemente, petróleo. O crescimento rápido da economia chinesa na última década, a taxas em torno de 10% ao ano, permitiu aos países africanos um amplo mercado para produtos minerais e petróleo, os principais na pauta de exportação da África para a China. Em 2009, as exportações de petróleo da África para a China representaram 13% do total das exportações africanas do produto. Também cresceram significativamente as vendas para a China de cobre, fertilizantes, produtos eletrônicos, embora produtos primários representem a maior parte das exportações africanas para a China.

Em decorrência da crise econômica internacional deflagrada em 2008, as relações comerciais entre a China e a África sofreram, em 2009, retração de 14,83% em relação ao ano anterior, caindo para US\$ 90,30 bilhões o total do intercâmbio (contra US\$ 106,80 bilhões em 2008). Apesar da queda, pela primeira vez a China figurou como o maior parceiro comercial africano no ano de 2009. O conjunto dos países africanos, por sua vez, figura como o quinto parceiro comercial da China, atrás dos EUA, Japão, Coreia do Sul e Alemanha (2009). Os US\$ 90,30 bilhões do comércio com a China em 2009 correspondem a 6% do PIB do continente africano. Esse desempenho comercial estaria vinculado à política de Pequim de expandir empréstimos preferenciais e empréstimos comerciais ao continente, além de manter investimentos, sobretudo, na construção de infraestrutura em países africanos, a

157 CHINESE ACADEMY OF INTERNATIONAL TRADE AND ECONOMIC COOPERATION (CAITEC), 2010.

despeito da crise. Apenas a título ilustrativo, os investimentos diretos não financeiros da China na África cresceram 55,4% em 2009, em relação ao ano anterior.¹⁵⁸

A política de isenção tarifária praticada pela China para estimular exportações africanas para seu mercado iniciou-se em 2005, removendo tarifas de 190 produtos exportados para a China com origem em 25 países de menor desenvolvimento relativo na África. As estatísticas da Aduana da China indicam que, naquele primeiro ano da implementação do tratamento, as exportações de produtos beneficiados pela política alcançaram o valor de US\$ 380 milhões, representando um crescimento de 88% em relação ao ano anterior e um crescimento de cinquenta pontos percentuais acima do crescimento total das importações chinesas da África.¹⁵⁹ Desde então, Pequim vem ampliando os acordos de tarifa zero com os países africanos de menor desenvolvimento relativo. Até fins de 2009, a China estendeu essa política a 478 códigos alfandegários de seu sistema de oito dígitos. Desse modo, as exportações desses produtos para o mercado chinês cresceram a uma taxa média de cerca de 84,4% entre 2005 e 2009. Em 2009, a China importou um valor de US\$ 4,45 bilhões em produtos desse conjunto tarifário, tais como minerais, couros, pedras, têxteis, vestuário, produtos de metal, produtos de madeira, entre outros, dos quais produtos no valor de US\$ 1,08 bilhão receberam tratamento de tarifa zero e produtos no valor de US\$ 1,04 bilhão se beneficiaram de reduções tarifárias.¹⁶⁰

Nos esforços de manter o equilíbrio do comércio entre a RPC e a África, deve-se ter em conta também as medidas de facilitação do comércio lançadas no âmbito do FOCAC. Além do tratamento de tarifa zero para produtos exportados de países de menor desenvolvimento na África com os quais mantém relações diplomáticas, o Governo

158 CHINESE ACADEMY OF INTERNATIONAL TRADE AND ECONOMIC COOPERATION (CAITEC), 2010.

159 Citado em WANG, 2007, p.16.

160 CHINESE ACADEMY OF INTERNATIONAL TRADE AND ECONOMIC COOPERATION (CAITEC), 2010.

chinês, por meio do Ministério do Comércio (MOFCOM), organizou missões de compras a países africanos, com vistas a estimular suas exportações para o país asiático. No mesmo sentido, o Governo chinês tem promovido a realização de feiras comerciais na China, em favor de produtos africanos, como a Feira Africana de *Commodities*. Outras medidas de promoção do comércio incluem facilidades no acesso a serviços financeiros, de transporte de carga, estímulo a viagens de empresários chineses ao continente africano, entre outras. A criação de Zonas Econômicas de Cooperação também se insere nas iniciativas chinesas para promover o comércio com a África, em especial as exportações africanas para a China e outros mercados.

Papel relevante no processo de ampliação das relações econômicas sino-africanas é desempenhado pelo Banco de Exportação-Importação da China (China Eximbank) e pelo Banco de Desenvolvimento da China (CDB). O principal foco de atuação do China Eximbank concentra-se em empréstimos internacionais e créditos de exportação. É o único banco chinês autorizado a distribuir empréstimos concessionais. Cerca de 80% de seus fundos direcionados a operações na África são no setor de projetos de infraestrutura, que por sua vez estão ligados ao comércio internacional africano. Desde seu estabelecimento, em 1994, o China Eximbank desenvolveu-se como instituição financeira em apoio ao comércio exterior da China e sua base patrimonial passou de US\$ 292 milhões (1994) para US\$ 116 bilhões (2009), dos quais um terço corresponde a negócios na África. Um grupo pequeno de países recebe, no entanto, grande parte dos créditos do China Eximbank – Angola, Etiópia, Sudão e Nigéria –, coincidentemente, em grande medida, com o fato de serem os maiores parceiros comerciais da China na África e os maiores exportadores africanos de petróleo para o país asiático. Um de seus três escritórios fora da China localiza-se em Johannesburg e os outros dois em Paris e São Petersburgo. O CDB, por sua vez, com base patrimonial maior que a do China Eximbank (US\$ 560 bilhões), está voltado para investimentos. É, contudo,

menos focado em negócios internacionais que o Eximbank, e apenas 5% de seus empréstimos estão concedidos a instituições no exterior. O papel mais relevante do CDB na África está no Fundo de Cooperação China-África (Fundo-CAD), lançado na Cúpula de Pequim, em 2006. Em sua primeira fase, o Fundo conta com uma base de recursos de US\$ 1 bilhão, que deverá ser estendida progressivamente a US\$ 5 bilhões.

O fluxo de investimentos chineses em direção à África iniciou-se ainda nos anos 1980, coincidindo com o começo do processo de abertura e reforma da China e a passagem de uma estrutura rígida para avaliação e aprovação de projetos de investimentos diretos estrangeiros no exterior (IDEE) – herança ainda das práticas de economia planificada – para políticas de maior flexibilidade e encorajamento a que empresas expandissem seus negócios no exterior. Naqueles anos, os investimentos se davam por meio de projetos governamentais de ajuda ao desenvolvimento, com vistas a conquistar posição nos mercados africanos. Os investimentos se concretizavam sob a forma de *joint ventures* e *leasings*, e número ainda limitado de empresas chinesas se estabeleciam no continente africano. Entre 1979 e 1990, a China investiu US\$ 51,19 milhões em 102 projetos na África. Desde os anos 1990, o maior desenvolvimento econômico da África de forma estável vem atraindo, por sua vez, empresas chinesas, gerando fluxo constante de investimentos para o continente. Ao longo da década de 1990, expandiram-se os investimentos em têxteis, indústria agroprocessadora, equipamentos e maquinários para mineração, manufaturados e serviços. A composição dos investimentos sofreu uma diversificação em seus agentes, passando de empresas estatais em sua maioria para uma combinação de empresas estatais e privadas.¹⁶¹

Já nos anos 2000, com acumulados superávits comerciais e considerável estoque de reservas internacionais (US\$ 900 bilhões em 2009), a China começa a emergir como provedora global de capitais,

161 CHINESE ACADEMY OF INTERNATIONAL TRADE AND ECONOMIC COOPERATION (CAITEC), 2010.

não apenas para os países industrializados via investimentos do Tesouro norte-americano, mas também como grande financiador de países em desenvolvimento, entre os quais os países africanos.¹⁶² A partir de 2001, com as novas políticas governamentais do “*going global*”, ganham impulso os investimentos no exterior, com resultados significativos entre 2003 e 2008 (crescimento em cinco vezes do total do IDEE, de US\$33 bilhões para US\$147 bilhões), o que afetaria o cenário econômico mundial de investimentos).¹⁶³

O estoque acumulado de investimentos diretos chineses na África alcançaram US\$ 7,8 bilhões, em 2008, o que representa 4,2% dos total do estoque de investimentos diretos chineses globais, segundo o MOFCOM. Tais investimentos se destinaram a 49 países africanos, concentrando-se principalmente na África do Sul, Nigéria, Zâmbia, Sudão, Argélia e Egito.¹⁶⁴ Em 2008, o Industrial and Commercial Bank of China (ICBC) adquiriu parcela de 20% do Standard Bank of South Africa ao preço de US\$ 5,46 bilhões, no que constituiu a maior operação individual de investimento chinês no continente. Também significativo é o número de 1,6 mil empresas estabelecidas por investimentos chineses na África, até fins de 2008, segundo dados do Ministério do Comércio da RPC. Segundo o MOFCOM, os investimentos de empresas chinesas alcançariam taxas de retorno entre 24% e 30%, comparados com taxas entre 16% e 18% em países em desenvolvimento em geral.¹⁶⁵ Em termos de fluxos de investimentos da China para a África, conforme o MOFCOM, registrou-se um crescimento de US\$ 74,81 milhões em 2003 para um patamar de US\$ 1,5 bilhão em 2007, com um pico de

162 CHEUNG, Yin Wong *et. al.* China's Outward Direct Investment in Africa. *HKIMR Working Paper*, n. 13, abr. 2011. Disponível em: <[http://www.hkimr.org/cms/upload/publication_app/pub_full_0_2_277_WP%20No.13_2011%20\(Final\).pdf](http://www.hkimr.org/cms/upload/publication_app/pub_full_0_2_277_WP%20No.13_2011%20(Final).pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2011.

163 CHINA. MINISTÉRIO DO COMÉRCIO. 2009 Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment. 2010.

164 CHINESE ACADEMY OF INTERNATIONAL TRADE AND ECONOMIC COOPERATION (CAITEC), 2010.

165 SINOHYDRO Group boosts African stakes. *China Daily*, 21 out. 2010. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/bizchina/2010-10/21/content_11438559.htm>. Acesso em: 22 ago. 2011.

US\$ 5,490 bilhões em 2008, em razão da operação do Standard Bank of South Africa (vide anexo B, tabela 12, gráfico 17).

O investimento direto (IDEE) chinês na África, segundo estudo da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD – sigla em inglês), dá-se, em grande medida, em fluxos sob a forma de joint ventures com empresas locais. As principais motivações pela parte chinesa residem em: i) acesso direto aos mercados, permitindo aos investidores dispensarem agentes exportadores intermediários, incrementando seus ganhos; ii) conquista de mercados locais e penetração neles, sobretudo em setores em que a oferta excede a demanda; iii) garantia de acesso a recursos naturais, os quais são indispensáveis para o processo de crescimento da indústria chinesa em diversos setores, não somente para atender sua demanda interna, mas também para permitir o crescimento sustentado de seu parque exportador; iv) reutilização de indústrias e instalações locais ociosas, o que oferece a empresas chinesas maximizar ganhos de eficiência; v) contorno de políticas de limitação de exportações chinesas (cotas de importações impostas a produtos chineses), sobretudo nos setores têxtil e de indústria leve. Outra motivação importante é o processo de internacionalização de empresas chinesas, muitas vezes em setores tradicionais, como o têxtil, pelo qual se dá transferência de produção para países que apresentam estrutura de custos vantajosa e mercados consumidores de potencial ou facilidades para operações de exportação¹⁶⁶.

O estudo da UNCTAD sugere, ainda, que os seguintes fatores contribuem para o êxito das joint ventures: o apoio dos governos locais, por oferecerem estrutura legal adequada e políticas de incentivos ao capital estrangeiro; o ambiente de negócios em grande parte dos países africanos, em que predominam liberalização de mercados e setores econômicos privatizados; a capacidade de absorção e de adaptação de

166 UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *Asian Foreign Direct Investment in Africa: Towards a New Era of Cooperation among Developing Countries*. Nova York: UNCTAD, 2007. 212 p.

tecnologias por parte das empresas locais (tecnologias chinesas são em geral de fácil absorção pela parte africana em seu atual estágio de desenvolvimento industrial). A UNCTAD reconhece ainda que o rápido crescimento do IDEE chinês para a África é resultado também da cooperação política entre os governos da RPC e dos países africanos, potencializada pelo intercâmbio frequente de visitas de alto nível, além das reuniões promovidas pelo FOCAC, as quais se repercutem no nível de cooperação técnica.

Segundo Ying-Wong Cheung e Xing Wang Qian, a China alocaria sua carteira de IDEE de forma estratégica. A África, comparada à Ásia, recebe parcela pequena dos investimentos totais chineses no exterior, embora sua fatia venha crescendo de modo contínuo. Assim, a África já ocupa o terceiro lugar entre os maiores receptores de IDEE chinês nos últimos anos. Segundo a estratégia chinesa, o IDEE direcionado à África tem como foco principal recursos naturais, em particular petróleo e gás natural. Em 2006, por exemplo, 40% do IDEE para a África se concentrava naqueles setores. Já os setores de serviços (comércio) e manufaturas representariam, respectivamente, 33% e 4%.¹⁶⁷ Tal fato confirma que o aprofundamento das relações entre a China e os países africanos nos últimos anos encontra forte motivação na necessidade de atender à demanda chinesa por recursos naturais e energia, no contexto da manutenção do crescimento interno da RPC, como apontado no Capítulo 1.

Especial menção merecem os investimentos chineses na África no setor de energia. Levando em conta que países africanos produtores de petróleo, como a Nigéria e Angola, já mantinham por décadas relacionamento com as grandes empresas petrolíferas ocidentais, a China iniciou, estrategicamente, seus negócios na exploração de petróleo no continente por meio de duas linhas de ação: buscou inicialmente atividades em países de menor escala de produção, como

¹⁶⁷ CHEUNG *et. al.*, 2011.

Gabão, Guiné Equatorial e República Democrática do Congo (RDC), e ofereceu “pacotes” de investimentos e ajuda. Em Angola, por exemplo, as empresas chinesas obtiveram fatia de produção de petróleo em troca de pacote de investimentos (construção de estradas, escolas, pontes, ferrovias, redes de fibra óptica) combinado com programas de ajuda ao desenvolvimento sem condicionalidades, o que naturalmente é bem recebido pelos Governos africanos. Na verdade, a China segue padrão tradicionalmente estabelecido pelos Estados Unidos, Europa e Japão ao oferecer a países de menor desenvolvimento acordos de exploração de recursos naturais combinados com ajuda. Deve-se levar em conta também que a China detém relativamente pequena parcela das reservas de petróleo na África (2% em números de 2007) e que muitas dessas reservas despertaram pouco interesse em empresas internacionais de petróleo.¹⁶⁸

Com certa frequência, os “pacotes” de investimentos chineses na África na área de recursos naturais e energia levantam, contudo, questionamentos por parte da mídia internacional, de ONGs e de organizações econômicas internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, sobretudo sobre os efeitos nas finanças dos países recptores. Um exemplo de tais reações foi o caso do contrato entre empresas estatais da China e da República Democrática do Congo para extração de cobalto e cobre na província de Katanga, firmado em 2008. O acordo, que inicialmente alcançava recursos da ordem de US\$ 9 bilhões, garante à China acesso a cerca de 10 milhões de toneladas de cobre e a 600 mil toneladas de cobalto, embora não tenham sido revelados dados claros sobre o contrato. Às empresas chinesas participantes caberiam, como parte dos acordos, investimentos na recuperação de infraestrutura vinculada às minas, construção de barragem, aeroporto, hospitais e centros médicos. Os detalhes do projeto seriam ajustados ao longo de sua execução, à luz inclusive

¹⁶⁸ HANSON, Stephanie. *China, Africa and Oil*. Council on Foreign Relations, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.cfr.org/china/china-africa-oil/p9557>>. Acesso em: 21 set. 2011.

dos preços internacionais daquelas commodities. Também ilustrativo da magnitude da presença chinesa naquela região da RDC é o fato de que empresas chinesas são proprietárias de sessenta entre 75 plantas procesadoras daquela província, cujos recursos minerais extraídos se destinam à taxa de 90% ao mercado chinês.¹⁶⁹ Esse tipo de pacote envolvendo troca de recursos naturais por investimentos em infraestrutura (portos, geração elétrica) e infraestrutura básica (escolas, hospitais) tem sido empregado pela China com frequência na África, recebendo a denominação de “modelo angolano”, por ter sido utilizado primeiramente em Angola¹⁷⁰.

São também comuns as manifestações de preocupação em relação aos efeitos dos investimentos chineses sobre a indústria africana local, sobretudo em setores como indústria leve. Haveria receios de que os investimentos chineses poderiam deslocar setores industriais e comprometer os esforços de industrialização por parte dos países africanos no médio e no longo prazo, o que teria efeitos perversos sobre as economias locais, inclusive sobre a capacidade de honrar seus serviços de dívida. Tal situação seria agravada pelo fato de que muitos dos investimentos chineses teriam efeito reduzido sobre a criação de empregos na África, uma vez que as empresas chinesas tenderiam a levar da China mão de obra para executar seus projetos. Outra fonte de preocupação que merece menção são os impactos na área de meio ambiente que os projetos chineses acarretariam, com possível efeito também sobre reformas políticas e implementação de novas práticas nesse campo.¹⁷¹

Harry Broadman, consultor econômico sobre África do Banco Mundial, aponta, por outro lado, que um efeito positivo da expansão de investimentos chineses no continente tem sido a implementação por parte dos governos locais de reformas na área comercial, incluindo

169 RAINE, 2009, p. 28-29.

170 RAINE, 2009, p. 28-29.

171 CHEUNG, 2011.

a introdução de disciplinas e boas práticas para empresas e o próprio setor público, de forma a criar melhores condições para o recebimento de capitais estrangeiros. Tais políticas teriam efeitos positivos sobre o ambiente de negócios dos países e colocaria suas empresas em melhores condições de interagir não somente com empresas chinesas, mas também em outros mercados africanos ou mesmo em mercados internacionais. Esse efeito se sente, sobretudo, nos países não produtores de petróleo que buscam intensificar negócios com a China, como África do Sul, Gana, Senegal, Tanzânia, Uganda, por exemplo, e que já sustentam uma taxa de crescimento anual do PIB em torno de 4% e 5% nos últimos anos.¹⁷²

Se, por um lado, são fortes os interesse chineses no setor africano de recursos naturais, por outro lado, seria simplista sugerir que apenas negócios em torno da exploração de recursos naturais sustentam os interesses chineses na África. Como indica Raine, ao mesmo tempo em que a extração de recursos naturais permanece central, as relações sino-africanas se desenvolvem cada vez mais de forma multifacetada, com interações entre diversos setores econômicos, como serviços financeiros, agricultura, tecnologias de informação e comunicações. Ainda segundo a autora, o reconhecimento da complexidade crescente da presença chinesa na África tenderia também a minar as argumentações na direção da China como uma mera exploradora em formato neocolonialista “com ou sem características chinesas”.¹⁷³

Outra dimensão importante da presença econômica da China na África, além dos investimentos diretos, são os contratos de grandes projetos, sobretudo na área de engenharia civil. Tal vertente do relacionamento econômico sino-africano não é, contudo, recente, datando dos anos 1970. Nos anos 2000, acompanhando o movimento de intensificação de negócios com a África, a China registrou uma média de US\$ 9 bilhões em contratos por ano, o que representava nove vezes

172 BROADMAN, Harry G.; ISIK, Gozde. *African's Silk Road*. Washington: The World Bank, 2007.

173 RAINE, 2009, p. 29.

a média da década anterior. Nesse contexto, a África tornou-se, nos últimos anos, o segundo maior mercado em contratos de engenharia para empresas chinesas.

O estudo de Ying-Wong Cheung e Xing Wang Qian conclui que alguns fatores seriam determinantes na estratégia chinesa de investimentos na África. Os IDEEs chineses seguiriam tendência a localizarem-se em países com mercado interno expressivo ou com potencial de mercado, com moedas locais relativamente baratas e com boas condições econômicas. Como mencionado acima, haveria da parte chinesa uma preferência por investimentos em países produtores de energia, os quais, por sua vez, atrairiam também investimentos em outros setores, como infraestrutura. Em termos de risco, o estudo aponta que os IDEEs chineses na África se afastam de “riscos políticos”, mas não deixam de estar presentes em regiões nas quais há maior incidência de corrupção. Sobre este último ponto, uma explicação para a presença chinesa em países com alta incidência de corrupção seria a ausência de investidores tradicionais, como os europeus e norte-americanos, criando espaço relativamente fácil para a penetração chinesa.¹⁷⁴

A experiência exitosa da China em estabelecer zonas especiais de cooperação econômica, como parte de sua estratégia de abertura progressiva ao capital externo nos primeiros anos das reformas econômicas, também foi repassada aos países africanos, ao abrigo das iniciativas promovidas pelo FOCAC. Segundo a Chinese Academy of International Trade and Economic Cooperation (CAITEC), a primeira Zona de Cooperação Econômica (ZCE) estabelecida pela China na África, a Zona de Cooperação Econômica e Comercial China-Zâmbia, teve sua construção iniciada em 2008, com investimentos acima de US\$ 400 milhões. Já em fins de 2009, aquela ZCE contava com recursos da estatal China Nonferrous Metal Mining Africa (NFCA) e de doze

¹⁷⁴ Essa percepção foi indicada pelo Embaixador de Cabo Verde em Pequim, Julio Morais, concedida em 29 de novembro de 2010.

outras empresas, que iniciaram negócios em prospecção mineral, extração mineral, processamento de metais não ferrosos e arquitetura. Em 2009, empresas chinesas iniciaram a construção de ZCEs na Etiópia, na Nigéria e em Maurício. Em fase mais adiantada se encontra o estabelecimento da ZCE de Suez, no Egito, que abriga dezenove empresas nos setores de produção de equipamentos de petróleo, têxteis, vestuário, produtos de aço inoxidável e móveis. As cinco zonas especiais de cooperação na África receberam investimentos da ordem de US\$ 190 milhões em infraestrutura. As empresas operando nessas zonas especiais somam um investimento acumulado de US\$ 920 milhões (2010), segundo relatório da CAITEC.¹⁷⁵

Certamente, uma das iniciativas de maior impacto no campo dos investimentos no âmbito do FOCAC foi – como mencionado no Capítulo 2 – a criação do Fundo-CAD, em 2006. Trata-se do maior fundo private equity e o primeiro desse tipo voltado para investimentos na África. Em março de 2007, o Governo chinês aprovaria oficialmente o estabelecimento do fundo, com recursos providos, em sua primeira fase (US\$ 1 bilhão, que deverá estender-se a US\$ 5 bilhões), pelo Banco de Desenvolvimento da China (CDB), e, em junho seguinte, suas operações se iniciaram. O Fundo-CAD é ferramenta relevante da ação governamental chinesa na promoção de negócios na África. Não está dirigido à ajuda ao desenvolvimento e opera de forma independente, baseado em princípios de mercado, para investimentos em projetos chineses na África. Em termos práticos, oferece recursos financeiros a empresas e requer retornos compatíveis. Seu principal foco são os setores de agricultura, indústria manufatureira, infraestrutura, transportes, telecomunicações, sistemas de água e esgoto, recursos naturais (petróleo, minerais diversos) e parques industriais.¹⁷⁶ O Fundo conta com quatro escritórios regionais africanos (Johannesburgo, Adis

175 CHINESE ACADEMY OF INTERNATIONAL TRADE AND ECONOMIC COOPERATION (CAITEC), 2010.

176 CHINA DEVELOPMENT BANK (CDB). CAD-Fund Fact Sheet. 200-. Disponível em: <<http://www.cdb.com.cn/english/Colum.asp?ColumnId=176>>. Acesso em: 12 set. 2011.

Abeba, Lusaca e Acra), com vistas a facilitar suas operações em países do continente. Em fins de 2010, o Fundo-CAD havia financiado, em mais de trinta países africanos, cerca de cinquenta projetos.¹⁷⁷ Embora o administrador do fundo – o CDB – siga lógica de mercado em suas decisões sobre os projetos e empresas beneficiados, haveria uma preocupação do Governo chinês em distribuir de forma equilibrada entre os países africanos os recursos disponíveis.

Diversos projetos levados a cabo por empresas chinesas em diferentes países africanos ilustram esse significativo crescimento do IDEE chinês na África, evidenciando a força da presença econômica da RPC no continente e a solidez da política de Pequim de intensificação de laços políticos com os países africanos. De forma geral, os analistas tendem a concordar que os benefícios dos investimentos chineses para a economia dos países africanos é considerável e contribui para o crescimento econômico do continente. Os capitais chineses suprem uma clara demanda por recursos e muitas vezes cobrem áreas e setores em que investidores tradicionais – Europa, EUA, Japão – não se fazem presentes. Não se pode negar que os investimentos chineses têm efeito positivo para melhoria da infraestrutura, aumento da produtividade, impulso às exportações e elevação do nível de renda de milhões de africanos. Em alguns setores, pode-se afirmar também que os IDEEs chineses contribuem para a diversificação de economias africanas em setores como a indústria manufatureira, comércio, construção civil, mineração, entre outros. A China, por sua vez, demanda recursos naturais e energia para sustentar seu crescimento econômico, como parte de seu projeto de desenvolvimento econômico e social, e encontra na África boas oportunidades de negócios. Yin-Wong e Xing indicam que a cooperação econômica entre a China e a África estabelece, de fato, uma parceria estratégica com vantagens comparativas para as

177 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África – FOCAC. The Fourth Office of China-Africa Development Fund Inaugurated in Ghana. 30 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/zxxx/t882829.htm>>. Acesso em: 5 dez. 2011.

duas partes, a qual ganha progressivamente complexidade à medida que se consolida. Nesse sentido, a estratégia de ganhos mútuos tão propalada nos discursos da parte chinesa encontraria bases sólidas para seu aprofundamento no longo prazo.

O crescimento do comércio entre a China e a África e a expansão dos investimentos chineses na África, como descrito anteriormente, são os principais fatores que alimentam as interpretações de que a China “avançaria” sobre a África numa política neocolonialista, centrada unicamente na exploração dos recursos naturais do continente e criando uma relação de dependência dos países africanos em relação ao parceiro asiático.

Aspecto importante a mencionar é o peso das relações econômico-comerciais no conjunto das relações sino-africanas. Se, por um lado, as relações entre a China e a África vão continuamente se diversificando, incorporando temas e agentes de diversos segmentos de suas sociedades, por outro lado, os vínculos econômico-comerciais se colocam no centro dessas relações. É a partir da expansão dos negócios que outros aspectos – até mesmo os políticos – vão se desenhando e tomando corpo, como se poderá verificar pelos itens subsequentes deste capítulo. Nesse sentido, vale recobrar a menção de Li Anshan sobre a política externa da China para o continente definida como “diplomacia a serviço da economia”.

3.2. A ajuda ao desenvolvimento chinesa aos países africanos

Nas análises sobre o relacionamento sino-africano contemporâneo, chamam a atenção as várias iniciativas da RPC em matéria de “ajuda ao desenvolvimento” – ou “cooperação técnica”, “cooperação” ou “assistência”¹⁷⁸ –, vinculada, muitas vezes, a grandes projetos de

178 Por parte das autoridades chinesas, os termos “ajuda ao desenvolvimento”, “cooperação técnica”, “cooperação” ou “assistência” são utilizados de forma genérica, sem indicação de uma definição precisa ou de utilização de definições elaboradas por organismos internacionais. A respeito, ver DAVIES, Martin *et al.* How China

investimentos ou operações comerciais de maior volume. Sem dúvida, a cooperação é um componente importante da estratégia da China no adensamento de suas relações com a África, que cumpre objetivos não apenas econômicos, mas também políticos, com resultados significativos. A cooperação chinesa, embora em geral bem-vinda pelos países africanos, tem sido alvo de críticas nos países desenvolvidos, que veem seus esforços de melhoria das condições de governança, respeito aos direitos humanos, proteção ambiental, combate à corrupção no continente africano prejudicados pelas políticas chinesas baseadas em princípio de “não intervenção em assuntos internos” e “não imposição de condicionantes”.

Uma primeira observação a respeito da cooperação chinesa na África deve ser feita em relação ao fato de que não é nova, como indicado no Capítulo 2. Desde os primeiros anos do relacionamento diplomático com os países africanos, em meados dos anos 1950, Pequim estendeu ajuda aos países recém-independentes, buscando forjar laços de amizade e solidariedade com o mundo em desenvolvimento. Talvez o exemplo mais grandioso da ação chinesa nesse campo tenha sido a ferrovia TanZam, em que o país asiático assumiu a construção de mais de 1.800 km de estrada de ferro, ligando a Tanzânia e a Zâmbia.

Além de não ser nova, a cooperação oferecida pela China aos países africanos mantém os princípios estabelecidos ainda nos anos 1960, quando Chou En-lai enunciou os “Oito Princípios da Assistência Econômica”, em que se destacavam “benefícios mútuos” e “não imposição de condicionantes”. Esses princípios seriam de certa forma atualizados pelo Primeiro-Ministro Zhao Ziyang, nos anos 1990. Assim, há um alinhamento histórico na cooperação sino-africana que contribui para uma imagem positiva da cooperação Sul-Sul estabelecida entre a RPC e os países africanos. Ao mesmo tempo,

delivers development assistance to Africa. *Centre for Chinese Studies*, Beijing, fev. 2008, p. 2. Disponível em: <http://www.ccs.org.za/downloads/DFID_FA_Final.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2010.

esses princípios também se colocam em conformidade com o *status* de país em desenvolvimento que a China busca enfatizar, condição que, segundo as autoridades chinesas, torna a cooperação sino-africana distinta da cooperação entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos.

Seguindo esses princípios, o Diretor-Geral do Departamento de África do Waijiaobu, Lu Shaye, explica a responsabilidade da China como grande país em desenvolvimento e doador:

We [China] are not only a developing country but also a big country. We are not just fulfilling the responsibility of mutual assistance between developing countries, but also fulfilling our responsibility to African developing countries as a big country in the world. Chairman Mao Zedong, the founding father of the People's Republic of China, once said the Chinese people should make greater contributions to the mankind. Therefore as China helps Africa, it is also making contributions to mankind.¹⁷⁹

O exame mais detido sobre a cooperação sino-africana esbarra no fato de que não há clareza a respeito de que políticas e ações por parte do país asiático podem ser de fato consideradas “ajuda oficial ao desenvolvimento” (*official development assistance* [ODA]), conforme a definição da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE).¹⁸⁰ Deborah Brautigam aponta que poucas iniciativas econômicas entre a China e países em desenvolvimento se qualificariam como ODA ou no que se chama “ajuda internacional” (*foreign aid*), citando como exemplo as medidas anunciadas na Cúpula de Pequim do FOCAC. Entre essas medidas, os empréstimos preferencias no valor de US\$ 3 bilhões poderiam ser considerados ODA, a depender dos detalhes do empréstimo e do percentual de

179 BEECH, 2010.

180 Brautigam indica que o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, depois de longos debates, definiu ODA como “doações e empréstimos voltados principalmente para promover o desenvolvimento de países recepiendários e devem ter uma parcela de doação de pelo menos 25%. (BRAUTIGAM, 2008, p. 208).

doação. Além disso, o fato de que é o Eximbank chinês a instituição que oferece os empréstimos pode ensejar a interpretação de que o propósito desses empréstimos é “primordialmente facilitação a exportações”. Do mesmo modo, os créditos de exportação do China Eximbank (US\$ 2 bilhões) oferecidos no âmbito do FOCAC também estariam fora das qualificações da OCDE, assim como os US\$ 5 bilhões do Fundo-CAD, que fornecem empréstimos a juros reduzidos.¹⁸¹

Ainda sobre as medidas de ajuda lançadas pela China em 2006, na Cúpula do FOCAC, o compromisso de Pequim de “duplicar a ajuda ao desenvolvimento à África até 2009” também é considerado pouco claro em termos de sua dimensão, dada a ausência de definições pelo Governo chinês sobre sua políticas de “cooperação” ou “ajuda”.¹⁸² O então Ministro dos Negócios Estrangeiros da RPC, Li Zhaoxing, em apresentação de relatório na Segunda Conferência do FOCAC, indicou que, entre 2002 e 2003, “China has continued to provide, to the extent possible, assistance to African countries [...] China has signed 245 additional agreements with African countries on economic assistance, accounting for 44 percent of the total cash value of China’s additional foreign aid programme in that period”. A partir daquelas informações e considerando que o orçamento total da ajuda chinesa para a África seria de US\$ 462 milhões, em 2006, Brautigam estima que “dobrar a ajuda” seria elevá-la a quase US\$ 1 bilhão por ano.¹⁸³ Não há, contudo, informações oficiais do Governo chinês que indiquem um número preciso para o compromisso assumido em 2006, vigorando uma situação em que os dados chineses, segundo aquela autora, são “unclear, difficult to interpret or deliberately kept hidden”.¹⁸⁴ Relatório da

181 Sobre a falta de clareza em informações sobre empréstimos concessionais chineses, ver HUBBARD, Paul. Chinese Concessional Loans. In: ROTBERG, Robert I. (Ed.). *China Into Africa: trade, Aid and Influence*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008, p. 217-26.

182 “The Chinese Government decided to: continue to provide development assistance to African countries to the best of its ability and by 2009 double the size of its assistance to African countries in 2006”. (CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África - FOCAC, 2006).

183 BRAUTIGAM, 2008, p. 210.

184 BRAUTIGAM, 2008, p. 197.

Academia Chinesa de Comércio Internacional e Cooperação Econômica (CAITEC), vinculada ao Ministério do Comércio (MOFCOM), afirma que o compromisso de dobrar a ajuda foi honrado em 2009, na data prevista, sem citar números a respeito.¹⁸⁵

Martin Davies aponta que uma das formas de entender a cooperação chinesa é seguir a linha de interpretação que divide as ações do Governo chinês (MOFCOM) em dois formatos principais: “cooperação” e “ajuda oficial ao desenvolvimento” (ODA). “Cooperação” entendida como iniciativas vinculadas a Investimento Estrangeiro Direto (IED) e contratos com empresas chinesas, e ODA, como empréstimos concessionais, doações e alívio de dívida. Concessões comerciais poderiam também estar neste último grupo. Haveria ainda a visão de que apenas transferência de recursos entre governos possa ser considerada ajuda ou assistência, incluindo-se fundos de doações. No entanto, permanecem ambiguidades e pouca clareza nessas definições, as quais não compreenderiam todo o universo de “tipos de cooperação” oferecidos por Pequim.¹⁸⁶

Brautigam indica, ainda, que, juntamente com a falta de clareza da parte do Governo chinês em divulgar dados precisos sobre seus programas de cooperação – ou ajuda –, a imprensa internacional apresenta, com certa frequência, dados exagerados ou que não correspondem à realidade, quando mencionam, de forma sensacionalista, o engajamento chinês no continente africano. Informações equivocadas como “a ajuda chinesa à África em 2006 é três vezes a ajuda ao desenvolvimento dada por países ricos” ou “um projeto de cooperação na Nigéria cujo valor chega a US\$ 9 bilhões” ou “empréstimos a África no valor total de US\$ 8,1 bilhões em 2006” muitas vezes são divulgadas sem qualquer cuidado.¹⁸⁷

185 CHINESE ACADEMY OF INTERNATIONAL TRADE AND ECONOMIC COOPERATION (CAITEC), 2010, p. 8.

186 DAVIES *et. al.*, 2008, p.1-2.

187 BRAUTIGAM, 2008, p. 208.

O programa de cooperação – ou ajuda – internacional da China para a África deve ser visto a partir da perspectiva mais ampla do envolvimento do país asiático nesse continente e também em relação aos programas oferecidos pelos países ocidentais ou países em desenvolvimento como medida de comparação. Neste último sentido, a cooperação chinesa não seria proporcionalmente tão maior. Tomando-se o ano de 2006, por exemplo, a corrente de comércio entre a RPC e a África correspondeu a US\$ 55 bilhões, enquanto o acumulado total da cooperação chinesa para o continente, de 1957 a meados de 2006, teria sido de US\$ 5,7 bilhões. Ao mesmo tempo, o total gasto pela China em ajuda externa aos países africanos, em 2006, compreendendo doações, empréstimos sem juros, empréstimos preferenciais ou com juros subsidiados seria próximo a US\$ 500 milhões.¹⁸⁸ Em termos de abrangência, o programa chinês se assemelha ao dos EUA, na medida em que se estende a grande número de países. Segundo relatório oficial do Governo chinês, a cooperação estaria estabelecida com 53 países africanos (2010).¹⁸⁹ Desse modo, compreende-se que está estendida a países com os quais a RPC não mantém relações diplomáticas. A França e outros países europeus – Portugal, por exemplo – tendem a focar seus programas na África em suas ex-colônias; os países escandinavos concentram suas ações em um grupo reduzido de países, Tanzânia e Zâmbia são exemplos. Outro dado que diferencia a China de outros países é que oferece cooperação a países que têm renda *per capita* superior à sua, como África do Sul, Maurício ou Botsuana. Do total da ajuda chinesa estendida aos países em desenvolvimento, a África recebe uma parcela significativa. Tomando-se como referência 2006, a China mantinha nesse ano projetos de cooperação internacional em 86 países em desenvolvimento. Além disso, contava com um

188 BRAUTIGAM, 2008, p. 198.

189 CHINESE ACADEMY OF INTERNATIONAL TRADE AND ECONOMIC COOPERATION (CAITEC), 2010, p. 8.

registro de 114 países com os quais já havia estabelecido parcerias de cooperação.¹⁹⁰

Segundo o relatório da CAITEC, em termos de setores, a cooperação chinesa na África cobre áreas como infraestrutura, construção de moradias, transportes, agricultura, atendimento médico e saúde pública, educação, desenvolvimento de recursos humanos, energia limpa, preservação ambiental, entre outros. A RPC oferece doações, empréstimos sem juros e empréstimos preferenciais, cooperação técnica (treinamentos e capacitações), serviço de construção civil (leiam-se estádios esportivos, edifícios públicos, estradas, escolas, hospitais, entre outros), “de acordo com necessidades específicas dos países recipiendários”.¹⁹¹ O relatório da CAITEC informa que o Governo chinês incentiva fortemente as empresas de seu país a oferecerem financiamentos ou parcerias de colaboração ao países que recebem edificações, de forma a garantir o funcionamento adequado destas no longo prazo.

De forma a ampliar as fontes de fundos de assistência, em 1995 a RPC criou empréstimos preferenciais de quinze a vinte anos subsidiados pelo Governo, com taxas de juros entre 2% e 3%, voltados para países africanos. Tais empréstimos têm como alvo principal a execução de projetos de construção de médio e de grande porte, tais como edifícios públicos, fábricas, e de aquisição de produtos mecânicos e eletrônicos e de serviços técnicos. Também segundo a CAITEC, até 2009, a China teria concedido empréstimos desse tipo a 39 países africanos, correspondendo a 159 projetos, em áreas como agricultura, indústria, comunicações e transportes.¹⁹²

Uma característica marcante da cooperação chinesa para a África reside na interseção entre “ajuda” ou “assistência” e “comércio” e/ou “investimentos”, como indicam vários analistas e especialistas

190 CHINA aid to developing countries. *People's Daily*, 28 dez. 2006.

191 CHINA aid to developing countries. *People's Daily*, 28 dez. 2006, p. 8.

192 CHINA aid to developing countries. *People's Daily*, 28 dez. 2006, p. 9.

na matéria. O estudo de Martin Davies sugere que, em pesquisas conduzidas na Etiópia, Gana e Zâmbia, as práticas de ajuda externa da RPC são utilizadas por suas empresas multinacionais como forma de obter acesso a mercados e oportunidades de investimento. Desse modo, a ajuda, sobretudo na forma de empréstimos concessionais e de financiamentos comerciais, serve de plataforma para empresas estatais se estabelecerem em mercados africanos. Uma vez instaladas no país – e adquirida experiência no ambiente local –, as empresas chinesas concorrem, em etapa posterior, com competitividade, na obtenção de projetos e contratos de relevo no país em que se instalaram pela via da “assistência”. Os setores que mais empregam essa estratégia são o de construção de infraestrutura e o de exploração de recursos naturais, em países e regiões em que doadores tradicionais se retiraram.¹⁹³ Deve-se mencionar também, nessa linha de atuação, os créditos especiais para compra de exportações concedidos a países africanos ou empréstimos comerciais para empresas chinesas promoverem importações provenientes China, que beneficiam, na outra ponta, empresas estatais chinesas na exportação, sobretudo, de maquinários e equipamentos.¹⁹⁴ Na aplicação dessa estratégia de “inserção” em mercados estrangeiros, a China estaria seguindo os passos do Japão e de outros países asiáticos em estágios iniciais de desenvolvimento de negócios em mercados pouco conhecidos por suas empresas.¹⁹⁵

Como indicado no último subitem, os mercados africanos vêm sendo impactados pela presença chinesa. As economias africanas vêm ganhando uma “injeção” em programas de aceleração econômica – apesar das críticas e controvérsias sobre a atuação chinesa. O Professor Yang Lihua, do Instituto de Estudos Africanos e da Ásia Ocidental da *Chinese Academy of Social Sciences* (CASS), descreve a

193 *Vide* no capítulo 2 exemplo desse tipo de estratégia econômico-comercial sobre a exploração de cobre na província da Katanga, na RDC.

194 DAVIES *et. al.*, 2008, p. 51-52.

195 BRAUTIGAN, Deborah. *The Dragon's Gift, the real story of China in Africa*. New York: Oxford University Press, 2009, p. 53, 141.

estratégia de cooperação da China como “walking on two legs” (dito popular chinês), referindo-se ao objetivo conjunto de desenvolvimento social e desenvolvimento econômico.¹⁹⁶

Uma tendência crescente na política chinesa para a África, seguindo a estratégia de combinação de ajuda com comércio/investimentos é o chamado “modelo angolano” de empréstimos concessionais, a cargo do Eximbank chinês, a partir da experiência de acordos com Luanda, como indicado anteriormente. Os principais elementos desse tipo de arranjo são: o país devedor negocia empréstimo no valor mínimo de RMB 20 milhões (cerca de US\$ 2,9 milhões); os empréstimos são vinculados a projetos nos setores de infraestrutura, indústria e desenvolvimento social e se inserem num contexto em que os países devedores, por um lado, são carentes em recursos financeiros e, por outro, têm recursos naturais abundantes, com infraestrutura inexistente ou ineficiente; o arranjo financeiro inclui emprego de mão de obra chinesa nos países africanos; de acordo com os requerimentos do China Eximbank para os empréstimos concessionais, empresas chinesas devem obter participação nos contratos de construção de infraestrutura financiados pelo banco; o financiamento pode ser amortizado via produtos gerados pelo projeto, no caso de extração de recursos naturais; não menos do que 50% das compras de equipamentos, materiais, serviços e tecnologias referentes ao projeto devem ser atendidos por empresas da China; o empréstimo é operacionalizado como uma conta corrente mantida na China, sob a titularidade do governo do país devedor, e as parcelas dos contratos correspondentes são pagas diretamente às empresas chinesas selecionadas.¹⁹⁷

196 Citado por DAVIES *et. Al.*, 2008, p. 53.

197 Exemplos de aplicação do “modelo angolano” são: empréstimos concessionais no valor de US\$ 58 milhões, aquisição de equipamentos agrícolas, exportação de tabaco, empréstimo a cargo do China Eximbank, no Zimbábue; No Gabão, projeto de exploração de minério de ferro (região de Belinga), com valor inicial estimado de US\$ 590 milhões, minério de ferro extraído utilizado como parte do pagamento (*collateral use*) na amortização de empréstimos de infraestrutura ligado ao projeto de exploração dos depósitos de minério.

Cabe observar que, nas relações de cooperação, os países africanos apresentam seus projetos e prioridades, no nível bilateral, mesmo quando se trata de arranjos inicialmente lançados no âmbito do FOCAC, como descrito no Capítulo 2, o que contribui para a construção de uma percepção entre as lideranças do continente de que, por parte de seus países, há um controle do processo de negociação com a China em matéria de cooperação.¹⁹⁸

Nesse sentido, são frequentes as manifestações de satisfação por parte de autoridades africanas com a cooperação “sem condicionantes” oferecida pela China. O Vice-Presidente do Quênia, Kalonzo Musyoka, por exemplo, declarou à imprensa, em evento internacional em Trípoli: “One of the beautiful things about Chinese help to Africa is that it comes without a lot of preconditions”.¹⁹⁹

Davies chama atenção para o fato de que a ausência de condicionantes não se dá, em termos práticos, de forma absoluta. No caso concreto de empréstimos concessionais pelo China Eximbank, no chamado “modelo angolano”, há imposição de participação de empresas chinesas como parte dos contratos de infraestrutura ou como fornecedores de equipamentos, materiais e serviços (parcela de 50%). Tal arranjo não constitui, entretanto, algo novo e é aplicado por outros credores em esquemas similares. Sob essa perspectiva, a cooperação chinesa não se faria distinta da oferecida por credores tradicionais.²⁰⁰

A não imposição de condicionantes e a não interferência em questões internas torna a cooperação com a China uma alternativa atraente para os países africanos. Em Angola, por exemplo, o oferecimento de “ajuda” pela China na forma de empréstimos, em 2004, “sem condicionantes”, fez que Luanda dispensasse as ofertas do FMI condicionadas a esforços de transparência nas receitas de petróleo do

198 Entrevista com diplomatas de Cabo Verde em Pequim, em 08.12.2010.

199 KENYAN VP hails China's help to Africa in infrastructure development. 30 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/zfgx/t773124.htm>>. Acesso em: 17 out. 2011.

200 KENYAN VP hails China's help to Africa in infrastructure development. 30 nov. 2010, p. 57-58. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/zfgx/t773124.htm>>. Acesso em: 17 out. 2011.

país e inspeções técnicas do Fundo nas contas governamentais. Nesse caso específico, a China foi acusada de “contribuir para que Angola evitasse pressões para combater a corrupção interna”.²⁰¹

A discussão sobre o impacto da China nos empréstimos tomados por países africanos não pode, entretanto, desconsiderar como atuam os grandes bancos ocidentais no continente, nem sempre em favor de transparência ou de boas práticas de governança. No mesmo caso de Angola, ainda no período da guerra civil, bancos ocidentais concederam um total de 48 empréstimos contra fornecimento de petróleo pela Sonangol, entre os quais BNP Paribas (França), Standard Chartered (Reino Unido) e Commerzbank (Alemanha). Entre setembro de 2000 e outubro de 2001, bancos internacionais concederam empréstimos lastreados em petróleo num total de cerca de US\$ 3,55 bilhões. O francês Société General aprovou, em 2003, empréstimo de US\$ 1,15 bilhão a Angola, também garantido em petróleo. Em 2004, Barclays e Royal Bank of Scotland (Reino Unido) emprestaram US\$ 2,35 bilhões, novamente garantidos por petróleo. Os empréstimos de bancos comerciais ocidentais, tal como os chineses, não impõem condicionantes de ordem política a Angola, como se cobra da China. Os empréstimos chineses se dão sob a forma de créditos de exportação, vinculados ao fornecimento de bens e serviços por empresas chinesas, e não sob a forma de recursos em espécie.²⁰²

São, porém, numerosas as vozes – de representantes de governos, de ONGs, da mídia internacional, de acadêmicos – contra os supostos efeitos negativos da “cooperação” em seu sentido amplo da China na África. Os efeitos da presença chinesa também se repercutiriam negativamente sobre a situação africana em matéria de boa governança – transparência de governo e combate à corrupção –, respeito aos direitos humanos, preservação ambiental. Vale ressaltar, no entanto,

201 BRAUTIGAN, 2009, p. 273-274.

202 BRAUTIGAM, Deborah. China in Africa: Think again. *The European Financial Review*, 16 ago. 2010, Disponível em: <www.europeanfinancialreview.com/?p=1336>. Acesso em: 14 out. 2011.

que, como indica Alden, a rápida expansão da presença chinesa na África não somente causa desconforto e críticas no Ocidente, mas também leva ao questionamento sobre a inabilidade dos países desenvolvidos em manter sua influência sobre o continente.²⁰³

Em suma, pode-se afirmar que a China, em seu engajamento na África, segue uma estratégia de utilização da cooperação como componente de sua política para o continente, como vários outros atores presentes no continente. Nesse sentido, a China não é uma exceção. A cooperação chinesa em si não é nova nas relações com a África, tampouco o são os princípios de não interferência e não imposição de condicionalidades sobre os quais se fundamenta. Nova é a associação de forma pragmática entre ajuda e negócios (comércio e investimentos) como conteúdo marcante da “cooperação”, bem como a rapidez e a diversidade com que vem se desenvolvendo, sobretudo nos últimos dez anos, a partir da criação do FOCAC. Certamente, a cooperação chinesa oferece aos países africanos um padrão alternativo, o que vem acompanhado de controvérsias. No Capítulo 4, serão analisadas as críticas e reações à política chinesa na África, bem como as respostas chinesas e africanas.

3.3. As relações militares

O livro branco *China's Policy to Africa*, lançado em 2006, atesta a importância da cooperação sino-africana no campo militar e de segurança. O livro explicita que a RPC promove intercâmbios militares de alto nível e desenvolve cooperação em matérias relacionadas a tecnologias militares. O documento refere-se ainda à ajuda da China a países africanos em matéria de treinamento de pessoal e apoio a construção de forças de defesa com vistas a segurança dos países africanos. O documento menciona também o compromisso chinês em

203 ALDEN, 2007, p. 102.

apoiar a União Africana e as operações de paz das Nações Unidas no continente africano.²⁰⁴

Os documentos emanados das reuniões do FOCAC, em especial a Declaração de Pequim, de 2006, também fazem referência à intensificação da cooperação com vistas a responder às ameaças à segurança e aos desafios relativos a ameaças não tradicionais à segurança, como indicado no Capítulo 2.

O relacionamento entre a China e os países africanos no campo militar e de segurança não é, contudo, novo. Já no início do estabelecimento de relações com os países africanos, nos anos 1960 e 1970, a RPC mantinha estreitos contatos na área militar, como parte do apoio prestado à independência e aos movimentos revolucionários na África. O relacionamento com a África em bases mais pragmáticas e menos ideológicas a partir dos anos 1990 também se repercute na área militar e de segurança. Assim, ao longo da última década, as relações sino-africanas no campo militar são forjadas em torno dos interesses de segurança da RPC no que diz respeito a garantir o acesso a matérias-primas e energia fornecidas pelos países africanos. Há, nesse sentido, uma clara mudança de foco do relacionamento nessa área, comparando-se à primeira etapa do relacionamento sino-africano, em função dos novos interesses e prioridades de Pequim.²⁰⁵

Cabe observar que a África em seu conjunto não representa para a China a mesma prioridade em termos de segurança que seu entorno regional: Sudeste Asiático, Ásia do Sul, Ásia Central, além de Rússia, Japão, Mongólia, Península Coreana. Pequim nutre, ainda, preocupação constante com a presença e movimentações das grandes potências nessas subregiões, sobretudo os EUA, em particular no que diz respeito a Taiwan. Nesse sentido, a África e a América Latina e

204 INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. China's African Policy. Pequim, 12 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/features/book/152684.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

205 SHINN, David H. Military and Security Relations: China, Africa, and the Rest of the World. In: ROTBERG, 2008.

Caribe encontram-se distantes do centro crítico de atenção por parte da RPC nessa matéria.

Esse novo enfoque das relações militares entre a China e a África se traduz em termos de uma estratégia voltada para o encorajamento da estabilidade nos países africanos – manutenção do *status quo* – que fornecem ou que têm potencial de fornecer energia (petróleo) e matérias-primas ao país asiático. Entre os países que já compõem o grupo de fornecedores da RPC, estão Angola, Sudão, Nigéria, República do Congo, Guiné Equatorial, Líbia – fornecedores de petróleo; África do Sul, Gabão, Zâmbia – fornecedores de minerais e metais de base; Gana, Namíbia, República Democrática do Congo – fornecedores de outros produtos primários. Tais países recebem relativamente maior atenção de Pequim, no plano militar e de segurança, o que não representa uma ausência de cooperação militar – assistência e treinamento, por exemplo, com os demais países africanos. Tanzânia, por exemplo, não estaria no grupo de principais fornecedores de matérias-primas, mas oferece as facilidades portuárias e ferroviárias para o escoamento da produção de cobre da vizinha Zâmbia em direção à China. A Líbia seria um exemplo no sentido contrário, embora fornecedora de petróleo à RPC, não mantém laços estreitos na esfera militar com a China, supostamente em razão de suas ligações comerciais com Taiwan.

Um sinal de que a estratégia de segurança de Pequim não é traçada em termos de cálculos puramente militares é o fato de o Exército de Libertação Popular (PLA) não ser um ator independente em iniciativas levadas a cabo por profissionais militares, mas atuar em coordenação com o PCCh e com o aparato burocrático do estado chinês. O PLA mantém, por sua vez, amplo programa de intercâmbio militar com diversos países, entre os quais os africanos, oferecendo treinamento de pessoal e assistência e promoção de equipamentos. Deve-se observar que, como indicado no Capítulo 1, a China mantém uma política externa “pacífica e independente”, este segundo termo se traduzindo pela política de não se engajar em aliança militar formal com país algum.

Entre os analistas da área militar, há uma tendência à concordância quanto ao interesse da RPC em preparar-se para formar no longo prazo uma marinha de guerra oceânica – *blue-water navy*²⁰⁶ – que possa atuar também na proteção das rotas marítimas que ligam a China ao Oriente Médio e à África, essenciais para o transporte dos produtos africanos até os portos chineses, o que confirmaria o interesse chinês na segurança de suas rotas comerciais.²⁰⁷ No último livro branco publicado pelo Conselho de Estado sobre defesa, em janeiro de 2009, *China's National Defense*, o Governo indica que sua Marinha “tem se esforçado para melhorar de todas as formas sua capacidade de operações integradas em *offshore*, dissuasão estratégica e contra-ataques estratégicos, e de desenvolver gradualmente sua capacidade de conduzir operações em águas distantes e conter ameaças não tradicionais à segurança, de modo a avançar no incremento de seus serviços”.²⁰⁸

Também indicativo da preocupação chinesa com a segurança de rotas marítimas internacionais é a manifestação de posição da RPC com respeito ao combate à pirataria na costa africana, sobretudo na região costeira da Somália.²⁰⁹ Em agosto de 2010, o Representante Permanente da RPC nas Nações Unidas, Embaixador Li Baodong, expressou, no âmbito do CSNU, que a “China apoia o fortalecimento da cooperação internacional na condenação de piratas somalis ao abrigo das leis internacionais ora vigentes e aprecia o trabalho desenvolvido pelos países envolvidos na matéria, particularmente os países costeiros”. Em fins de 2008, o PLA decidiu despachar os primeiros navios chineses em missão de patrulha no Golfo de Aden,

206 A marinha de guerra oceânica – ou “blue water navy” – é aquela que dispõe de capacidade de operar afastada das águas costeiras do seu país, por longos períodos de tempo em alto mar alto, bem como com capacidade logística para apoiar tais operações.

207 SHINN, 2008.

208 INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *China's National Defense in 2008*. Pequim, 2009. Disponível em: <http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7060059.htm>. Acesso em: 21 jan. 2010.

209 CHINA backs fight against Somali piracy in light of international law. 26 ago. 2010. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2010-08/26/c_13462599.htm>. Acesso em: 14 out. 2011.

juntando-se aos esforços de diversos países em combater a pirataria naquela região, onde também navios mercantes chineses já tinham sido vítimas de piratas. Ao longo de 2009 e 2010, mantiveram-se tais missões por parte da Marinha da RPC.²¹⁰

Um aspecto relevante das relações entre a China e a África na esfera militar diz respeito à participação de Pequim em operações de paz naquele continente, a qual vem se ampliando, progressivamente, acompanhando o aprofundamento das relações sino-africanas e a crescente projeção da RPC no cenário internacional como potência emergente, chamada a prestar contribuições para a superação de conflitos e crises internas. Como indicado no Capítulo 1, desde sua ascensão às Nações Unidas – e ao CSNU –, em 1971, a RPC manteve posição de princípio contrária a qualquer operação de paz, no entendimento de que feriam o princípio de não interferência externa. Essa postura viria a modificar-se, em razão de visão pragmática, terminada a Guerra Fria, quando a China, a partir dos anos 1990, participaria com pequenos grupos de observadores em forças de paz em Moçambique, Libéria, Serra Leoa. Já a partir do ano 2000, Pequim envia observadores à missão da ONU na fronteira Etiópia-Eritreia; contribui com tropas na RDC, em 2001, e na Libéria, em 2003. Costa do Marfim e Burundi recebem pequenos grupos de observadores chineses em 2004. Pequim contribui, em geral, com equipes de médicos, engenheiros, especialistas em logística e evita o envio de contingentes de infantaria. Na África, a China também contribuiu com assistência financeira às missões de paz da UA em Darfur, no Sudão.

Pode-se observar que o envolvimento da RPC em forças de paz na África está ligado a países em que Pequim tem expressivos interesses econômicos, ou seja, são fornecedores de recursos naturais, em particular, petróleo. A China detém, por exemplo, importantes concessões para exploração de minérios na RDC e significativos

210 CHINA navy confident, capable in Somalia piracy mission. Chinaview, 23 dez. 2008. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2008-12/23/content_10547472.htm>. Acesso em: 14 out. 2011.

investimentos no setor petrolífero no Sudão, como mencionado em subitem anterior. A Libéria, por um lado, é fornecedora de madeira para a China, mas não de petróleo. Por outro lado, tendo estabelecido relações diplomáticas com a RPC – rompendo com Taiwan – em passado relativamente recente (2003), a Libéria ainda se coloca na situação de receber atenção especial de Pequim.

Também importante questão na área de segurança para a China na África são as agressões a nacionais chineses, sobretudo em zonas de conflito, à medida que se expande a presença do país asiático naquele continente. Em 2006, foram registrados ataques a instalações petrolíferas chinesas entre Darfur Sul e Kordofan Oeste, no Sudão, por grupos rebeldes. No norte do Níger, rebeldes também sequestraram, em 2007, um executivo chinês do setor mineral (urânio), forçando sua empresa a abandonar atividades na região. Também no Níger, o Movimento de Emancipação do Delta do Níger tenta pressionar empresas chinesas a se retirar daquele país, abandonando suas operações de produção de petróleo. Na Etiópia, deu-se o ataque de maiores proporções a instalações e pessoal chineses, na região de Ogaden, em 2007. Nove cidadãos chineses e outros sessenta e cinco etíopes foram vítimas fatais em ataques do grupo somali Frente Nacional de Libertação de Ogaden a instalações da Sinopec, após várias advertências no sentido de que qualquer empresa estrangeira deveria se retirar da região. Embora tais episódios não afetem de forma significativa a estratégia chinesa de exploração de recursos naturais na África, não deixam de indicar que as empresas chinesas devem reavaliar seus projetos em zonas de conflito, as quais não contam em geral com a presença de empresas de outros países.

A intensificação das relações sino-africanas no campo militar deve manter-se como tendência, acompanhando a ampliação dos interesses econômico-comerciais do país asiático na África. Nesse sentido, pode-se esperar que os contatos e entendimentos bilaterais de alto nível, intercâmbios técnicos, comércio de equipamentos, entre

outros componentes da cooperação na área de defesa e segurança, tornem-se mais frequentes entre a China e a África. Do mesmo modo, as perspectivas de participação da China em operações de paz da ONU e da UA na África apontam para um engajamento progressivo, dados os interesses chineses na região, bem como os chamados cada vez mais fortes para que a RPC assuma responsabilidades maiores em questões internacionais, em razão de sua condição de potência emergente.

3.4. Os movimentos migratórios entre a China e a África

Acompanhando a tendência de intensificação das relações entre a China e a África ao longo da última década, sobretudo no campo econômico-comercial, são crescentes os fluxos migratórios de nacionais chineses para o continente africano. Embora sejam escassas as estatísticas oficiais pelo lado chinês e pelo africano, estima-se que os maiores grupos de chineses estejam radicados na África do Sul, Nigéria, Zimbábue, Argélia e Sudão, em números de 2006.²¹¹ A ausência de dados oficiais talvez explique os números que variam significativamente. Malia Politzer aponta que cálculos de cientistas políticos mostram que entre 100 mil e 150 mil chineses viveriam na África; já a agência oficial de notícias Xinhua cita que mais de 750 mil chineses residiriam no continente. Segundo aquela autora, os migrantes chineses que buscaram a África, nas últimas décadas, podem ser divididos em quatro principais grupos: trabalhadores temporários, vinculados a contratos de empresas chinesas na África; pequenos empreendedores; trabalhadores rurais; e migrantes em trânsito para outros países e continentes.²¹²

211 REILLY, James; WU Na. China's Corporate Engagement in Africa. In: KITISSOU, Marcel (Ed.). *Africa in China's Global Strategy*. Londres: Adonis & Abbey Publishers, 2007.

212 POLITZER, Malia. China and Africa: Stronger Economic Ties Mean More Migration. *Migration Information Source*, 6 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=690>>. Acesso em: 17 out. 2011 e POLITZER, Malia. Passage to China. *Foreign Policy*, 12 dez. 2007. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2007/12/12/passage_to_china?page=full>. Acesso em: 18 nov. 2011.

O grupo mais numeroso seria o de trabalhadores temporários, ligados às empresas chinesas – muitas das quais estatais – que operam no continente, cujo número total seria em torno de oitocentos, conforme dados do Governo chinês. Tais empresas pertencem sobretudo aos setores de construção civil, mineração e petrolífero e empregam grandes números de trabalhadores chineses juntamente com africanos. Grande parte desses trabalhadores permanecem na África apenas pelo período de duração de seus contratos, regressando definitivamente à China. Grande número desses trabalhadores são recrutados em Pequim, Xangai e nas províncias de Shandong e Liaoning, por agências de trabalho ligadas a empresas estatais chinesas.

Há que se registrar que a prática de emprego de mão de obra chinesa em projetos africanos sob a alegação de maior eficiência e produtividade não é nova. Como mencionado no Capítulo 1, na construção da ferrovia Tazara, nos anos 1970, foram empregados aproximadamente 16 mil trabalhadores chineses.²¹³ Embora tal prática seja alvo de críticas por parte da mídia internacional, que a qualifica como “exportação de mão de obra”, beneficiando trabalhadores chineses em detrimento de africanos, as autoridades da RPC consideram natural a escolha de empresas chinesas. Nesse sentido, o Diretor-Geral do Departamento de África do Waijiaobu, Lu Shaye, aponta que seriam razoáveis as proporções entre trabalhadores chineses e africanos em parcerias sino-africanas e qualifica como exageros da imprensa internacional afirmações de que os cidadãos de países africanos sejam prejudicados.²¹⁴

Um grande número de chineses residentes na África se dedica também a atividades comerciais e serviços em geral, vivendo, muitas vezes, em torno de suas próprias comunidades, com recursos relativamente limitados e pouca interação com a sociedade local. Esses comerciantes, em diversos países, já representam uma força expressiva

213 SNOW, 1988, p. 153.

214 BEECH, 2010.

na importação de produtos chineses e revenda nos mercados africanos. Mais recentemente, a agricultura seria outro setor ao qual se dedicam os imigrantes chineses na África. Nesse setor, já haveria expressivo número de cidadãos chineses em empreendimentos no Quênia, Uganda, Gana e Senegal.

Os migrantes chineses em trânsito para outros países formariam o grupo mais difuso e que oferece mais dificuldades para estimativas sobre seu tamanho. Em geral, chegam a países africanos com vistos de negócios ou de turistas e, por alguma dificuldade em partir para outros destinos, estendem sua permanência em países africanos, muitas vezes, com apoio de comunidades chinesas – chinatowns – já comuns em cidades africanas como Johannesburgo.

Já os imigrantes africanos na China, ao contrário dos chineses na África, tendem a ser profissionais qualificados – executivos, empresários e professores de inglês (oriundos de Gana e do Quênia) – ou estudantes que se beneficiam de programas oferecidos pelo Governo chinês. Há maior concentração de imigrantes africanos na Província de Cantão, que segundo estimativas bastante díspares abrigariam de 10 mil a 100 mil cidadãos africanos. Na cidade de Cantão, o bairro de Hongqioa, no qual reside o maior número de africanos, seria chamado de “Pequena África” pelos habitantes daquela capital.

À medida que as economias chinesa e africana intensificam seus intercâmbios, é natural que aumentem os fluxos de imigrantes de um lado a outro. Nessa campo, vários desafios também permeiam a relação entre a RPC e os países africanos, como o deslocamento de trabalhadores africanos em projetos chineses e a questão da integração de comunidades de imigrantes ao ambiente local. Sobre este último ponto, o crescimento de movimentos “anti-China” e, mesmo, agressões contra cidadãos e empresas chinesas evidenciam que a interação entre chineses e africanos também requer atenção de suas autoridades.

Cabe registrar, ainda, que o Programa para a Cooperação Sino-Africana em Desenvolvimento Econômico e Social, lançado pelo FOCAC,

em 2000, determinava que os governos facilitariam os processos de concessão de vistos de trabalho, em conformidade com as respectivas legislações e políticas sobre a matéria e que eventuais deficiências seriam tratadas no âmbito dos acordos bilaterais existentes.²¹⁵

3.5. As relações culturais e educacionais e o *soft power* chinês

Embora não possa ser comparada às dimensões econômica e política do envolvimento da China na África, a cooperação no campo cultural e educacional entre as duas partes vem se ampliando progressivamente, contribuindo para o adensamento das relações sino-africanas e aproximação entre suas sociedades. A cooperação cultural e educacional pode ser mais bem entendida no contexto dos interesses de Pequim em exercer seu *soft power* – na verdade, não de forma restrita à África –, criando uma imagem positiva da China contemporânea e de todo o patrimônio de sua civilização milenar. Nesse sentido, a cooperação nesses dois campos se soma às iniciativas da chamada “cooperação pragmática”, à ajuda ao desenvolvimento e aos esforços da diplomacia chinesa em promover a solidariedade e amizade entre a China e os países africanos, como países em desenvolvimento que cooperam em bases de igualdade e cujos resultados são “ganhos mútuos”, conforme o discurso político-diplomático das autoridades chinesas.

Apesar do crescente interesse de Pequim em incrementar a cooperação cultural e educacional, como indicado nos documentos emanados das reuniões do FOCAC, são ainda relativamente escassos os intercâmbios no campo cultural entre as duas partes, explicado, sobretudo, pelas barreiras linguísticas, pelas distintas trajetórias históricas, além da distância geográfica entre as duas partes. Pode-se dizer que são relativamente recentes as iniciativas chinesas de maior

215 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África – FOCAC, 2009.

impacto na área cultural, para estimular o intercâmbio artístico, linguístico e educacional com a parte africana. Do mesmo modo, os esforços para estimular contatos entre a sociedade civil, sobretudo do tipo pessoa a pessoa, entre a China e países africanos, se comparados aos intercâmbios no campo econômico-comercial, são ainda acanhados.

A Declaração de Pequim, de 2006, definia o diálogo entre diferentes culturas e a promoção de contatos entre sociedades como elementos da “parceria de um novo tipo” entre a China e a África.²¹⁶ Já o Plano de Ação 2007-2009, referindo-se às riquezas da cultura e história chinesa e africana e ao propósito de incrementar os intercâmbios entre diferentes civilizações, determina a implementação de programas bilaterais de promoção e apoio à cultura, especialmente a realização de exposições, mostras e espetáculos de arte.²¹⁷ Naquela ocasião, a China criava o African Cultural Visitors Program, como forma de estimular os intercâmbios culturais e difundir a cultura chinesa. No âmbito do Programa, custeado pelo Ministério da Cultura da RPC, entre 2007 e 2010, cerca de sessenta personalidades do meio cultural africano visitaram a China e participaram de seminários e conferências sobre suas áreas de atuação, tais como Africa Guest Painters Visit China Project, Roundtable Conference on Cultural Policy, Idea Exchanging on Managing State Affairs, Creative Thinking in Painting e Field Research Project. Em paralelo, em 2007, a China inaugurou centros culturais no Egito, no Benim e em Maurício. Entre 2008 e 2010, cerca de setecentos artistas chineses pertencentes a vinte diferentes províncias participaram de 27 festivais e eventos culturais diversos em países africanos; ao mesmo tempo em que 370 artistas de 21 países africanos visitaram a China a convite do Governo chinês. Foi ainda lançado naquele período o programa de intercâmbio cultural Cultures in Focus, com edição do 2008 African Culture Focus, em Shenzhen, organizado por National Cultural Bureau, National Radio Television

216 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África – FOCAC, 2006.

217 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África – FOCAC, 2006.

Film Bureau e Press & Publication Administration. No ano seguinte, realizou-se o 2009 Chinese Culture Focus em vinte países africanos, com apresentações artísticas, exposições, mostras e eventos culturais diversos.²¹⁸ O programa seria, então, incorporado ao Plano de Ação 2010-2012. Já em 2010, realizou-se o 2010 African Culture Focus, com uma série de eventos culturais africanos em Pequim, Tianjin, Gansu, Qinghai, Ningxia, Hunan, Anhui, Henan, Qingdao e Shenzhen, ampliando o alcance da iniciativa.²¹⁹

Uma das formas mais visíveis da ação governamental chinesa na área cultural e educacional no continente africano é o estabelecimento e manutenção de unidades do Instituto Confúcio (IC). Os ICs foram criados em 2004 em política de padronização do ensino e difusão do mandarim para estrangeiros, por meio do Escritório do Conselho Internacional de Língua Chinesa (HanBan), subordinado ao Ministério da Educação da RPC.²²⁰ O Governo chinês se inspirava na experiência de divulgação de língua e cultura do Reino Unido, França, Alemanha e Espanha. A meta inicial de criação de cem unidades de ICs até 2010 foi estendida, acompanhando o processo de ampliação das relações externas da China e da crescente demanda pelo ensino do mandarim em diversos países. Em junho de 2010, o HanBan já havia criado 316 ICs e 337 Cátedras Confúcio em instituições de ensino – uma modalidade mais simples para aplicação de cursos – distribuídos em 94 países.²²¹ Segundo o Ministro da Educação da RPC, Yuan Guiren, “os cursos de línguas oferecidos pelos institutos no exterior têm atraído crescente

218 H Aidong, Lian. China-Africa Cultural Exchanges in Full Bloom and Splendor. *Xinhua*, Nairóbi, 16 maio 2010. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/zfgx/t696109.htm>>. Acesso em: 16 out. 2011.

219 2010 AFRICAN cultural focus. *China Daily*, 11 dez. 2010. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/life/focus/2010top10/2010-12/13/content_11682897.htm>. Acesso em: 16 out. 2011.

220 Kurlantzick aponta que o nome escolhido para o Instituto chinês não guarda nenhuma relação com o comunismo nem com o Partido Comunista da China e sugere que seria até uma revanche a Mao Tsé-tung, que, durante a Revolução Cultural, condenou os estudos sobre Confúcio e o confucionismo. (KURLANTZICK, 2007, p. 68)

221 GUANQUN, Wang (Ed.). 316 Confucius Institutes Established Worldwide. *Xinhua*, 13 jul. 2010. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english2010/culture/2010-07/13/c_13398209.htm>. Acesso em: 18 out. 2011.

número de estrangeiros a ter uma visão real da China de hoje”.²²² Os institutos contribuiriam, ainda, para diminuir o “déficit cultural” global da China, que importa número consideravelmente maior de produtos culturais – títulos de livros, filmes e espetáculos – do que exporta. Nesse sentido, os ICs viriam cobrir uma lacuna e melhorar a “competitividade cultural chinesa”, como elemento de dinamismo na promoção da cultura chinesa em diversas regiões do mundo.²²³

O primeiro IC africano, aberto em Nairóbi (Universidade de Nairóbi), em 2005, foi precedido de outros setenta ICs em outras partes do mundo. Em 2010, a África contava com 22 ICs e quatro Cátedras Confúcio em dezoito países, ou seja, apenas 3,9% do número total global, atrás da Ásia, Europa e América do Norte (*vide* anexo A, quadro XIV).²²⁴ No caso de países africanos, nos quais a oferta de cursos de mandarim é menor comparativamente a outras regiões, como a Europa ou a Ásia, o impacto positivo da iniciativa governamental chinesa é expressivo, contribuindo para a aproximação entre as sociedades chinesa e africanas.²²⁵ Segundo o Ministro da Educação da China, os ICs estariam também habilitando estrangeiros a ter melhores condições de atuação no mercado de trabalho na China, por meio do ensino do mandarim. Muitos dos estudantes dos IC se tornam, segundo o Ministério da Educação, beneficiários de bolsas de estudos em universidades chinesas em cursos em diversas áreas.²²⁶

No contexto das relações culturais entre a China e a África, devem-se mencionar ainda as atividades lançadas no âmbito do FOCAC, como o envio de trezentos jovens voluntários chineses ao continente africano, entre 2006 e 2009, em programas sociais e culturais (saúde,

222 JIA, Chen. Class act promotes global ‘soft power’. *China Daily*, 11 nov. 2010. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2010-11/11/content_11531284.htm>. Acesso em: 5 ago. 2011.

223 CONFUCIUS Institute: promoting language, culture and friendliness. *Xinhua*, 2 out. 2006. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2006-10/02/content_5521722.htm>. Acesso em: 12 out. 2011.

224 HANBAN/Confucius Institute Headquarters. [site]. Disponível em: <<http://english.hanban.org>>. Acesso em: 14 out. 2011.

225 RAINE, 2009, p. 85.

226 JIA, 2010.

agronomia, educação, línguas) – inspirados no US Peace Corps e no Japan’s Volunteers Corps. Vale também menção às bolsas de estudo oferecidas pelo Governo chinês a estudantes estrangeiros, entre os quais africanos, que são beneficiados a cada ano. Em 2000, à época da primeira reunião do FOCAC, havia cerca de 1,4 mil estudantes africanos em Pequim; em 2006, o número passaria para 2,75 mil. Em 2009, a China elevaria a 4 mil número de bolsas concedidas a estudantes africanos anualmente.²²⁷ Em 2010, o número de bolsas oferecidas pelo governo chinês a estudantes africanos chegou a 5,7 mil, representando quase 1/3 do total dos 16 mil estudantes africanos na China.²²⁸

Também não seriam desprezíveis as atividades de divulgação de notícias e de cultura chinesa por parte da agência oficial de notícias Xinhua, que mantém escritórios regionais – difusores de notícias – em Nairóbi e no Cairo. Do mesmo modo, atua a empresa de televisão estatal China Central Television (CCTV), que abriu, em 2010, escritório regional em Nairóbi, para retransmissão de programas e notícias sobre a China e captação de notícias na África. O Plano de Ação de Sharm El-Sheik determina o fortalecimento da cooperação entre agências governamentais de imprensa da China e dos países africanos, reconhecendo a importância dos intercâmbios nesse campo.²²⁹

A presença da mídia estatal chinesa na África deve ser entendida como parte da estratégia do Governo chinês de internacionalizar suas empresas e ampliar de forma considerável seu *soft power*, levando mensagens de seu interesse sobre a China, sua cultura, economia e sociedade, além das posições do PCCh sobre temas internacionais, e combatendo, assim, qualquer campanha “anti-China”. A CCTV já

227 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África – FOCAC. Implementation of the Follow-up Actions of the Beijing Summit of the Forum on China-Africa Cooperation. nov. 2009, Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/lttda/dscbjhy/FA32009/t627504.htm>>. Acesso em: 17 out. 2011.

228 YANSHUO, Ni. Optimistic Outlook for FOCAC. *China Report*, v. 3, out. 2011.

229 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África – FOCAC *Sharm El Sheikh Action Plan (2010-2012)*.

conta com canais em inglês, árabe, espanhol, francês e russo, com correspondentes em cinquenta países, escritórios regionais na Ásia-Pacífico, Oriente Médio, Europa, América do Norte, América do Sul (São Paulo, inaugurado em 2010), além da África. O movimento de internacionalização da mídia estatal conta, ainda, com a Rádio Internacional da China e com a agência de notícias Xinhua (Nova China) e jornais locais em inglês. A Xinhua, que emprega 16 mil profissionais em 130 países, criou, em 2009, a China Network Corporation (CNC), televisão on-line em inglês, também em processo de ampliação internacional.

“A China está competindo com os Estados Unidos não só em termos de desenvolvimento econômico, mas também na construção de imagem e na tentativa de definir a agenda internacional”, afirma o Diretor do Centro de Pesquisa em Comunicação Internacional da Universidade de Tsinghua, Li Xiguang. Para o pesquisador, “a China é um dos únicos países além dos Estados Unidos que ostensivamente busca construir uma rede global de mídia para consumo de estrangeiros”. Essa estratégia seria motivada pela avaliação de Pequim de que a imprensa estrangeira não reporta de maneira correta os fatos que ocorrem no país, segundo o professor da Universidade de Tsinghua. Ming Anxiang, do Instituto de Jornalismo da CASS, indica que a expansão internacional da mídia estatal chinesa ainda se encontra numa primeira fase de abertura de escritórios e contratação de profissionais; em seguida, estará empenhada no fortalecimento do soft power chinês, pelo aumento da audiência e da influência dos veículos chineses. Nesse processo, a obtenção de credibilidade do público internacional será o maior desafio, uma vez que a mídia controlada por Pequim é vista como ferramenta da propaganda do PCCh.²³⁰

230 TREVISAN, Cláudia. China globaliza mídia em busca de *soft power*. *O Estado de São Paulo*, 17 out. 2011.

Nas palavras do Membro do Politburo, responsável pela propaganda, Liu Yunshan, a comunicação tem papel central na estratégia chinesa de inserção internacional, ao afirmar que

It has become an urgent strategic task for us to make our communication capability match our international status. In this modern era, who gains the advanced communication skills, the powerful communication capability and whose culture and value is more widely spread is able to more effectively influence the world.²³¹

Merece ainda menção, no contexto de esforços do Governo chinês em divulgar uma imagem positiva do país, a prática de oferecimento de programas de visitas na China – muitas vezes no formato de “*lecture tours*” – a autoridades governamentais, empresários, acadêmicos, jornalistas e formadores de opinião, o que não se restringe apenas a países africanos. No nível dos governos provinciais e municipais, é também muito difundida na China a prática de estabelecimento de províncias ou cidades irmãs com contrapartes em outros países, como forma de estimular contatos e intercâmbios nos campos cultural, econômico-comercial, acadêmico, entre outros. Em 2011, mais de cem cidades e província chinesas contavam com vínculos de irmanamento com contrapartes africanas (anexo A, quadro XV).²³²

Como indicado por He Wenping, o desenvolvimento do *soft power* chinês na África vai além da cultura e da língua. Haveria, segundo a autora, uma profunda atração exercida pela China sobre as sociedades africanas: o formidável salto em termos de desenvolvimento nos últimos trinta anos, o que, embora não seja explicitamente apresentado como um “modelo” pelas autoridades chinesas, é entendido pela parte africana como tal.²³³

231 DAVID, Barboza. China aims to create a global news empire. *International Herald Tribune*, 15 jan. 2009.

232 THE CHINESE AFRICAN PEOPLE'S FRIENDSHIP ASSOCIATION (CAPFA), China-Africa Sister Cities. 2010. Disponível em: <http://capfa.org.cn/en/city_js.asp?id=354&fatherid=297>. Acesso em: 18 out. 2011.

233 WENPING, He. The Balancing Act of China's Africa Policy. *China Security*, v. 3, n. 3, verão 2007.

Em suma, a intensificação de relações sino-africanas na área cultural – especialmente no campo da difusão do mandarim – seria um componente importante da diplomacia pública chinesa na África. Nas palavras do deputado do Congresso Nacional do Povo Hu Youqing, “promover o uso do [idioma] chinês no exterior vai além de questões puramente culturais” e “pode contribuir para o fortalecimento da nação e deve ser tomado como uma forma de desenvolver nosso *soft power*”.²³⁴

234 ZHIGANG, Xing. NPC deputy calls for promoting Chinese. *China Daily*, 10 mar. 2006. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2006-03/10/content_530648.htm>. Acesso em: 7 ago. 2011.

Capítulo 4

As principais visões sobre as relações sino-africanas

Aparência e realidade não são a mesma coisa.

Mencius

A tarefa de mapear as visões sobre a política externa chinesa que vem sendo desenhada para um continente com mais de cinquenta países não se apresenta fácil e, naturalmente, reveste-se de boa dose de complexidade em razão da diversidade de campos em que se desdobram as relações, com novos agentes, mecanismos institucionais e arranjos de cooperação. No Capítulo 2, foram apresentadas opiniões e avaliações sobre o FOCAC, principal mecanismo institucional das relações sino-africanas. Neste capítulo, buscar-se-á, num primeiro segmento, apresentar as principais opiniões e reações dos países africanos ao relacionamento proposto pela China de forma mais ampla, sem focar necessariamente cada um dos países africanos em suas relações individuais com Pequim. Em seguida, serão analisadas as visões de terceiros países, sobretudo as ex-potências coloniais, sobre o fenômeno da crescente presença chinesa na África e sobre a política

externa de Pequim para o continente. O último segmento será dedicado à resposta da China às reações sobre sua política para a África.

4.1. As relações sino-africanas da perspectiva dos países africanos

De uma perspectiva mais ampla, não seria exagerado afirmar que a grande maioria dos governos dos países africanos apresenta receptividade à política chinesa para a África. Algumas distinções devem ser feitas entre visões de governos de países que sustentam regimes democráticos – em que há mais liberdade de expressão e, por conseguinte, maior diversidade de opiniões e uma sociedade civil mais atenta aos efeitos positivos e negativos do relacionamento com a RPC – e governos autoritários ou democracias mais frágeis, em que a condução da política externa pode ser classificada como pouco transparente. No caso de regimes autoritários, por gozarem de menor aceitação na comunidade internacional, seguem tendência de se aproximarem da China como fonte de apoio, com base no princípio oferecido pelo lado chinês de não interferência em assuntos internos. Outra forma de se distinguirem reações à expansão da presença chinesa no continente africano seria a partir da divisão entre economias menos sofisticadas e mais dependentes de exploração de matérias-primas como fonte de receitas, de um lado, e economias mais diversificadas, de outro lado, em que a presença econômica chinesa concorre com interesses domésticos próprios de uma organização econômica mais complexa.²³⁵

Segundo Chris Alden, uma categoria de governos que tendem a apresentar reações similares ao envolvimento chinês na África seria formada por aqueles que superaram conflitos internos nos últimos anos, como Serra Leoa, Libéria e Angola, e outros, que sustentariam uma “democracia estável mas frágil”, combinada com uma economia centrada em receitas originadas num número reduzido de *commodities*,

235 ZHIGANG, 2006, p. 59-72.

como Nigéria, Senegal, Tanzânia e Zâmbia. Para os governantes desses países, a China é vista, essencialmente, como um parceiro estratégico por constituir uma nova fonte de investimentos (IED). Os países recém-saídos de conflitos, por um lado, viveriam uma democracia incipiente, com uma economia no caminho da recuperação, e, por outro lado, encontrar-se-iam ainda dependentes de uma elite com forte controle sobre os recursos da nação.

Alguns países, como Nigéria e Angola, apresentariam as duas condições: são avaliados por aquele autor como democracias frágeis, e, ao mesmo tempo, suas economias são dominadas pela extração de um único recurso natural (petróleo). Nesse sentido, Angola seria exemplo de país africano que se abriu à ajuda chinesa logo nas primeiras etapas após a superação de seus conflitos internos, beneficiando-se, por exemplo, de empréstimo oferecido por Pequim, em 2004, no valor de US\$ 2 bilhões, que seria dobrado para US\$ 4 bilhões em 2006, como descrito no Capítulo 3. Os empréstimos concessionais recebidos por Luanda, associados à construção de infraestrutura e com amortizações em barris de petróleo, tornar-se-iam exemplo concreto de parceria de “ganhos mútuos” e “sem interferência em assuntos internos” a ser repetido entre a RPC e outros países africanos, no que ficou conhecido como o “modelo angolano” de parceria econômica, como analisado anteriormente.²³⁶ Não se pode deixar de mencionar, a propósito, que, em poucos anos, Angola se tornaria o maior fornecedor africano de petróleo à China e o maior parceiro comercial do país asiático na África. No setor de engenharia civil, empresas chinesas estão a cargo da construção de estradas, hospitais, escolas, universidades e do novo bairro ao sul da capital angolana – Nova Luanda –, que deverá contar com mais de cem prédios, com vistas a mitigar o déficit habitacional de Luanda. Em princípios de 2011, cerca de 125 projetos se encontravam

236 CORKIN, Lucy. All's Fair in Loans and War, the Development of China-Angola Relations. In: AMPIAH, Kweku; NAIDU, Snausha (Eds.). *Crouching Tiger, Hidden Dragon? Africa and China*. Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press, 2008, p. 109-111.

em execução, financiados pela China, incluindo a reconstrução das três principais estradas de ferro do país (Luanda, Benguela e Moçamedes).

O petróleo é, no entanto, o elemento-chave das relações bilaterais, presente em aspectos importantes do relacionamento econômico bilateral: o petróleo é o principal produto do intercâmbio comercial entre as duas partes; as linhas de crédito são lastreadas na *commodity*; e a maior parcela dos investimentos chineses no país africano está direcionada à indústria petrolífera.

Luanda consideraria Pequim um importante parceiro, que tem desempenhado papel relevante na reconstrução do país, mas não o único, dentro de sua estratégia diplomática. O Presidente dos Santos foi um dos poucos chefes de estado que não compareceu à Cúpula do FOCAC em Pequim, em 2006.²³⁷ A “parceria estratégica” entre Angola e China só seria estabelecida em novembro de 2010, por ocasião da visita do então Vice-Presidente chinês, Xi Jinping, ao país africano.²³⁸ Em visita a Xangai, em setembro de 2010, o Vice-Presidente angolano, Fernando da Piedade Dias dos Santos, declarava, segundo a imprensa de seu país, satisfação com os resultados qualificados como positivos da cooperação com a China e a necessidade de reforçá-la cada vez mais.²³⁹ Analistas identificam que, após a entrada da China, Angola obteve mais acesso a fontes de financiamento, tendo tido a confiança no país renovada, além de reforçada sua posição no cenário internacional. Entre acadêmicos, parece haver consenso de que a China, além de ser a principal fonte de capital para Angola, representaria um modelo alternativo, “antiliberal”, de desenvolvimento, que, ao contrário de doadores tradicionais, não impõe projetos, não interfere e não exige condicionantes políticas para cooperar, tais como maior transparência, boa governança.

²³⁷ CORKIN, 2008, p. 120.

²³⁸ EMBAIXADA DO BRASIL EM LUANDA. *Telegrama* em nov. 2010.

²³⁹ FRAGOSO, Garrido. Cooperação com a China tem resultados positivos. *Jornal de Angola*, 29 set. 2010. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/20/0/cooperacao_com_a_china_tem_resultados_positivos>. Acesso em: 12 dez. 2010.

No mesmo grupo de Angola, estaria a Nigéria, como “democracia recente” e economia dependente de receitas de *commodities* – petróleo. O interesse chinês nesse país se justificaria, além do fornecimento de petróleo, pelo seu mercado consumidor, uma vez que a Nigéria tem a maior população africana, com 162,5 milhões de habitantes²⁴⁰; e, ainda, pela influência política de Abuja na União Africana e na NEPAD. A Nigéria foi um dos primeiros países africanos a estabelecer uma “parceria estratégica” com China, em 2005 (anexo A, quadro VIII).²⁴¹ A relação econômica entre os dois países é centrada no setor de petróleo, no qual se encontra a grande parte dos investimentos chineses no país. Nesse campo, destaca-se o investimento no valor de US\$ 2 bilhões, em 2006, pela estatal petrolífera China National Petroleum Corporation (CNPC) para recuperação da refinaria de Kaduna, combinado com empréstimo de US\$ 1 bilhão para projetos de infraestrutura. Mais recentemente, a Nigerian National Petroleum Corporation (NNPC) e a China State Construction Engineering Corporation (CSCEC) assinaram, em 2010, *memorandum* de entendimento para a construção de três refinarias – elevando a capacidade de processamento em 750 mil barris de petróleo por dia – e criação de um complexo petroquímico na Nigéria, cujo custo total do investimento alcança US\$ 28,5 bilhões.²⁴² Os investimentos chineses têm se expandido nos setores de telecomunicações (desenvolvimento de satélite comum), energia elétrica, mineração, produção de madeira, algodão e óleo de palma.²⁴³

Uma das mais famosas expressões de encantamento com a China é do então Presidente Obasanjo em discurso de boas-vindas ao Presidente Hu Jintao, em 2006:

240 FUNDO DE POPULAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). *Relatório sobre a situação da população mundial 2011*. New York: UNFPA, 2011.

241 EMBASSY OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA IN THE REPUBLIC OF ESTONIA. Li Zhaoxing Holds Talks with Nigerian Foreign Minister. China Embassy, 16 jan. 2006.

242 A capacidade atual de refino das quatro refinarias nigerianas seria de 445.000 barris/dia, mas, na prática, a Nigéria refina menos de 30% de seu petróleo, em razão de problemas operacionais crônicos de suas refinarias. EMBAIXADA DO BRASIL EM ABUJA. *Telegrama* em maio de 2011.

243 EMBAIXADA DO BRASIL EM ABUJA. *Telegrama* em jan. de 2010.

The twenty-first century is the century for China to lead the world.
And when you are leading the world, we want to be close behind you.
When you are going to the moon, we don't want to be left behind.²⁴⁴

Ao contrário do que vocaliza a diplomacia chinesa sobre sua política para a África, em termos de uma “parceria entre iguais” e de não representar a China um modelo para os demais, muito menos um modelo a ser imposto aos parceiros africanos, Obasanjo manifesta sua percepção sobre a China como líder mundial. Seu sucessor, Yar'Adua, em visita a Pequim, dois anos depois, apresentaria visão mais moderada sobre o papel da China no mundo, embora reconhecendo seu peso e influência, e propondo um compromisso de apoio mútuo entre os dois países:

Given their unique, respective geo-political statures, Nigeria and China have a duty to mutually reinforce each others' growth and development. Our Administration is greatly encouraged by the fast-track economic development that China has achieved, which has made her the world's fastest growing economy, and greatly enhanced her influence and stature in the world.²⁴⁵

Se, por um lado, as autoridades governamentais nigerianas sustentam visão positiva sobre as relações com a China, por outro lado, são também comuns manifestações por parte de setores empresariais nigerianos descontentes com a agressiva presença de produtos importados chineses, sobretudo de baixo custo no mercado local – calçados, eletrônicos, eletrodomésticos, motocicletas – que afetariam a indústria local nascente.²⁴⁶ Como em muitos países africanos, as

244 Citado em MICHEL, Serge; BEURET, Michel. *La Chinafrique: Pékín à la Conquête du Continent Noir*. Paris: Editions Grasset & Fasquelle, 2008, p. 11.

245 CRITICAL infrastructure. *Nigeriafirst*, mar. 2008. Disponível em: <http://www.nigeriafirst.org/article_8092.shtml>. Acesso em: 4 set. 2011.

246 IKHUORIA, Edwin. The Impact of Chinese Imports on Nigerian Traders. In: HARNEIT-SIEVERS, Axel; MARKS, Stephen; NAIDU, Sanusha (Eds.). *Chinese and African Perspectives on China in Africa*. Cidade do Cabo: Pambazuka Press, 2010.

opiniões sobre a presença da China na Nigéria apresentam também divergências.

Já os países africanos que reuniriam a condição de economia diversificada com um sistema político democrático amadurecido não seriam muitos, segundo Alden. O autor indica que a África do Sul seria o exemplo mais marcante desse grupo, e na África sub-saariana outros países que poderiam ser considerados próximos dessa combinação de características econômicas e políticas seriam Gana, Namíbia e Botsuana, com um desenvolvimento econômico mais modesto em relação ao sul-africano. Em países democráticos com economias mais diversificadas, o relacionamento com a China é mais complexo e, conseqüentemente, as visões por parte do Governo e da sociedade civil sobre essa relação também são mais divergentes entre si. Por um lado, a China constitui um parceiro importante – ou mesmo estratégico – e fonte de considerável fluxo de IED; por outro, o país asiático é concorrente em vários setores locais e apresenta desafios para sindicatos de trabalhadores e grupos da sociedade civil.²⁴⁷

No caso da África do Sul, a concorrência comercial chinesa não se daria apenas no território sul-africano, mas também em outros países do continente, sobretudo da África austral, na qual o país mantém com seus vizinhos interesses concretos. A própria relação entre a África do Sul e a China apresenta-se dinâmica em função de interesses diversificados. Pequim não deixaria de considerar, no campo econômico, os recursos minerais sul-africanos, as oportunidades de mercado decorrentes de uma economia relativamente mais robusta na República da África do Sul (RAS), e os investimentos sul-africanos na China. No plano político, a RAS veria a China como um ator chave nos debates mundiais que caracterizam uma mudança para a multipolaridade. Já o *status* de país em desenvolvimento da China e sua identificação como membro do G77 na ONU seriam elementos

247 ALDEN, 2007, p. 70-71.

significativos para a África do Sul. O papel crescente da China nas operações de paz no continente africano também surgiria como campo de potencial sinergias entre os dois países em tratamento de temas de paz e segurança na África. Também não seria desprezível o aprofundamento de intercâmbios entre o PCCh e a ANC, ao longo das últimas duas décadas.²⁴⁸ Além disso, Pequim e Pretória mantêm, no âmbito de sua “parceria estratégica abrangente”,²⁴⁹ diálogo e intercâmbios sobre temas de interesse comum, como a reforma dos organismos econômicos internacionais e das Nações Unidas de modo mais amplo. Os dois países participam do grupo BASIC de coordenação na área de meio ambiente e mudança climática; do G-20 financeiro (em que a RAS é o único membro africano); integravam o G-5 nas reuniões entre os países emergentes e o G-8; e a África do Sul logrou ingressar no BRIC (que passaria então a BRICS), em fins de 2010, quando a China presidia os trabalhos do agrupamento.

O crescimento do comércio bilateral e dos investimentos entre a África do Sul e a China, desde o início do estabelecimento de relações diplomáticas, em 1998, tem contribuído para a diversificação da economia sul-africana. Nesse campo, persistiriam, entretando, desafios importantes para a RAS, como superar o padrão comercial “Norte-Sul”, em que a parte sul-africana exporta matérias-primas e importa produtos industrializados da China. Além disso, setores expressivos da economia sul-africana, como o agrícola, teriam potencial de se beneficiar da relação com a China com a eliminação de barreiras não tarifárias no mercado chinês. Outro desafio seria a desvantagem competitiva da RAS em setores que não escapam de uma estrutura de custos relativamente mais alta, o que se reflete no receio em fazer avançar as negociações para um acordo de livre comércio com a RPC.

248 ALVES, Ana Cristina; SIDIROPOULOS, Elizabeth. South Africa-China Relations: Getting Beyond the Crossroads? 2010. Disponível em: <<http://www.saiia.org.za/china-in-africa-project-opinion/south-africa-china-relations-getting-beyond-the-cross-roads.html>>. Acesso em: 12 mar. 2011

249 África do Sul e China acordaram, em agosto de 2010, por ocasião da visita do Presidente Zuma à RPC, elevar a relação biltateral da categoria de “parceria estratégica”, estabelecida em 2004, à de “Parceria Estratégica Abrangente”. EMBAIXADA DO BRASIL EM PEQUIM. *Telegrama* em set. de 2010.

Nesse contexto, a RAS tem realizado esforços para implementar sua própria estratégia industrial e evitar a erosão de sua base industrial e a perda de empregos. Outro fator a considerar são os investimentos chineses na RAS, menores do que os sul-africanos na RPC. Essa situação se explicaria pela estrutura socioeconômica sul-africana, mais complexa e sofisticada em relação aos demais países africanos e que conta com um setor industrial mais desenvolvido, com uma classe trabalhadora organizada em sindicatos fortes e atuantes, como elemento inibidor do investimento chinês, apesar das oportunidades que oferecem o setor de mineração desse país africano.²⁵⁰

Dados os desafios apontados acima, não seria difícil entender a advertência do então presidente sul-africano, Thabo Mbeki, sobre “*an unequal relationship*” entre a África e a China.²⁵¹ Segundo Mbeki, “enquanto a África somente exportar produtos primários para a China e importar bens manufaturados, o continente africano estará condenado ao subdesenvolvimento”, o que simplesmente significaria “replicar o relacionamento histórico da África com suas ex-potências coloniais.”²⁵²

Exemplos de expressão de descontentamento com a relação comercial entre a China e África do Sul são frequentes na sociedade civil sul-africana.²⁵³ Segundo Zwelinzima Vavi, Secretário-Geral do Congresso Sul-Africano de Sindicatos (COSATU), “o governo sul-africano tem se movido vagarosamente na implementação de salvaguardas contra as importações baratas da China, nos setores de vestuário, calçados e têxteis. Isso levou a uma perda de 55 mil empregos [de 2003 a 2005]”.²⁵⁴ Sobre o relacionamento mais amplo entre a África

250 ALVES; SIDIROPOULOS, 2010.

251 Citado em UNIVERSITY OF STELLENBOSCH. CENTRE FOR CHINESE STUDIES. *Evaluating China's FOCAC commitments to Africa and mapping the way ahead: a report by the Centre for Chinese Studies*. New York: Rockefeller Foundation, 2010, p. 178. Disponível em: <<http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2010/03/ENGLISH-Evaluating-Chinas-FOCAC-commitments-to-Africa-2010.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

252 MBEKI warns on China-Africa ties. *BBC News*, 14 dez. 2006.

253 Citado por TAYLOR, Ian. *China in Africa, Engagement and Compromise*. Londres: Routledge, 2006, p.150.

254 Citado por TAYLOR, Ian. *China in Africa, Engagement and Compromise*. Londres: Routledge, 2006, p.150.

e a China na área comercial, a mesma COSATU expressaria que seria “colonial e focado na exploração dos recursos minerais do continente, sem desenvolver sua capacidade industrial”.²⁵⁵

Num outro extremo de situação política e econômica interna, encontram-se os países que Alden classifica como regimes autoritários – “fracassados” na boa governança e no respeito aos direitos humanos – combinados com economia enfraquecida ou baseada em produtos primários.²⁵⁶ Os exemplos mais marcantes seriam o Zimbábue e o Sudão. Para esses governos, a China seria “uma fonte bem-vinda de estabilidade, um novo parceiro estratégico e um provedor de ajuda ao desenvolvimento e investimento estrangeiro”. Sujeitos ao isolamento internacional e à aplicação de sanções internacionais, esses governos vêm sofrendo limitações em sua capacidade de captar recursos e apoios para a construção de seu desenvolvimento e defesa de seus interesses nacionais.²⁵⁷

O Sudão, por exemplo, sofre os efeitos de longos anos de conflito interno e isolamento internacional, sob sanções econômicas dos EUA, desde 1996. Como país rico em petróleo, tem recebido investimentos expressivos da RPC no setor petrolífero e em projetos de infraestrutura em apoio ao setor – como o oléoduto de 1,6 mil km que liga o interior do país a Porto Sudão, no Mar Vermelho – vem apresentando um comércio bilateral em expansão. A Greater Nile Petroleum Operating Company (GNPOC), sua principal empresa no setor, foi formada com a participação de 40% da China Petroleum Corporation (CNPC).²⁵⁸ Com a saída dos EUA, em razão das sanções econômicas, a China foi, progressivamente, ocupando espaços no setor de petróleo no Sudão.

255 Citado por TAYLOR, Ian. *China in Africa, Engagement and Compromise*. Londres: Routledge, 2006, p. 151.

256 Alden utiliza a denominação de “pariah regimes”, com frequência empregada pela mídia ocidental para referir-se a governos como o do Zimbábue e o do Sudão. (ALDEN, 2007, p. 60)

257 ALDEN, 2007, p. 66-67.

258 As demais parcelas correspondem à Petronas Carigall Overseas (Malásia), 30%; ONGC Videsh (Índia) 25%; e Sudan Petroleum Company (Sudapet), 5%. (AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK, 2011)

No caso do conflito em Darfur, no oeste do Sudão, que vitimizou milhares de pessoas entre 2003 e 2009, o princípio chinês de não interferência em assuntos internos, na visão de analistas, acabaria oferecendo uma proteção ao regime de Cartum, em contraste com as medidas das potências ocidentais no sentido da aplicação de sanções e isolamento do governo sudanês como instrumento de pressão. A China, por exemplo, absteve-se em votações sobre o conflito, no Conselho de Segurança da ONU, e avisou que usaria seu poder de veto a projetos de resoluções que incorporassem embargo à venda de petróleo do país africano.²⁵⁹ É certo que o apoio de Pequim a Cartum não é irrestrito, e também sobre pressão internacional a RPC relativizou sua posição de não interferência e trabalhou com o governo do Presidente Bashir para soluções para a crise de Darfur. A China retirou o país africano da lista de países que estariam aptos a receber incentivos financeiros para investimentos de empresas chinesas, por exemplo. Nesse contexto, ativistas internacionais cobraram da China maior envolvimento na questão de Darfur, sobretudo nos meses que precederam os Jogos Olímpicos de 2008, rotulados como “Jogos do Genocídio” em capanha em favor de um boicote às Olimpíadas de Pequim por organizações de direitos humanos que demandavam posição mais ativa por parte da China na questão de Darfur.

A combinação de investimentos em infraestrutura, comércio e apoio político nas Nações Unidas tem sido definida no caso do Sudão como conjunto de elementos bem recebidos pelas autoridades de Cartum. O Ministro de Minas e Energia do Sudão, Awad al-Jaz, declararia, ainda em 2005, que “the Chinese are very nice. They don’t have anything to do with politics or problems. Things move smoothly, successfully”.²⁶⁰

259 Entre 2004 e 2008, de 26 resoluções sobre o conflito em Darfur, a China votou a favor em vinte (grande maioria sobre questões rotineiras da UNAMID) e se absteve em seis votações para aprovação de projetos de texto. (WUTHNOW, 2009)

260 MARKS, Stephen. China in Africa: the new imperialism? *Pambazuka*, n. 244, mar. 2006.

Outro exemplo de estado que sofre isolamento na comunidade internacional que encontraria relativo apoio em Pequim seria o Zimbábue. Desde os anos 2000, o país vive crise de estabilidade política e econômica, quando o Governo do Zimbabwe African National Union – Patriotic Front (ZANU-PF) iniciou políticas de reforma de propriedade da terra – que se encontravam em grandes proporções nas mãos de minorias de etnia branca, herança do passado colonial do país. A condução da reforma, que violaria a constituição do país e as leis sobre a propriedade privada, desencadeou reações por parte dos partidos de oposição, críticas de ONG e foi condenada por governos ocidentais, sobretudo o dos EUA e o do Reino Unido, até então principais fontes de assistência ao país africano. A crise se agravou quando a principal força de oposição, o Movement for Democratic Change (MDC) teria sido prejudicado em sucessivos processos eleitorais cujos resultados foram questionados, deteriorando o cenário político interno do país, cuja economia também enfrentava difícil período, reflexo também da instabilidade política. O Governo de Robert Mugabe – presidente do país desde 1987, em sucessivos mandatos – vem sofrendo sanções internacionais desde 2002.

Nesse contexto, o Zimbábue buscou novas parcerias para substituir os investimentos que países ocidentais deixaram de realizar no país, além das perdas em ajuda ao desenvolvimento. O Presidente Mugabe lançou, em 2005, a política do “Look East”, voltada para a China, Irã, Indonésia, Índia e Malásia. Segundo a Chancelaria zimbabuana, a política foi adotada “em função dos numerosos desafios resultantes das sanções” impostas ao país e com vistas ao incremento da cooperação com aqueles países e ao entendimento de que “em política externa não se tem amigos nem inimigos permanentes, mas apenas interesses permanentes”.²⁶¹ A política do “Look East”, que tem

261 ZIMBÁBUE. Ministério dos Negócios Estrangeiros.. Zimbabwe’s Foreign Policy, The Look East Policy. Disponível em: <http://www.zimfa.gov.zw/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=55>. Acesso em: 29 out. 2011.

a China como um dos principais parceiros de cooperação, pode ser sintetizada nas próprias palavras do Presidente Mugabe, em discurso proferido nas comemorações de 2005 do dia da Independência: “We are returning to the days when our greatest friends were the Chinese. We look again to the East, where the sun rises, and no longer to the West, where it sets”.²⁶²

Na mesma linha, o então Presidente do Parlamento zimbabuano, Emerson Mnangagwa (ZANU-PF), declarou sua confiança na relação com a China: “With all-weather friends like the Peoples Republic of China [...] Zimbabwe will never walk alone”.²⁶³

Desde então, Pequim e Harare assinaram acordos de turismo, de conexão aérea, de compras de equipamentos militares; e investidores privados chineses firmaram acordos com empresas estatais do Zimbábue no setor de telecomunicações; e grande parte da produção de tabaco do país tem sido exportada para a RPC. Não se registraram, entretanto, fluxos significativos de investimentos chineses para aquele país africano em decorrência da política “Look East”. Embora empresas chinesas tenham interesse nas minas de platina do Zimbábue, investimentos expressivos nessa área não se concretizaram.²⁶⁴ No âmbito do FOCAC, aquele país africano foi beneficiado com a instalação de centro de demonstração de tecnologias agrícolas e construção de escolas rurais e hospitais.²⁶⁵ O apoio de Pequim ao Governo de Mugabe nem sempre seria, entretanto, na medida esperada pelo Presidente zimbabuano. Em visita a Pequim, em 2005, Mugabe não teria tido êxito em obter da China ajuda adicional esperada. No ano seguinte, tentativas de negociar um empréstimo de US\$ 2 bilhões

262 Citado por ALDEN, 2007, p. 64.

263 OBIORAH, Ndubisi. Who’s afraid of China in Africa? Towards an African civil society perspective on China-Africa relations. In: MANJI, Firoze; MARK, Stephen. *African Perspectives on China in Africa*. Cidade do Cabo: Fahamu, 2007, p. 39.

264 OBIORAH, 2007.

265 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. China-Zimbabwe Bilateral Relations. 26 ago. 2010.

com o Governo chinês também teriam fracassado, assim como outros projetos bilaterais de maior escala, que não se concretizaram.²⁶⁶

Em julho de 2008, a China usaria, entretanto, seu poder de veto para bloquear no CSNU, juntamente com a Rússia, projeto de resolução – de iniciativa dos EUA – contra o Zimbábue (sanções que incluíam embargo de armas, restrição a viagens e congelamento de fundos), em decorrência da opressão política no país africano e do conturbado processo das eleições presidenciais nos meses anteriores, com suspeitas levantadas pela oposição de fraudes dos resultados do primeiro turno, os quais favoreceriam Mugabe, que se recandidatava ao cargo de Presidente.²⁶⁷ A China explicou seu veto ao projeto afirmando que o texto apresentava “dificuldades insuperáveis”, visto que o CSNU não poderia adotar sanções contra a vontade manifesta dos africanos e frisou que a situação no Zimbábue não constituía ameaça à paz e à segurança internacionais.

Desde setembro de 2008, o ZANU-PF de Mugabe governa o país em “acordo de unidade nacional” estabelecido com a oposição, cuja principal força, o Movement for Democratic Change, havia se dividido em MDC-T e MDC-M. Pelo acordo, Mugabe permanece como Presidente, o líder do MDC-T, Morgan Tsvangirai, ocupa o cargo de Primeiro-Ministro, e o líder do MDC-M, Arthur Mutambara, o de Vice-Primeiro-Ministro. O acordo, que requereu intensas negociações durante vários meses, foi patrocinado pelo então Presidente sul-africano Thabo Mbeki, com o apoio de lideranças africanas, sobretudo dos países-membros da SADC, que contava naquele ano com a África do Sul à sua frente.

Sinal das boas relações entre o Presidente zimbabuano e as altas autoridades chinesas foi a recepção oferecida pelo Embaixador da China em Harare, Xin Shunkang, em sua residência, em comemoração

266 EDINGER, Hannah; BURKE, Christopher. *China-Africa Relations: a Research Report on Zimbabwe*. [s.l.]: Centre for Chinese Studies, 2008, p. 10.

267 WUTHNOW, 2009.

do 86º aniversário natalício de Mugabe, em fevereiro de 2010, o que teria sido noticiado pelo sítio *web* da Chancelaria chinesa e foi objeto de matérias na imprensa internacional.²⁶⁸ Conforme destacado pelo Chanceler Simbarashe Mumbengegwi na ocasião, foi a primeira visita de Mugabe a uma embaixada em Harare desde a independência do país, em 1980. Com boa dose de orgulho, o Embaixador Xin declararia sobre o evento: “It’s not easy to get a president to come to your embassy, not every ambassador can do this, but I could do it.”²⁶⁹

O Chanceler Mumbengegwi, em sua segunda visita a Pequim no ano de 2010, em cerimônia comemorativa do 10º aniversário do FOCAC, expressaria a satisfação de seu Governo com as relações com a China, indicando o reconhecimento ao apoio de Pequim no Conselho de Segurança, dois anos antes, quando o Zimbábue se via em situação de sofrer sanções internacionais de iniciativa das potências ocidentais:

In Zimbabwe, we feel honoured that our relations with the Chinese people have been very fruitful, dynamic and are getting stronger since the days of our liberation struggle. To date, the two countries have managed to deepen cooperation not only in the political field but in the economic, social, and cultural spheres as well. China has continued to support Zimbabwe throughout the difficult years of economic sanctions imposed on the country by its Western detractors. Zimbabwe will never forget China’s exercise of her rarely used veto in July 2008 to save Zimbabwe from Chapter VII sanctions hatched in the Security Council by western powers.²⁷⁰

268 BLANCHARD, Bem. China throws birthday bash for Zimbabwe’s Mugabe. *Reuters*, Beijing, 22 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2010/02/22/us-china-zimbabwe-idUSTRE61L29O20100222>>. Acesso em: 21 set. 2011.

269 BASS, J Gary. Human Rights Last. *Foreign Policy*, mar./abr. 2011. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/02/22/human_rights_last>. Acesso em: 29 out. 2011.

270 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Statement by Minister of Foreign Affairs of Zimbabwe on Celebrating the 10th Anniversary of the Establishment of the Forum on China-Africa Cooperation. 10 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zwjg/zwbdt/t768305.htm>>. Acesso em: 29 out. 2011.

O discurso de Ministro dos Negócios Estrangeiros do Zimbábue indica o quanto a China representa em termos de um parceiro alternativo às potências mundiais, especialmente as ex-potências colonizadoras, para seu país e para a África, não apenas em termos econômico-comerciais, mas também no tratamento de questões políticas levadas aos foros multilaterais. A China como parceiro alternativo é uma realidade para a diplomacia africana, como já indicado no Capítulo 2, ao se apresentarem as opiniões africanas sobre o FOCAC. Nesse sentido, o Presidente do Senegal, Abdoulaye Wade, em artigo no *Financial Times*, confirma, mais uma vez, esse aspecto da presença chinesa na África em comparação ao que oferecem os países ocidentais, sobretudo as ex-potências colonizadoras europeias:

[...] *if opening up more free markets is a goal that the West prizes – and extols as a path to progress – why is Europe fretting about China’s growing economic role in Africa? The expansion of free markets has indeed been a boon to Africa. But as I tell my friends in the West, China is doing a much better job than western capitalists of responding to market demands in Africa. [...] China’s approach to our needs is simply better adapted than the slow and sometimes patronizing post-colonial approach of European investors, donor organizations and non-governmental organizations. In fact, the Chinese model for stimulating rapid economic development has much to teach Africa. With direct aid, credit lines and reasonable contracts, China has helped African nations build infrastructure projects in record time – bridges, roads, schools, hospitals, dams, legislative buildings, stadiums and airports. In many African nations, including Senegal, improvements in infrastructure have played important roles in stimulating economic growth.*²⁷¹

271 WADE, Abdoulaye. Time for the West to practice what it preaches. *Financial Times*, 23 jan. 2008. Disponível em: <<http://www.ft.com/int/cms/s/0/5d347f88-c897-11dc-94a6-0000779fd2ac.html#axzz1i14cXhs>>. Acesso em: 15 out. 2011.

As respostas africanas aos interesses chineses no continente têm sido complexas e diversas não só no nível governamental, como indicado anteriormente, mas também no nível da sociedade civil, variando de acordo com contextos políticos e sociais, além de fatores como os benefícios econômicos auferidos em cada país ou mesmo cada setor de suas economias. Progressivamente, discussões a respeito da presença da China na África vêm se desenvolvendo no continente, e diversas vozes se fazem ouvir, com forte potencial de influenciar a direção do envolvimento com a China.²⁷² Exemplos dessa preocupação crescente entre a sociedade civil africana podem ser encontrados em organizações como o African Forum and Network on Debt and Development (AFRODAD), Fahamu, ou o African Forum.²⁷³

Expressões de protesto contra a ação chinesa na África são frequentes em diversos países, manifestadas por grupos ativistas, pela imprensa ou setor privado. Na Tanzânia, em 2008, a passagem da tocha olímpica dos Jogos de Pequim, como em diversos países ocidentais, serviu de ocasião para protestos, quando a Consumer Advocacy Society organizou manifestações a respeito da contrafação de produtos chineses no mercado local. No Níger, campanhas em favor de maior transparência governamental ocasionou investigação parlamentar sobre o conteúdo de contrato entre o Governo local e o Governo chinês para exploração de petróleo na região de Diffa e seu impacto sobre a preservação do meio ambiente e quanto ao tratamento de questões trabalhistas. Na Namíbia, em julho de 2008, protestos contra a Jiangsu International Construction Co. ganharam a mídia local em tentativa de pressionar a empresa chinesa por melhores padrões trabalhistas.²⁷⁴

272 RAINE, 2009, p. 214.

273 AFRODAD é uma organização civil voltada para a busca de soluções para o problema do endividamento africano e seus impactos no desenvolvimento econômico dos países do continente. *Fahamu* busca promover o fortalecimento de movimentos de direitos humanos e justiça social, por meio de redes de comunicação baseada em países africanos. *African Forum* é uma organização que reúne ex-Chefes de Estado e de Governo e outros líderes de países africanos, criada para apoiar a implementação dos objetivos da AU e da NEPAD e o desenvolvimento econômico e social africano.

274 RAINE, 2009, p. 215.

Sindicatos trabalhistas e trabalhadores de diversos países africanos manifestam-se contra a concorrência de operários chineses em contratos temporários em seus países, o que relativiza os benefícios dos investimentos chineses na África. Essa questão se torna mais grave quando associada à presença de imigrantes chineses, como pequenos comerciantes e outros profissionais liberais que vivem em comunidades em países como a África do Sul, Sudão, Angola, Nigéria. Nesse contexto, a reação das sociedades locais chegam a casos de xenofobia contra chineses e manifestações de racismo, como ocorrido no Lesoto, nos anos 1990, e mais recentemente, na Zâmbia, como indicado no Capítulo 3, em que a capanha do principal partido de oposição nas eleições presidenciais utilizou a bandeira “anti-China” para conquista de votos entre a população descontente com a presença chinesa no país. A sociedade civil africana, desse modo, ainda que enfrentando dificuldades para se fazer ouvir e influenciar os governos locais, tem logrado manter um debate sobre as várias questões econômicas e sociais decorrentes da política chinesa para a África, que se ramificam no campo dos direitos humanos, da preservação do meio ambiente, da proteção ao trabalhador local, entre outras. Nesse contexto, a sociedade civil tem se mostrado crítica à presença da China na África e atenta aos aspectos negativos da relação para os países africanos.²⁷⁵

4.2. As visões externas sobre as relações sino-africanas

A crescente presença da China na África tem sido objeto de atenção e análise por parte de agentes não africanos, sobretudo em países desenvolvidos, representantes tanto da sociedade civil como de governos. Entre as muitas críticas que se elaboram sobre o engajamento da China na África, haveria o que se pode classificar

275 ALDEN, 2007, p. 82-84.

como “preocupações justificadas”, mas também “fobias e percepções de ameaça”, como aponta le Pere.²⁷⁶

Entre as preocupações que críticos da política chinesa para a África apontam, destaca-se a questão da não imposição de condicionantes aplicada pela RPC juntamente com a não interferência em assuntos internos, já examinadas nos Capítulos 1 e 2, o que é interpretado como um forma de atrair os países africanos a uma relação em que não se apresentam questionamentos sobre temas internos dos países. Nesse sentido, haveria um apoio – de forma indireta – a situações de desrespeito à democracia e aos direitos humanos, corrupção, falhas na boa governança, padrões trabalhistas e sociais injustos, políticas ambientais ineficientes, entre outros. Tal relação, percebida como “permissiva”, criaria, segundo essa visão, um ciclo de dependência dos países africanos em relação à China, uma vez que distanciaria os países africanos de outros países “mais exigentes em suas relações”.²⁷⁷

Nessa linha, são examinadas as relações entre Pequim e Cartum, por exemplo, no que se refere à crise de Darfur, no Sudão. Aquele país africano é mencionado como um dos casos mais marcantes de apoio da China a um país “pouco democrático” e de “regime repressivo”, em que a política chinesa de não interferência em assuntos internos é fortemente criticada. A RPC é um dos maiores investidores no setor petrolífero, na indústria química e na rede de transportes (ferrovias) do Sudão. No que seria uma política de exclusivamente defender seus interesses econômicos naquele país africano e preservar os laços políticos com os altos dirigentes sudaneses, Pequim se manteve distante dos países que buscavam pressionar o Governo de Cartum por soluções no conflito de Darfur, como já mencionado no segmento anterior deste capítulo.

276 LE PERE, Garth. *Geo-Strategic Dimensions of the Sino-African Relationship*. In: AMPIAH, Kweku; NAIDU, Snausha (Eds.). *Crouching Tiger, Hidden Dragon? Africa and China*. Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press, 2008, p. 27.

277 LE PERE, 2008, p. 29.

Outra questão pela qual a China recebe críticas é pela suposta vinculação entre os financiamentos de projetos e empréstimos que entidades chinesas concedem a países africanos e a possível ocorrência de desvio de recursos e corrupção, uma vez que a RPC não se empenharia em exigir padrões de transparência na aplicação dos montantes concedidos. Human Rights Watch, ONG com sede nos EUA e representações em diversos países, acusa a China, por exemplo, de contribuir para que o Governo de Angola, ao receber do China Eximbank empréstimo de US\$ 2 bilhões – mencionado no Capítulo 3 – dispensando os recursos do FMI para o mesmo propósito, se tornasse desobrigado de cumprir compromissos no sentido de melhorar seu desempenho em boa governança, condicionalidade imposta pelo FMI e outras instituições financeiras internacionais.²⁷⁸

Do mesmo modo, a China é criticada por sua conduta no tratamento ambiental de projetos que financia e desenvolve na África. Um exemplo seria a construção da barragem de Merowe, no Sudão. Um dos maiores projetos ora em construção no setor hidrelétrico, com capacidade de geração de 1.250 megawatts ao ser concluído o reservatório de 174 km de extensão e 476 km², apresentaria sério impacto ambiental e social. Nesse contexto, o Eximbank chinês, que provê 50% dos recursos do projetos – total de US\$1,4 bilhão – é criticado pelos baixos padrões que impõe em termos de controle de impacto ambientais. Os padrões chineses na área ambiental seriam ainda nocivos ao mercado, uma vez que as instituições chinesas captariam projetos rejeitados por entidades internacionais ou de outros países com maior rigor nessa área, criando uma situação de concorrência desleal ou forçando a baixa de padrões.²⁷⁹

As críticas mais contundentes à política chinesa para a África referem-se a práticas neocolonialistas por parte da RPC, considerando-se o conjunto dos interesses chineses no continente como voltados

278 LE PERE, 2008, p. 30.

279 LE PERE, 2008, p. 31.

essencialmente para a obtenção de recursos naturais, conquista de mercados consumidores dos produtos chineses e contribuição para construção de infraestrutura em projetos vinculados ao comércio entre a China e a África, sobretudo de escoamento de matérias-primas. Essa visão busca acentuar a exploração dos recursos dos países africanos, numa relação assimétrica entre as partes, em que o lado africano cada vez mais se torna dependente da China. Vinculado a essa estratégia neocolonialista, a China desenvolveria sua relação com os países africanos com base puramente em interesses econômicos, aos quais estariam subordinados os demais aspectos da relação com os países africanos, como as relações políticas, culturais, militares, entre outros.

Em visita à Zâmbia, em junho de 2011, a Secretária de Estado Hilary Clinton, quando indagada sobre a crescente influência da China na África, apresentaria visão nessa linha:

We don't want to see a new colonialism in Africa. When people come to Africa to make investments, we want them to do well but also want them to do good. We don't want them to undermine good governance in Africa. We saw that during colonial times it is easy to come in, take out natural resources, pay off leaders and leave.²⁸⁰

Essa visão é, entretanto, considerada simplista por muitos analistas, como Sarah Reine, que reconhece os interesses chineses em recursos naturais africanos como elemento central da estratégia do país asiático na África, mas identifica, ao mesmo tempo, novas frentes de interação econômica – na área financeira, na cooperação agrícola ou em tecnologia da informação –, que tornam a relação multifacetada e complexa. A visão neocolonialista desconsideraria a diversidade das relações entre a China e os mais de cinquenta países africanos, os quais apresentam oportunidades e desafios distintos

280 QUINN, Andrew. Clinton warns Africa of China's economic embrace. *Reuters*, 10 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2011/06/10/us-clinton-africa-idUSTR75962920110610>>. Acesso em: 29 out. 2011; e EMBAIXADA DO BRASIL EM PEQUIM. *Telegrama* em ago. de 2011.

no relacionamento com Pequim. Outra dimensão das relações sino-africanas que indica uma direção contrária à da exploração econômica puramente seria o desenvolvimento da cooperação e da ajuda ao desenvolvimento, com positivos impactos sociais e econômicos nos países africanos. Nesse sentido, a China já não estaria interessada em apenas oferecer facilidades para a construção de palácios presidenciais, estádios esportivos e instalações de órgãos governamentais em países africanos, mas empenhada na construção de escolas, hospitais, centros de treinamento e unidades de controle de doenças endêmicas, entre outras iniciativas de cunho social.²⁸¹

Embora a visão da China como uma força neocolonialista na África pareça imprecisa, é certo que há uma diferença de abordagens – e de políticas – entre os países desenvolvidos e a RPC em seus respectivos relacionamentos com o continente. Ao mesmo tempo em que se manifestam preocupações com a repetição de uma “nova disputa pela África”, fica patente que a rápida expansão dos interesses chineses no continente tem causado desconforto e levantado questionamentos em esferas políticas e econômicas dos países desenvolvidos, sobretudo ex-potências coloniais na África, no que diz respeito à capacidade desses países de manter sua proeminência no continente africano. Essa percepção de perda de espaço se torna mais aguçada à medida que a presença da China na África se consolida e se mostra como parte de um projeto de longo prazo tanto por interesses chineses quanto por interesses africanos.²⁸² Dessa forma, pode-se entender a reação e as críticas de países ocidentais à política chinesa para a África em função não só das diferenças de abordagens e de políticas, mas também da percepção de perda de espaço por parte dos países com tradicional presença no continente.

Esse conjunto de críticas que sofre a política chinesa para a África deve ser entendido também no contexto em que se desenvolveram,

281 RAINE, 2009, p. 29.

282 ALDEN, 2007, p. 102.

ao longo da última década, as estratégias de cooperação dos países desenvolvidos com a África. Ao final da Guerra Fria, as disputas político-estratégicas sobre o continente se dissiparam, e os interesses econômicos dos países ocidentais se reduziram a determinados setores. Ao mesmo tempo, uma nova geração de líderes políticos africanos lançou as bases para um esforço de renovação política e econômica do continente, apoiada na democracia e na economia de mercado, sintetizada na expressão do “renascimento africano”. Buscava-se superar uma fase em que a visão sobre a África remetia a um “continente esquecido”, palco de conflitos armados, doenças endêmicas, atraso econômico e instabilidade política e social. O projeto de integração e desenvolvimento da África em seu conjunto também passaria por renovações, com a criação da UA, em substituição à OUA, e da NEPAD, no início da década de 2000.

A ajuda aos países africanos nas duas décadas anteriores (anos 1980 e 1990) se dava basicamente por meio da ajuda ao desenvolvimento oferecida por países desenvolvidos e programas e instrumentos do Banco Mundial e do FMI, para reestruturação econômica desses países – melhoria do desempenho macroeconômico dos países, abertura a investimentos estrangeiros, programa de privatizações, entre outros. A introdução das chamadas “condicionalidades políticas” – transparência e boa governança – nos anos 1990 por parte do FMI e Banco Mundial indicava que os ajustes e reestruturações econômicos por si só não seriam suficientes para impulsionar o desenvolvimento daqueles países.

Nesse contexto, novas estratégias dos países desenvolvidos para a África também surgiram, como no âmbito do G-8, cuja agenda se expandia além de temas econômico-financeiros ao longo da última década. O desenvolvimento econômico dos países do Sul, meio ambiente, combate à pobreza, questão do acesso à tecnologia de informação (*global digital divide*), entre outros temas, foram incorporados à agenda do G-8, cujas reuniões passaram a contar

também com a presença dos países emergentes, que formavam o G-5. Nesse sentido, as questões relativas a pobreza, conflitos armados, peso do endividamento externo, entre outros temas que compõem a “crise” africana, ganharam a atenção daquele grupo. Projetos de cancelamento de dívidas dos países africanos foram lançados nas Cúpulas do G-8 de Birmingham, em 1998, e, em seguida, em Colônia, em 1999, levando ao efetivo cancelamento de passivos por parte do Reino Unido e da Alemanha. Em setembro de 2000, a Assembleia das Nações Unidas adotou a “Declaração do Milênio”, pela qual líderes dos países membros se comprometeram, numa ampla parceria, a reduzir a pobreza extrema e estabeleceram um série de metas com prazo de 2015 – as chamadas “metas de desenvolvimento do milênio” – relativas ao desenvolvimento social, proteção do meio ambiente, combate à pobreza, entre outros temas. Um dos capítulos da Declaração é reservado às necessidades específicas da África, na área de consolidação da democracia, erradicação da pobreza, solução de conflitos e promoção da estabilidade política, alívio de dívidas, combate a doenças endêmicas, entre outros temas.²⁸³ Estabelecia-se, desse modo, um compromisso global de ajuda e apoio aos países africanos, na busca de superar seus principais problemas e melhorar as condições econômicas e sociais de suas populações.

Iniciativa adicional em favor da África foi levada pelo Japão, na cúpula do G-8 sediada em Okinawa, também em 2000, que contou pela primeira vez com a presença de líderes africanos (África do Sul, Nigéria, Senegal e Argélia), o que se repetiria nas Cúpulas seguintes de Gênova, Kananaskis e Evian e Gleneagles. No mesmo ano, o Governo japonês realizou reunião da Tokyo International Conference on African Development (TICAD), que buscava revitalizar, a partir das experiências de desenvolvimento econômico dos países asiáticos, como plataformas de exportação, inspirado na publicação do Banco Mundial *The East Asian Miracle*. A tentativa de Tóquio de formar um

283 ONU. Declaração do Milênio, Resolução 55/2, adotada pela Assembleia Geral, 6 de setembro de 2000. Disponível em: <<http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2011

eixo dinâmico entre a economia japonesa e a africana enfrentou, no entanto, adversidades em razão da prolongada estagnação econômica do país asiático, o que teria forçado cortes drásticos em seus programas de ajuda ao desenvolvimento, afetando a cooperação com os países africanos. O projeto de revitalização da TICAD não daria o novo vigor esperado às relações com a África, ao contrário: reduzir-se-ia a encontros políticos de poucos resultados práticos para os países africanos.²⁸⁴

É nesse contexto, do início da década de 2000, que, após a eleição de Thabo Mbeki como presidente da África do Sul, começam a se delinear esforços coordenados para o que seria chamado de “ressurgimento africano” e a formulação de um novo plano de desenvolvimento econômico e social da África, levando em conta o fracasso de estratégias pan-africanas das décadas de 1980 e 1990.²⁸⁵ Nesse sentido, foi estabelecida, em 2001, a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), patrocinada pela África do Sul, Argélia, Nigéria, Egito e Senegal. Uma nova estratégia nascia como resultado de iniciativas anteriores. O *Millennium Africa Recovery Plan* (MAP), lançado pelo Presidente Mbeki no *World Economic Forum*, em Davos, em 2001, e o Omega Plan, desenhado pelo Presidente senegalês Abdoulaye Wade e apresentado na Cúpula da Francofonia, também em 2001, em Camarões, seriam combinados numa terceira iniciativa: *The New African Initiative* (NAI), que, por sua vez, resultaria na NEPAD, naquele mesmo ano. A NEPAD se estabelecia com o objetivo de reduzir a pobreza, colocar a África no caminho do desenvolvimento sustentável e retirar o continente da marginalização, encorajando os países signatários a se engajarem na economia de mercado, em esforços

284 ALDEN, 2007, p. 97.

285 Os seguintes planos e iniciativas foram lançados, como tentativas de modernização e ajuste estrutural das economias africanas: “The Lagos Plan of Action” (1980), “Final Act of Lagos” (1980), “Africa’s Priority Programme for Economic Recovery” (1986-1990), “The African Alternative Framework to Structural Adjustment Programme” (1989), “The African (Arusha) Charter for Popular Participation and Development” (1990), “The Abuja Treaty” (1991) and “The Cairo Agenda” (1994).

NEPAD. NEPAD’s History. Disponível em: <<http://www.nepad.org/history>>. Acesso em: 15 out. 2011.

de boa governança e transparência. A iniciativa também relançava as relações entre os países doadores, de um lado, e a África, de outro.²⁸⁶

Também com base em compromissos com as boas práticas de governo e princípios do liberalismo econômico, a OCDE propôs o *African Peer Review Mechanism* (APRM), que obrigava os países africanos signatários a se submeterem a revisão periódica de suas condições de governança. A recompensa aos países africanos comprometidos com o APRM viria em forma de maior ajuda ao desenvolvimento por parte de países do G-8. Esse plano de ajuda aos africanos teria o apoio do FMI e do Banco Mundial em suas próprias estratégias de assistência aos países africanos, incorporando a suas iniciativas as prioridades estabelecidas pela NEPAD. Apenas dezesseis países africanos aderiram ao mecanismo até 2005, e um ano depois chegaria a 26 o total de signatários do APRM.

Não se pode deixar de mencionar que a Administração Clinton, por sua vez, havia assinado, em maio de 2000, *The African Growth and Opportunity Act* (AGOA), no âmbito do *The Trade and Development Act of 2000*. O instrumento, cuja vigência foi estendida algumas vezes e se encontra prorrogada até 2015, oferece incentivos comerciais a países da África subsaariana comprometidos com esforços de abertura de suas economias e de construção de livres mercados. Segundo o Departamento de Comércio dos EUA, o AGOA constitui “uma política progressiva de incentivos à África, para a redução de barreiras comerciais, diversificação de exportações, criação de empregos e ampliação de oportunidades econômico-comerciais no continente”. Para se tornarem e se manterem elegíveis aos benefícios do AGOA,²⁸⁷ os países devem “estar determinados a estabelecer ou se encontrarem em contínuo progresso no sentido de: economia de mercado; estado de direito e pluralismo político; eliminação de barreiras ao comércio com

286 A NEPAD foi adotada pelos Chefes de Estado e de Governo da OAU, em 2001, e ratificada pela União Africana, em 2002. NEPAD, History.

287 Há casos de países que foram desqualificados, como a República Centro-Africana (2004), a Eritreia (2004), a Costa do Marfim (2005) e Mauritânia (2009).

os EUA e aos investimentos norte-americanos; proteção à propriedade intelectual; esforços de combate à corrupção; políticas para redução da pobreza; aumento do acesso à assistência médica e oportunidades de educação; proteção dos direitos humanos e dos direitos trabalhistas; eliminação de certas práticas de trabalho infantil”.²⁸⁸ As principais críticas em relação à iniciativa dos EUA está no seu pouco alcance no sentido da diversificação das exportações africanas para o mercado norte-americano, ainda concentradas em *commodities*, e os ganhos desiguais entre os países africanos beneficiados, embora se reconheça o aumento do comércio e dos investimentos entre os EUA e os países participantes do esquema de benefícios.²⁸⁹

A Cúpula do G-8 em Gleanegles marcaria novo momento de interação entre os países desenvolvidos e os países africanos, ocasião em que a agenda da NEPAD recebeu apoio formal do grupo de países mais ricos. Liderados pelo Reino Unido, país anfitrião do evento, os membros do G-8 acordaram elevar o nível da ajuda ao desenvolvimento aos países africanos – que deveria se dobrar até 2010 – contra o compromisso dos países africanos em aderir aos princípios da boa governança e defesa da economia de mercado. Foi também estabelecido compromisso de cancelamento de 100% de dívidas de 38 países pobres altamente endividados no valor de US\$ 50 bilhões, beneficiando países africanos.²⁹⁰ Alden aponta que o sucesso de Gleanegles em fazer avançar uma agenda de ajuda contínua à África foi, no entanto, relativo. Os EUA não teriam oferecido o apoio esperado pelo Reino Unido e a Cúpula seguinte, na Rússia, em 2006,

288 AFRICAN Growth and Opportunity Act, AGOA: Summary of AGOA. Disponível em: <http://www.agoa.gov/agoa_legislation/agoa_legislation.html>. Acesso em: 23 set. 2011.

289 União Africana, Conferência de Ministros do Comércio, 6ª Sessão Ordinária, Kigali, Ruanda. *A Decade of African-US Trade under the African Growth and Opportunity Act (AGOA): Challenges, Opportunities and a Framework for Post-AGOA Engagement*, 29.10.2010.

290 Foreign and Commonwealth Office (FCO), Departamento de Desenvolvimento Internacional, *G8 Gleanegles: One Year On*, julho de 2006.

voltou-se para temas de energia, de maior interesse do país-sede, provocando pouco entusiasmo em relação aos temas africanos.²⁹¹

Nesse contexto de iniciativas dos países desenvolvidos (G-8, OCDE) e dos organismos internacionais financeiros (FMI e Banco Mundial), em que prevalecem a imposição de condicionantes à ajuda à África juntamente com os esforços do próprio continente, notadamente a NEPAD e a conversão da OUA – voltada para a estruturação dos países africanos em momento pós-colonialismo – em UA – com uma agenda voltada para o desenvolvimento e integração dos países africanos –, é que se deve entender as críticas à política da China para o continente. Estaria claro para os países desenvolvidos que a China seria não apenas exitosa em sua política para a África conforme os objetivos que busca, mas também se apresentaria como “alternativa” aos países desenvolvidos e às instituições financeiras internacionais, na medida em que sua cooperação com a África se desenvolve sem condicionalidades e sem interferência em assuntos internos – ou ao menos ocorre em medida menor do que a praticada pelos países desenvolvidos. Nesse sentido, a China se coloca com uma fonte alternativa de investimentos estrangeiros e de apoio político-diplomático aos Governos africanos. A política chinesa para a África, embora alvo de críticas no Ocidente e na própria África, é atraente para os países africanos, como analisado no Capítulo 3. Além disso, a estratégia chinesa para a África leva os países ricos a questionar suas próprias estratégias de cooperação e desenvolvimento para o continente e sua habilidade de reter proeminência política e econômica naquela região. A influência e o domínio das potências ocidentais sobre os rumos do continente africano, antes sem concorrência, vai se enfraquecendo diante de uma forte e atraente presença da China²⁹².

O valor da China como fonte alternativa de investimentos, com a atrativa prática de não imposição de condicionantes em questões

291 ALDEN, 2007, p. 99.

292 ALDEN, 2007, p. 102.

internas dos países africanos, em comparação com as relações que propõem os países desenvolvidos, em especial o G-8, pode ser confirmado pelo testemunho do Presidente sengalês Abdoulaye Wade:

I achieved more in my one hour meeting with President Hu Jintao in an executive suite at my hotel in Berlin during the recent G8 meeting in Heiligendamm than I did during the entire, orchestrated meeting of world leaders at the summit – where African leaders were told little more than that G8 nations would respect existing commitments.²⁹³

Na mesma linha, o Embaixador de Serra Leoa em Pequim, Sahr Jonny, declararia em 2005:

The Chinese are doing more than the G8 to make poverty history. If a G8 country had wanted to rebuild the stadium, we'd still be holding meetings! The Chinese just come and do it. They don't hold meetings about environmental impact assessment, human rights, bad governance and good governance. I'm not saying its right; just that Chinese investment is succeeding because they don't set high benchmarks.²⁹⁴

É também certo que a forte presença da China na África vem influenciando a forma como cada grande potência individualmente atua no continente. Cada grande ator envolvido na África conduz suas políticas e seus negócios de forma atenta sobre os progressos alcançados por parte dos outros atores, o que de certa forma vem sendo explorado pelos próprios governos africanos. Não seria exagerado afirmar que a China vem provocando mudanças de abordagem e mesmo acomodações, de forma que sua estratégia “win-win” possa ser expandida a outros atores. O então Primeiro-Ministro britânico Tony Blair, em discurso em 2007, defendeu que “we can work with China

293 WADE, 2008.

294 Citado em KARUMBIDZA, John B. Win-win economic cooperation: can China save Zimbabwe's economy? In: MANJI, Firoze; MARK, Stephen. *African Perspectives on China in Africa*. Cidade do Cabo: Fahamu, 2007, p. 88.

to serve the development of Africa in a way which benefits us all”.²⁹⁵ De modo semelhante, a Secretária de Estado Hilary Clinton, em sua visita ao continente em 2010, declararia que “The United States does not see these Chinese interests [in Africa] as inherently incompatible with our own. Washington believes everyone benefits as Beijing assumes a greater and more responsible role in world affairs”.²⁹⁶

Para a China, seria um reconhecimento de que não haveria uma ameaça chinesa na África, mas espaço potencial para atuação conjunta e para um ambiente em que a competição comercial se desenvolvesse de forma que os interesses de distintas partes pudessem ser acomodados e garantidos. Para os países desenvolvidos, além do próprio desafio da competição provocada pela China, há o desafio de preservar seus esforços de transformação do cenário político e econômico africano por meio de melhores práticas de governo e reestruturação dos mercados internos.

Nesse sentido, vários países desenvolvidos, como os EUA, o Reino Unido, a França, entre outros, empenham-se em manter com a China um diálogo diplomático, com vistas à exploração de potenciais de cooperação na África e de esforços de comprometimento por parte de Pequim para a melhoria das condições políticas, sociais e econômicas internas dos países africanos, dentro dos parâmetros do liberalismo político e econômico que defendem.

Desde fins de 2006, Washington e Pequim mantêm conversações regulares sobre temas africanos nas áreas política e estratégica, em nível de Secretário Assistente e Vice-Ministro, no chamado “Subdiálogo sobre África”, no contexto, primeiramente, do então *US-China Senior Dialogue*, incorporado a partir de 2009 ao *Strategic Dialogue*. Já em janeiro de 2007, o diálogo mostrou-se útil para a construção de consensos em torno da Resolução 1725 do CSNU

295 Citado em RAINE, 2009, p. 201.

296 QUINN, Andrew. Clinton warns Africa of China's economic embrace. *Reuters*, 10 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2011/06/10/us-clinton-africa-idUSTRE75962920110610>>. Acesso em: 29 out. 2011.

sobre a Somália. Também naquele ano, o Enviado Especial dos EUA para o Sudão, Andrew Natsois, viria a declarar uma aproximação de posições entre Washington e Pequim sobre a crise em Darfur, em visita à capital chinesa, antes da visita de Hu Jintao à África, em 2007. Os Enviados Especiais para o Sudão dos EUA e da China mantiveram contatos frequentes durante a crise de Darfur. O Governo norte-americano veria tais contatos de forma positiva, considerando que os objetivos chineses na África não seriam essencialmente incompatíveis com as prioridades de Washington para o continente. Nas palavras do Presidente George W. Bush, “We [USA] do not see a ‘zero-sum’ competition with China for influence in Africa. Nor do we see evidence that China’s commercial or diplomatic activism in Africa are aimed at diminishing US influence on the continent”.²⁹⁷

O Reino Unido também estabeleceu diálogo oficial com a China sobre a África, o qual seria uma reação britânica à crescente presença chinesa naquele continente. Entre os temas do diálogo estariam as práticas de comércio e investimento (não imposição de condicionantes). Londres estaria empenhada em política de “constructive engagement” com Pequim, partindo do reconhecimento da China como potência ascendente com razoável capacidade de influência sobre os países africanos. Alguns projetos trilaterais entre o Reino Unido, a China e países africanos foram lançados, como o Projeto de Forças de Paz (*UK-China-Africa Peacekeeping Project*), na área de treinamento de forças policiais chinesas e africanas. Por ocasião da Cúpula China-Reino Unido, em 2010, o Primeiro-Ministro David Cameron reiterou a disposição britânica de trabalhar com a China para o desenvolvimento africano, com a preocupação de garantir que os recursos gastos na África

297 Depoimento de J. Christensen Thomas, Vice-Secretário Assistente para Assuntos da Ásia do Leste e Pacífico e James Swan, Vice-Secretário para Assuntos Africanos no Comitê de Relações Exteriores do Senado, citado em DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA. China in Africa: Implications for U.S. Policy (Policy Statement). 4 jun. 2008. Disponível em: <<http://foreign.senate.gov/hearings/hearing/?id=b0f76017-fe9c-15b2-0e8b-909677fd32e2>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

não sejam desperdiçados com regimes intolerantes e corruptos.²⁹⁸ Nas reuniões de alto nível, durante a visita de Cameron a Pequim, o Reino Unido expressou, ainda, o interesse em se coordenar com o Governo chinês na África, de modo a “promover a estabilidade política naquele continente”, o que significaria, na prática, um esforço de “estimular Pequim a atuar de forma mais responsável na concessão de ajuda ao desenvolvimento”.²⁹⁹

A Alemanha, também ex-potência colonial na África, mantém uma posição semelhante à do Reino Unido sobre a presença chinesa no continente africano, ou seja, de buscar conciliar interesses e aproveitar oportunidades. Por ocasião da presidência alemã no G-8 e na UE, em 2007, Berlim tentou preservar no âmbito do G-8 a prioridade aos temas africanos e teve a iniciativa de propor a introdução do tema “África” na agenda do diálogo China-UE. A França, por sua vez, mantém também diálogo com a China sobre a África. Internamente, na França, as relações entre a China e a África são objeto de intensos debates e preocupações tanto por parte do Governo quanto da sociedade civil. Haveria “certo incômodo francês” com a política chinesa para a África, além da percepção de que Pequim estaria a competir com as ex-potências coloniais europeias, notadamente a França, pela ascendência político-econômica sobre o continente. Analistas franceses identificam que “para ganhar espaço em países como Gabão, Camarões, Congo, Chade, Senegal e Costa do Marfim, Pequim explora o discurso anticolonialista (vale dizer antifrancês) e fomenta o ressurgimento de ‘sonhos terceiro-mundistas’”. A ofensiva chinesa no continente se aproveitaria do “vácuo político-econômico” deixado pelas ex-potências coloniais europeias.³⁰⁰

298 UNIVERSIDADE DE PEQUIM. British PM David Cameron Speaks at PKU. 10 nov. 2010. Disponível em: <http://english.pku.edu.cn/News_Events/News/Global/7328.htm>. Acesso em: 15 dez. 2010.

299 EMBAIXADA DO BRASIL EM LONDRES. *Telegrama* em nov. de 2010.

300 EMBAIXADA DO BRASIL EM PARIS. *Telegramas* em fev. 2009 e em out. 2009.

A UE também tem buscado formular uma estratégia diplomática diante do desenvolvimento das relações sino-africanas. Em setembro de 2006, por ocasião da Cúpula China-UE, na Finlândia, as duas partes acordaram estabelecer um diálogo sobre África, para promover entendimentos sobre as políticas para o continente africano. A UE já havia estabelecido diálogo de alto nível com a África – Cúpula Europa-África, em 2000, que lançava um quadro para um amplo diálogo político birregional e ações em diversas áreas: integração regional na África, integração africana na economia global, direitos humanos, princípios democráticos, Estado de direito, prevenção de conflitos e temas ligados ao desenvolvimento.

Já a segunda Cúpula Europa-África, programada inicialmente para 2003, só se realizaria em 2007, um ano depois da Cúpula do FOCAC, em Pequim. Embora prevista para acontecer a cada três anos, a suspensão, em 2002, por parte da UE da ajuda ao Zimbábue por violações aos direitos humanos criou impasse entre os dois continentes. O Governo britânico anunciou que não participaria da reunião se o Zimbábue estivesse representado. Por sua vez, os países africanos defendiam que a exclusão de um país africano era inaceitável. A posição europeia contrastava com a prioridade à África dada na Cúpula do G-8, em 2005, sob a presidência do Reino Unido. O impasse só começaria a ser desfeito quando a Alemanha colocou a África novamente na agenda do G-8, na Cúpula de Heiligendamm, em 2007. Os europeus se davam conta de que a Cúpula UE-África estava refém do regime de Robert Mugabe, que contava com o apoio de Pequim, como indicado anteriormente. A Chanceler alemã, Angela Merkel, declararia, em 2007, após a realização da Cúpula do FOCAC, quando ainda persistia a indefinição sobre a realização da Cúpula Europa-África: “We Europeans should not leave the commitment to Africa to the People’s Republic of China... We must take a stand in Africa”.³⁰¹ A Europa percebia que

301 Citado em CAMPBELL, Horace. China in Africa: Challenging US Global Hegemony. In: MANJI, Firoze; MARK, Stephen, 2007, p. 123.

deveria buscar renovar seu relacionamento com a África, fortalecer sua parceria, diversificar e aprofundar sua cooperação e traçar objetivos e estratégias comuns. A percepção de que essa renovação era necessária não estava desconectada da dinâmica de engajamento da China na África, marcada pela política de “não condicionantes” e “não interferência em assuntos internos” e pelo discurso diplomático de Pequim no sentido de uma relação sino-africana de “ganhos mútuos” e “entre iguais”.³⁰² O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luis Amado, na preparação da Cúpula de Lisboa, observava que o vazio deixado nas relações estratégicas entre a Europa e a África vinha sendo explorado por outros atores globais com importantes movimentos no continente, como a China.³⁰³

A percepção europeia sobre a presença da China na África tem sido, de forma geral, amplamente negativa. A mídia, políticos e organizações da sociedade civil ecoam um conjunto de preocupações referentes ao que qualificam como relações econômicas desiguais em favor da China, pesada ênfase na exploração de matérias-primas e limitado compromisso com o desenvolvimento econômico e social de longo prazo do continente. No plano político, as críticas se concentram na aplicação do princípio de não interferência em assuntos internos como abordagem irresponsável que fecha os olhos a problemas e dificuldades daqueles países – “see no evil approach” –, a qual minaria os esforços europeus de promoção de valores no campos dos direitos humanos, democracia e boa governança. Denis Tull identifica quatro principais percepções europeias sobre o envolvimento da China na África, que vêm sendo vocalizadas por políticos e analistas: ressentimento quanto ao fato de que, muitas vezes, doações europeias sob a forma de ajuda ao desenvolvimento financiam, por escolha dos

302 TYWUSCHIK, Veronika. *EU, China and Africa: A trilateral partnership in theory, a bilateral one in practice?* Maastrich: European Centre for Development Policy Management, 2007. Disponível em: <http://docs.china-europa-forum.net/eu_china_and_africa_.pdf>.. Acesso em: 24 ago. 2011.

303 TULL, Denis M. *China in Africa: European Perceptions and Responses to the Chinese Challenge. Working Paper*, Berlin, 2008.

países recipiendários, operações que envolvem empresas chinesas, em projetos de infraestrutura, por exemplo. Uma segunda fonte de preocupação seria a condição da China de doadora na África e, ao mesmo tempo, beneficiária de ajuda ao desenvolvimento por parte da UE. Outra questão seria o endividamento de países africanos com a China e a criação de dependência em relação ao país asiático no momento em que a Europa aplica extensiva política de alívio de dívidas na África. Tull aponta que tal visão é uma variação do discurso que coloca os países europeus como os atores benevolentes cujas intenções e ações são minadas pela China, completando que não está claro que os créditos que Pequim oferece representam impacto negativo para os países africanos. Essa visão desconsidera, ainda, o perdão de dívidas dado pela própria China no marco do FOCAC.

Javier Solana, Alto Representante da Política Externa e de Segurança Comuns, apontava, no entanto, em 2007, uma “close and positive correlation on number of points between EU and Chinese strategies [for Africa]” e reconhecia os benefícios da cooperação e do comércio da RPC com a África, para o desenvolvimento daquele continente, bem como os efeitos da ajuda ao desenvolvimento e cancelamento de dívidas oferecidos por Pequim.³⁰⁴ Nesse sentido, a UE adotava, progressivamente, uma política de cooperação com a China sobre temas africanos, no lugar de uma confrontação, embora reconhecendo as diferenças de princípios entre as duas partes e a concorrência chinesa no campo comercial e de investimentos. Alguns autores como, Berger e Wissenbach, chegam a identificar na China um fator de “influência e de aceleração” para a parceria entre a UE e a África, em razão da assertividade da política de Pequim para o continente, que obrigaria a Europa a repensar suas relações com os países africanos.³⁰⁵

304 SOLANA, Javier. Challenges for EU-China Cooperation in Africa. *China Daily*, 7 fev. 2007. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/bizchina/2007-02/07/content_803445.htm>. Acesso em: 12 set. 2010.

305 BERGE, Bernt; WISSENBACH, Uwe. EU-China-Africa trilateral development cooperation: common challenges and new directions. *Discussion Paper*, Bonn, n. 21, 2007. Disponível em: <[http://www.die-gdi.de/CMS-Homepage/openwebcms3.nsf/\(ynDK_contentByKey\)/ADMR-7BRFHU/\\$FILE/BergerWissenbachEU-China-Africa.pdf](http://www.die-gdi.de/CMS-Homepage/openwebcms3.nsf/(ynDK_contentByKey)/ADMR-7BRFHU/$FILE/BergerWissenbachEU-China-Africa.pdf)>. Acesso em: 26 ago. 2011.

A Europa, os EUA, o Japão, bem como os países emergentes que também têm intensificado suas relações com a África, reconhecem, apesar das diferenças de visões, de abordagens e de políticas, a presença crescente da China naquele continente como um dado inescapável. O “fator China” nas relações com a África ganha importância na medida que passa a influenciar as relações entre os países de presença tradicional no continente, tanto em termos políticos quanto econômicos. Nesse sentido, a busca de diálogo com a China sobre políticas na África se apresenta como ponto de partida para cooperação com a potência emergente asiática.

4.3. A resposta da China às críticas à sua atuação na África

As críticas sobre a política da China para a África, elaboradas sobretudo nos países desenvolvidos, têm recebido respostas de Pequim, sob diferentes formas e nuances nos discursos das autoridades governamentais, em artigos de acadêmicos chineses, na imprensa oficial do país, entre outros meios. Há uma repetição exaustiva por parte das autoridades chinesas de que a parceria sino-africana – que remonta ao final nos anos 1950 e não seria, portanto, nova – é ancorada em princípios de sinceridade, amizade, equidade, benefício mútuo, reciprocidade, prosperidade comum, apoio mútuo, coordenação estreita, aprendizado de parte a parte, busca de desenvolvimento comum, entre outras formulações.³⁰⁶ Como analisado no Capítulo 2, há uma continuidade no discurso diplomático chinês para a África, em que elementos e princípios lançados ainda pela primeira geração de líderes da República Popular em suas relações com os países africanos se mantêm até o presente, o que talvez favoreça tal repetição de expressões e formulações.

³⁰⁶ QIANG, Zeng. China's strategic relations with Africa. In: HARNEIT-SIEVERS, Axel; MARKS, Stephen; NAIDU, Sanusha, 2010, p. 61-63.

O segundo livro branco sobre a política chinesa para a África, intitulado *China-Africa Economic and Trade Cooperation*, publicado em dezembro de 2010, talvez seja uma dessas respostas mais recentes.³⁰⁷ Emitido no ano em que o FOCAC completa seu décimo aniversário e quase cinco anos depois do primeiro livro branco sobre o tema, o novo documento traz, em grande medida, respostas às principais críticas sobre a atuação do país asiático na África ao apresentar a diversidade das relações sino-africanas e benefícios de parte a parte, que não se limitam apenas ao campo econômico-comercial. O livro branco de 2010 pode ser visto também como um esforço da parte chinesa de imprimir maior transparência ao processo de intensificação das relações entre a RPC e a África. O documento enfatiza, uma vez mais, as relações entre iguais, os ganhos mútuos e o desenvolvimento comum promovidos entre as duas partes, buscando refutar, assim, a interpretação de uma relação assimétrica entre a China e a África, nos moldes de exploração colonial:

During their years of development, China and Africa give full play to the complementary advantages in each other's resources and economic structures, abiding by the principles of equality, effectiveness, mutual benefit and reciprocity, and mutual development, and keep enhancing economic and trade cooperation to achieve mutual benefit and progress. Practice proves that China-Africa economic and trade cooperation serves the common interests of the two sides [...]³⁰⁸

O livro branco de 2010, ao contrário da edição de 2006, apresenta também um conjunto de dados sobre a relação econômica, embora imprecisos em alguns casos, o que mais uma vez buscaria atender a críticas de analistas e estudiosos da relações sino-africanas que se

307 INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *China-Africa Economic and Trade Cooperation*. Pequim. 2010. Disponível em: <http://www.gov.cn/english/official/2010-12/23/content_1771603_2.htm>. Acesso em: 28 dez. 2010.

308 INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA.

queixam da falta de dados oficiais sobre comércio e investimentos chineses na África.

Partindo da formulação mais genérica sobre a presença da China na África como neocolonialista, alardeada sobretudo pela mídia internacional, as altas autoridades chinesas fazem referência, recorrentemente, em discursos e entrevistas, às expedições do navegador chinês Zheng He, mencionado no Capítulo 2, que, ao contrário dos viajantes europeus, que chegaram à África algumas décadas depois, não promoveu a exploração dos povos africanos, a extração de riquezas, nem estabeleceu uma relação de dependência por longos anos, em clara comparação com a presença europeia na África nos últimos séculos.

Para He Wenping, Diretora do Instituto de Estudos Africanos da CASS, não estaria dentro da capacidade nem da vontade de Pequim promover uma “tomada da África”. A presente conformação internacional difere daquela que permitiu a colonização africana pelos europeus, o que não seria possível nos dias de hoje. Além disso, essa autora chama atenção para o fato de que aqueles que identificam na China uma força colonizadora deixam de considerar que os países africanos, hoje, opor-se-iam vigorosamente a tal política, o que seria igualmente inaceitável para a comunidade internacional.³⁰⁹

A comparação entre o navegador chinês e os colonizadores europeus remete, ainda, a que os contatos entre a China e a África precederiam as relações entre a Europa e a África subsaariana na Idade Moderna. É importante também notar que as referências aos contatos amigáveis do Almirante He vêm sempre seguidas de menções à opressão e exploração que sofreu a China em suas relações com o mundo Ocidental no século XIX e até meados do século XX, antes da fundação da República Popular. Nesse sentido, o passado de opressão é invocado para estabelecer com a África um elo de solidariedade a

309 WENPING, He. The Balancing Act of China's Africa Policy. *China Security*, v. 3, n. 3, p. 23-40, verão 2007.

partir de uma história comum – guardadas as enormes diferenças entre o passado de cada parte.³¹⁰

Li Anshan explica as reações do Ocidente à presença da China na África em razão do fato de que os países ocidentais ainda olhariam o continente como sua “esfera de influência”, e a China e outros países em desenvolvimento seriam considerados “atores externos” na África. Segundo esse Professor da Universidade de Pequim, as potências ocidentais receiam que o envolvimento da RPC na região venha a prejudicar seus interesses na África, daí as reações de crítica e desconfiança. Tais críticas seriam, no entanto, fruto de interpretações equivocadas.³¹¹ Para He Wenping, a acusação de prática de neocolonialismo seria, em grande medida, fruto da “ansiedade do Ocidente” diante da crescente presença e influência chinesa na África, mais do que uma preocupação com a parte africana. Segundo essa pesquisadora, a questão crucial é se as relações sino-africanas contribuem ou impedem a África de desenvolver seu potencial, e, nesse aspecto, o comportamento da China na África, em sua visão, não seria pior e provavelmente bem melhor do que o do Ocidente.³¹²

Contra o argumento de que a China busca na África apenas o fornecimento de petróleo e outros recursos naturais, numa relação “neocolonial”, Li Anshan expõe que a RPC estabelece uma “relação de iguais” com os países africanos, com respeito às suas soberanias. Além disso, as relações sino-africanas no campo econômico-comercial trariam benefícios não apenas para o país asiático, mas também para os africanos, cujo potencial de riqueza vem se transformando, assim, em riqueza real. O autor indica, ainda, de forma mais precisa, que o envolvimento chinês no continente tem contribuído para o desenvolvimento econômico da África e para

310 WENPING, He. How Far Can China Go in Africa? *People's Tribune*, 3 ago. 2010.

311 ANSHAN. China's New Policy toward Africa. In: ROTBERG, Robert (Ed.). *China into Africa, Trade, Aid and Influence*. Washington, DC: Brookings Institutions Press, 2008, p. 36.

312 WENPING, 2007, p. 40.

o crescimento em torno de 5% ao ano que se registrou em média na região ao longo dos anos 2000. O Sudão é citado como um país que se beneficia da relação com a China, passando de importador a exportador de petróleo. A Nigéria, outro país que seria visto como alvo de uma exploração neocolonialista por parte da China, lançou, em cooperação com a RPC, seu próprio satélite de comunicações, o que seria um exemplo de transferência de tecnologia promovida pelo país asiático.³¹³ Deve-se levar em consideração, ainda, como aponta He Wenping, o fato de que a presença chinesa em operações econômico-comerciais em países africanos se dá, muitas vezes, em regiões em que países de tradicional presença naquele continente não apresentam interesse econômico, como a exploração de petróleo na região do Lago Chade, na Nigéria.³¹⁴

Com relação à interpretação de que a China, interessada apenas numa relação de exploração comercial, acobertaria regimes autoritários e toleraria agressões aos direitos humanos, Li Anshan indica que Pequim também é alvo de acusações de autoritarismo e de violações de direitos humanos, situação que não representaria impedimento para que a União Europeia, o Reino Unido, a França, entre outros países, promovessem suas relações comerciais com a China. Cita, ainda, o exemplo da RPC e dos EUA como países que têm intenso intercâmbio comercial e que se empenham pelo desenvolvimento contínuo de suas relações econômicas bilaterais e, ao mesmo tempo, cada um emite periodicamente relatório sobre a situação do outro no campo dos direitos humanos.³¹⁵ O pesquisador da Universidade de Pequim indica ainda que a China não aceita a imposição de comportamentos com base em princípios ocidentais, nem a qualificação (*naming and shaming*) de certos governos de países africanos como corruptos.

313 ANSHAN, 2008, p. 36.

314 WENPING, 2007, p. 23-40.

315 O Escritório de Informação do Conselho de Estado da RPC emite, desde 1999, relatório sobre a situação de direitos humanos nos EUA, em resposta ao relatório do Departamento de Estado (EUA) sobre a situação de direitos humanos em vários países, inclusive na RPC.

O princípio de não interferência em assuntos internos, como analisado nos Capítulos 1 e 2, é invocado pela diplomacia chinesa ao reagir a acusações de “tolerância” com regimes autoritários ou governos que violam os direitos humanos na África. No caso do Zimbábue, por exemplo, a posição chinesa de não interferência estaria em conformidade com a da União Africana, segundo Li Anshan. Quando o Governo do Presidente Mugabe determinou a destruição de moradias ilegais em Harare, em 2005, a União Africana recebeu chamado dos EUA e do Reino Unido para intervir. A UA entendeu que não seria, entretanto, seu papel interferir em políticas internas de seus estados-membros e não apoiou sanções impostas pelo Ocidente. A China seguiria, assim, igual política e não poderia ser acusada de “acobertar” ações internas de determinados países.³¹⁶ Com relação ao conflito no Sudão, o Professor da Universidade de Pequim o qualifica como um “caso muito complexo”, com implicações históricas e dificuldades decorrentes de conflitos religiosos, problemas de integração nacional, populações refugiadas, pobreza e degradação ambiental. Ele chama a atenção para o fato de que os EUA identificariam uma situação de “genocídio”, divergindo das Nações Unidas, organizações regionais e muitos outros países. Para essa crise entre povos sudaneses, a China teria dado contribuição positiva ao buscar persuadir o Governo sudanês a aceitar as forças de paz híbridas da ONU/UA. Nesse sentido, Pequim, que vem prestando assistência humanitária ao Sudão, trabalharia com o Governo de Cartum em favor de uma solução aceitável a todas as partes e refutaria qualquer situação que representasse intervenção por meio da força, o que apenas traria mais problemas ao país africano, segundo Li Anshan.³¹⁷

O Diretor do Departamento de Assuntos Africanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, Lu Shaye, explica que a China adere ao princípio de não interferência em assuntos internos de outros

316 ANSHAN, 2008, p. 37.

317 ANSHAN, 2008, p. 38-39.

países e não se apresenta “tão arrogante acreditando sempre saber mais”. No caso do Zimbábue, por exemplo, o diplomata indica que, em suas relações com Harare, Pequim busca promover o desenvolvimento conjunto dos dois países, sem interferir em assuntos internos, o que não significaria indiferença à crise política vivida pelo país. A China teria sua própria maneira de contribuir para a estabilidade do Zimbábue, por meio de facilitação do diálogo e da promoção de reconciliação política, pelas vias de consultas e conversações.³¹⁸

O discurso diplomático de Pequim sobre as relações com a África não deixa de enfatizar que, além dos benefícios econômico-comerciais alcançados entre as partes, com base nos princípios de “ganhos mútuos”, “não interferência em assuntos internos” e “não imposição de condicionalidades”, a China tem contribuído para incrementar a capacidade de autogestão dos países africanos, assim como para o desenvolvimento sustentável do continente. Nesse sentido, em paralelo ao desenvolvimento das relações econômicas, a China vem oferecendo ajuda à África em várias áreas, como indicado no Capítulo 3.³¹⁹

Do mesmo modo que seria simplista afirmar, como indicado por Sarah Raine,³²⁰ que as relações entre a China e a África se resumem a interesses comerciais e que o país asiático busca apenas o suprimento de matérias-primas, a visão de que as relações sino-africanas se desenvolvem em base de benefícios mútuos também seria desproporcional. As críticas dos próprios países africanos analisadas no Capítulo 3 e as avaliações também por parte dos governos africanos sobre o FOCAC apresentadas no Capítulo 2 evidenciam que se trata, como seria natural, de relações complexas em que ajustes e correções

318 BEECH, Hanna. Interview with Mr. Lu Shaye, Director-General of Department of African Affairs. *Time Magazine*, 17 set. 2010. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/jlydh/sjzs/t755832.htm>>. Acesso em: 15 out. 2011.

319 *Vide*, por exemplo, o discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros da RPC por ocasião do 10º aniversário do FOCAC. JIECHI, 2010.

320 RAINE, 2009, p. 29.

se fazem necessários de forma contínua para que as duas partes tenham benefícios equilibrados. Nas relações econômico-comerciais, por exemplo, o Vice-Presidente do Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo, Cheng Siwei, adverte os empresários chineses sobre uma necessidade de maior consciência sobre suas responsabilidades sociais e corporativas em negócios no continente africano. Segundo essa autoridade, as empresas chinesas estarão sujeitas, no futuro, a códigos de conduta mais estritos e poderão sofrer penalidades por não aderirem a padrões laborais e de segurança do trabalho.³²¹ Do mesmo modo, o padrão “Norte-Sul” do comércio entre a China e a África, com forte concentração de produtos primários e de empresas nas exportações africanas e diversificação de produtos industrializados – com agregação de valor – e de empresas nas exportações chinesas, embora complementar, indica que persistem fontes de desequilíbrio e ganhos desiguais.

Acadêmicos chineses, como Li Anshan, não deixam de apresentar uma visão crítica das relações sino-africana em suas respostas à visão de países desenvolvidos sobre a presença chinesa na África. O pesquisador aponta, por exemplo, as cinco maiores “contradições” e desafios do envolvimento da China na África: i) incongruências entre interesses chineses e africanos em questões de mercado e emprego de mão de obra; ii) conflitos entre interesses nacionais chineses e interesses de empresas chinesas; iii) divergências entre interesses chineses e de potências ocidentais; iv) desafios relativos à demanda da China por recursos naturais e à necessidade dos países africanos por desenvolvimento sustentável; v) e, por fim, conflitos entre interesses de curto prazo e interesses de longo prazo. Para o Professor da Universidade de Pequim, tais contradições devem ser tratadas por meio de coordenação e diálogo, preservando a vitalidade da cooperação com os países africanos.³²²

321 Citado por LE PERE, 2008, p. 32.

322 ANSHAN, Li. Transformation of China's Policy towards Africa. *Working Paper*, n. 20, out. 2006.

A China se encontra aberta a dialogar e cooperar com terceiras partes em temas e iniciativas sobre a África. Em artigo sobre as relações sino-africanas, o Chanceler Yang Jiechi indicava, em outubro de 2010, de forma clara essa perspectiva:

Under the prerequisite of giving full respect to the will of African countries, the FOCAC shall actively seek parties of cooperation in the international community to boost its openness and international space for development for sustainable development.³²³

O livro branco de 2010 sobre a política chinesa para a África afirma que

China would like to work with other countries and international organizations to enhance consultation and coordination with African countries, participate in the construction of Africa, and jointly promote peace, development and progress in Africa.³²⁴

Nesse sentido, pode-se dizer que Pequim não busca desenvolver uma cooperação com a África de forma isolada da comunidade internacional, o que, de certo modo, representaria implicitamente disposição ao diálogo sobre sua presença na África. Essa disposição ao diálogo, que já se concretizou com os EUA, UE, Reino Unido, Alemanha, Países Baixos, Brasil, entre outros países, talvez seja uma das melhores vias para tratar divergências de visões sobre a cooperação com a África. Os esforços da diplomacia chinesa em relação àqueles que lhe apresentam críticas têm sido no sentido de fornecer explicações fundamentadas nos próprios princípios que regem não apenas as relações da RPC com a África ou com os países em desenvolvimento, mas com todos os países com os quais mantém relações diplomáticas: os cinco princípios da coexistência pacífica, analisados no Capítulo 1,

323 JIECHI, 2010.

324 INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2010.

especialmente a “não interferência em assuntos internos” e a busca de “benefícios mútuos”. Estes dois últimos princípios, que permeiam o discurso diplomático chinês para a África, servem, ainda, de contraponto à bagagem colonial dos países europeus em suas relações com o continente.

As críticas que recebe a respeito de sua política externa para a África, ao que tudo indica, não seriam suficientemente fortes para provocar uma mudança de rumos no relacionamento que Pequim propõe aos países africanos. Considerando-se que o motor principal das relações sino-africanas está no intercâmbio comercial e nos investimentos chineses na África, que se traduz por suprimento de matérias-primas e energia ao mercado chinês, deve-se ter em conta que tais relações, pelo lado chinês, desenvolvem-se em razão de objetivos fundamentais do regime: o desenvolvimento econômico-social e a manutenção da estabilidade interna do país, como analisado no Capítulo 1. Seria, assim, ingênuo pensar que tais objetivos pudessem ser alterados por visões divergentes daquelas de Pequim sobre seu relacionamento com a África. Parece haver espaço para ajustes e movimentos no sentido de uma relação mais equilibrada em termos de benefícios para a parte africana, à medida em que se ampliem as relações e um maior número de agentes e instituições sejam progressivamente envolvidos, sobretudo da sociedade civil; ademais, as demandas por uma melhor distribuição de resultados também se impõem. Seria o caso, por exemplo, de maior emprego de trabalhadores africanos em projetos financiados pela China. No plano político, um episódio de flexibilidade – ou de ajuste – em relação à política de não interferência em assuntos internos de países africanos, como mencionado acima, deu-se quando a China buscou persuadir o Sudão a autorizar as forças híbridas de paz – ONU/UA – na zona de conflito em Darfur, em 2008.

Não se pode deixar de mencionar que a própria China reconhece que o rápido e intenso crescimento de suas relações com a África repercutem nem sempre positivamente sobre sua imagem como país,

tanto nos países africanos quanto em terceiros países. Nesse sentido, a ampliação de seu *soft power* como política de melhoria da imagem da China e como forma de angariar simpatias é um objetivo de Pequim, como tratado no Capítulo 3, que vem sendo igualmente aplicado na África.

Em suma, a política da China para a África, embora seja bem recebida pelos países africanos, com ganhos paupáveis em termos econômicos, políticos e de cooperação em geral, apresenta, ao mesmo tempo, diversidade de visões, opiniões e interpretações entre os próprios governos de países africanos e, sobretudo, no seio da sociedade civil. Como apontado anteriormente, governos que se veem em situação de maior isolamento na comunidade internacional, como o Sudão e o Zimbábue, tendem a manter visão mais positiva das relações com a China, bem como aqueles que se beneficiam em larga escala de exportações de produtos primários para o mercado chinês e recebem financiamento para remodelagem ou mesmo criação de infraestrutura. Países com maior grau de sofisticação econômica e com uma sociedade civil mais atuante e atenta aos efeitos socioeconômicos da rápida expansão chinesa na África, por sua vez, tendem a desenvolver opiniões também críticas e a apontar dificuldades nas relações com a China. Há, contudo, consenso de que a China representa alternativa importante para a África em termos econômicos e políticos, sobretudo, em relação às potências tradicionais, especialmente as ex-metrópoles europeias. O sentido de valorização do continente africano a partir da intensa relação com a China, contribuindo para que a região passa ser vista como fonte de oportunidades econômico-comerciais e como expressivo grupo em instâncias multilaterais, especialmente em momentos de crise e reformas de suas principais instituições (ONU, FMI, Banco Mundial), não pode ser desconsiderado também como percepção amplamente difundida entre os países africanos.

Parece natural que, à medida que os debates em torno das relações que a China desenvolve na África se ampliem, extrapolando

os círculos acadêmicos e ganhando maior espaço entre a sociedade civil, visões críticas da relação com a China deverão se formar. As críticas dos países desenvolvidos à atuação da China na África, por sua vez, centradas principalmente numa visão neocolonialista da presença chinesa no continente, refletem a percepção de que o país asiático efetivamente ocupa novos espaços políticos e econômicos na África, muitas vezes em detrimento dos interesses daqueles que gozavam de arraigada influência sobre aquele continente.



Capítulo 5

A China na África como uma política de longo prazo e seus efeitos

Por que já me queres bem? Ainda não te dei nada.

Confúcio

Os capítulos anteriores analisaram como as relações sino-africanas se desenvolveram desde os anos 1950, quando a China estabeleceu os primeiros laços diplomáticos com a África, e como ganharam extraordinário impulso a partir do final dos anos 1990, sobretudo após a criação do FOCAC, o qual passou a canalizar as principais iniciativas do Governo chinês para o continente. Também foram examinadas as principais visões e respostas da parte dos países africanos sobre a política externa chinesa para a África, indicando sua receptividade, apesar da identificação de dificuldades e desafios em campos específicos. Do mesmo modo, examinaram-se as reações por parte dos países desenvolvidos à rápida ampliação da presença da China na África, bem como as principais respostas da parte chinesa, baseadas no conjunto de valores aplicados por sua diplomacia e seus interesses fundamentais na construção da parceria sino-africana.

Antes de passar para a análise das implicações da crescente presença da China na África, nas seções subsequentes torna-se necessário examinar as perspectivas de continuidade desse processo de intensificação de relações, buscando-se identificar os elementos que apontam para sua sustentação no longo prazo, bem como os efeitos da política chinesa para a África e para suas relações com terceiros países.

5.1. A sustentabilidade da política chinesa para a África

A primeira indagação que se apresenta após a constatação do rápido, intenso e diversificado processo de aproximação entre a China e a África diz respeito à sustentabilidade no longo prazo da nova política de Pequim para o continente africano, que lança mão de sua diplomacia econômica, de cooperação, de cúpulas e presidencial, juntamente com suas iniciativas de *soft power*. Da parte chinesa, como apontado nos capítulos 1 e 2, a relação com a África encontra uma forte motivação no suprimento de matérias-primas e energia ao país asiático, o que vem a sustentar um dos objetivos principais da política externa chinesa, que é a contribuição ao desenvolvimento econômico e social da República Popular. O crescimento econômico a taxas elevadas, o qual permite retirar continuamente grandes segmentos da população da pobreza extrema, além de criar empregos para a população jovem que a cada ano ingressa no mercado de trabalho, está, por sua vez, diretamente vinculado à estabilidade política e social do país. Desse modo, embora as relações com a África não se situem no topo das prioridades da política externa chinesa, como examinado no Capítulo 1, há vinculações importantes entre os interesses chineses na África e o projeto de desenvolvimento mais amplo da China como país emergente – ou reemergente.

Como repetido pelas autoridades chinesas no mais alto nível, a RPC encontra-se ainda em fase inicial de construção do “socialismo com características chinesas” e estaria longe de se apresentar como

um país desenvolvido, dados sua renda *per capita* ainda baixa – em centésimo lugar, atrás da Albânia, como citado pelo Conselheiro de Estado Dai Bingguo – e os desafios que tem para a superação das diferenças socioeconômicas de sua enorme população.³²⁵ Nesse sentido, haveria, ainda, grande margem para o desenvolvimento de relações econômico-comerciais no longo prazo entre a China e a África, continente que, por sua vez, encontra-se, igualmente, em fase de expansão do aproveitamento de seu potencial, após décadas de crises econômicas, conflitos internos e instabilidade políticas. Haveria, assim, um elemento comum entre a China e a África no que diz respeito à superação da pobreza, potencial de crescimento e necessidade de geração de riquezas, guardadas as respectivas especificidades de cada parte.

Da parte africana, há, sem dúvida, enorme interesse nas relações com a China, dado o reconhecimento de um balanço positivo para o continente nos vários campos de cooperação. Embora haja diferenças entre os benefícios auferidos por cada país africano nas relações com Pequim e mesmo divergências entre os países africanos quanto à melhor forma de conduzir as relações com o país asiático, conforme indica a pesquisa sobre os resultados do FOCAC elaborada pela Universidade de Stellenborsch, examinada no Capítulo 2, a China se coloca, hoje, como uma fonte “alternativa” de recursos financeiros, investimentos, relações comerciais, ajuda ao desenvolvimento e de parceria político-estratégica para a África, numa relação econômico-comercial marcadamente de complementaridade. O país asiático é, ainda, atraente pela não interferência em assuntos internos e pela não imposição de valores e modelos nem de condicionalidades. Ao se colocar como um parceiro atraente e que oferece resultados rápidos e concretos, a China contribui, assim, para uma revalorização do continente africano, dado o dinamismo dos intercâmbios que promove

325 DAI Bingguo. Stick to the path of peaceful development. *China Daily*, 13 dez. 2010. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/opinion.2010-12/13/content_11690133.htm>. Acesso em: 14 dez. 2010.

com o continente. Como indicado por diplomata africano em Pequim, a China tem ajudado a África a superar o seu “afropessimismo”, mostrando que há caminhos alternativos àqueles sugeridos pelas potências ocidentais.³²⁶

Tal situação, como examinado no Capítulo 4, vem a levantar preocupações e receios entre os países de presença tradicional no continente, especialmente as ex-potências colonizadoras, que, segundo analistas chineses, veem seus interesses numa região sob sua influência histórica agora prejudicados pela China, que apresenta um novo padrão de relações, notadamente sem imposição de condicionantes e sem demandas de ordem interna. Essas preocupações indicam que há o reconhecimento de que a China, pelas relações que estabelece com os países africanos, vem causando mudanças importantes no cenário daquele continente, com repercussões sobre outros atores.

Outro elemento significativo da continuidade do processo de intensificação das relações sino-africanas é o fato de que, passados mais de dez anos do lançamento do FOCAC, várias áreas de cooperação foram agregadas àquele processo, muito além da diversificação do próprio campo econômico-comercial em si. Educação, cultura, turismo, assistência técnica em diferentes campos, como agricultura, medicina, qualificação de recursos humanos, cooperação na área militar e de defesa, entre outros campos, são áreas em que se desenvolvem iniciativas e projetos que envolvem não somente segmentos governamentais, mas também empresas privadas e outros representantes da sociedade civil. A ampliação das áreas de atuação da cooperação entre a China e a África tem um efeito de dispersão dos vários agentes governamentais que participam dessas iniciativas, levando cada vez mais a crer que já não haveria uma estratégia centralizada de atuação naquele continente. Alguns analistas apontam para conflitos, por exemplo, entre interesses nacionais chineses (representados pelo Governo) e interesses de

³²⁶ Entrevista com diplomata africano em Pequim, Pequim, dezembro de 2010.

empresas privadas chinesas na África, o que seria um dos desafios das relações sino-africanas em seu desenvolvimento futuro.³²⁷ O fato é que tal diversificação de áreas de atuação já indicaria um processo irreversível de intercâmbios, que tenderia a se perpetuar numa relação de interdependência. Reforçando essa relação de atores diversificados, está ainda o significativo fluxo de mão de obra temporária da China para a África e as migrações em caráter mais permanente de cidadãos chinesas para o continente, no qual se estabelecem em comunidades e se tornam agentes importantes das relações sino-africanas.

A própria institucionalização da cooperação sino-africana por meio do FOCAC seria outro elemento da forte tendência de continuidade do aprofundamento das relações sino-africanas. Concebido com um formato institucional relativamente simples, como indicado no Capítulo 2, sem um secretariado formal com representantes dos países participantes, mas apenas um Comitê de Seguimento abrigado na Chancelaria chinesa, o Foro mantém sua força pelas reuniões no mais alto nível – Ministros de Relações Exteriores e de Comércio e Chefes de Estado e de Governo –, com periodicidade bem definida e que se desdobram em reuniões de altos funcionários e de nível técnico ou de caráter setorial, como o Foro de Negócios. Cada reunião ministerial segue o padrão de emissão de documento político (declaração) e de plano de trabalho contendo as principais iniciativas e compromissos assumidos em diferentes áreas de cooperação. Não se pode deixar de considerar os próprios desafios que enfrenta o Foro, como melhores respostas aos interesses e demandas africanas, maior participação da UA e mecanismos sub-regionais africanos como instâncias importantes no processo de condução da cooperação sino-africana, entre outros, como também aponta o relatório do Centro de Estudos da Universidade de Stellenbosch.³²⁸ Comparativamente a outros foros de cooperação e diálogo da África, como o processo

327 ASHAN, 2008, p. 40.

328 UNIVERSITY OF STELLENBOSCH. CENTRE FOR CHINESE STUDIES, 2010.

África-Europa, cuja periodicidade das cúpula tem sido menos certa, e a TICAD, entre a África e o Japão, também de periodicidade menos definida, o FOCAC, em seus dez anos de existência, apresentou uma linha de continuidade de trabalho condizente com a importância e prioridade que ambas as partes atribuem ao mecanismo. A relevância que o Foro alcança, como indicado nos capítulos anteriores, advém de suas próprias atividades de cooperação, embora se concretizem, na verdade, como mencionado anteriormente, em nível bilateral. O FOCAC é, entretanto, instrumento relevante por sua capacidade de sintetizar as relações de cooperação entre uma potência emergente, de um lado, e um conjunto de quase cinquenta países, de outro. Não à toa a diplomacia chinesa qualifica a realização da Cúpula de Pequim do FOCAC, em 2006, como o maior evento diplomático da história da República Popular com a África. Vale ainda mencionar, como indicação da importância atribuída ao Foro por parte da China, a disposição da Chancelaria chinesa em promover a incorporação de diálogos e iniciativas com terceiras partes, com a devida concordância da parte africana, o que revelaria também mais um sinal da tendência de consolidação do FOCAC.

O fator que mais pesa na tendência de continuidade do fortalecimento das relações entre a China e a África é, certamente, a complementaridade econômico-comercial entre as duas partes. Como mencionado acima, apesar da diversificação da cooperação e ampliação do diálogo político ao longo dos últimos dez anos, o eixo central da relação sino-africana permanece nos interesses econômico-comerciais, cuja característica marcante são a complementaridade comercial e significativos fluxos de investimentos, muitas vezes vinculados a operações comerciais, da China para a África. Essa relação econômico-comercial, como analisada na seção 3.1, embora crescente, traz benefícios concentrados num grupo de países responsáveis por grande parte das exportações de produtos primários africanos para a China e também os principais consumidores de produtos manufaturados

chineses, além daqueles países africanos de economia mais sofisticada e diversificada. A importância da relação econômico-comercial como fenômeno que tende a ampliar-se e perpetuar-se no longo prazo está ligada, de uma lado, à continuidade do crescimento da economia chinesa e, de outro, ao enorme potencial de desenvolvimento das economias africanas, movido pela exploração de seus recursos naturais e formação de centros consumidores.

Em suma, os interesses de longo prazo, a institucionalização da cooperação por meio do FOCAC, que se consolida progressivamente como instrumento da política de intensificação e ampliação de relações, o envolvimento crescente de atores – governamentais, corporativos e da sociedade civil –, os movimentos migratórios, sobretudo da China em direção aos países africanos, e a forte relação econômico-comercial entre as duas partes constituem elementos que indicam a tendência de aprofundamento das relações sino-africanas num processo irreversível, em que o cenário africano vai paulatinamente se alterando – com aspectos tanto positivos quanto negativos. Nesse sentido, as relações sino-africanas merecem cada vez mais a atenção de analistas e agentes voltados não somente para a África, mas também para a China.

5.2. A valorização política e econômica do continente africano e as “alterações” no cenário africano

Uma primeira constatação decorrente da parceria sino-africana que vem se desenhando desde os anos 1990 é o fato de que, em boa medida, o cenário africano vem se alterando em razão das renovadas relações com a China. As indicações dessas alterações são inegáveis e podem ser encontradas em diferentes campos: econômico-comercial, de investimentos, de ajuda ao desenvolvimento, de formação de laços políticos, de interação entre setores da sociedade civil, entre outros, como se apresentou no Capítulo 3, referente aos resultados da nova parceria entre a China e África. Nesse sentido, como aponta Raine, a

atuação da RPC na África traz lições para terceiras partes envolvidas no continente, e as consequências da nova parceria sino-africana podem ser avaliadas não somente em termos das interações entre as duas partes – China e África –, mas também em termos das mudanças no ambiente local africano no qual outros países e instituições interagem.³²⁹

Não resta dúvida de que a China representa um novo e significativo ator no contexto africano, no qual amplia e intensifica progressivamente sua presença. No campo dos investimentos, por exemplo, os “pacotes” que as empresas estatais chinesas oferecem para exploração de recursos naturais vinculados a construção de infraestrutura ou com financiamentos vantajosos relativamente aos disponíveis pelo mercado – leiam-se parceiros tradicionais – indicam essa alteração de cenário por parte de um país em desenvolvimento que, no plano doméstico, também se encontra em fase de construção de sua própria infraestrutura. Nesses casos, mais do que a própria aplicação de práticas como “recursos naturais em troca de infraestrutura”, também utilizadas por outros agentes, é a magnitude de tais operações que representa algo novo no cenário africano.³³⁰

No oferecimento de ajuda ao desenvolvimento – ou simplesmente cooperação, na definição chinesa –, e na concessão de créditos, a China também contribui para uma “alteração do cenário africano”, não somente pela dimensão de suas iniciativas nesse campo – sobretudo créditos a exportação –, como relatado no Capítulo 3, mas também pela não imposição de condicionantes. Sem entrar no julgamento sobre os efeitos benéficos ou não tão benéficos para a África resultantes do relacionamento que desenvolve o continente com a China, o fato é que esse relacionamento vem a modificar a atuação e as políticas praticadas pelos países africanos em interações com terceiras partes. Um exemplo nesse sentido é Angola, cujo Governo pôde rejeitar um

329 RAINE, 2009, p. 198-199.

330 RAINE, 2009, p.193.

acordo com o FMI em 2004 por ter obtido da China empréstimo em condições vantajosas, sem imposição de condicionantes.

Assim, tem grande peso na forma de atuação da China a não imposição de condicionantes e a não interferência em assuntos internos, princípios aplicados pela diplomacia chinesa que são não somente atraentes para os países africanos, mas também tornam a relação com a China diferenciada daquela estabelecida tradicionalmente com os principais países desenvolvidos e ex-potências colonizadoras. Esses dois princípios são criticados pelos países desenvolvidos e por organizações internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, justamente por permitirem aos países africanos se “desviarem do caminho” tradicionalmente indicado para o crescimento da África. Nesse contexto, ao oferecer aos países africanos créditos e cooperação sem as condicionalidades que impõem as potências ocidentais, a China se coloca como uma “alternativa” vantajosa e atraente para os países africanos. Alguns apontam, nesse sentido, para a formação de um modelo derivado do chamado “Consenso de Pequim” (“Beijing Consensus”) ou de um “modelo chinês”, que ofereceria um conjunto de “novas regras”, em contraste com o “consenso de Washington” sobre princípios liberais.³³¹

No exame dessa “alteração do cenário africano” não se pode deixar de mencionar a forma de atuação da China naquele continente por meio de suas empresas. O relatório do Centro de Estudos Chineses da Universidade de Stellenbosch sobre as relações sino-africanas, que enfoca cinco países – Angola, Moçambique, República Democrática do Congo, Tânzania e Uganda –, aponta, por exemplo, para questões trabalhistas como um desafio para africanos e chineses quando

331 A expressão “Beijing Consensus” foi popularizada por Joshua Cooper Ramo em artigo intitulado “The Beijing Consensus: Notes on the New Physics of Chinese Power”, em que sintetiza o conceito como: “China is marking a path for other nations around the world who are trying to figure out not simply how to develop their countries, but also how to fit into the international order in a way that allows them to be truly independent, to protect their way of life and political choices in a world with a single massively powerful centre of gravity. I call this new centre and physics of power and development the Beijing Consensus.” RAMO, Joshua Cooper. *The Beijing Consensus: Notes on the New Physics of Chinese Power*. Londres:, Foreign Policy Center, 2004.

se trata do estabelecimento de empresas chinesas na África numa perspectiva de longo prazo. Segundo o relatório, são comuns queixas da sociedade civil africana e das populações em geral sobre o emprego de mão de obra chinesa em grandes projetos de infraestrutura levados a cabo por empresas do país asiático no continente, em detrimento de trabalhadores locais.³³²

Como indicado no Capítulo 4, há o reconhecimento das autoridades chinesas a respeito de práticas “pouco responsáveis” por parte de empresas da RPC em operações na África, como atesta, por exemplo, o Vice-Presidente do Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo, Cheng Siwei, ao advertir empresários chineses sobre esse problema. A questão do emprego de mão de obra chinesa foi claramente expressada como uma preocupação também pelo Presidente Lula da Silva em visita a Tanzânia, em julho de 2010, ao declarar:

Nada contra os meus amigos chineses. Pelo contrário [a China], é um grande parceiro nosso e queremos manter nossa parceria estratégica. Mas a verdade é que, às vezes, eles ganham uma mina e trazem todos os chineses para trabalhar naquela mina. E fica sem gerar oportunidade para os trabalhadores do país.³³³

Empresas brasileiras em atuação na África, como a construtora Camargo Corrêa, reconhecem também a questão do emprego desproporcional de trabalhadores chineses – com relativamente baixos salários – em projetos chineses na África como uma forma de conceder vantagem às empresas do país asiático em prejuízo da mão de obra local, desfavorecendo empresas em atuação naqueles mercados.³³⁴

332 UNIVERSITY OF STELLENBOSCH. CENTRE FOR CHINESE STUDIES, 2010, p. 258.

333 Discurso do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Encontro Empresarial Brasil-Tanzânia, Dar es Salaam, Tanzânia, 7 de julho de 2010.

334 CURY FILHO, Kalil. Documentos. 12 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.cebri.com.br/midia/documentos/kalilcuryfilho.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2010.

No exame das implicações que trazem o relacionamento sino-africano e vinculada à “mudança do cenário africano”, deve-se considerar, igualmente, a valorização do continente africano promovida, em certa medida, também pelo relacionamento com Pequim. Desde sua criação, em 2000, o FOCAC, como peça central da estratégia chinesa na África, por suas iniciativas de impacto, certamente contribui para a valorização política e econômica do continente africano, que, por sua vez, viveu ao longo da primeira década do século XXI o chamado “renascimento”, após anos de estagnação econômica e esquecimento por parte dos principais atores internacionais. Essa valorização da África foi também acompanhada por outros países e grupos de países, que, assim como a China, também estabeleceram ou incrementaram mecanismos institucionais com a África, tais como o Japão (Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano [TICAD]), estabelecida em 1993), a UE (Cúpula África-UE, em 2000; e Parceria Estratégica África-UE, em 2007), o Vietnã (Foro Vietnã-África, 2003), a Coreia do Sul (Foro Coreia-África, 2006) e a América do Sul (Cúpula América do Sul-África e Foro de Cooperação América do Sul-África, 2006), a Índia (Cúpula do Foro Índia-África, 2008) e a Turquia (Cúpula de Cooperação Turquia-África, 2008). Em discurso por ocasião da comemoração do décimo aniversário do FOCAC, em 2010, o Chanceler Yang Jiechi chegaria a afirmar que “os resultados alcançados pelo FOCAC tem atraído de forma significativa grande atenção internacional para a África, além de investimentos. Subsequentemente ao estabelecimento do FOCAC, vários países têm criado ou incrementado mecanismos de cooperação com a África”.³³⁵ Robert Rotberg sugere que a Índia e o Japão vêm buscando intensificar seus laços com a África, em resposta à presença

335 JIECHI, Yang. Fruitful Results and New Chapter of Chin-Africa Relations. Ministério dos Negócios Estrangeiros, 27 out. 2010. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/zt/10th/t764374.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2011.

chinesa na região. O Japão, segundo o autor, busca competir em pé de igualdade com a China na África, pelo revigoramento da TICAD.³³⁶

Segundo diplomata africano em Pequim, a China, por meio de sua política para o continente africano, estaria contribuindo não apenas para imprimir um novo e renovado valor à África, mas também para a superação do chamado “afro-pessimismo”.³³⁷ O efeito positivo das políticas da China para a África teria, assim, também o resultado de mostrar aos países do próprio continente um caminho para a superação de muitos de seus problemas, como carência de recursos financeiros, peso de endividamento externo, falta de infraestrutura para o desenvolvimento de atividades econômicas, pouca capacidade tecnológica, entre outros. Nesse sentido, as iniciativas chinesas no continente, além de resultados concretos em termos de comércio, investimentos, cooperação técnica, entre outros, como apontados no Capítulo 3, trariam também efeitos positivos sobre a autoconfiança por parte das lideranças políticas e de segmentos-chave da sociedade africana, na construção de seu desenvolvimento econômico e social.

O efeito positivo da presença chinesa na África é reconhecido pelos próprios governos e pela sociedade civil dos países africanos. O efeito mais notável talvez seja o aumento das exportações de matérias-primas da África para a China, o que tem claramente beneficiado as economias africanas. O FMI identifica que o crescimento econômico registrado pela África ao longo da última década é devido, em parte, ao aumento da demanda de produtos africanos por parte da RPC. Kaplinsky, em relatório sobre a estratégia de desenvolvimento da África subsaariana, também aponta para o fato de que o comércio sino-africano indica que a China, com sua crescente demanda por petróleo, gás e outros produtos primários, “traz benefícios positivos, diretos e indiretos, para as economias africanas exportadoras de

336 ROTBERG, Robert I. (Ed.). *China Into Africa: trade, Aid and Influence*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008, p. 3.

337 Termo cunhado pelo então Ministro da Cooperação da França, Michel Aurillac, no artigo intitulado “Non à l’Afro-pessimisme”, publicado no *Le Monde*, em 22.1.1988.

recursos naturais”.³³⁸ O Banco Mundial, por sua vez, também confirma que os negócios entre a China e a África têm dado “grande impulso” ao continente, e o processo de aumento do comércio sino-africano representa benefícios significativos para ambos os lados no longo prazo.³³⁹ Estudo da OCDE também aponta, na mesma direção, para ganhos da política chinesa para a África. Pelo lado do comércio, a África, que se encontra conectada, em grande medida, à economia mundial, por meio de exportações de matérias-primas, encontra enormes vantagens no “superciclo” de crescimento da economia chinesa, que registra expressiva demanda por aqueles produtos. Petróleo, metais preciosos, madeiras tropicais, algodão, entre outros produtos, são exportados a taxas crescentes para a China e contribuem, assim, para o desenvolvimento econômico dos países africanos produtores dessas *commodities*. Ainda segundo o estudo da OCDE, dois aspectos chamam atenção nas relações comerciais entre a China e a África nos setores de *commodities*: os preços dos produtos primários, os quais vêm sendo fortemente influenciados – para cima – pela demanda líquida chinesa; e a crescente dependência das economias africanas em relação ao comércio de *commodities* com a China.³⁴⁰

Outro efeito do comércio sino-africano seria pelo lado do consumo africano de bens chineses a preços relativamente mais baixos do que os produtos de outras regiões e países. Apesar de indicações de que as importações de produtos chineses representam dano para a produção local, ao menos em determinados setores, haveria para o consumidor final benefício.³⁴¹

Do mesmo modo, os investimentos chineses na África trazem efeitos nitidamente positivos às economias africanas, criando novas oportunidades nos mercados locais em setores como mineração,

338 UNIVERSITY OF STELLENBOSCH. CENTRE FOR CHINESE STUDIES, 2010, p. 242.

339 BROADMAN, 2007.

340 GOLDSTEIN, Andrea; PINAUD, Nicolas; REISEN, Helmut et. al. *The Rise of China and India. What's in it for Africa?* Paris: OECD Development Centre Studies, 2006.

341 UNIVERSITY OF STELLENBOSCH. CENTRE FOR CHINESE STUDIES, 2010, p. 243.

exploração de hidrocarbonetos, infraestrutura, telecomunicações, entre outros. Nesse sentido, os investimentos chineses deverão também promover progressivamente, em efeito secundário, a criação de pequenas empresas na África e novas oportunidades de emprego. O FMI estima que a taxa de crescimento do PIB africano em torno de 6% ao ano (antes da crise financeira internacional, 2008), o mais elevado nos últimos trinta anos, deve-se, em grande medida, aos investimentos crescentes por parte da RPC no continente.

Como aponta Amaury Porto de Oliveira, para entender o impacto da China na África, é preciso olhar para a China a partir de uma perspectiva mais ampla, num contexto de avanço da globalização em que a presença da China passa a ser vista, de forma inovadora, não apenas como um corpo econômico nacional, mas também como o motor de uma unidade maior e mais complexa formada pela economia asiática. Nesse sentido, seria para o autor mais correto referir-se ao “círculo chinês”, que compreende, em termos práticos, o amálgama composto pela economia chinesa e as economias de Hong Kong, Taiwan e da diáspora chinesa do Sudeste Asiático, integradas em intrincadas cadeias produtivas, com financiamento. Esse “círculo chinês” atua, ainda, como vanguarda das economias da Coreia do Sul, de boa parte da economia do Japão e da Índia. A análise do impacto da China sobre as economias da Ásia e de outros continentes já vem sendo realizada por várias instituições financeiras e acadêmicas, e uma das principais constatações é o impacto do país asiático sobre a África. Estudo da OCDE³⁴² indica que a China – juntamente com a Índia –, com suas taxas de crescimento elevadas e grande demanda por recursos naturais, além do poderio político em expansão, deverá oferecer novo modelo de crescimento econômico, com novos mercados, fontes de

³⁴² GOLDSTEIN, 2006.

financiamento e opções de associação empresarial. Esse pano de fundo da presença da China na África não se pode perder de vista.³⁴³

O desenvolvimento econômico alcançado pela África nos últimos anos, direta ou indiretamente decorrente das novas relações com a China, coloca o continente em posição para melhor participar da economia internacional, ampliar o comércio com outras regiões e países, captar investimentos de terceiros países numa base mais sólida, uma vez estabelecida uma infraestrutura básica de transportes, telecomunicações e de produção de energia, formando um ciclo virtuoso de crescimento econômico e social para o continente. A China se colocaria, dessa forma, como uma alternativa a mais para o continente africano em termos de parcerias econômico-comerciais – e também no plano político.

Na mesma linha do “círculo chinês” de Amaury Porto de Oliveira, está a ideia de um “mundo sinocêntrico” a que se refere Antônio Barros de Castro a partir da constatação de que “o centro de gravidade do crescimento econômico no mundo vem se deslocando para a Ásia, e mais concretamente para a China”. Ainda segundo este último autor, não seria a primeira vez que o centro de gravidade da economia mundial se desloca, tendo em vista a passagem do centro do capitalismo da Inglaterra para os EUA, no início do século XX, e da Holanda para a Inglaterra, entre os séculos XVIII e XIX. Nesse contexto de ascensão da China, cuja economia se tornou um sorvedouro de matérias-primas e insumos – e elevação histórica dos preços internacionais de *commodities* – algumas economias vêm se beneficiando, nos anos recentes, de novas oportunidades, entre as quais algumas integrantes do continente africano que mais claramente vem sendo alavancadas. Barros de Castro aponta que essa reviravolta se encontra na base do rápido crescimento de numerosas economias, que passaram a integrar o “mundo sinocêntrico”. Assim, a economia mais fartamente dotada

343 OLIVEIRA, Amaury Porto de. A China constrói uma parceria estratégica com a África. 2008. Disponível em: <<http://www.cebri.com.br/midia/documentos/301.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2011.

de recursos naturais inexplorados, e quanto menos desenvolvida se encontrar às vésperas de sua inserção no mercado sinocêntrico, rapidamente poderá se desenvolver, uma vez que sua base de partida é pouco elevada e, desprovida de estrutura econômica sofisticada, não há que promover adaptações importantes em atividades estabelecidas. O caso de Angola, economia que cresce presentemente a 20% ao ano, seria um dos exemplos mais claros dessa situação.³⁴⁴

Pode-se, assim, depreender que os efeitos da presença chinesa na África, embora de resultados diferentes em cada economia africana com que o país asiático estabelece relações econômicas, seriam positivos, abrindo oportunidades não somente para as partes chinesa e africana, mas também para terceiros países e regiões interessados em desenvolver suas relações com aquele continente.

344 CASTRO, Antonio Barros de. No Espelho da China. Mimeo, Rio de Janeiro, 2008.

Capítulo 6

Implicações da parceria sino-africana para o Brasil

*As empresas e economias que buscam
reposicionar-se, tendo em vista a
erupção da China, devem entender, de partida,
que as oportunidades e
ameaças serão frequentemente redefinidas,
havendo neste sentido que
atirar sobre alvos móveis.*

Antonio Barros de Castro, *No Espelho da China*

O presente capítulo apresenta em seu primeiro segmento as linhas gerais da política externa do Presidente Lula da Silva para a África, ao longo de seus dois mandatos (2003-2010), de forma a contextualizar a análise que se segue sobre as implicações para o Brasil da política externa chinesa para a África e o potencial de cooperação e competição dela decorrentes.

6.1. A aproximação entre o Brasil e a África no Governo Lula (2003-2010)

A política externa brasileira tem atribuído renovada importância às relações com a África desde o começo do Governo do Presidente Lula da Silva, em 2003, marcadas por crescentes interesses econômico-comerciais, intenso intercâmbio nos campos político e da cooperação, tendo como pano de fundo laços históricos e culturais que resultam num sentimento de solidariedade e desejo mútuo de cooperação.³⁴⁵ A manutenção da aproximação estratégica com o continente foi expressada pela Presidente Dilma Rousseff em seu discurso de posse, ao afirmar que “seguiremos aprofundando o relacionamento com nossos irmãos africanos”.³⁴⁶

É certo que as relações entre o Brasil e a África apresentam, historicamente, momentos de maior e de menor dinamismo ou de aproximação e de distanciamento.³⁴⁷ Iniciativas de aproximação com o continente africano ocorreram no início dos anos 1960, com a chamada “política externa independente” (1961-1964), em favor do direito à autodeterminação dos povos coloniais e condenação do *apartheid*.³⁴⁸ Durante os dois primeiros Governos militares, perduraria, entretanto, período de distanciamento da África. Na década de 1970, com o Governo Médici, iniciava-se nova aproximação, quando foram abertas três novas embaixadas brasileiras e diversos acordos comerciais, culturais e de cooperação técnica foram assinados, em 1972, por ocasião da visita do Chanceler brasileiro a nove países da

345 Além de expressar a prioridade à África já em seu discurso de posse, o Presidente Lula teve em sua proposta de Programa de Governo, durante a campanha presidencial, o compromisso de aproximação com a África.

346 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Discurso da Presidenta da República, Dilma Vana Rousseff, durante a cerimônia de posse no Congresso Nacional. Brasília, 1 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-vana-rousseff-durante-a-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>>. Acesso em: 25 set. 2011.

347 SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

348 Em especial o massacre de Sharpeville, na África do Sul, em 1960.

África ocidental.³⁴⁹ Em 1975, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola. Nos anos 1980, apesar das dificuldades econômicas por que passava o país, realizou-se a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à África, quando, em 1984, o Presidente João Baptista Figueiredo visitou Argélia, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Nigéria e Senegal. Nos anos 1990, especial momento de aproximação se dá com os países lusófonos do continente africano, com o estabelecimento da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). O Brasil vem participando ativamente dos trabalhos da CPLP, nas frentes de concertação político-diplomática, de difusão da língua portuguesa e de cooperação, para o que a organização dispõe de fundo próprio para financiamento de projetos, em que Brasil e Portugal são os maiores contribuintes. Desde 2006, o Brasil conta com representação diplomática própria na organização, na sede, em Lisboa, em nível de Embaixador.

Já no Governo Lula, as relações com a África foram definidas como uma prioridade estratégica da política externa, que se concretizava com a intensificação do diálogo político, promoção de trocas comerciais e iniciativas de cooperação e reconhecimento do continente como um polo econômico dinâmico, que apresenta taxas de crescimento significativas, acelerados processos de urbanização e resultados positivos nos esforços de estabilidade política.

A prioridade concedida pelo Brasil à ampliação de suas relações com os países africanos foi bem recebida pelos Governos daquele continente, em reconhecimento da firme política que buscava desenvolver a parte brasileira. O Presidente Lula, em seus dois mandatos (2003-2010), realizou doze viagens à África, em que visitou 23 países, e recebeu a visita de Chefes de Estado ou de Governo de 28 países africanos, muitos dos quais em mais de uma oportunidade,

349 O Chanceler Mário Gibson Barbosa visitou Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomé (Benim), Zaire (República Democrática do Congo), Gabão, Camarões, Nigéria e Senegal. BARBOSA, Mário GIBSON. O Brasil Volta à África: relato de um Périplo pelo Continente. In: SILVA, Raul Mendes (Org.). *Missões de Paz, A Diplomacia Brasileira nos Conflitos Internacionais*. Rio de Janeiro: Logon, 2003.

totalizando 48 visitas recebidas,³⁵⁰ que contribuíram para a intensificação do diálogo político de alto nível e concertação de posições sobre temas internacionais entre o Brasil e os países africanos de diferentes regiões do continente. Em paralelo às trocas de visitas oficiais de alto nível, durante o Governo Lula, o Brasil abriu ou reativou Embaixadas em dezenove países africanos,³⁵¹ elevando a 37 o número de Embaixadas residentes no continente. Os países africanos, por sua vez, abriram dezessete novas Embaixadas em Brasília naquela período, passando para 33 o total de Embaixadas do continente no Brasil.³⁵² Também digno de nota foi o fato de que, ao estabelecer relações diplomáticas com a República Centro-Africana, em abril de 2010, o Brasil passou a contar com relações diplomáticas com todos os países do continente. Em 9 de julho de 2011, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Sudão do Sul, por ocasião da cerimônia de proclamação de sua República, em Juba, naquela data.³⁵³

O adensamento das relações entre o Brasil e a África se observa também no campo econômico-comercial. O comércio entre o Brasil e o conjunto dos países africanos passou de US\$ 5 bilhões, em 2002, para US\$ 20,5 bilhões, em 2010, quando se registraram US\$ 11,3 bilhões de importações e US\$ 9,2 bilhões de exportações. Em 2008, a corrente de comércio entre as duas partes alcançou o pico de US\$ 25,9 bilhões, caindo para US\$ 17,2 bilhões, em 2009, em razão da crise econômica internacional. Considerando-se o período 2002-2010,

350 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. *Visitas Internacionais do Presidente Lula e Visitas ao Brasil de Chefes de Estado e de Chefes de Governo (2003-2010)*. Brasília, 2011.

351 Benim, Botsuana, Burkina Faso, Cameroun, Etiópia, Guiné-Conacri, Guiné-Equatorial, Libéria, Mali, Malawi, Mauritânia, República Democrática do Congo, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, Sudão, Tanzânia, Togo e Zâmbia. O Brasil se posiciona entre os cinco países não africanos com maior número de Embaixadas na África (EUA possui 49; China, 48; França, 46; e Rússia, 38). Entre os países africanos, somente Egito e África do Sul, que possuem mais embaixadas que o Brasil, com 41 e 42 representações, respectivamente. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento da África. *As Relações Brasil-África*, junho de 2011 e entrevista com o Diretor do Departamento de África, Ministro Nedilson Ricardo Jorge, em 1 dez. 2011.

352 Benim, Botsuana, Burkina Faso, Congo, Etiópia, Guiné-Conacri, Guiné-Equatorial, Guiné-Bissau, Mali, Malawi, Mauritânia, Namíbia, Quênia, Sudão, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento da África. *As Relações Brasil-África*. Jun. 2011.

353 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República do Sudão do Sul, 9 jul. 2011.

o comércio entre o Brasil e a África se expandiu de forma significativa, à taxa de 310%. Entre os principais parceiros, estão Nigéria, Argélia, Angola, África do Sul e Egito, embora a tendência de ampliação dos intercâmbios se dê em relação a grande parcela dos países do continente. Como parte dos esforços de promoção do comércio com a África, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem concedido financiamento a exportadores brasileiros para o continente, preenchendo, de forma significativa, lacuna ocasionada pelo sistema bancário de grande parte dos países africanos que não oferecem créditos adequados ao importador.

O crescimento do comércio de bens é acompanhado de potencial expansão de comércio de serviços e de investimentos a partir da formação de *joint ventures*, conforme interesse de maior participação de capitais brasileiros no desenvolvimento daqueles países manifestado pela parte africana. Já se verifica a presença tradicional de empresas brasileiras investidoras na África, com expressiva atuação nos setores de mineração, infraestrutura e energia, com operações na África do Sul, Angola e Moçambique. Entre as empresas com presença no continente, figuram Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa, Odebrecht, Vale e Petrobras, responsáveis por projetos nos setores de construção de hidrelétricas, rodovias, pontes, aeroportos, exploração mineral, energia renovável, entre outros, contribuindo para a melhoria da infraestrutura física da África.³⁵⁴

Uma das frentes do relacionamento entre o Brasil e a África que mais indicam o compromisso de longo prazo com o desenvolvimento dos países africanos é a cooperação técnica a cargo da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Com base na solidariedade que marca o relacionamento do Brasil com outros países em desenvolvimento, a cooperação técnica caracteriza-se pela transferência de conhecimentos, ênfase na capacitação de recursos humanos, emprego de mão de obra

354 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Promoção Comercial. China-África. jan. 2011.

local e pela concepção de projetos que reconheçam as peculiaridades de cada país. Deve-se, ainda, mencionar que a cooperação técnica brasileira é livre de condicionalidades, construída a partir da manifestação de interesse de parte dos parceiros (*demand driven*) e se desenvolve em sintonia com as grandes linhas de ação da política externa brasileira, priorizando o apoio ao crescimento socioeconômico dos países africanos. As atividades da cooperação Sul-Sul brasileira, além de incondicionais, não preveem lucros. Eventuais impactos sobre as exportações ou os investimentos brasileiros não são aspectos que determinam a realização de um projeto de cooperação pelo Brasil. Caso ocorram, são tidos como efeitos colaterais positivos, mas não são pré-requisitos para a aprovação de projetos. A vertente comercial escapa, portanto, da análise dos projetos da cooperação Sul-Sul brasileira.³⁵⁵

Entre as iniciativas de cooperação técnica que refletem a importância atribuída pelo Brasil ao continente, merecem destaque a abertura do escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em Acra, Gana, em 2006, e do Escritório da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em Maputo, Moçambique, em 2009. Juntamente com a Agência Brasileira de Cooperação, essas duas instituições são responsáveis por importantes projetos de cooperação técnica brasileira nos setores de segurança alimentar e saúde, respectivamente, fundamentais para o desenvolvimento de países africanos. Além das áreas acima citadas, a cooperação brasileira se diversificou, estendendo-se aos setores de educação, esportes, energia – incluindo a produção de biocombustíveis –, mineração, pesca, infraestrutura, ciência e tecnologia e formação profissional, em que os países africanos buscam beneficiar-se da experiência brasileira.³⁵⁶ Nesse espírito, foram assinados, entre 2003 e 2010, mais de cem

355 Entrevista com o Diretor do Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Ministro Marco Farani, em 12 jan. 2011.

356 A carteira de projetos da ABC na África contempla ainda áreas como governo eletrônico, administração pública, meio ambiente, tecnologia da informação, artesanato, cooperativismo, empreendedorismo, prevenção de acidentes de trabalho, desenvolvimento urbano, saneamento básico, transporte aéreo, turismo, justiça, cultura, comércio exterior, direitos humanos.

acordos bilaterais entre o Brasil e países africanos em diversas áreas de cooperação.

Entre os principais projetos de cooperação técnica com a África, além do apoio a iniciativas como o Escritório da EMBRAPA, em Acra, e o Escritório da FIOCRUZ, em Maputo, estão a fábrica de antirretrovirais também em Moçambique, a fazenda modelo de algodão no Mali, a fazenda-modelo de arroz no Senegal, bem como centros de formação profissional, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau), de combate ao HIV/AIDS (Botsuana, Gana, Libéria, Quênia, Serra Leoa, Tanzânia, Zâmbia) e de combate à malária (Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Camarões e República do Congo). Em 2010, encontravam-se em execução cerca de 130 projetos e 170 iniciativas isoladas para a África, cujos valores somados alcançavam US\$ 65 milhões, com implementação para o período de três anos em 37 países.³⁵⁷

As iniciativas de aproximação da África se dão não apenas nos planos bilaterais, mas também em frentes multilaterais, como reconhecimento da importância do diálogo e cooperação com distintas organizações e mecanismos africanos. Nesse sentido, o Brasil tem valorizado o diálogo com a UA, NEPAD e com organismos sub-regionais, tais como a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), que vêm buscando contribuir para a estabilidade política, integração econômica e desenvolvimento dos países os integram.

Em 2004, o Brasil reabriu sua Embaixada em Adis Abeba, motivado também pela possibilidade de melhor acompanhar os trabalhos da UA, sediada naquela capital. Como resultado do diálogo com a UA,

357 África do Sul, Angola, Argélia, Benim, Burkina Faso, Botsuana, Cabo Verde, Comores, Egito, Gabão, Camarões, Gana, Guiné Equatorial, Chade, Guiné-Bissau, Gâmbia, Libéria, Lesoto, Malawi, Mali, Moçambique, Marrocos, Nigéria, Namíbia, Quênia, República Democrática do Congo, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunisia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. Entrevista com o Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), op. cit.

foi assinado, em 2007, Acordo-Quadro de Cooperação Técnica com a organização. Dois anos depois, o então Presidente Lula foi convidado a participar de reunião de Representantes Permanentes, Ministros e Chefes de Governo da UA, em Sirte, Líbia.³⁵⁸ Como desdobramento do diálogo iniciado entre o Brasil e a UA, realizou-se em Brasília, em 2010, o Diálogo entre Brasil e Países Africanos em Matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, quando foram lançadas novos projetos de cooperação com a participação do Centro de Estudos Estratégicos e de Capacitação em Agricultura Tropical da EMBRAPA, além de projetos-piloto do Programa de Aquisição de Alimentos em dez países africanos.

No plano sub-regional, o Brasil tem buscado igualmente aproximação com os organismos africanos, como a CEDEAO. Nesse sentido, realizou-se a Cúpula Extraordinária Brasil-CEDEAO, com a participação do Presidente Lula da Silva, em julho de 2010, abrindo nova etapa de cooperação com os países da organização, que inclui entre seus membros dois países lusófonos: Cabo Verde e Guiné-Bissau. Na mesma linha, o Brasil tem promovido a aproximação entre o MERCOSUL e países africanos, como o Egito e o Marrocos, a União Aduaneira da África Austral (SACU) e países-membros africanos da CPLP.

Juntamente com a Nigéria, o Brasil lançou a iniciativa de realizar a primeira Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da África e América do Sul (ASA), concretizada em novembro de 2006, em Abuja, que lançava os alicerces de uma nova frente de cooperação Sul-Sul. Na ocasião, além da Declaração de Abuja e do Plano de Ação, foi emitida a Resolução que criava o Fórum de Cooperação América do Sul-África (ASACOF). A Segunda Cúpula da ASA ocorreria na Venezuela, em 2009.³⁵⁹ O Brasil sediou, ainda, a Conferência de Intelectuais da África

358 Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, na solenidade em comemoração ao Dia da África. Brasília, 25 de maio de 2011.

359 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Balanço da Política Externa 2003-2010, Cúpula América do Sul-África (ASA). Brasília, dez. 2010. Ainda no que se refere a reuniões de alto nível envolvendo países africanos, foi lançada em 2005 a Cúpula América do Sul-Países Árabes, com reuniões em 2005 e 2009.

e da Diáspora, em Salvador, em 2006, que contou com a participação do Presidente Lula da Silva e de seus homólogos de Botsuana, Cabo Verde, Gana, Guiné Equatorial e Senegal e do Presidente da Comissão da União Africana, copromotora do evento, entre outras autoridades.

Também durante o Governo Lula, o Brasil apoiou a revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), que une o País a seus vizinhos dos dois lados do Atlântico, em iniciativas de cooperação além de sua agenda original, como proteção do meio ambiente marinho, cooperação em ciência e tecnologia, intensificação do comércio, entre outros temas.

Pode-se afirmar, assim, que o Brasil e a África mantêm, hoje, um relacionamento dinâmico e diversificado, com interesses crescentes que se canalizam não apenas pelas vias bilaterais, mas também multilaterais, com a significativa intensificação do diálogo e da cooperação. Como países em desenvolvimento, com populações jovens e economias em expansão, o relacionamento entre as duas partes se apresenta com grande potencial de desenvolvimento, confirmando a importante dimensão daquele continente na política externa brasileira.

6.2. O potencial de competição entre o Brasil e a China na África

Ao se abordar o tema da competição entre o Brasil e a China na África, uma primeira observação deve ser feita a respeito dos princípios que pautam a relação tanto do Brasil quanto da China com o continente. Cabe salientar que, em seus esforços de ampliação das relações com a África e de expansão de seus interesses no continente, o Brasil aplica, como em todo o conjunto de suas relações externas, uma política de respeito à autodeterminação, de não intervenção e não ingerência nos processos políticos internos dos países. O Brasil tampouco pratica uma política de imposição de valores ou condicionalidades políticas ou econômicas. Nesse sentido, pode-se dizer que o Brasil apresenta convergência com a política externa da China e seus cinco princípios

de coexistência pacífica que desde os anos 1950 norteiam suas relações externas, como apontados no Capítulo 1. Desse modo, não é uma preocupação da diplomacia brasileira que a China deva impor condicionantes e contribuir necessariamente para a melhoria de padrões de boa governança, respeito aos direitos humanos ou liberdades civis na África, o que não quer dizer que o Brasil esteja indiferente a esses temas e aos esforços multilaterais sobre tais matérias. No campo dos direitos humanos, por exemplo, o Brasil defende uma atitude de não indiferença, sem descuidar dos princípios basilares da soberania estatal e da não intervenção nas relações internacionais. Essa posição se reflete, por exemplo, nas iniciativas do Brasil no Conselho de Direitos Humanos, nos projetos de cooperação Sul-Sul e na ampliação da ajuda humanitária enviada ao exterior, para citar um caso de apoio a um país africano, na coordenação da Configuração para a Guiné-Bissau da Comissão de Construção da Paz.³⁶⁰

Nesse sentido, a visão do Brasil sobre a presença da China na África, ao contrário de ex-potências coloniais no continente, não está enfocada na necessidade de “engajar” a China numa política de “melhoria e avanços” na África por meio da imposição de condicionalidades como contrapartida de auxílio ao desenvolvimento do continente. Assim, não há espaço de disputas entre o Brasil e a China sobre a melhor forma de desenvolver suas próprias relações com a África e de como se deve contribuir para o crescimento econômico e social do continente. É nesse contexto que a presente seção concentra a análise sobre a competição entre o Brasil e a China nos aspectos econômico-comerciais.

Como examinado nos capítulos acima, uma das implicações da forte presença da China no continente africano, com um fluxo de comércio em expansão, vultosos investimentos, com a participação de grandes empresas chinesas – muitas das quais estatais – em projetos

³⁶⁰ AMORIM, Celso. O Brasil e os Direitos Humanos: em busca de uma agenda positiva. *Política Externa*, v. 18, n. 2, set./out./nov, 2009.

de grande envergadura, sobretudo no setor de extração de recursos naturais e construção de infraestrutura, é a mudança do ambiente econômico-comercial em vários países da região. Nesse sentido, a competição no campo econômico, como se pode esperar, torna-se ampliada pela presença de atores chineses, que, se, por um lado, contribuem para o crescimento econômico dos países africanos, como indicam estudos da OCDE e do Banco Mundial já citados anteriormente, por outro lado, determinam um mercado de maior competição, com agentes locais e com agentes de terceiros países, entre os quais aqueles de atuação tradicional.

Os EUA e a França, por exemplo, competem há décadas por mercados, recursos naturais e influência na África francófona. Nos últimos anos, a crescente presença da China não apenas naquela parte do continente africano, mas de forma mais geral, vem se adicionar como um “fator” importante naqueles mercados, determinando maior concorrência para empresas com tradicional atuação naqueles países.³⁶¹ Analistas políticos franceses observavam, em 2009, por ocasião da visita do Presidente Hu Jintao à África, o suposto pouco preparo do Governo francês para fazer frente às investidas da China no continente africano. A atuação econômico-diplomática da RPC – voltada para o fornecimento de matérias-primas e obtenção de apoios no plano multilateral dos países africanos – seria, na visão de especialistas franceses, uma repetição do que fez a própria França por muitas décadas na África. A questão agora seria como lidar com a presença chinesa e seu discurso “anticolonialista”, que pode ser lido como “antifrancês”.³⁶²

No Brasil, também se reconhece essa maior competição para as empresas brasileiras na África. Haveria componentes de complementariedade e de cooperação na relação bilateral entre

361 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA – EUA. Departamento de Estado dos EUA. China’s Influence in Africa – Implications for U.S. Policy, Testimony before the Sub-committee on Africa, Human Rights and International Operations. Washington, D.C.: US House of Representatives, 28 jul. 2005.

362 EMBAIXADA DO BRASIL EM PARIS. *Telegrama em fev. de 2009.*

o Brasil e a China, como em qualquer relação bilateral, o que se torna ainda mais verdadeiro quando se trata de dois grandes países emergentes, que apresentam economias diversificadas, com mercados internos expressivos e significativa capacidade de alavancagem de um desenvolvimento econômico abrangente.³⁶³ Na relação bilateral entre o Brasil e a China, por um lado, coloca-se clara a complementaridade econômico-comercial na área de recursos naturais, em que a demanda chinesa é atendida no Brasil por uma oferta real e encontra ainda uma oferta potencial importante. Tal situação permite ao Brasil manter uma balança superavitária com a China e sustentar o crescimento das exportações do País ante a queda da demanda nos países desenvolvidos em decorrência da crise econômica internacional, bem como oferece oportunidades para o recebimento de investimentos em recursos naturais, em infraestrutura e na produção de equipamentos para o setor. Não menos desprezível é o efeito da demanda chinesa na sustentação – e mesmo elevação – dos preços das *commodities*, contribuindo de forma positiva para os bons resultados das empresas brasileiras dos setores de matérias-primas e repercutindo, assim, na balança comercial brasileira.

Por outro lado, o elemento de competição está sobretudo presente na expansão de empresas dos dois países em terceiros mercados – como a África –, em recursos minerais e no setor agropecuário. Tanto o Brasil como a China dispõem de grandes empresas no setor de mineração, de energia e de construção civil, com forte capacidade de atuação não apenas em seus mercados domésticos, mas em terceiros países, e que, naturalmente, colocam-se como concorrentes. Nesse sentido, seria possível prever um “acirramento das disputas por recursos naturais” envolvendo empresas brasileiras e chinesas, além de grandes empresas de outros países. A competição em si não seria um processo novo. O elemento novo reside na presença – crescente e de forma competitiva

363 EMBAIXADA DO BRASIL EM PEQUIM. *Texto de Referência do Posto*, nov. 2010.

– de empresas chinesas, sobretudo grandes mineradoras e empresas petrolíferas, nesse processo de exploração de recursos naturais. Trata-se de um fenômeno natural de mercado, em que grandes corporações disputam negócios em mercados que lhes apresentam oportunidades atraentes, como indica o Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDIC), Ivan Ramalho.³⁶⁴ Tornando-se o maior mercado mundial para minérios de ferro e o maior consumidor mundial de energia – petróleo –, a China naturalmente estimula suas empresas a se voltarem para a exploração de recursos no exterior, encontrando na África boas oportunidades.³⁶⁵

Deve-se também levar em conta o setor agropecuário como campo de potencial competição e cooperação entre o Brasil e a China em terceiros mercados. Nesse setor, há que se analisar, primeiramente, a situação da agricultura chinesa e o fato de que 60% da população do país asiático – cerca de 780 milhões de habitantes – ainda residem no campo (2009), o que determina os elevados níveis de proteção e subsídios concedidos pela política agrícola do país. Com a reforma de sua agricultura e o acelerado processo de urbanização e industrialização, acompanhados da elevação da renda média dos trabalhadores e da diminuição da pobreza, a China tende a despontar como o mercado consumidor em nível mundial para o setor de alimentos, levando-se em consideração, nesse cenário, a limitada área agriculturável do país e a carência de recursos, notadamente água, que deverão impor um limite à expansão agrícola chinesa.³⁶⁶ O movimento de expansão de atividades no setor agrícola por parte da China na África poderia, como nas áreas de extração de recursos naturais, criar também competição com o Brasil, que tem naquele continente também potencial de crescimento de negócios em tal setor.

364 Entrevista com o Secretário-Executivo do MDIC, Ivan Ramalho, em 23 out. 2010.

365 Deve-se ainda reconhecer que, nesse processo, uma parte desses investimentos chineses também se dirige ao Brasil, principalmente no setor de minérios.

366 A China conta com uma produção de grãos da ordem de 530 milhões de toneladas (2009), em regime de pequena propriedade – média de menos de 1 hectare.

Haveria pouco espaço para a formação de consórcios de empresas brasileiras e chinesas na África em setores como mineração e infraestrutura, uma vez que as empresas brasileiras mantêm competitividade em projetos que demandam maior capacidade tecnológica e mão de obra qualificada. Seria o caso, por exemplo, da PETROBRAS, que apesar de, certa vez, ter perdido concorrência para a chinesa Sinopec, manteve-se no negócio em razão de deter tecnologia de exploração em águas profundas, ao contrário da empresa chinesa, que não possuía capacidade tecnológica para operar o projeto. O mesmo se daria com a empresa brasileira Marcopolo, no setor de carrocerias. Até o presente, os produtos chineses – ônibus – não seriam competitivos na relação custo/qualidade na comparação com os similares brasileiros. A rápida capacidade de melhoria da qualidade tecnológica de produtos chineses merece a atenção de empresas brasileiras que disputam mercados com empresas chinesas.³⁶⁷

As atraentes ofertas de financiamento de projetos por parte da China permitem às empresas chinesas ampliar rapidamente seus acessos às reservas africanas de recursos naturais, o que as colocariam, muitas vezes, em vantagem em negócios também de interesse de empresas brasileiras. Nesse sentido, as linhas de crédito abertas pela China, como apontado no Capítulo 3, funcionariam como um “bilhete de acesso” às riquezas naturais. Como muitos dos “pacotes” de empréstimos e financiamentos concedidos pelas instituições chinesas só permitem que sejam contratadas para o fornecimento de serviços e bens empresas chinesas, haveria um mercado assegurado apenas para essas empresas em atuação na África.³⁶⁸ O fato de empresas chinesas empregarem extensivamente mão de obra de seu próprio país, e não trabalhadores locais – como também mencionado nos capítulos anteriores –, muitas vezes em grande número e transportados em navios até o país africano, representaria também

367 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Promoção Comercial. China-África, jan. 2010.

368 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Promoção Comercial. China-África, jan. 2010.

custos mais baixos para tais empresas chinesas, implicando vantagem competitiva em relação a empresas de outros países na África, como as empresas brasileiras. Como apontado previamente, tal situação chegou a ser mencionada pelo então Presidente Lula da Silva em evento empresarial na Tanzânia, por ocasião de visita a esse país, em julho de 2010, externando sua preocupação com o tema.³⁶⁹ Se, por um lado, as empresas brasileiras que operam na África estariam em desvantagem em relação a empresas chinesas que empregam mão de obra “importada da China”, essa situação se converteria em vantagem em mercados africanos em que a sociedade civil já se mobiliza contra esse tipo de prática e que valoriza a responsabilidade social de grandes empresas.³⁷⁰

Um dos casos de concorrência entre os interesses de uma empresa brasileira e de uma empresa chinesa na África foi a disputa em torno da exploração da jazida de minério de ferro de Belinga, no Gabão. Após longo processo de negociação com o Governo gabonês, em que participaram a Vale (então Companhia Vale do Rio Doce [CVRD]) e um grupo de empresas chinesas cujo acionista de referência era a sociedade China National Machinery and Equipment Export & Import Corporation (CMEC), a parte chinesa obteve, em junho de 2006, os direitos de exploração de Belinga. Cabe salientar que a disputa por bons negócios entre empresas – grandes ou pequenas – é um processo natural no meio empresarial e que um episódio de perda – não importam as “armas” usadas pelas rivais – não determina necessariamente a exclusão de um mercado, sobretudo onde há enorme potencial, como em muitos dos países africanos. A Vale, por exemplo, mantém exitosamente operações em outros países africanos – a despeito da crescente presença chinesa no continente – como África do Sul, Angola, Gana, Guiné, Libéria, Moçambique, República Democrática do Congo e Zâmbia, países que estão entre os maiores

369 Discurso do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Encontro Empresarial Brasil-Tanzânia, Dar es Salaam, Tanzânia, 7 de julho de 2010. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Resenha de Política Exterior do Brasil, n. 107, 2º semestre de 2010, p. 49.

370 Seria o caso, por exemplo, da África do Sul.

receptores de investimentos chineses na África, conforme apontado no Capítulo 3. Pode-se ter uma ideia da dimensão do potencial de bons negócios para a mineradora brasileira na África pela declaração do então Presidente da empresa, Roger Agnelli, reproduzida em matéria do *The Wall Street Journal*: “Estou apaixonado pela África (“I am falling in love with Africa”), ao comentar a ampliação de operações da empresa no continente.³⁷¹

Do mesmo modo, outras empresas brasileiras nos setores de infraestrutura e energia, como Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa, Odebrecht e PETROBRAS, já têm presença tradicional em países africanos, como África do Sul, Angola e Moçambique. As construtoras brasileiras têm desenvolvido projetos como construção de hidrelétricas, rodovias, pontes, aeroportos, entre outros, possibilitando significativas melhorias na infraestrutura física da África. O Brasil pode se colocar como um parceiro importante dos países africanos no sentido de que as empresas brasileiras, nem sempre sozinhas, mas em consórcio com as africanas, desenvolvem obras com investimentos de valores elevados e criam empregos diretos e imediatos. Um exemplo significativo é o caso das oportunidades relacionadas à produção de biocombustíveis na Zâmbia, país em que a Associação de Biocombustíveis da Zâmbia (BAZ) prioriza projetos de pequena escala e busca aproveitar a experiência brasileira de combinação de produção de biocombustíveis com a geração de energia elétrica.³⁷²

É certo também que as empresas brasileiras enfrentam, muitas vezes, dificuldades para desenvolver negócios na África. Os principais obstáculos, segundo o Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, estariam relacionadas à falta de infraestrutura local, logística precária, falta de crédito e garantias, carência de recursos financeiros e financiamentos apropriados, informações precárias sobre o país africano com potencial de receber investimentos, insuficiência

371 MAYLIE, Devon. Love in the Tropics: Brazil Falling For Africa. *The Wall Street Journal*, em 22 out. 2010.

372 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores.. Departamento de Promoção Comercial. *China-África*, jan. 2010.

ou mesmo ausência de mão de obra qualificada, o que afetaria tanto investimentos quanto o intercâmbio comercial.³⁷³ Também como dificuldade ao comércio se impõe a falta ou inadequação da oferta de serviços aéreos e marítimos, de carga e de passageiros, entre o Brasil e o continente africano.³⁷⁴

Como indicado acima, apesar das dificuldades que enfrentam os negócios brasileiros para seu desenvolvimento na África, o comércio do Brasil com esse continente tenderá a se expandir e a se diversificar, seguindo o caminho já tomado nos últimos anos, a partir da política externa do Presidente Lula da Silva de conceder alta e renovada prioridade às relações com os países africanos. Nesse contexto, conta-se com a complementaridade comercial e o potencial de investimentos em áreas como infraestrutura, na qual o Brasil já tem presença importante, e em outros setores, como energia, serviços e produção industrial. É certo que nessa expansão, o Brasil encontrará a forte competição dos interesses chineses e de seu poder financeiro e comercial. As características da presença chinesa na África, como visto nos capítulos anteriores, sobretudo diferenças culturais e práticas de emprego de mão de obra exclusivistas, apesar de sua força, farão que os Estados e as sociedades africanas reconheçam no Brasil um potencial crescente para o desenvolvimento de relações comerciais e de investimentos.³⁷⁵

Caberia também mencionar que, em contrapartida às visões mais pessimistas sobre a competição entre o Brasil e a China no continente africano, haveria aqueles que defendem que “na África há espaço para todos”, como apresentado pelo Presidente do AfDB, Donald Kaberuka, em seminário na OCDE, em 2008, ao identificar oportunidades crescentes para países emergentes como o Brasil no

373 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores.. Departamento de Promoção Comercial. *China-África*, jan. 2010.

374 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores.. Departamento de Promoção Comercial. *China-África*, jan. 2010.

375 BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos. *Brasil 2022*. Brasília, dez. 2010.

continente africano, no qual economias de diversos países atravessam fase de significativa expansão.³⁷⁶

Como indica, com muita clareza, o documento *Brasil 2022*, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, em sua aproximação com os países da África Ocidental – e da África de modo geral –, o Brasil conta com diversas vantagens em comparação com os países europeus e asiáticos, as quais certamente se repercutem não apenas no campo econômico-comercial, mas também nas demais esferas em que se desenvolve a crescente aproximação entre o Brasil e o continente africano:

A primeira delas [vantagens] é não ter o Brasil um passado de potência colonial e sim ter sido, como os africanos, uma colônia europeia. A segunda vantagem é a semelhança de desafios que têm de enfrentar o Brasil e os países da África nas mais diversas áreas: saúde, educação, agricultura, segurança alimentar, periferias urbanas, florestas tropicais. A terceira vantagem é ser o Brasil um país com fortes raízes africanas, com metade de sua população que se declara negra, sem discriminação racial legal e com políticas de promoção de igualdade racial. A quarta vantagem brasileira é o idioma, que nos une aos países de língua portuguesa e a identidade cultural e étnica com os povos africanos da costa ocidental. A quinta vantagem é que os países africanos veem o Brasil como um país que, ainda subdesenvolvido, tem conseguido avançar na senda do desenvolvimento e que pode e está disposto a compartilhar com eles os resultados de seu progresso tecnológico em muitas áreas, sem impor condicionalidades políticas ou econômicas. A sexta vantagem é a de compartilharmos o Atlântico Sul de forma pacífica, sem pretensões de domínio militar. A sétima vantagem é a de não estar o Brasil envolvido na política africana e estarmos assim equidistantes de todas as disputas nacionais.³⁷⁷

376 EMBAIXADA DO BRASIL EM PARIS. *Telegrama* em jul. de 2008.

377 BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos. *Brasil 2022*. Brasília, dez. 2010. p. 54-55.

É certo que o Brasil deve esperar uma competição crescente com a China na África, pelas razões apontadas no começo deste capítulo. Competição que se dá sobretudo no campo econômico-comercial. Nesse contexto, deve-se ter presente que os interesses econômicos chineses na África se vinculam ao projeto de desenvolvimento econômico do país asiático (suprimento de matérias-primas e abertura de mercados para seus produtos manufaturados) e estão relacionados à sua projeção como potência ascendente. Desse modo, há um forte amparo do Governo de Pequim às empresas chinesas que buscam atuar na África, muitas delas estatais, com facilidades de crédito e oferta de “pacotes de assistência” aos países africanos, sem mencionar os crescentes esforços de aproximação política com os Governos africanos desenvolvidos pela diplomacia chinesa, tanto em nível bilateral, como por meio do FOCAC, conforme descrito nos capítulos 2 e 3. A política externa chinesa para a África é um exemplo dessa conjugação de troca de interesses concretos (no campo econômico-comercial) e o exercício de influência nas gestões amistosas (doações, financiamentos, projetos de assistência).

O Brasil, por sua vez, já tem uma presença comercial considerável na África, continente no qual grandes empresas brasileiras já atuam de forma competitiva, algumas já com tradição na região, sobretudo nos países lusófonos. Deve-se reconhecer que a ampliação de negócios brasileiros no mercado africano é ainda incipiente se se considerarem o volume global das trocas brasileiras e o potencial de crescimento do comércio com a África, ainda pouco diversificado e concentrado relativamente em poucos países do continente. Os números comerciais dos últimos anos, como apontados acima, mostram que o caminho aberto pela política do Presidente Lula da Silva apresenta resultados significativos. Deve-se, ainda, ter em conta que a política do Governo Lula para a África não esteve centrada exclusivamente em aspectos econômico-comerciais da relação com os países do continente, mas também conta com ampla frente de cooperação voltada para área

social, e que, nesse sentido, o Brasil se diferencia da China. Nas palavras do então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em entrevista no período final de sua gestão, o “Brasil sai melhor na fotografia”, quando comparado a outros países em suas relações com a África, sobretudo em matéria de assistência ao desenvolvimento.³⁷⁸ Certamente, essa melhor imagem do Brasil, assim como o conjunto de vantagens que pode o País oferecer à África, repercutir-se-á também nas relações econômico-comerciais e serão levados em conta no desenvolvimento da competição com a China na África.

6.3. O potencial de cooperação entre o Brasil e a China na África

Tão importante quanto a análise do potencial de competição entre o Brasil e a China na África é o exame do potencial de cooperação entre os dois países naquele continente. Tal exercício se justifica pelo fato de que ambos os países concedem prioridade a seus relacionamentos com a África, como mostram os capítulos anteriores, e buscam, por meios e caminhos distintos – deve-se salientar – contribuir para o desenvolvimento socioeconômico daquele continente. Acrescenta-se a isso o fato de o Brasil e a China, dois grandes países em desenvolvimento, manterem relação bilateral qualificada, há quase vinte anos, como “parceira estratégica”, unidos em esforços de cooperação não somente voltados para seus povos, mas também compromissados com questões que envolvem terceiros países e regiões.³⁷⁹

A China se situa como o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009, já tendo ultrapassado os EUA e a Argentina, que por décadas ocuparam essa posição. Na relação bilateral entre o Brasil e a China, que incorpora uma ampla gama de iniciativas e interesses em distintas

378 Entrevista do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, concedida ao jornalista Alexandre Thoele, da Rádio Suíça Internacional, “*O Importante é que o Brasil mudou*”, em 9 set. 2010.

379 A parceria estratégica sino-brasileira foi estabelecida em 1993. (BIATO JUNIOR, 2010). As relações foram elevadas à condição de “parceria estratégica global”, em junho de 2012, por ocasião da visita do então Primeiro-Ministro Wen Jiabao ao Brasil.

áreas, a cooperação é um elemento central.³⁸⁰ Basta dizer que um dos mais emblemáticos projetos de cooperação Sul-Sul é o desenvolvimento do Programa *China-Brazil Earth Resources Satellite*, ou Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS),³⁸¹ que completou 22 anos em 2010 e atravessou distintas fases do relacionamento entre os dois países. Como duas grandes nações em desenvolvimento, com economias em expansão e destacada atuação no plano internacional, o Brasil e a China mantêm uma relação que transcende o nível bilateral e adquire importância também pelos entendimentos que os dois países desenvolvem em foros internacionais. Os dois países trabalham juntos em agrupamentos como G-20, BRICS, BASIC e, como representantes do mundo em desenvolvimento, buscam contribuir positivamente para a construção de uma nova ordem econômica e política internacional mais justa e equilibrada. Esse papel tanto do Brasil quanto da China se provou mais necessário e relevante após a crise financeira internacional de 2008, em que os países emergentes tiveram papel fundamental na recuperação da economia global. Não se pode deixar de considerar que o relacionamento bilateral – diversificado e denso ao mesmo tempo – apresenta também suas dificuldades e disputas, sobretudo na área comercial, em que setores brasileiros, por exemplo, sofrem com a concorrência chinesa. As perspectivas de ampliação contínua do papel dos dois países nas esferas econômicas e políticas internacionais – guardadas as respectivas características de cada país – levam a crer que essa relação bilateral vá continuamente ganhar relevância para os dois lados, podendo repercutir-se também em cooperação e atuação conjunta em outros países e regiões, como no caso da África.³⁸²

380 EMBAIXADA DO BRASIL EM PEQUIM. *Texto de Referência do Posto*, nov. 2010.

381 O Programa CBERS é fruto de uma parceria inédita entre Brasil e China no setor técnico-científico espacial, iniciada em 1988, que permitiu ao Brasil ingressar no seleto grupo de países detentores da tecnologia de sensoriamento remoto. A China oferecia sua experiência na construção de satélites e foguetes lançadores e, em contrapartida, o Brasil trazia em sua bagagem a familiaridade com a alta tecnologia e um parque industrial mais moderno que o existente na RPC.

382 EMBAIXADA DO BRASIL EM PEQUIM. *Texto de Referência do Posto*, nov. 2010.

Nesse contexto, ao passo que o potencial de competição na África, como tratado no capítulo anterior, concentra-se em aspectos econômico-comerciais, e possa haver casos específicos em que a influência da China sobre os países africanos venha de encontro a interesse brasileiros – como a questão da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como será analisa em item a seguir –, o potencial de cooperação entre o Brasil e a China naquele continente se daria de forma mais determinada no plano político e da cooperação técnica.

Já num dos primeiros documentos lançados no âmbito do FOCAC, em 2000, o Programa de Cooperação Sino-Aficana para o Desenvolvimento Econômico e Social apresentava a disposição das duas partes em desenvolver formas de cooperação trilateral, em benefício dos países participantes:

The two sides stress the importance of the development of trilateral co-operation to achieve the objectives in the present programme of co-operation and the promotion of Sino-African relation, notably within the framework of South-South co-operation. They note that such an initiative will lead to the effective utilization of available financial resources for the further development of human and natural resources of the countries involved.³⁸³

Como expressado pelo Chanceler Yang Jiechi, em artigo publicado por ocasião do décimo aniversário do FOCAC, em outubro de 2010, a China se mantém aberta a desenvolver com outros países ou grupos de países iniciativas de cooperação na África.³⁸⁴ Do mesmo modo, o segundo *white paper* sobre a política externa da China para a África, lançado ao final de 2010, também renova a disposição de Pequim em trabalhar em cooperação com outros países em benefício

383 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África – FOCAC. Programme for China-Africa Cooperation in Economic and Social Development. Pequim, 12 out. 2000.

384 JIECHI, 2010.

da África.³⁸⁵ Tal disposição talvez tenha por base as críticas que o país asiático recebe sobre sua atuação no continente no sentido de uma “relação neocolonial”, numa tentativa de mostrar que não busca ter uma relação exclusivista com a África – o que seria próprio de uma dominação do tipo colonial. A cooperação com outros países se apresentaria, assim, útil à China. Também nesse sentido, iniciativas com terceiras partes em áreas voltadas para o desenvolvimento social dos países africanos seriam positivas para reforçar a ideia defendida por Pequim de que seus interesses na África não se concentram tão fortemente sobre o campo econômico – leia-se suprimento de matérias-primas e abertura de mercados para bens industrializados. A imagem da China como parceira que contribui para o desenvolvimento social do continente também estaria reforçada desse modo.

Pelo lado africano, as indicações são de que estariam igualmente abertos a contar com cooperação entre a China e terceiros países. Representantes diplomáticos de alguns países africanos confirmam esse entendimento e indicam que seus Governos veriam com bons olhos tais iniciativas.³⁸⁶ Cabe ressaltar que, como indicado por diplomata africano em Pequim, a possibilidade de cooperação trilateral entre a África, a União Europeia e a China encontra resistência por parte de governos africanos que se ressentem do fato de que não houve desde o início do processo consultas apropriadas ao lado africano. A ideia de promover uma cooperação trilateral teria sido tratada pela Comissão Europeia em contato direto com o Governo chinês, à época da Cúpula do FOCAC, em 2006, deixando de lado a parte africana. Haveria ainda a percepção pelo lado africano de que ex-potências coloniais descontentes com a relativa perda de espaço na África em razão do crescente prestígio de Pequim, tencionariam beneficiar-se

385 ESCRITÓRIO DE INFORMAÇÃO DO CONSELHO DE ESTADO DA RPC. *China-Africa Trade and Economic Cooperation*. Pequim, dez. 2010.

386 Entrevistas com diplomatas africanos em Pequim, de agosto a dezembro de 2010.

(*freerider*) no momento de aproximação entre a China e a África. Outros temeriam também que os países europeus exerçam sobre Pequim pressões para promover uma cooperação vinculada a avanços em temas internos dos países africanos, invocando a responsabilidade da China em contribuir para a melhora dos padrões de governança, democracia e direitos humanos na África, seguindo a prática de países desenvolvidos. Desse modo, haveria um risco para os africanos no sentido de a China se ver influenciada a impor condicionantes na sua relação com os países africanos.³⁸⁷ Sobre esse tema, o Embaixador da RPC para Assuntos Africanos também se pronunciaria no sentido de que a cooperação trilateral China-Europa(UE)-África, ver-se-ia prejudicada, em sua interpretação, pela negativa visão de países europeus sobre a presença da China na África, e que seria necessário, para avanços nessa matéria, melhorar o entendimento mútuo e a base de confiança entre as partes.³⁸⁸

Tendo em vista que o Brasil tem como tradição os princípios de não intervenção e não ingerência nos processos internos dos países com os quais desenvolve relações diplomáticas, a possibilidade de cooperação com a África – trilateral ou mesmo bilateral – não se veria afetada por esse tipo de receio. Tais princípios se repercutem na cooperação técnica que oferece o Brasil, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), no âmbito da diplomacia solidária.³⁸⁹ O Brasil tampouco busca promover uma relação de exclusividade com os países africanos ou com outros grupos de países, como bem atesta os esforços e iniciativas de Brasília para iniciar e desenvolver o processo de Cúpula entre a América do Sul e a África e aquele entre a América do Sul e os Países

387 Entrevista com diplomata africano em Pequim, outubro de 2010.

388 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África – FOCAC. The Special Representative of the Chinese Government for African Affairs, Ambassador Liu Guijin, Talks About China-Africa Cooperation. Bruxelas, 30 set. 2010. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/jlydh/t735964.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2011.

389 Os princípios da cooperação brasileira são: atuação em resposta a demanda de países em desenvolvimento, reconhecimento da experiência local e adaptação de experiências brasileiras, não imposição de condicionalidades, desvinculada de interesses comerciais ou fins lucrativos, não ingerência em assuntos internos dos países parceiros. (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC, 2010).

Árabes, por exemplo, iniciados durante o Governo do Presidente Lula da Silva. Assim, a prática brasileira de não envolvimento em assuntos internos de terceiros países e não imposição de condicionalidades na cooperação que propõe se coloca como um ponto de convergência entre o Brasil e a China no relacionamento com a África, o que contribuiria para reforçar o interesse dos países africanos em potenciais projetos de cooperação trilateral.

Da parte do Brasil, pode-se mencionar a manifestação de interesse em desenvolver cooperação trilateral com a China na África em reuniões de alto nível entre as Chancelarias brasileira e chinesa.³⁹⁰ Na primeira reunião do Diálogo Estratégico Brasil-China, realizada em novembro de 2007, a parte brasileira sugeriu fosse estudada a criação de um “subdiálogo” sobre temas africanos, no nível de Departamentos de África.³⁹¹ Vale salientar que o Presidente Lula da Silva, em visita a Pequim, por ocasião da abertura dos Jogos Olímpicos de 2008, em encontros com manteve com o Presidente Hu Jintao e com o Presidente do Congresso Nacional do Povo, Wu Bangguo, proporia que os dois países iniciassem diálogo sobre a cooperação trilateral na África. Naquela oportunidade, o mandatário brasileiro faria referência específica ao desenvolvimento de projetos conjuntos na área de biocombustíveis, o que poderia ser de interesse das três partes.³⁹²

A primeira reunião do Diálogo Brasil-China sobre África realizou-se em Brasília, em setembro de 2010.³⁹³ O Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC já mantinha reuniões formais e regulares sobre África com Estados Unidos, Japão e União Europeia.

390 EMBAIXADA DO BRASIL EM PEQUIM, *Telegramas* em fevereiro de 2006 e novembro de 2010.

391 EMBAIXADA DO BRASIL EM PEQUIM, *Telegrama* em nov. de 2010.

392 EMBAIXADA DO BRASIL EM PEQUIM, *Telegramas* em ago. de 2008. O Presidente Lula também havia sugerido parcerias entre Brasil, China e terceiros países africanos ao receber, em Brasília, o Presidente do Congresso Nacional do Povo, Wu Bangguo, em agosto de 2006, e o Membro do Comitê Permanente do Birô Político do Comitê Central do PCCh, He Guoqian, em julho de 2008. (BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Depachos telegráficos para a Embaixada do Brasil em Pequim em set. de 2006 e em jul. de 2008)

393 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Despacho telegráfico para a Embaixada do Brasil em Pequim em out. de 2010.

O Brasil seria, assim, o primeiro país em desenvolvimento a criar com a parte chinesa mecanismo similar. Sem dúvida, as conversações sobre a África representam para o Brasil e a China oportunidade de intercambiar experiências e elevar o conhecimento mútuo sobre suas atuações diplomáticas naquele continente, tendo em vista a prioridade de ambas as partes concedida à África. Por ocasião daquela primeira reunião sobre temas africanos, a parte brasileira observou que o Brasil e a China, ambos países em desenvolvimento, que já atuam de forma positiva na construção de um novo paradigma de cooperação no continente africano, teriam grande potencial para atuação conjunta na África, em sintonia com o caráter estratégico da parceria bilateral. A parte chinesa, por sua vez, destacou a importância da compreensão mútua entre o Brasil e a China como base para a cooperação conjunta nos países africanos.³⁹⁴ Desse modo, já teria sido dado mais uma passo na manifestação de interesse em projetos futuros de cooperação trilateral na África. O diálogo que se abriu sobre temas africanos, cujo primeiro exercício se concentrou na troca de visões e experiências de cada país na África,³⁹⁵ poderá constituir-se num canal para de avanço em entendimentos sobre a cooperação trilateral Brasil-China-países africanos.

Como apontado acima, o Brasil, com base no princípio da solidariedade e da promoção do desenvolvimento, vem implementando importantes projetos de cooperação na África, continente que, em 2009, recebeu 50% da execução da cooperação técnica Sul-Sul da Agência Brasileira de Cooperação (em termos orçamentários), representando um crescimento de 105% em relação à fatia recebida em 2008, cobrindo projetos em 22 países. Destacam-se projetos nas áreas de saúde, agricultura, educação e treinamento, combate à fome, entre outras, em parceria com a EMBRAPA, Empresa de Assistência

394 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Despacho telegráfico para a Embaixada do Brasil em Pequim em out. de 2010.

395 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Despacho telegráfico para a Embaixada do Brasil em Pequim em out. de 2010.

Técnica e Extensão Rural (EMATER), Ministério da Saúde e outros órgãos e entidades. São também expressivas as iniciativas de criação de um escritório de representação da Fiocruz em Maputo – o primeiro fora do Brasil – e o estabelecimento da Fábrica de Medicamentos de Moçambique, para a produção de antirretrovirais. O Brasil desenvolve, igualmente, projetos de cooperação trilateral na África para a produção de biocombustíveis com a União Europeia. Com o Japão, o Brasil promove o Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais em Moçambique (ProSavana), com orçamento previsto para os próximos vinte anos no valor de US\$ 500 milhões.³⁹⁶ Cabe mencionar também que o Brasil e a União Africana assinaram Acordo de Cooperação Técnica e, posteriormente, Acordos Complementares, em 2009, nas áreas de agricultura e desenvolvimento social (saúde, cultura, esporte, proteção social, entre outros âmbitos), decorrentes dos esforços de aproximação com a esfera multilateral-regional africana, em iniciativas complementares às ações destinadas a desenvolver o relacionamento com cada país africano bilateralmente.³⁹⁷

O Brasil e a China já mantêm um exitoso programa de cooperação em benefício de países africanos, *CBERS for Africa*, como extensão do programa CBERS mencionado acima. A iniciativa foi lançada pelos dois países, na cidade do Cabo, em novembro de 2007, por ocasião da III Reunião Ministerial do GEO (Global Earth Observations). As imagens colhidas pelos satélites destinam-se ao uso no monitoramento de desastres naturais, deflorestamento, planejamento agrícola, saúde pública, entre outros acontecimentos, e são retransmitidas por meio de estações distribuidoras na África do Sul, Ilhas Canárias, Quênia

396 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação – ABC. *A Cooperação Técnica do Brasil para a África*, 2010.

397 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório de Gestão do Governo Lula (2003-2010)*, África. União Africana, dez. 2010.

e Itália.³⁹⁸ Em 2010, o Brasil e a China assinaram memorando de entendimento sobre a política de distribuição de dados. A importância desse projeto se vê refletida no Plano de Ação Conjunta Brasil-China (2009-2014), assinado pelo Presidente Lula da Silva e pelo Presidente Hu Jintao, em abril de 2010, que incorpora o compromisso bilateral de continuar a promover a aplicação de informações do CBERS em países em desenvolvimento, em especial no continente africano (Artigo 11.3).³⁹⁹

Tendo em vista a relevância dos temas agrícolas na relação entre o Brasil e os países africanos⁴⁰⁰ e nas relações da China com a África, poderia ser explorada no futuro a possibilidade de cooperação trilateral nessa área. Nesse sentido, poderão ser proveitosos os entendimentos entre Brasil e China para avançar na cooperação entre centros de pesquisa agrícola (EMBRAPA e Academia Chinesa de Ciências em Agricultura), que já contam com os instrumentos jurídicos para o estabelecimento de laboratórios conjuntos no Brasil e na RPC (Labex China).⁴⁰¹ Tal iniciativa trilateral se beneficiaria igualmente da experiência adquirida pela EMBRAPA na África. Seria, igualmente, natural explorar possibilidades de cooperação entre o Brasil, a China e países africanos na área de biocombustíveis. O Brasil teria interesse, por exemplo, na cooperação trilateral com a China para produção de etanol na região do Bas-Congo. Propostas do lado chinês para reproduzir na África a iniciativa de cooperação trilateral que o Brasil já desenvolve com os Estados Unidos na América Central e Caribe, com vistas a auxiliar o desenvolvimento africano a partir da geração de energia à base de biomassa, encontram, contudo, ainda reservas

398 Imagens dos satélites CBERS também são distribuídas gratuitamente a países sul-americanos, centro-americanos e caribenhos.

399 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (2010-2014)*, 15 abr. 2010.

400 *Vide*, por exemplo, as propostas de cooperação no âmbito do “Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”.

401 Memorando de Entendimento entre a EMBRAPA e a Academia Chinesa de Ciências da Agricultura (CAAS) para a Implementação de Laboratórios Conjuntos e Promoção da Pesquisa e Inovação em Agricultura.

sobre a matéria em razão da diretriz do Governo central de privilegiar investimentos nessa área “non grain crops”, de modo a não afetar a segurança alimentar. Nesse sentido, seria ainda necessário afastar as preocupações específicas das autoridades chinesas a respeito dos impactos dos biocombustíveis sobre a segurança alimentar, nos moldes das gestões realizadas nos EUA junto na Environmental Protection Agency (EPA).⁴⁰²

Como dois países que mantêm uma longa parceria e um diálogo estratégico formalizado entre as duas Chancelarias, cujas atuações no plano internacional se ampliam continuamente, o Brasil e a China deverão, naturalmente, incrementar suas consultas em assuntos afetos aos países africanos, dado o interesse e a importância que cada um atribui ao relacionamento com o continente. Assim, há claramente espaço e interesse, de lado a lado, para aprofundar trocas de visões e entendimentos sobre temas como a recuperação da estabilidade e consolidação institucional na Guiné-Bissau, a missão de paz das Nações Unidas na República Democrática do Congo, as perspectivas de paz na Somália, entre outros temas de interesse dos países africanos. Juntos, o Brasil e a China integram importantes mecanismos de concertação, como G-20, BRICS, BASIC, G-77, nos quais já trabalham para assegurar os interesses dos países em desenvolvimento nos esforços de reforma do sistema financeiro internacional e democratização da governança global. Desse modo, parece crescente o potencial de cooperação entre o Brasil e a China em temas que favorecem o desenvolvimento da África – e os seus próprios.

402 EMBAIXADA DO BRASIL EM PEQUIM. *Telegrama* em abr. de 2010.

6.4. O capital político chinês na África – implicações no plano multilateral

Paralelamente à intensificação das relações econômicas entre a China e a África, na forma de um comércio pujante e de elevados investimentos, o aprofundamento das relações político-diplomáticas entre as duas partes pode trazer também implicações para terceiros países, em particular no plano multilateral.

Ainda na primeira fase das relações sino-africanas, ao longo dos anos 1960 e 1970, no contexto da Guerra Fria, Pequim soube valorizar a importância da formação de parcerias com países africanos e conquista do apoio deles. Nesse sentido, o exemplo mais claro da relevância de tais parcerias para a RPC ocorreu, ainda no princípio dos anos 1970, no processo de obtenção de apoio de número considerável de países africanos por parte de Pequim, essencial para concretizar, em 1971, após sucessivas tentativas, a condução da RPC às Nações Unidas e ao Conselho de Segurança como membro permanente, no lugar da “República da China” (Taiwan). O apoio africano valeria a afirmação de Mao Tsé-tung de que “foram os nossos irmãos africanos que nos levaram às Nações Unidas”, famosa nos círculos diplomáticos sino-africanos.⁴⁰³

A questão de Taiwan e a do apoio à política de “uma só China” se colocam como centrais nas relações externas de Pequim, refletidas nas declarações políticas entre a RPC e os países com quem mantém relações diplomáticas. A China logrou, como analisado no Capítulo 2, ampliar, ao longo dos últimos dez anos, o número de países africanos com os quais mantém laços diplomáticos. Como relatado por diplomata africano em Pequim,⁴⁰⁴ nos anos que antecederam a Cúpula de Pequim do FOCAC, em 2006, o Governo chinês empreendeu especial esforço

403 YUNFEI, Zhang. China-Africa Cooperation within the framework of the United Nations. *Foreign Affairs Journal*, n. 83, primavera 2007.

404 Entrevista com diplomata africano em Pequim, em dezembro de 2010.

para estabelecer relações diplomáticas com os poucos países que ainda mantinham laços com Taipé. Depois daquela Cúpula, a RPC e o Malawi trocariam, ainda, embaixadores, em 2008. Vale também recordar que, mesmo sem manterem relações diplomáticas com Pequim, os cinco países africanos que, em 2006, reconheceram a “República da China” – Burkina Faso, Gâmbia, São Tomé e Príncipe, Suazilândia, além do Malawi – foram convidados a participar da Cúpula do FOCAC, o que não aceitaram. A melhoria das relações entre Pequim e Taipé, depois da volta ao poder do Kuomintang, em 2008, tem influenciado, entretanto, para que disputas em torno de estabelecimento de relações diplomáticas não sejam uma prioridade por parte dos dois lados do Estreito de Taiwan.⁴⁰⁵

Amaury Porto de Oliveira aponta que Pequim, ao buscar a intensificação de suas relações com a África, forma ampla rede de parcerias com os países do continente e se beneficia com o apoio nada desprezível do mais numeroso grupo regional de países – mais de cinquenta – no sistema das Nações Unidas, em que prevalece a regra de “um país, um voto”.⁴⁰⁶ Os votos africanos foram cruciais, por exemplo, nas votações da antiga Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, em processos de condenação da China sobre abusos em matéria de direitos humanos. Outra instância em que o apoio africano se mostrou decisivo para a China foi na escolha de Pequim para sede dos Jogos Olímpicos de 2008.⁴⁰⁷ Em documento sobre o seguimento da Cúpula do FOCAC, datado de 2008, o apoio mútuo entre a China e a África ficaria bem claro em questões caras ao Governo de Pequim, como aquelas relativas a Taiwan e Tibete, diretamente vinculadas à integridade territorial do país e à estabilidade política interna, bem como aos Jogos Olímpicos de Pequim, àquela altura associados à

405 EMBAIXADA DO BRASIL EM PEQUIM. *Telegrama em fev. de 2010 e Telegrama em set. de 2010.*

406 OLIVEIRA, Amaury Porto de. *A Política Africana da China*. Campinas, 2007.

407 ALDEN, 2007, p. 22.

situação de violação de direitos humanos no Sudão, por ativistas internacionais que cunharam a expressão “Olimpíadas do Genocídio”:

China and African countries have continued to support each other in the United Nations (UN) and on other international occasions and worked together to uphold the legitimate rights and interests of the two sides and other developing countries. African countries firmly supported China’s efforts to foil the attempts of the Taiwan authorities to join the World Health Organization at the 60th and 61st World Health Assembly and to join the UN under the name “Taiwan” at the 62nd Session of the UN General Assembly, and have given China valuable support on major China-related issues, such as Tibet and the Beijing Olympic Games.⁴⁰⁸

Pelo lado africano, há claramente o reconhecimento de que a China, como um país emergente, com uma das maiores economias do mundo e com seu peso político internacional, é um parceiro político relevante. O relacionamento político com a China é ainda valioso por representar o país asiático uma “alternativa” ao Ocidente no campo econômico-comercial e na cooperação em geral, como analisado nos capítulos anteriores. Atraente para os países africanos é ainda a política de não interferência em assuntos internos e não imposição de condicionantes para a cooperação, o que também repercute sobre o fortalecimento de laços políticos entre a China e a África. No tratamento da questão do peso das dívidas externas dos países africanos, por exemplo, estes reconhecem a importância do apoio chinês, refletido nos documentos da Conferência Ministerial inaugural do FOCAC: “The Ministers recognize that China, as a permanent member of the United Nations Security Council, is a significant partner in developing support around the issue of debt relief for Africa”.⁴⁰⁹ A China, por sua

408 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros.. Implementation of Follow-up Actions of the Beijing Summit of the Forum on China-Africa Cooperation. Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, maio 2008.

409 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperación China-África – FOCAC. Programme for China-Africa Cooperation in Economic and Social Development. Pequim, 12 out. 2000.

vez, busca responder positivamente à expectativa de países africanos de terem um parceiro defensor de seus interesses no âmbito das Nações Unidas. O Primeiro-Ministro Wen Jiabao, por ocasião de seu discurso na abertura dos trabalhos da Assembleia Geral, em setembro de 2010, declararia que:

The Council [CSNU] must, as a matter of priority, resolve problems in Africa, since most issues on the Council's agenda related to that region. In the quest for world peace, hot spots in Africa must be addressed and, the international community must accommodate the concerns of African countries and respect their choices.⁴¹⁰

O relatório de seguimento da Cúpula de Pequim, emitido em 2008, coloca de modo claro o papel da China em defesa dos interesses africanos no âmbito das Nações Unidas, especialmente no CSNU:

China has actively called on the international community, the developed countries in particular, to do more to assist Africa's in its development and honor their pledges of assistance to Africa. During the UN Security Council deliberations on issues related to Africa, China emphasized the need to address the concerns of African countries and regional organizations and urged the Security Council to advance peace and security in Africa.⁴¹¹

O primeiro Programa de Cooperação do FOCAC, acordado na primeira reunião ministerial do mecanismo, em Pequim, em 2000, já trazia a determinação da China e da África de fortalecer a cooperação e as consultas em foros multilaterais, como os do sistema das Nações Unidas, para salvaguardar interesses comuns dos países em desenvolvimento. As partes se comprometiam, ainda, a coordenar posições na reforma dos regimes multilaterais econômico e comerciais

410 JIAO, Wu; YUWEI, Zhang. UN Security Council should focus on Africa: Wen. *China Daily*, 24 set. 2010.

411 Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, "Implementation of Follow-up Actions of the Beijing Summit of the Forum on China-Africa Cooperation", maio de 2008.

e nos esforços para a democratização das relações internacionais e o estabelecimento de uma ordem internacional justa e equitativa.⁴¹² O mesmo compromisso se renovaria nas reuniões de alto nível subsequentes do FOCAC, refletido nos documentos dos encontros. Na Cúpula de Chefes de Estado e Governo de Pequim, em 2006, o Plano de Ação traria ainda a decisão de estabelecimento de um mecanismo regular de diálogo político entre ministros dos negócios estrangeiros da China e da África, no âmbito do FOCAC. Segundo acordado, no ano seguinte, a cada reunião ministerial, os chanceleres dos países-membros do FOCAC realizariam consultas em Nova York, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, para intercambiar visões sobre questões de interesse comum. Ademais, acordavam, ainda na Cúpula de 2006, fortalecer os mecanismos existentes entre a China e a África, tais como comissões bilaterais, consultas políticas entre ministérios dos negócios estrangeiros, e expandir a cooperação no âmbito das Nações Unidas, entre outras organizações internacionais e regionais.⁴¹³

Cabe, ainda, observar, no que diz respeito ao estreitamento de relações políticas entre a China e a África, suas repercussões sobre o processo de reforma das Nações Unidas e, em particular, do Conselho de Segurança. Em primeiro lugar, deve-se notar que essa questão também é objeto de atenção por parte da China e dos países africanos no âmbito do FOCAC. Também desde a Conferência Ministerial inaugural do Foro esse tema encontra-se refletido nos documentos, que trazem apoio explícito a uma posição africana no Conselho de Segurança:

412 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África - FOCAC. Programme for China-Africa Cooperation in Economic and Social Development. Pequim, 12 out. 2000.

413 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África - FOCAC. Declaration of the Beijing Summit of the Forum on China-Africa Cooperation e Forum on China-Africa Cooperation Beijing Action Plan (2007-2009). 05 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/lttda/dscbzjhy/DOC32009/t606841.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

The Ministers agree to work for the reform of the United Nations and particularly the UN Security Council that will be geographically representative. We call for the recognition of the legitimate place due to Africa in the Security Council, the organizations and specialized agencies of the United Nation system.⁴¹⁴

A Cúpula de Chefes de Estado do FOCAC, em 2006, teria esse ponto também refletido em seus documentos:

We call for reform of the United Nations and other multilateral international institutions to make them better meet the need of all members of the international community. Through reform, the United Nations should strengthen its role, give full scope to the function of the UN General Assembly and pay greater attention to the issue of development. Priority should be given to increasing the representation and full participation of African countries in the UN Security Council and other UN agencies.⁴¹⁵

O primeiro livro branco emitido pelo Conselho de Estado da RPC sobre as relações com a África, em 2006, também explicitava “o apoio mútuo e a cordenação estreita” entre a China e os países africanos no âmbito das Nações Unidas, como um dos “princípios e objetivos gerais da política da China para a África”:

Mutual support and close coordination: China will strengthen cooperation with Africa in the United Nations and other multilateral systems by supporting each other’s just demand and reasonable propositions and continue to appeal to the international community to give more attention to questions concerning peace and development in Africa.⁴¹⁶

414 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África – FOCAC. Programme for China-Africa Cooperation in Economic and Social Development, The Forum on China-Africa Co-operation Ministerial Conference 2000.

415 CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foro de Cooperação China-África – FOCAC. Declaration of the Beijing Summit of the Forum on China-Africa Cooperation. Pequim, 5 nov. 2006.

416 CONSELHO de Estado da RPC, *China’s African Policy*, 12 jan. 2006.

Deve-se notar que a expressão de apoio acordada entre a China e os países africanos, no âmbito do FOCAC e em outros documentos bilaterais, como o comunicado conjunto da visita do Presidente sul-africano Jacob Zuma a Pequim, em agosto de 2010, não se refere a um país ou a um grupo de países, mas apenas, de forma genérica, a “países africanos”. Ao que tudo indica, isso se daria pelas próprias disputas entre os países africanos sobre quais países – África do Sul ou Nigéria, por exemplo – teriam maiores chances de conquistar um assento num Conselho de Segurança reformado. Além dessa dificuldade entre os próprios países africanos, estaria a clara posição chinesa em favor da procrastinação da reforma.

No que tange às implicações da parceria sino-africana no plano político internacional, e no caso específico da reforma do CSNU, mais importante do que propriamente analisar o apoio chinês à África no processo de ampliação do Conselho de Segurança, parece ser examinar o intercâmbio entre Pequim e os países africanos sobre esse processo. Esse teria sido o caso, em 2005, quando o G-4 (Alemanha, Brasil, Japão e Índia) buscava uma convergência com os países africanos com vistas a viabilizar uma posição comum que pudesse fazer avançar o processo de reforma do Conselho.

Cerca de um ano após o episódio da tentativa de convergência entre o G-4 e o grupo africano, o *The New York Times*, em matéria sobre a atuação da RPC nas Nações Unidas, referia-se especialmente ao caso, indicando como a China atuaria juntamente com países africanos em defesa de seus interesses:

China failed to persuade African countries to reject Security Council expansion as such, yet it still delivered the coup de grace at a meeting of the African Union in Libya in early August, where heads of state met to choose two nations that would join the other four [G4] in seeking permanent membership. Several weeks earlier, China was the host of a lavish state visit for Robert Mugabe, the increasingly tyrannical and eccentric Zimbabwean strongman and a longtime Chinese client.

Soon after returning, Mugabe declared that African countries must insist not only on permanent representation in the Security Council but also on the veto. This demand was obviously self-defeating, since neither China nor the four other permanent members would agree to dilute the value of their veto. Nevertheless, vast shoals of Chinese diplomats roamed the halls in Tripoli, appealing to African pride, to the imperative of global parity and so on. The demand for an African veto carried the day, and with that, Security Council expansion died. The corpse bore no sign of Chinese fingerprints.⁴¹⁷

O episódio da não convergência entre o G-4 e o grupo africano no processo de reforma do CSNU indicaria como a política da RPC para a África poderia afetar interesses políticos de terceiros países, como o Brasil e os demais membros do G-4, nesse caso especificamente. Embora prevaleça entre grande parte dos analistas a percepção de que o conteúdo econômico representa o pilar central das relações sino-africanas, não resta dúvida de que os laços políticos que se formam favorecem os interesses de uma China em ascensão no cenário internacional. Os laços com a África cujos países, nas palavras de Mao Tsé-tung, “conduziram a RPC às Nações Unidas” em 1971, renovados, ampliados e intensificados ao longo dos anos 2000, continuam a servir aos interesses do país asiático no âmbito daquele organismo.

417 TRAUB, James. The World According to China. The New York Times, 3 set. 2006. Disponível em: <<http://nytimes.com/2006/09/03/magazine/03ambassador.html?pagewanted=all>>. Acesso em: 12 dez. 2010.



Conclusão

Caberiam, ainda, algumas considerações com vistas a contribuir para a formação de políticas e iniciativas diplomáticas brasileiras voltadas para a China e para a África, a partir do novo quadro de relacionamento entre o país asiático e o continente africano como um fenômeno que tende a ganhar complexidade e desenvolver-se com perspectivas de longo prazo.

Talvez a consideração de ordem mais genérica seja a de que as relações sino-africanas merecem ser acompanhadas com atenção pela parte brasileira – governo, academia, imprensa e setores empresariais –, dados os interesses brasileiros tanto em relação à China quanto em relação aos países africanos. Os postos do serviço exterior brasileiro na África e em capitais de países desenvolvidos, além da Embaixada em Pequim, já vêm incorporando o tema da “China na África” em suas agendas de acompanhamento político e econômico. Em fevereiro de 2011, no âmbito do Departamento da África do Itamaraty, foi criado Grupo de Trabalho para Avaliação da Cooperação com a China, com vistas a analisar de forma circunstanciada as experiências recentes de coordenação com o país asiático. Além de informações e análises periódicas sobre as relações entre a China e os países africanos,

poderão ser elaborados estudos específicos sobre aspectos da presença econômica chinesa naqueles países, como evolução das relações comerciais, investimentos, concessão de créditos e financiamentos, estabelecimento de cooperação técnica, criação e desenvolvimento de zonas especiais de exportação, entre outros temas.

A China, país com o qual o Brasil tem uma parceria estratégica há quase vinte anos, constitui o principal parceiro comercial brasileiro desde 2009, com saldos comerciais a favor do Brasil, e se colocou como o principal investidor externo em terras brasileiras em 2010. As relações sino-brasileiras contam com uma cooperação institucionalizada, diversificada e em contínuo aprofundamento, em setores como ciência e tecnologia e inovação, espacial, de tecnologias da informação, agricultura, econômico-comercial e financeira, educacional, cultural, de temas de saúde, além de um diálogo político estratégico, também em expansão, que inclui não apenas temas africanos, como apontado acima, mas também latino-americanos e caribenhos, desarmamento e não proliferação, questões consulares, direitos humanos, temas sociais e combate à pobreza, entre outros. O relacionamento Brasil-China transcende o plano bilateral e também se dá em importantes agrupamentos, como BRICS, BASIC, G-20, em que os dois países estabelecem no mais alto nível coordenação sobre temas da agenda internacional, incluindo-se reforma da governança global.

A África por sua vez voltou a ser prioridade estratégica da política externa brasileira, a partir do Governo do Presidente Lula. A dinamização das relações entre o Brasil e os países africanos se ampara na prioridade mais ampla conferida pelo País à cooperação Sul-Sul. A cooperação entre o Brasil e a África se estabelece, muitas vezes, em iniciativas inovadoras e em benefício concreto dos povos africanos em diversos campos, como saúde, educação, formação profissional, agricultura, pesca e aquicultura, energia, ciência e tecnologia e inovação, transporte, infraestrutura, defesa, entre outros.

Nesse sentido, o diálogo bilateral entre Brasil e China sobre temas africanos, que realizou sua primeira reunião em 2010, constitui importante canal para aprofundar o conhecimento mútuo sobre as políticas de cada parte para a África. Deve-se buscar imprimir regularidade ao diálogo estabelecido e consolidar uma agenda temática. A China dispõe de mecanismos similares com um grupo restrito de países, e o exercício poderá permitir conhecer em primeira mão, por exemplo, desenvolvimentos específicos do FOCAC, como se distribuem as ações de cooperação entre os diversos países, como evolui o relacionamento entre o FOCAC, a UA e organizações subregionais, além das posições chinesas em temas relevantes da agenda africana, como situações na crise e instabilidade em determinados países (Somália, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Líbia, entre outros).

O diálogo entre Chancelarias sobre temas africanos poderá constituir o âmbito adequado para o estudo de eventuais ações de cooperação técnica trilateral, como já aventado entre altas autoridades brasileiras e chinesas, como o Presidente Lula, como apontado no Capítulo 6. A cooperação trilateral na África já se dá de forma exitosa em projetos envolvendo o Brasil e países desenvolvidos, como o Japão e a Alemanha. Entre o Brasil e a China e países africanos, o projeto do *CBERS for Africa* é um bom exemplo de esforços conjuntos entre instituições brasileiras e chinesas em benefícios de países africanos. A cooperação sino-brasileira já se encontra em fase de desenvolvimento maduro em setores como a agricultura, com o desenvolvimento de cooperação entre a EMBRAPA e a Academia de Ciências Agrárias para formação dos laboratórios de pesquisa virtuais Labex. Tendo em vista a própria experiência da EMBRAPA na África e o fato de a cooperação em temas agrícolas ser também de interesse de diversos países africanos, esse segmento se mostra com potencial para projetos futuros de cooperação técnica entre Brasil, China e países africanos. Cabe observar que a formação de cooperação tritpartite deve considerar sempre os interesses e prioridades da parte recipiendária

e que o Brasil não impõe programas de cooperação nem vincula seus programas a operações comerciais, como muitas vezes pratica a RPC.

No campo da competição entre empresas brasileiras e chinesas na África, que é um fenômeno natural de mercado e se repete em outras regiões e mesmo internamente no Brasil e na China, o Governo brasileiro vem oferecendo, sempre que cabível, apoio às iniciativas de empresas brasileiras no exterior – não sendo a África uma exceção –, em conformidade com as leis locais e as regras jurídicas internacionais. Nesse sentido, torna-se necessário também estimular as empresas brasileiras a estabelecer canais de comunicação com autoridades brasileiras tanto no Brasil quanto no exterior. O fato de o Brasil já contar com 37 embaixadas residentes e dois consulados na África, representa, nesse sentido, benefício também para empresas brasileiras com operações naqueles países. Em visita oficial à África, a Presidenta Dilma Rousseff empenhou-se em pessoalmente estabelecer comunicação com representantes de empresas brasileiras atuando no continente e criou o Grupo África, com vistas a definir estratégias abrangentes para a presença empresarial brasileira na África e ações entre o Governo e o setor privado.⁴¹⁸ Nesse sentido, o conhecimento da experiência chinesa naquele continente, embora com estratégias distintas da brasileira, e seu impacto nos países, africanos parece de utilidade para os interesses brasileiros.

O acompanhamento das novas relações entre a China e a África, sobretudo em seu principal mecanismo político-diplomático, o FOCAC, também merece atenção como exemplo do que propõe a China para outras regiões de países em desenvolvimento em que seus interesses, distantes de cálculos político-estratégicos e relacionados a temas de segurança, concentram-se no campo econômico-comercial. Nesse sentido, o entendimento da atuação da China na América Latina

418 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Promoção Comercial. Relatório do Encontro da Senhora Presidenta da República com Dirigentes de Empresas Brasileiras em Moçambique e Angola. Maputo, 19 out. 2011.

e no Caribe não deve deixar de lançar um olhar para a política chinesa para a África, embora devam ser guardadas as diferenças entre os países de cada região e a forma pela qual se relacionam com a China. A América Latina e Caribe constitui, hoje, a última fronteira de expansão das relações econômico-comerciais chinesas. Apesar da ampla agenda de cooperação, com perspectivas de expansão, e da intensificação do diálogo político, o foco principal das relações entre a China e a América Latina e Caribe se encontra na esfera econômica. Brasil e China inauguraram em 2011 também um diálogo entre Chancelarias sobre temas latino-americanos e caribenhos, cuja primeira reunião se realizou em Brasília, em outubro daquele ano. Por ocasião dessa reunião, a parte chinesa manifestou que estuda a criação de um “mecanismo institucional de cooperação entre a RPC e os países latino-americanos e caribenhos nos moldes já estabelecidos com a África”, esperando contar, oportunamente, com contribuições brasileiras sobre o tema. O desenvolvimento do assunto merecerá, certamente, estudo aprofundado sobre o formato mais adequado para o eventual estabelecimento de um mecanismo institucional que reúna, de um lado, a China e, de outro, os países latino-americanos e caribenhos. Nesse exercício, parece fundamental levar em conta os mecanismos institucionais já existentes na região e os interesses e prioridades de seus países em seu conjunto em relação à China, de forma a evitar, por exemplo, a repetição da situação de marginalização da UA – principal organização regional africana – no processo do FOCAC.

As novas relações sino-africanas que se vêm desenhando ao longo da última década, determinadas, em grande medida, pela diretrizes traçadas pela diplomacia de Pequim, distinguem-se de forma clara daquelas forjadas no período anterior por mais de quarenta anos. Essas relações encontram, hoje, sua maior força em motivações e objetivos centrados no campo econômico-comercial, como mostram o vigoroso intercâmbio comercial entre a RPC e os países africanos, os expressivos investimentos nos dois sentidos – tanto da China no continente

quanto dos africanos no país asiático –, acompanhados de movimentos crescentes de trabalhadores, comerciantes, empresários e estudantes chineses que se dirigem à África e formam comunidades – algumas como enclaves –, em busca de novas oportunidades. Associadas a esse movimento no campo econômico, estão as políticas do Governo chinês de concessão de ajuda e assistência ao desenvolvimento e de ampliação da influência cultural chinesa no continente e a formação de vínculos de amizade e solidariedade com os povos africanos, instrumentos político-diplomáticos de Pequim, que crescentemente lança mão de seu *soft power* ou, na expressão mais recente de Kurlantzick, de uma *charm offensive*.⁴¹⁹

Os contornos ideológicos das primeiras décadas das relações sino-africanas, determinados pela lógica da Guerra Fria e pelas disputas entre as forças do capitalismo e do comunismo por espaços de influência no continente africano, foram deixados de lado, abrindo frentes para o desenvolvimento de uma política de resultados concretos, marcada pelo pragmatismo dos dirigentes reformadores da RPC. A “parceria de um novo tipo”, proposta pelo Presidente Hu Jintao a seus homólogos na Cúpula de Pequim, apresenta, contudo, elementos inspirados nos princípios definidos pela primeira geração de líderes da República Popular em suas relações externas, sobretudo com o mundo em desenvolvimento. Os conceitos políticos sobre os quais se assentam a relação renovada – respeito mútuo, ganhos recíprocos, não interferência em assuntos internos, promoção da amizade e cooperação – repetem os entendimentos fundamentais estabelecidos entre Chou En-lai e os dirigentes africanos, em seus primeiros contatos, ainda na década de 1950. Essa nova parceria traz, assim, aspectos de continuidade nas relações políticas entre as duas partes e fortalece os argumentos de Pequim no sentido de que suas

419 KURLANTZICK, Joshua. *Charm Offensive*. Nova York: Yale University Press, 2007.

intenções no continente africano não seriam “oportunistas” nem “circunstanciais”.

Se, no quadro da relações sino-africanas, o pano de fundo político permanece quase que inalterado, considerando-se a presença desses princípios fundamentais, a base sobre a qual se desenvolve a cena, com todo seu vigor, está no campo econômico. Os números do comércio e dos investimentos falam por si. A importância desse pilar econômico da nova relação sino-africana se explica pelos objetivos bem traçados por Pequim de garantir o suprimento de matérias-primas e energia e a abertura e manutenção de mercados consumidores africanos para seus produtos manufaturados. Esses objetivos, definidos no começo do processo de reforma e abertura da China, há mais de trinta anos, vinculam-se diretamente ao projeto de desenvolvimento econômico e social do país e à construção gradual do “socialismo com características chinesas”. O crescimento econômico a taxas em torno de 10% ao ano, mantendo em marcha contínua o desenvolvimento do país, é elemento essencial para sua estabilidade social e política. É por essa cadeia de implicações que se explicam as novas relações entre a China e África, de forte cunho econômico, num mundo globalizado em que o país asiático é ator central.

Esse quadro se completa com a renovação dos laços diplomáticos e ampliação da influência da China sobre o continente, em frentes bilaterais, plurilaterais e multilaterais. Nessa renovação política, Pequim lança mão de sua diplomacia presidencial – com frequentes trocas de visitas no mais alto nível, reuniões de cúpula em celebração de resultados e lançamento de novos compromissos. Com seu charme que invoca, ao mesmo tempo, sua cultura milenar e seu exotismo, sua força modernizadora e suas tradições, sua condição de país em desenvolvimento e de potência global, a China se propõe à África como um aliado que quer ser um parceiro alternativo, que apresenta ganhos concretos e rápidos, mas que não quer ser “modelo” e não impõe condições à sua oferta de ajuda.

Nesse contexto, o Foro de Cooperação China-África foi gradativamente construído como um espaço para o desenrolar da cena política entre a RPC, de um lado, e o numeroso grupo de países africanos, de outro. Nesse espaço, são reunidos os compromissos e metas e registrados os resultados alcançados no conjunto das relações políticas, econômicas e de cooperação em vários campos. É um espaço próprio entre a China e suas contrapartes, em que ainda não foi possível agregar plenamente as instituições regionais africanas – em especial a União Africana –, que dele participam marginalmente, tanto em função dos discursos do lado africano quanto pelo pouco interesse real de Pequim. Uma das principais críticas ao Foro é ser um palco no qual se apresenta a cena coletiva e se deixa para os bastidores as interações bilaterais. É no nível bilateral, em que as assimetrias de poder estão em favor do lado chinês, que são distribuídos os projetos de cooperação, a ajuda ao desenvolvimento, os recursos do Fundo-CAD, entre outras ações, embora lançadas no âmbito plurilateral do Foro. O FOCAC cumpre um papel de “organizar” as relações, marcadas pela regularidade de suas conferências, a emissão de seus documentos – declarações políticas e planos de ação –, renovando continuamente os laços políticos entre a China e seus parceiros africanos. O Foro é útil, ainda, como instrumento que reforça com os países africanos as credenciais da China como líder importante de um grupo numeroso de países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, projeta sua imagem no plano internacional como ator relevante.

Como apresentado nos capítulos anteriores, as relações sino-africanas trazem resultados significativos para os dois lados. Os resultados econômicos e sua contribuição para o desenvolvimento de ambas as partes se sobressaem, mas vale notar que as relações se ampliam, progressivamente, sobre outros campos, como o cultural, educacional, da cooperação em distintas frentes, e ganham uma dinâmica própria por envolver não apenas agentes de governos e grandes empresas, mas também segmentos diversos das sociedades

de cada parte. Nesse sentido, a presença da China na África vai se tornando multifacetada. Nesse conjunto de ações que compõem a relação, tem especial papel a cooperação que presta a China aos parceiros africanos, tanto por suas vinculações aos grandes projetos econômicos de interesse de ambas as partes, quanto pela função que cumpre como elemento do *soft power* aplicado por Pequim. A percepção mais genérica sobre a intensificação das relações sino-africanas, como apontado acima, tanto na China quanto na África, é que implica benefícios para as duas partes, de modo complementar. Se, por um lado, a China é atendida em sua demanda por matérias-primas e necessidade de mercados, os países africanos, por outro, contam com novas fontes de investimentos em áreas-chave de suas economias, incluindo-se a renovação e ampliação da infraestrutura, e aumentam seus fluxos comerciais, alcançando níveis mais elevados de desenvolvimento econômico e social. Esse efeito se dá, naturalmente, em diferentes medidas em cada país africano, segundo suas próprias estruturas, e tem impactos também diferenciados em cada setor das economias domésticas.

Nesse sentido, uma constatação relevante é o fato de que a presença da China na África, decorrente dessas novas relações, vem a modificar o ambiente africano, de maneira mais óbvia nas esferas econômicas, mas também nas interações políticas dos Governos africanos com terceiras partes. Uma vez que a presença chinesa se amplia e se intensifica, passa a constituir uma “alternativa” atraente para os países africanos, sobretudo por não impor o país asiático condicionantes e não buscar interferir nos processos internos dos países africanos. Nesse contexto, pode-se dizer que há uma contribuição da China à valorização da África, que por suas próprias forças já vive um movimento na direção de maior estabilidade política e desenvolvimento socioeconômico em muitos países, embora não se possa desconsiderar aqueles que enfrentam ainda sérios conflitos internos. Nesse quadro, deve-se levar em conta a força da economia

chinesa, segunda economia global, maior exportadora mundial, com enormes reservas de divisas. Vale observar que os interesses da China no continente, sobretudo ligados ao fornecimento de petróleo e matérias-primas, repercutem-se no plano político internacional em questões que envolvem seus parceiros africanos. O exemplo mais claro dessa situação talvez seja o Sudão e o apoio recebido de Pequim no tratamento internacional da crise em Darfur, dados os interesses econômicos concretos da China naquele país.

Nesse contexto, para o Brasil, que, a partir da política externa do Presidente Lula da Silva, privilegia os laços com o continente africano, empenhado em intensificar a interlocução política, ampliar a cooperação em diversos campos e impulsinar as relações econômico-comerciais com a África, tendo como pano de fundo um passado histórico comum e laços culturais e étnicos marcantes, a presença da China naquela região ganha também especial relevância. Essa relevância encontra justificativas também pelo lado das relações que o Brasil desenvolve com a RPC, numa intensa “parceria estratégica”, que contempla expressivo potencial de negócios e de cooperação e tem em paralelo competição. A relação com a China, hoje maior parceiro comercial do Brasil, assume vertente além da bilateral e se dá de forma crescente também no plano multilateral, no qual os dois países, como destacados representantes do mundo em desenvolvimento, participam em esforços conjuntos de reordenamento da ordem econômica e política internacional.

As relações que o Brasil desenvolve com os países africanos, de forma distinta das da China, toma por base um conjunto próprio de valores e princípios. Na política brasileira para a África, é levado em conta a semelhança de desafios que têm de enfrentar o Brasil e os países africanos nas diversas áreas, como educação, saúde, combate à pobreza, segurança alimentar, agricultura, proteção ao meio ambiente. Esses desafios semelhantes abrem caminho para o diversificado e consistente programa de cooperação técnica com os países africanos,

sem condicionalidades e sem vínculos comerciais, que o Brasil vem implementando desde o início do Governo Lula. Como um país com fortes raízes africanas, com metade de sua população que se declara negra e com políticas de promoção da igualdade racial, as motivações da política de aproximação com a África vão além de aspectos políticos e econômicos, sem desprezar o potencial de negócios e de entendimentos políticos que um conjunto de 54 países, com uma população de cerca de 900 milhões de habitantes e um vasta porção territorial, cuja costa oeste compartilha um espaço estratégico com o Brasil, pode oferecer.

Nesse novo ambiente africano, marcado pela presença crescente da China, o qual, naturalmente, impõe novos desafios também às antigas potências coloniais no continente africano, os interesses brasileiros também podem ser afetados em certa medida. Como um espaço em que a presença e a influência chinesas se fazem crescentes, a África, prioritária tanto para a China quanto para o Brasil – por motivações distintas, deve-se salientar –, apresenta potencial tanto para a competição – concentrada, sobretudo, no campo econômico – quanto para a cooperação entre Brasil e China. Esses dois movimentos podem conviver em paralelo. Pelo lado da competição, nem sempre o Brasil e nem sempre a China sairão vencedores. Pelo lado da cooperação, há ganhos para os dois países. É certo que, em ambos os movimentos, o lado africano, sabendo defender seus interesses e apresentar suas próprias estratégias, poderá ganhar sempre. Pode-se, ainda, afirmar com segurança que, se a África se coloca, hoje, como a parte seduzida em suas novas relações com a China, a tendência é que, seguindo no caminho de seu desenvolvimento e de sua autonomia, buscando um equilíbrio entre o seu “afropessimismo” e o seu “afro-otimismo”, aprenderá também a melhor conduzir sua parceria com o país asiático de forma que lhe renda crescentemente os melhores resultados.

As relações sino-africanas, dados os interesses brasileiros na África e os interesses brasileiros em relação à China, merecem atenção crescente por parte do Brasil, não só no nível de governo, mas no setor

privado e de segmentos da sociedade civil envolvidos e interessados nas relações com um e com outro. Nesse exercício, em bases francas e de confiança mútua, o Brasil deve buscar ampliar o seu diálogo com os países africanos sobre a China e o diálogo com a China sobre os países africanos, com vistas a entender as motivações, interesses e estratégias de cada parte nessa nova relação sino-africana, que, ao que tudo indica, estabelece-se como um fenômeno de longo prazo.



REFERÊNCIAS



Livros e capítulos de livros

ALDEN, Chris. *China in Africa*. Londres: Zed Books, 2007.

ALVES, Anna. China's Lusophone Connection. *China in Africa Report n°2*. Witwatersrand: University of the Witwatersrand, 2008.

AMPIAH, Kweku; NAIDU, Sanusha (Eds.). *Crouching Tiger, Hidden Dragon? Africa and China*. Scottsville: University of Kuazulu-Natal Press, 2008.

ANSHAN, Li. China's New Policy toward Africa. In: ROTBERG, Robert (Ed.). *China into Africa, Trade, Aid and Influence*. Washington, DC: Brookings Institutions Press, 2008.

BARBOSA, Mário Gibson. O Brasil Volta à África: relato de um Périplo pelo Continente. In: MENDES SILVA, Raul (Org.). *Missões de Paz. A Diplomacia Brasileira nos Conflitos Internacionais*. Rio de Janeiro: Logon, 2003.

BAOXIU, Hong. Deng Xiaoping's Theory of War and Peace. In: PILLSBURY, Michael (Ed.). *Chinese Views of Future Warfare*. Washington, D.C.: National Defense University Press, 1997.

BAYNE, Nicholas; WOOLCOCK, Stephen (Eds.). *The New Economic Diplomacy*. 2nd ed. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2007.

BIATO JÚNIOR, Oswaldo. *A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: Origens, Evolução e Perspectivas (1993-2006)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2010.

BO, Zhiyue. China's design of global governance. In: JING Men; BARTON, Benjamin (Eds.). *China and the European Union: partners or competitors?* Surrey: Ashgate Publishing, 2011.

BRAUTIGAM, Deborah. *The Dragon's Gift, the Real Story of China in Africa*. Oxford: Oxford University Press, 2009. 314 p.

BROADMAN, Harry G.; ISIK, Gozde. *African 's Silk Road*. Washington: The World Bank, 2007.

BURNETT, Patrick. Africa and China: then and now. In: MANJI, Firoze; MARK, Stephen (Eds.). *African Perspectives on China in Africa*. Cidade do Cabo: Fahamu, 2007.

CAMPBELL, Horace. China in Africa: Challenging US Global Hegemony. In: MANJI, Firoze; MARK, Stephen (Eds.). *African Perspectives on China in Africa*. Cidade do Cabo: Fahamu, 2007.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008, 297 p.

CORKIN, Lucy. All's Fair in Loans and War, the Development of China-Angola Relations. In: AMPIAH, Kweku; NAIDU, Snausha (Eds.). *Crouching Tiger, Hidden Dragon? Africa and China*. Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press, 2008.

EISENMAN, Joshua; HEGINBOTHAMM, Eric; MITCHELL, Derek (Eds.). *China and the Developing World: Beijing's Strategy for the Twenty-First Century*. Nova York: ME Sharpe, 2007.

GAYE, Adama. *Chine-Afrique: Le Dragon et l'autruche*. Paris: L'Harmattan, 2006.

GOLDSTEIN, Andrea et al. *The Rise of China and India. What's in it for Africa?* Paris: OECD Development Centre Studies, 2006.

GUNWU, wang; WONG, John (Eds.). *Interpreting China's development*. Singapore: World Scientific Publishing Co., 2007.

HONG-MING, Zhang. A Política Chinesa na África. In: BELLUCI, Beluce (Org.). *Abrindo os olhos para a China*. Rio de Janeiro: EDUCAM, CEEA, 2004.

HUBBARD, Paul. Chinese Concessional Loans. In: ROTBERG, Robert I. (Ed.). *China Into Africa: trade, Aid and Influence*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008.

HUGON, Philippe. *Geopolítica da África*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

IKHUORIA, Edwin. The Impact of Chinese Imports on Nigerian Traders. In: HARNEIT-SIEVERS, Axel; MARKS, Stephen; NAIDU, Sanusha (Eds.). *Chinese and African Perspectives on China in Africa*. Cidade do Cabo: Pambazuka Press, 2010.

KARUMBIDZA, John B. Win-win economic cooperation: can China save Zimbabwe's economy? In: MANJI, Firoze; MARK, Stephen (Eds.). *African Perspectives on China in Africa*. Cidade do Cabo: Fahamu, 2007.

KAVALSKI, Emilian. *China and the Global Politics of Regionalization*. Surreu: Ashgate Publishings, 2009, p. 81.

KITISSOU, Marcel (Ed.). *Africa in China's Global Strategy*. London: Adonis & Abbey Publishers, 2007.

KURLANTZICK, Joshua. *Charm Offensive*. Nova York: Yale University Press, 2007.

KWAA PRAH, Kwesi. Africa and China: then and now. In: MANJI, Firoze; MARK, Stephen (Eds.). *African Perspectives on China in Africa*. Cidade do Cabo: Fahamu, 2007.

LAM, Willy Wo-Lap. *Chinese Politics in the Hu Jintao Era: New Leaders, New Challenges*. New York: An East Gate Book, 2006.

LAMPTON, David M. *The three faces of Chinese Power: might, money and minds*. Los Angeles: University of California Press, 2008.

LAMPTON, David M. (Ed.). *The Making of Chinese Foreign and Security Policy in an era of Reform*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

LANTEIGNE, Marc. *Chinese Foreign Policy, an Introduction*. Nova York: Routledge, 2009.

LE PERE, Garth. Geo-Strategic Dimensions of the Sino-African Relationship. In: AMPIAH, Kweku; NAIDU, Snausha (Eds.). *Crouching Tiger, Hidden Dragon? Africa and China*. Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press, 2008.

LU, Chang; KAI, Xue. *China Going Global*. Pequim: Foreign Languages Press, 2008.

MANJI, Firoze; MARK, Stephen. *African Perspectives on China in Africa*. Cidade do Cabo: Fahamu, 2007.

MANNING, Robert A. The Third World looks at China. In: HARRIS, Lillian C.; WORDEN, Robert. *China and the Third World*. Dover. MA: Auburn House Publishing Co., 1986.

MEDEIROS, Evan S. *China's International Behavior: Activism, Opportunism, and Diversification*. Pittsburg: Randon, 2009.

MICHEL, Serge; BEURET, Michel. *La Chinafrique. Pekin à la Conquête du Continent Noir*. Paris: Editions Grasset & Fasquelle, 2008.

MOURÃO, Fernando A. A.; CARDOSO, Fernando Jorge; OLIVEIRA, Henrique Altemani. As relações Brasil-África: de 1990 a 2005. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (Org.). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

OBIORAH, Ndubisi. Who's afraid of China in Africa? Towards an African civil society perspective on China-Africa relations. In: MANJI, Firoze; MARK, Stephen (Eds.). *African Perspectives on China in Africa*. Cidade do Cabo: Fahamu, 2007.

PENG Guanqian. Deng Xiaoping's Strategic Thought. In: PILLSBURY, Michael (Ed.). *Chinese Views of Future Warfare*. Washington, D.C.: National Defense University Press, 1997.

PRAH, Kwesi K. (Ed.). *Afro-Chinese Relations: Past, Present and Future*. Cidade do Cabo: Center for Advanced Studies of African Society, 2007.

QINGMIN, Zhang. *China's Diplomacy*. Pequim: China International Press, 2010.

RAINE, Sarah. *China's African Challenges*. Londres: The International Institute for Strategic Studies, 2009.

RAMO, Joshua Cooper. *The Beijing Consensus: Notes on the New Physics of Chinese Power*. Londres: Foreign Policy Center, 2004.

REILLY, James; WU Na. China's Corporate Engagement in Africa. In: KITISSOU, Marcel, (Ed.). *Africa in China's Global Strategy*. Londres: Adonis & Abbey Publishers, 2007.

ROSS, Robert S.; ZHU, Feng (Eds.). *China's ascent: power, security, and the future of International Politics*. Londres: Cornell University Press, 2008.

ROTBURG, Robert I. (Ed.). *China Into Africa: trade, Aid and Influence*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *Olugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

SARAIVA, José Flávio Sombra. África e Brasil: o Fórum de Fortaleza e o relançamento da política africana do Brasil no governo Lula. In: COELHO, Pedro Motta Pinto; SARAIVA, José Flávio S.(Orgs.). *Fórum Brasil-África: política, cooperação e comércio*. Brasília: IBRI, 2004

SHELL, Orville; SHAMBAUGH, David (Eds.). *The China Reader, the Reform Era*. Nova York: Vintage Books, 1999.

SHAMBAUGH, David. The Rise of China and Asia's New Dynamics. In: SHAMBAUGH, David (Ed.). *Power Shift*. Berkley, CA: University of California Press, 2005.

SHINN, David H. Military and Security Relations: China, Africa, and the Rest of the World. In: ROTBERG, Robert I. (Ed.). *China Into Africa: trade, Aid and Influence*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008.

SILVA, Raul Mendes (Org.). *Missões de Paz: a diplomacia brasileira nos conflitos internacionais*. Rio de Janeiro: Logon, 2003.

SNOW, Philip. *The Star Raft: China's Encounter with Africa*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1988.

SUTTER, Robert G. *Chinese Foreign Relations, Power and Policy since the Cold War*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2008.

TAYLOR, Ian. *Understanding Africa's Place in World Politics*. Nova York: Routledge, 2004.

TAYLOR, Ian. *China in Africa, Engagement and Compromise*. Londres: Routledge, 2006.

TAYLOR, Ian. *China's New Role in Africa*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2009.

TAYLOR, Ian. *The Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC)*. Nova York: Routledge, 2011.

VALE, P.; MASEKO, S. Thabo Mbeki, South Africa, and the Idea of an African Renaissance. In: JACOBS, S.; CALLAND, R. (Eds.). *Thabo Mbeki's World*. Londres: Zed, 2002.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *As Relações Internacionais da Ásia e da África*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.

WINTERS, L. Alan; YUSUF, Shahid. *Dancing with Giants: China, India and the Global Economy*. Cingapura: The World Bank, Institute of Policy Studies, 2007.

YONG, Deng. *China's Struggle for Status: the realignment of international relations*. Nova York: Cambridge University Press, 2008.

YUAN, Wu. *China and Africa 1956-2006*. Pequim: China Intercontinental Press, 2006.

QIANG, Zeng. China's strategic relations with Africa. In: HARNEIT-SIEVERS, Axel; MARKS, Stephen; NAIDU, Sanusha (Eds.). *Chinese and African Perspectives on China in Africa*. Cidade do Cabo: Pambazuka Press, 2010.

Artigos, ensaios e conferências

AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK. *Sudan, Emerging Economic Partnerships*. 8 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.africaneconomicoutlook.org/en/countries/east-africa/sudan/>>. Acesso em: 29 out. 2011.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). *A Cooperação Técnica do Brasil para a África, 2010*.

ALVES, Ana Cristina; SIDIROPOULOS, Elizabeth. *South Africa-China Relations: Getting Beyond the Cross-roads?* 2010. Disponível em: <<http://www.saiia.org.za/china-in-africa-project-opinion/south-africa-china-relations-getting-beyond-the-cross-roads.html>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

ALVES, Anna. China's Lusophone Connection. In: _____. *China in Africa Report*, n. 2. Johannesburg: SAIIA, 2008. Disponível em: <http://www.saiia.org.za/images/stories/pubs/chap/chap_rep_02_alves_200803.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2010

AMORIM, Celso L. N. *Política externa do governo Lula: os dois primeiros anos. Análise de Conjuntura OPISA*, Rio de Janeiro, n. 4, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.gedes.org.br/downloads/992abee1f32006ceb57149d0d659f132.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

AMORIM, Celso. O Brasil e os Direitos Humanos: em busca de uma agenda positiva. *Política Externa*, v. 18, n. 2, set./out./nov., 2009.

ANSHAN, Li. Transformation of China's Policy towards Africa. *Working Paper*, n. 20, out. 2006.

BASS, J. Gary. Human Rights Last. *Foreign Policy*, Washington, mar./abr. 2011. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/02/22/human_rights_last>. Acesso em: 10 set. 2011.

BERGE, Bernt; WISSENBACH, Uwe. EU-China-Africa trilateral development cooperation: common challenges and new directions. *Discussion Paper*, n. 21, Bonn, 2007. Disponível em: <[http://www.die-gdi.de/CMS-Homepage/openwebcms3.nsf/\(ynDK_contentByKey\)/ADMR-7BRFHU/\\$FILE/BergerWissenbachEU-China-Africa.pdf](http://www.die-gdi.de/CMS-Homepage/openwebcms3.nsf/(ynDK_contentByKey)/ADMR-7BRFHU/$FILE/BergerWissenbachEU-China-Africa.pdf)>. Acesso em: 26 ago. 2011.

BRAUTIGAM, Deborah. Close encounters: Chinese Business Networks as Industrial Catalysts in Sub-Saharan Africa. *African Affairs*, Oxford, v. 102, n. 408, p. 447-467, 2003.

BRAUTIGAM, Deborah. China in Africa: Think again. *The European Financial Review*, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.europeanfinancialreview.com/?p=1336>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

BROADMAN, Harry G. China and India go to Africa: new deals in the developing world. *Foreign Affairs*, Tampa, v. 87, n. 2, mar./abr. 2008.

CASTRO, Antonio Barros de. No Espelho da China. *Mimeo*, Rio de Janeiro, 2008.

CHEUNG, Yin Wong et. al. China's Outward Direct Investment in Africa. *HKIMR Working Paper*, n. 13, abr. 2011. Disponível em: <[http://www.hkimr.org/cms/upload/publication_app/pub_full_0_2_277_WP%20No.13_2011%20\(Final\).pdf](http://www.hkimr.org/cms/upload/publication_app/pub_full_0_2_277_WP%20No.13_2011%20(Final).pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2011.

CURY FILHO, Kalil. *Documentos*. 12 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.cebri.com.br/midia/documentos/kalilcuryfilho.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2010.

DAVIES, Martin; et. al. *How China delivers development assistance to Africa*. Centre for Chinese Studies, Beijing, fev. 2008. Disponível em: <http://www.ccs.org.za/downloads/DFID_FA_Final.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2010.

DELURY, John. Harmonious' in China. *Policy Review*, n. 148, mar. 2008.

EDINGER, Hannah; BURKE, Christopher. *China-Africa Relations: a Research Report on Zimbabwe*. [s.l.]: Centre for Chinese Studies, 2008.

FEI, Zhong. Deep Friendship between China and Africa. *Chinafrica*, n. 51, mar. 1995.

GALA, Irene V. *A política externa do Governo Lula para a África: a política externa como instrumento de ação afirmativa ... ainda que não só*. Curso de Altos Estudos (CAE), 2007.

GILL, Bates; CHIN-HAO Huang; MORRISON, J. Stephen. Assessing China's Growing Influence in Africa. *China Security*, n. 3, verão 2007.

GOLDSTEIN, Andrea. et al. *The rise of China and India: What's in it for Africa?* OCDE, Paris, mai. 2006.

HAIFANG, Liu. Continuities, Readjustments and New Explorations: a deep reading of the Fourth FOCAC Action Plan. *Pambazuka News*, n. 462, dez. 2009.

HANSON, Stephanie. *China, Africa and Oil*. Council on Foreign Relations, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.cfr.org/china/china-africa-oil/p9557>>. Acesso em: set. 2011.

HUAQIU, Liu. China Will Always Pursue a Peaceful Foreign Policy of Independence and Self-determination. *Qiushi*, n. 23, dez. 2007.

IKENBERRY, G. John. The Rise of China and the Future of the West: can the Liberal System Survive? *Foreign Affairs*, jan./fev. 2008.

JIECHI, yang. *Fruitful Results and New Chapter of Chin-Africa Relations*. Ministério dos Negócios Estrangeiros, 27 out. 2010.

JIMING, Xu. China's National Interest and Strategies toward Africa. *West Asia and Africa Journal*, n. 1, 2000.

JINTAO, Hu. China's Development Is an Opportunity for Asia. In: CONFERÊNCIA ANUAL DO FÓRUM DE BOAO, 2004. Disponível em:

<<http://www.china.org.cn/english/features/93897.htm>>. Acesso em: 23 ago. 2010.

KENYAN VP hails China's help to Africa in infrastructure development. 30 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/zfgx/t773124.htm>>. Acesso em: 25 out. 2011.

LAFARGUE, François. La Chine, une puissance africaine. *Perspectives Chinoises*, Hong Kong, jul. 2005.

LAM, Willy. Hu Jintao's Theory of the Three Harmonies. *China Brief*, v. 6, n. 1, jan. 2006.

LAM, Willy. China and Africa: Policy and Challenges. *China Security*, v. 3, n. 3, verão 2007.

LOPES, Gilberto. A nova era do Fórum de Macau. *Revista Macau*, dez. 2010.

MAYLIE, Devon. Love in the Tropics: Brazil Falling For Africa. *The Wall Street Journal*, 22 out. 2010.

MARKS, Stephen. China in Africa: the new imperialism? *Pambazuka*, n. 244, mar. 2006.

MEDEIROS, Evan S.; FRAVEL, M. Taylor. China's New Diplomacy. *Foreign Affairs*, v. 82, n. 6, nov./dez. 2003.

MENDES, Carmen A.; CARDOSO, Daniel. Uma análise da fórmula um país, dois sistemas: o papel de Macau nas relações da China com a UE e os Países de Língua Portuguesa. In:

CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2011.

MING, Da. China-Africa Co-operation Forum: Bringing the South Closer. *Beijing Review*, Beijing, n. 9, jan. 2003.

MINGHUI, Kong. Sino-African Relations and China's Policy Towards Africa. In: *Chinese Academy of Social Sciences (CASS)*, Bureau of International Cooperation, 2003. Disponível em: <http://bic.cass.cn/english/infoShow/Arcitle_Show_Conference_Show.asp?ID=32&Title=&strNavigatio>. Acesso em: 22 nov. 2010.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. *A Política Africana da China*. Campinas, fev. 2007.

OLIVEIRA, Glivânia M. *A busca de maior democratização das instâncias decisórias internacionais: o G-4 e a elusiva convergência com a África no processo de reforma do CSNU*. 2007. Dissertação (Mestrado em Diplomacia) – Instituto Rio Branco. Brasília, 2007.

POLITZER, Malia. *China and Africa: Stronger Economic Ties Mean More Migration*. Migration Information Source, 6 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=690>>. Acesso em: 17 out. 2011

POLITZER, Malia. Passage to China. *Foreign Policy*, 12 dez. 2007. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2007/12/12/passage_to_china?page=full>. Acesso em: 18 nov. 2011.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. *A China constrói uma parceria estratégica com a África*. 2008. Disponível em: <<http://www.cebri.com.br/midia/documentos/301.pdf>>, Acesso em: 23 set. 2011.

QINMEI, Wang. Sino-African Friendship in the Past Twenty Years. *Chinafrica*, n. 10, out. 1998.

RODRIGUES, Helena. *A afirmação da China em África e a utilização de Macau como plataforma de aproximação aos países lusófonos*.

2011. Disponível em: http://www.politica-china.org/imxd/noticias/doc/1300823660China_en_%C3%81frica_Macau.pdf. Acesso em: 15 dez. 2011.

SARAIVA, José Flávio S. Política exterior do governo Lula: o desafio africano. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 45, n. 2, 2002.

SARAIVA, José Flávio S. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória? *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 1, 2008.

SHELTON, Garth. China, Africa and Asia Advancing South-South Co-operation. In: BORON, Atilio A.; LECHINI, Gladys. Politics and Social Movements in an Hegemonic World: Lessons from Africa, Asia and Latin America. CLACSO, Buenos Aires, jun., p. 347-383. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/politics/Shelton.rtf>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

SHELTON, Garth. *China, Africa and Asia Advancing South-South Co-operation*. Politics and Social Movements in an Hegemonic World: Lessons from Africa, Asia and Latin America.

SUETTINGER, L. Robert. The Rise and Descent of 'Peaceful Rise'. *China Leadership Monitor*, n. 12, out. 2004.

THOMPSON, Drew. Economic Growth and Soft Power: China's Africa Strategy. *China Brief*, jan. 2005.

TINGEN, Lu. Review of Sino-African Friendly Relations. *Beijing Review*, Beijing, v. 19, p. 7-9, mai. 2002.

TULL, Dennis. China's engagement in Africa: Scope, Significance and Consequences. *Journal of Modern African Studies*, v. 44, n. 3, 2006.

TULL, Dennis. *China in Africa: European Perceptions and Responses to the Chinese Challenge. Working Paper*, Berlim, 2008.

TYWUSCHIK, Veronika. *EU, China and Africa: A trilateral partnership in theory, a bilateral one in practice?* Maastrich: European Centre for Development Policy Management, 2007. Disponível em: <http://docs.china-europa-forum.net/eu__china_and_africa__.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2011.

UNIVERSIDADE DE PEQUIM. British PM David Cameron Speaks at PKU. 10 nov. 2010. Disponível em: <http://english.pku.edu.cn/News_Events/News/Global/7328.htm>. Acesso em: 15 dez. 2010.

WANG, Jian-ye. What drives China's Growing Role in Africa? *IMF Working Paper*, out. 2007. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2007/wp07211.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

WEISAN, Shi. Sino African Economic Co-operation: New Dimensions. *Chinafrica*, n. 20, abr. 1996.

WENPING, He. The Balancing Act of China's Africa Policy. *China Security*, v. 3, n. 3, verão 2007.

WIZHONG, Xu. *Some remarks on recent developments in Sino-African relations*. Department of African studies: China Institute of Contemporary International Relations, Statement at IPPR conference on the role of China in Africa, London, jun. 2006.

WUTHNOW, Joel. China and the Processes of Cooperation in UN Security Council Deliberations. *Chinese Journal of International Politics*, 2009. Disponível em: <<http://www.princeton.edu/~jwuthnow/pop015v1.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2011.

YANSHUO, Ni. Optimistic Outlook for FOCAC. *China Report*, v. 3, out. 2011. YUNFEI, Zhang. China-Africa Cooperation within the

framework of the United Nations. *Foreign Affairs Journal*, n. 83, spring 2007.

ZHONGXIANG, Zhang. China's Model of Aiding Africa and its Implications. *International Review*, v. 51, verão 2008.

ZOELLICK, Robert B. *Whither China: From Membership to Responsibility?* Remarks to National Committee on U.S.-China Relations, New York, 21 set. 2005. Disponível em: <<http://www.state.gov/s/d/rem/53682.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

Relatórios, estudos, documentos governamentais e intergovernamentais

AFRICAN GROWTH AND OPPORTUNITY ACT – AGOA. *Summary of AGOA*. Disponível em: <http://www.agoa.gov/agoa_legislation/agoa_legislation.html>. Acesso em: 23 set. 2011.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC. *A Cooperação Técnica do Brasil para a África*, 2010.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC. *Diálogo Brasil-África em Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural*, 2011.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Vana Rousseff, durante a cerimônia de posse no Congresso Nacional*. Brasília, 1º jan. 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-vana-rousseff-durante-a-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>>. Acesso em: 25 set. 2011.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (2010-2014)*. 15 abr. 2010.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 107, 2º semestre de 2010._____. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Brasil 2022. Brasília, dez. 2010.

CHINA. Ministério do Comércio. *2009 Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment*. 2010. Disponível em: <<http://chinainvests.org/2010/12/22/2009-statistical-bulletin-of-chinas-outward-foreign-direct-investment/>>. Acesso em: 5 ago. 2011.

CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *A Long-term stable China-Africa Relationship of All-round Cooperation*. 2000. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18036.htm>>. Acesso em: 21 out. 2010.

CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *A Long-term stable China-Africa Relationship of All-round Cooperation*. 2000. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18036.htm>>. Acesso em: 21 out. 2010.

CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *China's Independent Foreign Policy of Peace*. 18 ago. 2003. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/wjzc/t24881.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *China-Zimbabwe Bilateral Relations*. 26 ago. 2010.

CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Hu Jintao Address the APEC Summit*. 18 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/zyjh/t222105.htm>>. Acesso em: 09 set. 2010.

CHINA. Ministério dos Negócios estrangeiros. Implementation of Follow-up Actions of the Beijing Summit of the Forum on China-Africa Cooperation. Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, maio 2008

CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Let Us Build on Our Past Achievements and Promote China-Africa Friendly Cooperation on All Fronts, discurso do Primeiro-Ministro da RPC, Wen Jiabao, na cerimônia de abertura da II Conferência Ministerial do FOCAC, Adis Abeba, 15 de dezembro de 2003.

CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Premier Zhou Enlai's Three Tours of Asian and African countries. 17 nov. 2000. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18001.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. President Jiang Zemin's Visit to Six African Countries. 7 nov. 2000. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18035.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Speech by Foreign Minister Tang Jiaxuan at Forum on China-Africa Cooperation. 10 out. 2000. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/zyjh/t24968.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Statement by Minister of Foreign Affairs of Zimbabwe on Celebrating the 10th Anniversary of the Establishment of the Forum on China-Africa Cooperation. 10 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zwjg/zwbd/t768305.htm>>. Acesso em: 29 out. 2011.

CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *The Second Upsurge in the Establishment of Diplomatic Relations*. 2000. Disponível em:

<<http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18056.htm>>. Acesso em: 12 out. 2010.

CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. The Third Ministerial Conference of the Forum for Economic and Trade Cooperation between China and Portuguese-speaking Countries Opens in Macao and Premier Wen Jiabao Delivers a Speech. 13 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.mfa.gov.cn/eng/zxxx/t769545.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2011.

CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Fundo de Cooperação China-África Beijing Declaration of the Forum on China-Africa Cooperation e Programme for China-Africa Cooperation in Economic and Social Development. 2009. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dyjbzjhy/DOC12009>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Fundo de Cooperação China-África. Declaration of the Beijing Summit of the Forum on China-Africa Cooperation e Forum on China-Africa Cooperation Beijing Action Plan (2007-2009). 5 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dscbzjhy/DOC32009/t606841.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Fundo de Cooperação China-África. Major Commitments on Chinese Side. In: Conferência Ministerial do FOCAC, 2. 2009. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dejbzjhy/CI22009/t157585.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Fundo de Cooperação China-África. Programme for China-Africa Cooperation in Economic and Social Development. Pequim, 12 out. 2000.

CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Fundo de Cooperação China-África. Strengthen China-Africa Cooperation for Mutual

Benefit, address by Wen Jiabao, Premier of the State Council of the PRC, at the Opening Ceremony of the High-level Dialogue Between Chinese and African Leaders and Business Representatives and the Second Conference of Chinese and African Entrepreneurs. 4 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltda/dscbjhy/SP32009/t607552.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Fundo de Cooperação China-África. The Fourth Office of China-Africa Development Fund Inaugurated in Ghana. 30 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/zxxx/t882829.htm>>. Acesso em: 5 dez. 2011.

CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Fundo de Cooperação China-África. The Special Representative of the Chinese Government for African Affairs, Ambassador Liu Guijin, Talks About China-Africa Cooperation. Bruxelas, 30 set. 2010. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/jlydh/t735964.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2011.

CHINA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Fundo de Cooperação China-África. Implementation of the Follow-up Actions of the Beijing Summit of the Forum on China-Africa Cooperation. nov. 2009, Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltda/dscbjhy/FA32009/t627504.htm>>. Acesso em: 17out. 2011

CHINA DEVELOPMENT BANK – CDB. *CAD-Fund Fact Sheet*. 200-. Disponível em: <<http://www.cdb.com.cn/english/Column.asp?ColumnId=176>>. Acesso em: 12 set. 2011.

CHINESE ACADEMY OF INTERNATIONAL TRADE AND ECONOMIC COOPERATION – CAITEC. *China-Africa Trade and Economic Relationship Annual Report 2010*. 2010. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/zxxx/t832788.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2011.

CHINA'S engagement in the international arena. *UN in China*. Disponível em: <<http://www.un.org.cn/cms/p/whatwedo/63/74/content.html>>. Acesso em: 5 out. 2010.

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PCCH. *The Outstanding Results of CPC's International Relations*. 2007. Disponível em: <<http://www.idcpc.cn/english/inrelations/outstandingresults.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2010.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA – EUA. Departamento de Estado. *China in Africa: Implications for U.S. Policy (Policy Statement)*. 4 jun. 2008. Disponível em: <<http://foreign.senate.gov/hearings/hearing/?id=b0f76017-fe9c-15b2-0e8b-909677fd32e2>>. Acesso em: 14 ago. 2011

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA – EUA. Departamento de Estado. *China's Influence in Africa: Implications for U.S. Policy, Testimony before the Sub-committee on Africa, Human Rights and International Operations*. Washington, D.C.: US House of Representatives, 28 jul. 2005.

EMBAIXADA DOS EUA EM PEQUIM. *30 Years of US-PRC Diplomatic Relations: High Levels Visits & Speeches*. Disponível em: <<http://beijing.usembassy-china.org.cn/highlevel.html>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

EMBASSY OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA IN THE REPUBLIC OF ESTONIA. *Li Zhaoxing Holds Talks with Nigerian Foreign Minister*. China Embassy, 16 jan. 2006.

ESCRITÓRIO DE INFORMAÇÃO DO CONSELHO DE ESTADO DA RPC. *China-Africa Trade and Economic Cooperation*. Pequim, dez. 2010.

FOCAC. *China-Africa Relations Board the Ship of a New Century*. 29 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/bjzl/t404145.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2010.

FÓRUM DE MACAU. Secretariado Permanente. *Apresentação do Fórum*. Disponível em: <<http://www.forumchinapl.org.mo/pt/aboutus.php>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

FUNDO DE POPULAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS – UNFPA. *Relatório sobre a situação da população mundial 2011*. New York: UNFPA, 2011.

INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *China's Peaceful Development*. set. 2011.

INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *China's Peaceful Development Road*. 2005. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/features/book/152684.htm>>. Acesso em: 21 jan.2010.

NEW PARTNERSHIP FOR AFRICA'S DEVELOPMENT – NEPAD. *NEPAD's History*. Disponível em: <<http://www.nepad.org/history>>. Acesso em: 15 out. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Declaração do Milênio, Resolução nº 55/2, de 6 de setembro de 2000*. Disponível em: <<http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2011.

THE CHINESE AFRICAN PEOPLE'S FRIENDSHIP ASSOCIATION – CAPFA. *China-Africa Sister Cities*. 2010. Disponível em: <http://capfa.org.cn/en/city_js.asp?id=354&fatherid=297>. Acesso em: 18 out. 2011.

UNIÃO AFRICANA – UA. Start Up of the First China-African Union Strategic Dialogue, *AU Press Release* n. 154/2008. Adis Abeba, 24 nov. 2008.

UNIÃO AFRICANA. *A Decade of African-US Trade under the African Growth and Opportunity Act (AGOA): Challenges, Opportunities and a Framework for Post-AGOA Engagement*. Ruanda, 29 out. 2010.

UNIVERSITY OF STELLENBOSCH. *Centre for Chinese Studies. Evaluating China's FOCAC commitments to Africa and mapping the way ahead: a report by the Centre for Chinese Studies*. New York: Rockefeller Foundation, 2010. Disponível em: <<http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2010/03/ENGLISH-Evaluating-Chinas-FOCAC-commitments-to-Africa-2010.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

UNIVERSITY OF STELLENBOSCH. *China's African Policy*. Pequim. 2006. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t230615.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

UNIVERSITY OF STELLENBOSCH. *China's National Defense in 2008*. Pequim. 2009. Disponível em: <http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7060059.htm>. Acesso em: 21 jan. 2010.

UNIVERSITY OF STELLENBOSCH. *China-Africa Economic and Trade Cooperation*. Pequim. 2010. Disponível em: <http://www.gov.cn/english/official/2010-12/23/content_1771603_2.htm>. Acesso em: 28 dez. 2010.

UNIVERSITY OF STELLENBOSCH. *China's Peaceful Development*. Pequim. 2011. Disponível em: <http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7126562.htm>. Acesso em: 18 set. 2011.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. *Asian Foreign Direct Investment in Africa: Towards a New Era*

of Cooperation among Developing Countries. Nova York: UNCTAD, 2007.

ZIMBÁBUE. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Zimbabwe's Foreign Policy, The Look East Policy. Disponível em: <http://www.zimfa.gov.zw/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=55>. Acesso em: 29 out. 2011.

Artigos de imprensa selecionados

2010 AFRICAN cultural focus. *China Daily*, 11 dez. 2010. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/life/focus/2010top10/2010-12/13/content_11682897.htm>. Acesso em: 16 out. 2011.

AGENCE FRANCE-PRESS, China wary of 'G2' with US: analysts. Defense Talk, *Agence France-Presse* abr. 2009. Disponível em: <<http://www.defencetalk.com/china-wary-of-g2-with-us-analysts-17430/#ixzz1ZkUbk473>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

BASS, J. Gary. Human Rights Last. *Foreign Policy*, mar./abr. 2011. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/02/22/human_rights_last>. Acesso em: 29 out. 2011.

BEECH, Hanna. Interview with Mr. Lu Shaye, Director-General of Department of African Affairs. *Time Magazine*, 17 set. 2010. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/jlydh/sjzs/t755832.htm>>. Acesso em: 15 out. 2011.

BINGGUO, Dai. Stick to the path of peaceful development. *China Daily*, 13 dez. 2010. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/opinion.2010-12/13/content_11690133.htm>. Acesso em: 14 dez. 2010.

BLANCHARD, Bem. China throws birthday bash for Zimbabwe's Mugabe. *Reuters*, Beijing, 22 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2010/02/22/us-china-zimbabwe-idUSTRE61L29O20100222>>. Acesso em: 21 set. 2011.

BRAUTIGAM, Deborah. China in Africa: Think again. *The European Financial Review*, 16 ago. 2010, Disponível em: <www.europeanfinancialreview.com/?p=1336>. Acesso em: 14 out. 2011.

CHINA aid to developing countries. *People's Daily*, 28 dez. 2006.

CHINA backs fight against Somali piracy in light of international law. *Xinhua*, 26 ago. 2010. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2010-08/26/c_13462599.htm>. Acesso em: 14 out. 2011.

CHINA is committed to path of peaceful development: State Councilor Dai Bingguo's remarks on the White Paper on China's Peaceful Development. *China Daily*, 16 set. 2011.

CHINA navy confident, capable in Somalia piracy mission. *Chinaview*, 23 dez. 2008. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2008-12/23/content_10547472.htm>. Acesso em: 14 out. 2011.

CHINA'S peaceful development inevitable. *China View*, 20 nov. 2005. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2005-11/20/content_3806857.htm>. Acesso em: 9 set. 2010.

CONFUCIUS Institute: promoting language, culture and friendliness. *Xinhua*, 2 out. 2006. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2006-10/02/content_5521722.htm>. Acesso em: 12 out. 2011.

CRITICAL infrastructure. *Nigeriafirst*, mar. 2008. Disponível em: <http://www.nigeriafirst.org/article_8092.shtml>. Acesso em: 4 set. 2011.

DAVID, Barboza. China aims to create a global news empire. *International Herald Tribune*, 15 jan. 2009.

FRAGOSO, Garrido. Cooperação com a China tem resultados positivos. *Jornal de Angola*, 29 set. 2010. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/20/0/cooperacao_com_a_china_tem_resultados_positivos> Acesso em: 12 dez. 2010.

GETTLEMAN, Jeffrey; KNOWTON, Brian. Rebels kill workers at Chinese oil facility in Ethiopia. *The New York Times*, 24 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2007/04/24/world/africa/24iht-addis.5.5427283.html>>. Acesso em: 15 out. 2011.

GUANQUN, Wang (Ed.). 316 Confucius Institutes Established Worldwide. *Xinhua*, 13 jul. 2010. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english2010/culture/2010-07/13/c_13398209.htm>. Acesso em: 18 out. 2011.

H Aidong, Lian. China-Africa Cultural Exchanges in Full Bloom and Splendor. *Xinhua*, Nairobi, 16 maio 2010. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/zfgx/t696109.htm>>. Acesso em: 16 out. 2011.

JIA, Chen. Class act promotes global 'soft power'. *China Daily*, 11 nov. 2010. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2010-11/11/content_11531284.htm>. Acesso em: 5 ago. 2011.

MAYLIE, Devon. Love in the Tropics: Brazil Falling For Africa. *The Wall Street Journal*, 22 out. 2010. Disponível em: <<http://blogs.wsj.com/source/2010/10/22/love-in-the-tropics-brazil-falling-for-africa/>>. Acesso em: 25 out. 2010.

MBEKI warns on China-Africa ties. *BBC News*, 14 dez. 2006.

QUINN, Andrew. Clinton warns Africa of China's economic embrace. *Reuters*, 10 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2011/06/10/us-clinton-africa-idUSTRE75962920110610>>. Acesso em: 29 out. 2011.

QUINN, Andrew. Clinton warns against 'new colonialism' in Africa. *Reuters*, 10 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2011/06/11/us-clinton-africa-idUSTRE75A0RI20110611>>. Acesso em: 28 ago. 2011.

SHANGLIN, Luan,. Railway Symbolizes Sino-African Friendship. *Xinhua News Agency*, 22 jun. 2006. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2006-06/22/content_4734927.htm>. Acesso em: 24 nov. 2010.

SINOHYDRO Group boosts African stakes. *China Daily*, 21 out. 2010. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/bizchina/2010-10/21/content_11438559.htm>. Acesso em: 22 ago. 2011.

SOCIALISM with Chinese characteristics. In: National Congress of the Communist Party of China, 17, 2007. *People's Daily*, 30 set. 2007. Disponível em: <<http://english.peopledaily.com.cn/90002/92169/92211/6275043.html>>. Acesso em: 4 out. 2010.

SOLANA, Javier. Challenges for EU-China Cooperation in Africa. *China Daily*, 7 fev. 2007. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/bizchina/2007-02/07/content_803445.htm>. Acesso em: 12 set. 2010.

TIAN, Le; HUANXIN, Zhao. Sino-African summit a historic event, Hu says. *China Daily*, 6 nov. 2006. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2006-11/02/content_722407.htm>. Acesso em: 30 ago. 2010.

TRAUB, James. The World According to China. *The New York Times*, 3 set. 2006. Disponível em: <<http://nytimes.com/2006/09/03/magazine/03ambassador.html?pagewanted=all>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

TREVISAN, Cláudia. China globaliza mídia em busca de 'soft power'. *O Estado de São Paulo*, 17 out. 2011.

WADE, Abdoulaye. Time for the West to practice what it preaches. *Financial Times*, 23 jan. 2008. Disponível em: <<http://www.ft.com/int/cms/s/0/5d347f88-c897-11dc-94a6-0000779fd2ac.html#axzz1iI4cXhs>>. Acesso em: 15 out. 2011.

WEN: China disagrees to so-called G2, calling for effort to fight protectionism. *People's Daily*, 18 nov. 2009. Disponível em: <<http://english.peopledaily.com.cn/90001/90776/90883/6817072.html>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

WENPING, He. How Far Can China Go in Africa? *People's Tribune*, 3 ago. 2010.

ZHIGANG, Xing. NPC deputy calls for promoting Chinese. *China Daily*, 10 mar. 2006. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2006-03/10/content_530648.htm>. Acesso em: 7 ago. 2011.

YANG, Jiechi. Duo de l'amitié traditionnelle. *Le Matin*, 6 jan. 2009.

YUNFEI, Zhang. China-Africa Cooperation within the framework of the United Nations. *Foreign Affairs Journal*, n. 83, primavera 2007.

Sítios Eletrônicos

Governamentais

Aduanas da China: <www.english.customs.gov.cn>

Departamento Internacional do Comitê Central do PCCh: <www.idcpc.org.cn>

Foro de Cooperação China-África (FOCAC): <www.focac.org.cn>

Fórum de Macau: <www.forumchinaplp.org.mo>

Ministério das Relações Exteriores: <www.itamaraty.gov.br>

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: <www.mdic.gov.br>

Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC: <www.fmprc.gov.cn>

Ministério do Comércio da RPC (MOFCOM): <www.english.mofcom.gov.cn>

Imprensa oficial chinesa

China Daily: <www.china.daily.com.cn>

China.org.cn: <www.china.org.cn>

Global Times: <www.globaltimes.cn>

People's Daily: <www.english.peopledaily.com.cn>

Xinhua News: <www.xinhua.org>



ANEXOS



Anexo A

Informações Complementares

Quadro 1 – Cinco Princípios da Coexistência Pacífica (RPC) – 1954

- i. Respeito mútuo à integridade territorial e soberania.
- ii. Não agressão.
- iii. Não interferência em negócios internos.
- iv. Benefícios mútuos e igualdade.
- v. Coexistência pacífica.

Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC.

Quadro 2 – Cinco Princípios que Governam o Desenvolvimento das Relações [da RPC] com os Países Árabes e Africanos

Lançados por Chou En-lai, em visita à África em 1963

- i. Apoiar os povos africanos e árabes na luta contra o imperialismo, colonialismo e neocolonialismo e conquistar e assegurar sua independência nacional.
- ii. Apoiar a busca de uma política de paz, neutralidade e não alinhamento pelos governos dos países africanos e árabes.
- iii. Apoiar o desejo dos povos árabes e africanos de alcançar a unidade e a solidariedade à sua própria maneira.
- iv. Apoiar os países africanos e árabes em seus esforços para resolver disputas através de diálogo pacífico.
- v. Defender que a soberania dos países africanos e árabes deve ser respeitada pelos outros países e que a ameaça ou interferência de qualquer parte deve ser combatida.

Fonte: Minghui (2003).

Quadro 3 – Oito Princípios de Assistência Econômica – RPC-África**Lançados por Chou En-lai, em visita à África em 1963**

- i. O governo chinês se baseia nos princípios de igualdade e benefícios mútuos ao prover assistência a outros países.
- ii. O governo chinês respeita a soberania dos países recipiendários sem impor condições nem pedir privilégios.
- iii. O governo chinês provê ajuda econômica em forma de empréstimos, com o objetivo de diminuir o peso sobre os países recipiendários.
- iv. Ao prover assistência a outros países, o propósito do governo chinês é ajudá-los no desenvolvimento econômico independente.
- v. O governo chinês procura assistir os países recipiendários na construção de projetos de menores investimentos e maiores rendimentos.
- vi. O governo chinês provê equipamento e materiais da melhor qualidade e de fabricação própria a preços internacionais.
- vii. O governo chinês cuida para que os responsáveis nos países recipiendários dominem a técnica em questão.
- viii. Os especialistas enviados aos países recipiendários terão os mesmos padrões de vida dos especialistas dos países recipiendários.

Fonte: Minghui (2003).

Quadro 4 – Quatro Princípios para a Cooperação Econômica e Tecnológica com a África – resumidos

**Lançados pelo Primeiro-Ministro Zhao Ziyang em visita à África
(de dezembro de 1982 a janeiro de 1983)**

- i. Equidade e benefício mútuo.
- ii. Ênfase em resultados práticos da cooperação.
- iii. Diversidade no formato.
- iv. Progresso para ambas as partes.

Fonte: Brautigam (2009).

Quadro 5 – Países Africanos que mantêm relações com a RPC – 2010

País / ano do estabelecimento de relações diplomáticas			
Egito	1956	Senegal*	1971
Marrocos	1958	Maurício	1972
Argélia	1958	Togo	1972
Sudão	1959	Madagascar	1972
Guiné	1959	Chade*	1972
Gana	1960	Guiné-Bissau*	1974
Mali	1960	Gabão	1974
Somália	1960	Níger*	1974
Rep. Dem. do Congo	1961	Botsuana	1975
Uganda	1962	Moçambique	1975
Quênia	1963	Comores	1975
Burundi	1963	Cabo Verde	1976
Tunísia	1964	Seicheles	1976
Rep. do Congo	1964	Libéria*	1977
Tanzânia	1964	Líbia	1978
Rep. Centro-Africana*	1964	Djibuti	1979
Zâmbia	1964	Zimbábue	1980
Benim	1964	Angola	1983
Mauritânia	1965	Costa do Marfim	1983
Guiné Equatorial	1970	Lesoto*	1983
Etiópia	1970	Namíbia	1990
Nigéria	1971	Eritreia	1993
Cameroun	1971	África do Sul	1998
Serra Leoa	1971	Malawi	2007
Ruanda	1971	Sudão do Sul	2011

Fontes: Dados extraídos e adaptados de : Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC; *China's Foreign Affairs* (2011); *World Affairs Press* (2011); Brautigam (2009).

Nota: * Data do primeiro estabelecimento de relações diplomáticas com a RPC, posteriormente interrompidas por relações com Taiwan, seguido de novo estabelecimento de relações com a RPC. Vide Quadro VI.

Quadro 6 – Países que mantêm relações diplomáticas com a RPC (2010) e mantiveram relações diplomáticas com Taiwan e com a RPC em períodos anteriores

<ul style="list-style-type: none">• Chade:	de 1972 a 1997, RPC; de 1997 a 2006, Taiwan; desde 2006, RPC.
<ul style="list-style-type: none">• Guiné-Bissau:	de 1974 a 1990, RPC; de 1990 a 1998, Taiwan; desde 1998, RPC.
<ul style="list-style-type: none">• Lesoto:	de 1983 a 1990, RPC; de 1990 a 1994, Taiwan; desde 1994, RPC.
<ul style="list-style-type: none">• Libéria:	de 1977 a 1989, RPC; de 1989 a 1993, Taiwan; de 1993 a 1997, RPC; de 1997 a 2003, Taiwan; desde 2005, RPC.
<ul style="list-style-type: none">• Níger:	de 1974 a 1992, RPC; de 1992 a 1996, Taiwan; desde 1996, RPC.
<ul style="list-style-type: none">• República Centro-Africana:	de 1964 a 1991, RPC; de 1991 a 1998, Taiwan; desde 1998, RPC.
<ul style="list-style-type: none">• Senegal:	de 1971 a 1996, RPC; de 1996 a 2005, Taiwan; desde 2005, RPC.

Fontes: Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC e *Xinhua News*.

Quadro 7– Países africanos com relações diplomáticas com Taiwan – 2010

- Burkina Faso* (desde 1994)
- Gâmbia** (desde 1995)
- São Tomé e Príncipe*** (desde 1997)
- Suazilândia**** (desde 1968)

Fontes: Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC e Ministério Negócios Estrangeiros da República da China.

Notas:

* De 1993 a 1994, manteve relações diplomáticas com a RPC.

** De dezembro de 1974 a julho de 1995, manteve relações diplomáticas com a RPC.

*** De julho de 1975 a maio de 1997, manteve relações diplomáticas com a RPC.

**** Único país africano que nunca manteve relações diplomáticas com a RPC.

Quadro 8 – Principais parcerias estratégicas estabelecidas pela RPC

(Continua)

País	Denominação	Ano
Brasil	Parceria Estratégica*	1993
Rússia	Parceria Estratégica de Cooperação	1996
França	Parceria Estratégica Abrangente	1997
Egito	Parceria Estratégica de Cooperação	1999
África	Parceria Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável no Século XXI	2000
União Europeia	Parceria Estratégica Abrangente	2003
ASEAN	Parceria Estratégica para a Paz e Prosperidade	2003
México	Parceria Estratégica Abrangente	2003
Argélia	Parceria Estratégica	2004
África do Sul	Parceria Estratégica/ Parceria Estratégica Abrangente	2004/ 2010
Itália	Parceria Estratégica Abrangente	2004

(Conclusão)

País	Denominação	Ano
Reino Unido	Parceria Estratégica Abrangente	2004
Nigéria	Parceria Estratégica	2005
Canadá	Parceria Estratégica	2005
Portugal	Parceria Estratégica Global	2005
Espanha	Parceria Estratégica Abrangente	2005
Argentina	Parceria Estratégica Abrangente	2005
Venezuela	Parceria Estratégica Abrangente	2005
Cazaquistão	Parceria Estratégica Abrangente	2005
Indonésia	Parceria Estratégica Abrangente	2005
Índia	Parceria Estratégica e de Cooperação para a Paz e Prosperidade	2005
Rep. Dem. do Congo Congo	Parceria Estratégica	2006
Alemanha	Parceria Estratégica Abrangente	2006
Argélia	Parceria Estratégica	2004
Rep. da Coreia	Parceria Estratégica e de Cooperação	2008
Vietnã	Parceria Estratégica Abrangente de Cooperação	2008
Peru	Parceria Estratégica	2008
Angola	Parceria Estratégica	2010
Turquia	Parceria Estratégica	2010
Camboja	Parceria Estratégica Abrangente de Cooperação	2010
Polônia	Parceria Estratégica	2011

*Nota: Brasil e China, parceria estratégica global em junho de 2012.

Fontes: Ministério dos Negócios Estrangeiro da RPC; Embaixada do Brasil em Pequim; Xinhua News.

Quadro 9 – Principais vistas de Altas Autoridades Chinesas à África – 1991-2010

Data	Autoridade chinesa	Países visitados
1991, dezembro	Primeiro-Ministro Li Peng	Egito
1992, julho	Presidente Yang Shankun	Costa do Marfim, Marrocos e Tunísia
1995, outubro	Primeiro-Ministro Li Peng	Marrocos
1996, maio	Presidente Jiang Zemin*	Egito, Etiópia, Mali, Namíbia, Quênia, Zimbábue
1997, maio	Primeiro-Ministro Li Peng	Cameroun, Gabão, Moçambique, Nigéria, Seicheles, Tanzânia, Zâmbia
1999, jan-fev	Vice-Presidente Hu Jintao**	África do Sul, Costa do Marfim, Gana, Madagascar
1999, out-nov	Presidente Jiang Zemin	Marrocos e Nigéria
2000, abril	Presidente Jiang Zemin	África do Sul e Egito
2002, abril	Presidente Jiang Zemin	Líbia, Nigéria, Tunísia
2002, abril	Primeiro-Ministro Zhu Rongji	Egito, Quênia
2002, ago-set	Primeiro-Ministro Zhu Rongji	África do Sul, Argélia, Camarões, Marrocos
2003, dezembro	Primeiro-Ministro Wen Jiabao	Etiópia
2004, jan-fev	Presidente Hu Jintao	Argélia, Egito, Gabão
2004, junho	Vice-Presidente Zeng Qinghong	África do Sul, Benim, Togo, Tunísia
2006, abril	Presidente Hu Jintao	Marrocos, Nigéria, Quênia
2006, junho	Primeiro-Ministro Wen Jiabao	África do Sul, Angola, Egito, Gana, República Democrática do Congo, Tanzânia
2007, jan-fev	Presidente Hu Jintao	África do Sul, Cameroun, Libéria, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Sudão, Zâmbia
2009, fevereiro	Presidente Hu Jintao	Mali, Maurício, Senegal, Tanzânia
2010, novembro	Vice-Presidente Xi Jinping	África do Sul, Angola, Botsuana

Fontes: Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC e FOAC.

Notas:

* Primeira viagem como Presidente da RPC.

** Primeira viagem como Vice-Presidente da RPC.

Quadro 10 – FOCAC: principais reuniões e documentos – 2000-2010

- 1ª Conferência Ministerial*
Pequim, de 10 a 12 de outubro de 2000
 - Declaração de Pequim sobre o Foro de Cooperação China-África
 - Programa para a Cooperação China-África em Desenvolvimento Econômico e Social
- 2ª Conferência Ministerial*
Adis Abeba, 15 e 16 de dezembro de 2003
 - Plano de Ação de Adis Abeba (2004-2006)
- 3ª Conferência Ministerial*
Pequim, 3 de novembro de 2006
 - I Reunião de Cúpula**
Pequim, 4 e 5 de novembro de 2006
 - Declaração de Pequim da Cúpula do FOCAC
 - Plano de Ação de Pequim (2007-2009)
 - 4ª Conferência Ministerial*
Sharm El Sheikh, 8 e 9 de novembro de 2009
 - Declaração de Sharm El Sheikh
 - Plano de Ação de Sharm El Sheikh (2010-2012)

Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC.

Notas:

* Ministros de Negócios Estrangeiros, de Comércio Exterior e de Cooperação Internacional.

** Chefes de Estado e de Governo.

Quadro 11 – FOCAC: Cúpula de Pequim – 2006

Oito Iniciativas Chinesas de Cooperação, anunciadas pelo Presidente Hu Jintao

- Duplicação da ajuda ao desenvolvimento concedida à África até 2009.
- Concessão de empréstimos preferenciais no valor de US\$ 3 bilhões e linhas de créditos preferenciais no valor de US\$ 2 bilhões à África ao longo dos três anos subsequentes.
- Estabelecimento do Fundo de Desenvolvimento China-África (Fundo-Cad) com recursos que deverão alcançar US\$ 5 bilhões, com vistas a encorajar e apoiar empresas chinesas em investimentos na África.
- Construção de centro de conferências para a União Africana (UA).
- Cancelamento das dívidas relativas a empréstimos governamentais sem juros com maturação até o final de 2005 concedidas a países africanos endividados e de menor desenvolvimento relativo com relações diplomáticas com a RPC.
- Elevação do número de itens isentos de impostos de importação na China de 190 para mais de 440, com origem em países africanos de menor desenvolvimento relativo com relações diplomáticas com a RPC.
- Estabelecimento de três a cinco zonas de cooperação econômica e comercial na África ao longo dos 3 anos subsequentes.
- Treinamento de 15 mil profissionais africanos; envio de cem especialistas sênior em agricultura; estabelecimento de dez centros de demonstração em tecnologias agrárias; construção de trinta hospitais e doação medicamentos antimalária; construção de trinta centros de prevenção e centros de tratamento de malária; envio de trezentos jovens voluntários; construção de cem escolas; elevação do número de bolsas de estudo governamentais a estudantes africanos de 2 mil por ano para 4 mil por ano até 2009.

Fontes: FOCAC; Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC.

Quadro 12 – FOCAC: IV Conferência Ministerial – Sharm El Sheikh – 2009

Oito Iniciativas Chinesas de Cooperação, anunciadas pelo Primeiro-Ministro Wen Jiabao

- Estabelecimento de parceria China-África sobre mudança climática.
- Incremento da parceria China-África em ciência e tecnologia.
- Ajuda à África na construção de capacidade financeira.
- Abertura adicional do mercado chinês a produtos africanos.
- Incremento da cooperação com a África em agricultura.
- Aprofundamento da cooperação em saúde e assistência médica.
- Incremento da cooperação em recursos humanos e educação.
- Extensão de intercâmbios culturais e pessoa a pessoa.

Fontes: FOCAC; Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC.

Quadro 13 – Órgãos e entidades chineses representados no Comitê de Seguimento do Foro de Cooperação China-África (FOCAC)

(Continua)

- Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Ministério do Comércio.
- Ministério das Finanças.
- Comitê Central do PCCh, Departamento Internacional.
- Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC).
- Ministério da Educação.
- Ministério de Ciência e Tecnologia.
- Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação.
- Ministério da Terra e Recursos.
- Ministério da Proteção ao Meio Ambiente.
- Ministério dos Transportes.
- Ministério da Agricultura.
- Ministério da Cultura.
- Ministério da Saúde.
- Banco Popular da China (banco central).
- Administração Geral de Aduanas.
- Administração Estatal de Tributação.
- Administração Geral da Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena.
- Administração Estatal do Rádio, Cinema e Televisão.
- Administração Nacional do Turismo.
- Escritório de Informação do Conselho de Estado.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros.

(Continuação)

- Ministério do Comércio.
- Ministério das Finanças.
- Comitê Central do PCCh, Departamento Internacional.
- Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC).
- Ministério da Educação.
- Ministério de Ciência e Tecnologia.
- Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação.
- Ministério da Terra e Recursos.
- Ministério da Proteção ao Meio Ambiente.
- Ministério dos Transportes.
- Ministério da Agricultura.
- Ministério da Cultura.
- Ministério da Saúde.
- Banco Popular da China (banco central).
- Administração Geral de Aduanas.
- Administração Estatal de Tributação.
- Administração Geral da Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena.
- Administração Estatal do Rádio, Cinema e Televisão.
- Administração Nacional do Turismo.
- Escritório de Informação do Conselho de Estado.
- Liga da Juventude Comunista Chinesa.
- Conselho da China para Promoção do Comércio Internacional.
- Banco de Desenvolvimento da China.

(Continuação)

- Ministério do Comércio.
- Ministério das Finanças.
- Comitê Central do PCCh, Departamento Internacional.
- Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC).
- Ministério da Educação.
- Ministério de Ciência e Tecnologia.
- Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação.
- Ministério da Terra e Recursos.
- Ministério da Proteção ao Meio Ambiente.
- Ministério dos Transportes.
- Ministério da Agricultura.
- Ministério da Cultura.
- Ministério da Saúde.
- Banco Popular da China (banco central).
- Administração Geral de Aduanas.
- Administração Estatal de Tributação.
- Administração Geral da Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena.
- Administração Estatal do Rádio, Cinema e Televisão.
- Ministério do Comércio.
- Ministério das Finanças.
- Comitê Central do PCCh, Departamento Internacional.
- Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC).
- Ministério da Educação.

(Conclusão)

- Ministério de Ciência e Tecnologia.
- Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação.
- Ministério da Terra e Recursos.
- Ministério da Proteção ao Meio Ambiente.
- Ministério dos Transportes.
- Ministério da Agricultura.
- Ministério da Cultura.
- Ministério da Saúde.
- Banco Popular da China (banco central).
- Administração Geral de Aduanas.
- Administração Estatal de Tributação.
- Administração Geral da Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena.
- Administração Estatal do Rádio, Cinema e Televisão.
- Administração Nacional do Turismo.
- Escritório de Informação do Conselho de Estado.
- Liga da Juventude Comunista Chinesa.
- Conselho da China para Promoção do Comércio Internacional.
- Banco de Desenvolvimento da China.
- Banco de Exportação-Importação da China, China Eximbank.
- Banco da China.
- Governo Popular da Municipalidade de Pequim.
- Fundo de Desenvolvimento China-África.

Fontes: Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC; FOCAC.

Quadro 14 – Institutos Confúcio na África – 2010

País	Cidade	Entidade
África do Sul	Pretória	Universidade de Tshwane
África do Sul	Cidade do Cabo	Universidade da Cidade do Cabo
África do Sul	Stellenbosch	Universidade de Stellenbosch
África do Sul	Grahamstown	Universidade de Rhodes
Benim	Cotonou	Universidade de Abomey-Calavi
Botsuana	Gaborone	Universidade de Botsuana
Camarões	laundê	Universidade de laundê II
Egito	Cairo	Universidade do Cairo
Egito	Ismalia	Universidade do Canal de Suez
Etiópia	Adis Abeba	Ethio-China Polytechnic College
Libéria	Monróvia	Universidade da Libéria
Madagascar	Antananarivo	Universidade de Antananarivo
Marrocos	Rabat	Universidade Mohammed V-Agdal
Nigéria	Lagos	Universidade de Lagos
Nigéria	Awka	Universidade de Nnamdi Azikiwe
Quênia	Nairobi	Universidade de Nairobi
Quênia	Nairobi	Universidade de Kenyatta
Ruanda	Kigali	Instituto de Educação de Kigali
Sudão	Cartum	Universidade de Cartum
Togo	Lomé	Universidade de Lomé
Zâmbia	Lusaca	Universidade da Zâmbia
Zimbábue	Harare	Universidade do Zimbábue

Fonte: Han Ban (*Confucius Institute Headquarters*).

Quadro 15 – Cidades (C) e províncias (P) irmãs – China-África

(Continua)

China:	cidade (C) / prov. (P)	África: cidade (C) / prov. (P)	País africano
1	Henan (P)	Grand-Alger (P)	Argélia
2	Ningxia (P)	Borgu (P)	Benim
3	Tai'an (C)	Francistown (C)	Botswana
4	Nantong (C)	Gaborone (C)	Botswana
5	Hefei (C)	Bujumbura (C)	Burundi
6	Qinghai (P)	Gitega (P)	Burundi
7	Taiyuan (C)	Douala (C)	Camarões
8	Hubei (P)	Southern (P)	Camarões
9	Shenyang (C)	Yaounde (C)	Camarões
10	Jinan (C)	Praia (C)	Cabo Verde
11	Sanya (C)	Sal (C)	Cabo Verde
12	Liuzhou (C)	N'Djamena (C)	Chade
13	Changsha (C)	Brazzaville (C)	Congo
14	Dalian (C)	Pointe-Noire (C)	Congo
15	Ezhou (C)	Abengourou (C)	Costa do Marfim
16	Tianjin (C)	Abidjã (C)	Costa do Marfim
17	Xangai/C	Alexandria (P)	Egito
18	Chongqing (C)	Assuã (C)	Egito
19	Pequim (C)	Cairo (C)	Egito
20	Shaanxi (P)	Cairo (P)	Egito
21	Anhui (P)	Dakahliya (P)	Egito
22	Henan (P)	Faiyum (P)	Egito
23	Ningxia (C)	Faiyum (P)	Egito
24	Gansu (P)	Giza (P)	Egito
25	Suzhou (C)	Ismailia (C)	Egito
26	Liaoning (P)	Ismailia (P)	Egito

(Continuação)

China:	cidade (C) / prov. (P)	África: cidade (C) / prov. (P)	País africano
27	Shenzhen (C)	Luxor (C)	Egito
28	Hainan (P)	South Sinai (P)	Egito
29	Pequim (C)	Adis Abeba (C)	Etiópia
30	Jiangxi (P)	Amhara (Região)	Etiópia
31	Henan (P)	Oromia (P)	Etiópia
32	Wenzhou (C)	Port-Gentil (C)	Gabão
33	Nanning (C)	Banjul (C)	Gâmbia
34	Fuzhou (C)	Mombasa (C)	Quênia
35	Anyang (C)	Nakuru (C)	Quênia
36	Suzhou (C)	Antananarivo (C)	Madagascar
37	Gansu (P)	Tamatave (P)	Madagascar
38	Yunnan (P)	Sikasso (P)	Mali
39	Lanzhou (C)	Nouakchott (C)	Mauritânia
40	Changzhou (C)	Beau-Bassin (C)	Maurício
41	Meixian (C)	Curepipe (C)	Maurício
42	Foshan (C)	Port Louis (C)	Maurício
43	Daqing (C)	Quatre Bornes (C)	Maurício
44	Qingdao (C)	Savanne District (C)	Maurício
45	Nantong (C)	Vacoas-Phoenix (C)	Maurício
46	Hangzhou (C)	Agadir (C)	Marrocos
47	Xangai (C)	Casablanca (C)	Marrocos
48	Ningxia (P)	Chaouia – Ouardigha (P)	Marrocos
49	Kunming (C)	Che-Chaouene (C)	Marrocos
50	Jingdezhen (C)	Safi (C)	Marrocos
51	Hubei (P)	Gaza (P)	Moçambique
52	Xangai (C)	Maputo (C)	Moçambique
53	Wuzhong (C)	Eenhana (C)	Namíbia

(Continuação)

China:	cidade (C) / prov. (P)	África: cidade (C) / prov. (P)	País africano
54	Kunshan (C)	Grootfontein (C)	Namíbia
55	Nantong (C)	Helao Nafidi (C)	Namíbia
56	Zhengzhou (C)	Mariental (C)	Namíbia
57	Maqiao (C)	Okahandja (C)	Namíbia
58	Gansu (P)	Oshikoto (P)	Namíbia
59	Yinchuan (C)	Outapi (C)	Namíbia
60	Lanzhou (C)	Tsumeb (C)	Namíbia
61	Xangai (C)	Windhoek (C)	Namíbia
62	Shandong (P)	Ogun State (C)	Nigéria
63	Meizhou (C)	Vitória (C)	Seicheles
64	Haikou (C)	Vitória (C)	Seicheles
65	Hefei (C)	Freetown (C)	Serra Leoa
66	Ganzhou (C)	Freetown (C)	Serra Leoa
67	Nanjing (C)	Bloemfontein (C)	África do Sul
68	Jincheng (C)	Cacadu District (C)	África do Sul
69	Hangzhou (C)	Cidade do Cabo (C)	África do Sul
70	Cantão (C)	Durban (C)	África do Sul
71	Daqing (C)	East London (C)	África do Sul
72	Zhejiang (P)	Eastern Cape (P)	África do Sul
73	Harbin (C)	Ekurhuleni (C)	África do Sul
74	Jiujiang (C)	Ekurhuleni (C)	África do Sul
75	Jiangsu (P)	Free State (P)	África do Sul
76	Pequim (C)	Gauteng (P)	África do Sul
77	Zhanjiang (C)	ILembe District (C)	África do Sul
78	Xangai (C)	Kwazulu Natal (P)	África do Sul
79	Fujian (P)	Kwazulu-Natal (P)	África do Sul
80	Henan (P)	Limpopo (P)	África do Sul

(Conclusão)

China:	cidade (C) / prov. (P)	África: cidade (C) / prov. (P)	País africano
81	Ningbo (C)	Mandela (C)	África do Sul
82	Wujiang (C)	Mogale (C)	África do Sul
83	Sichuan (P)	Mpumalanga (P)	África do Sul
84	Chongqing (C)	Mpumalanga (P)	África do Sul
85	Baotou (C)	Nelspruit (C)	África do Sul
86	Zibo (C)	Newcastle (C)	África do Sul
87	Nanchang (C)	Newcastle (C)	África do Sul
88	Henan (P)	North West (P)	África do Sul
89	Hunan (P)	Northern Cape (P)	África do Sul
90	Anhui (P)	Northern Province (P)	África do Sul
91	Zhuzhou (C)	Pietermaritzburg (C)	África do Sul
92	Shandong (P)	Western Cape (P)	África do Sul
93	Bozhou (C)	Witzenberg (C)	África do Sul
94	Wuhan (C)	Cartum (C)	Sudão
95	Changzhou (C)	Dar es Salaam (C)	Tanzânia
96	Haikou (C)	Zanzibar (C)	Tanzânia
97	Shenzhen (C)	Lomé (C)	Togo
98	Weihai (C)	Sousse (C)	Tunísia
99	Shandong (P)	Sousse (P)	Tunísia
100	Changsha (C)	Entebbe (C)	Uganda
101	Luzhou (C)	Kabwe (C)	Zâmbia
102	Gansu (P)	Mashonaland West (P)	Zimbábue
103	Hebei (P)	Mashonaland West (P)	Zimbábue

Fonte: *The Chinese-African People's Friendship Association.*



Anexo B

Dados econômicos comerciais

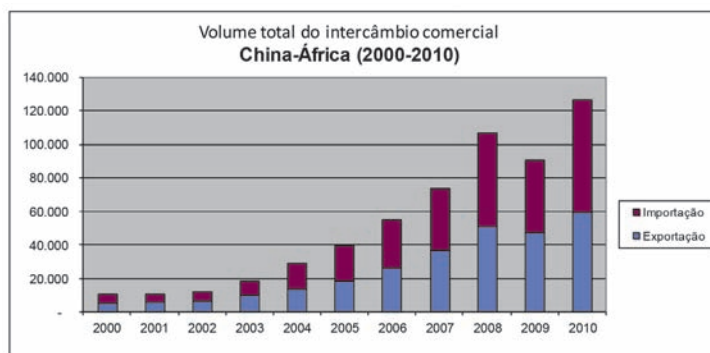
Tabela 1 – Intercâmbio comercial China-África – 2000-2010

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Exportação*	5.057	6.024	6.963	10.200	13.816	18.688	26.706	37.319	50.875	47.746	59.995
Importação*	5.541	4.792	5.427	8.365	15.641	21.114	28.768	36.230	55.883	43.184	66.897
Total*	10.598	10.816	12.390	18.565	29.457	39.802	55.474	73.549	106.759	90.930	126.891
Saldo*	-484	1.232	1.536	1.835	-1.825	-2.426	-2.062	1.089	-5.008	4.562	-6.902

Fonte: Aduana da China.

Nota: * Valores expressos em milhões de dólares americanos.

Gráfico 1 – Intercâmbio comercial China-África – 2000-2010



Fonte: Aduana da China.

Nota: Valores expressos em milhões de dólares americanos.

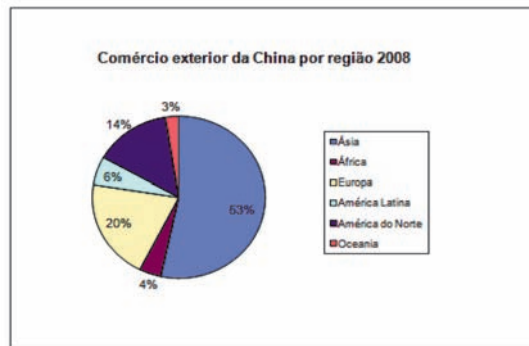
Tabela 2 – Comércio exterior da China por região – 2008

	Mundo	Ásia	África	Europa	América Latina	América do Norte	Oceania
Valor das exportações*	1.428.869	663.418	50.875	342.978	71.519	274.210	25.870
Valor das importações*	1.131.863	703.026	55.883	168.253	71.368	94.311	39.022
Total*	2.560.733	1.366.443	106.759	511.231	142.886	368.521	64.892
Porcentagem	100%	53%	4%	20%	6%	14%	3%

Fonte: Aduana da China.

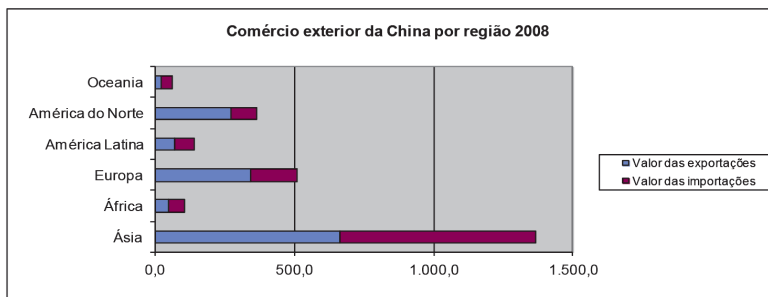
Nota: * Valores expressos em milhões de dólares americanos.

Gráfico 2 – Comércio exterior da China por região – 2008



Fonte: Aduana da China.

Gráfico 3 – Comércio exterior da China por região – 2008



Fonte: Aduana da China.

Nota: Valores expressos em milhões de dólares americanos.

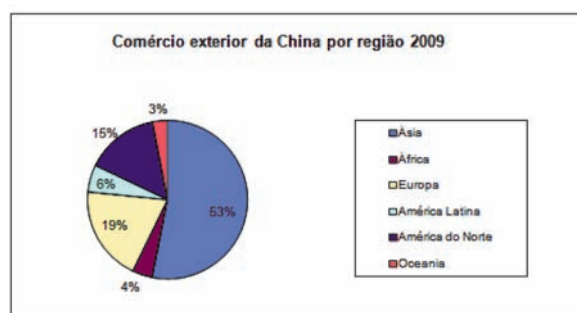
Tabela 3 – Comércio exterior da China por região – 2009

	Mundo	Ásia	África	Europa	América Latina	América do Norte	Oceania
Valor das exportações*	1.202.048	568.890	47.746	264.748	57.069	238.655	24.941
Valor das importações*	1.003.856	602.696	43.184	162.112	64.008	89.445	42.411
Total*	2.205.904	1.171.586	90.930	426.859	121.077	328.100	67.352
Porcentagem	100%	53%	4%	19%	5%	15%	3%

Fonte: Aduana da China.

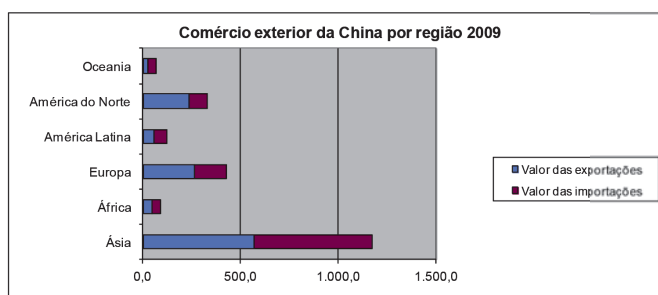
Nota: * Valores expressos em milhões de dólares americanos.

Gráfico 4 – Comércio exterior da China por região – 2009



Fonte: Aduana da China.

Gráfico 5 – Comércio exterior da China por região – 2009



Fonte: Aduana da China.

Nota: Valores expressos em milhões de dólares americanos.

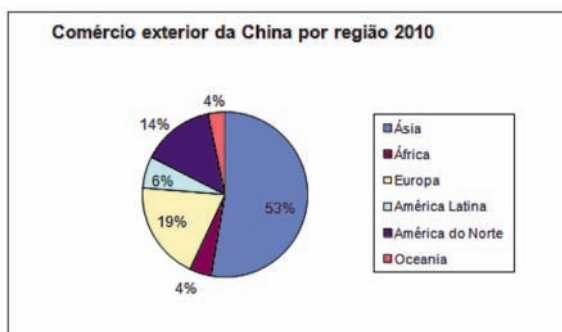
Tabela 4 – Comércio exterior da China por região – 2010

	Mundo	Ásia	África	Europa	América Latina	América do Norte	Oceania
Valor das exportações*	1.578.444	732.354	59.995	355.318	91.814	305.933	33.030
Valor das importações*	1.392.521	834.371	66.897	217.960	91.056	117.007	65.230
Total*	2.970.965	1.566.724	126.891	573.278	182.870	422.940	98.260
Porcentagem	100%	53%	4%	19%	6%	14%	3%

Fonte: Aduana da China.

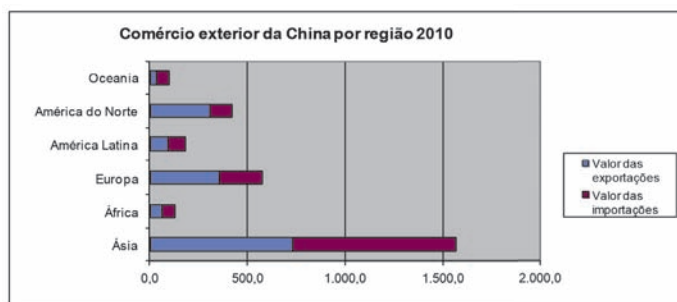
Nota: * Valores expressos em milhões de dólares americanos.

Gráfico 6 – Comércio exterior da China por região – 2010



Fonte: Aduana da China.

Gráfico 7 – Comércio exterior da China por região – 2010



Fonte: Aduana da China.

Nota: Valores expressos em milhões de dólares americanos.

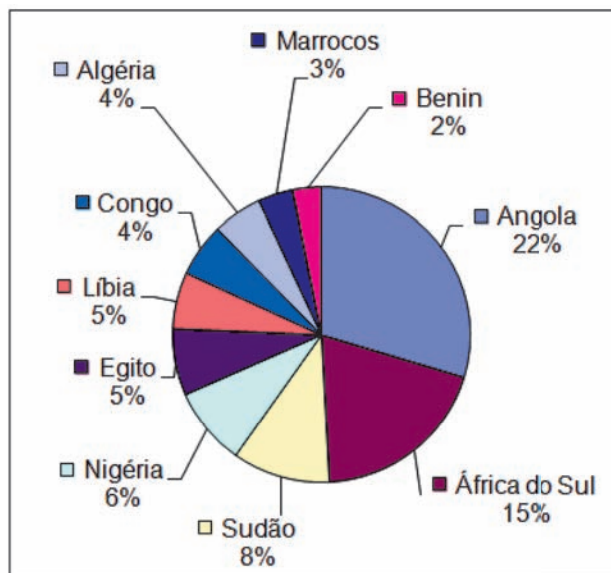
Tabela 5 – Os dez principais parceiros comerciais africanos da China – 2008

Ordem	País	Importação	Exportação	Total	%
1	Angola	2.385,13	17.635,98	20.021,11	22,0%
2	África do Sul	7.364,90	5.850,97	13.215,87	14,5%
3	Sudão	1.855,66	5.342,52	7.198,18	7,9%
4	Nigéria	5.226,69	574,62	5.801,31	6,4%
5	Egito	4.522,21	400,23	4.922,44	5,4%
6	Líbia	1.534,16	2.646,44	4.180,60	4,6%
7	Congo	519,71	3.400,42	3.920,13	4,3%
8	Algéria	2.809,61	841,45	3.651,06	4,0%
9	Marrocos	2.085,79	477,74	2.563,53	2,8%
10	Benin	2.002,46	126,39	2.128,85	2,3%

Fonte: Aduana da China.

Nota: Valores expressos em milhões de dólares americanos.

Gráfico 8 – Os dez principais parceiros comerciais africanos da China – 2009



Fonte: Aduana da China.

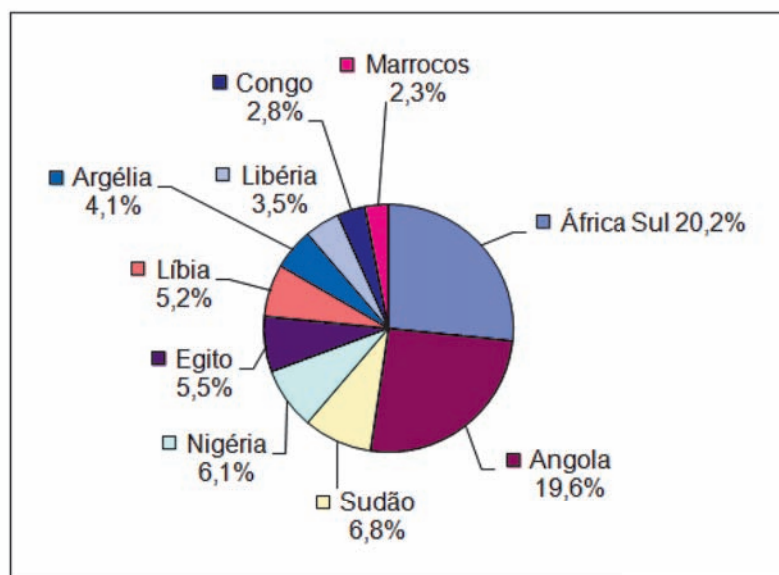
Tabela 6 – Os dez principais parceiros comerciais africanos da China – 2010

Ordem	País	Importação	Exportação	Total	%
1	África Sul	10.808,86	14.824,36	25.633,22	20,2%
2	Angola	2.004,06	22.809,92	24.813,97	19,6%
3	Sudão	1.955,45	6.654,05	8.609,49	6,8%
4	Nigéria	6.700,30	1.068,47	7.768,77	6,1%
5	Egito	6.041,25	917,69	6.958,94	5,5%
6	Líbia	2.061,42	4.505,63	6.567,05	5,2%
7	Argélia	3.999,12	1.174,27	5.173,38	4,1%
8	Libéria	4.386,32	22,72	4.409,04	3,5%
9	Congo	353,64	3.154,69	3.508,33	2,8%
10	Marrocos	2.484,89	449,76	2.934,65	2,3%

Fonte: Aduana da China.

Nota: Valores expressos em milhões de dólares americanos.

Gráfico 9 – Os dez principais parceiros comerciais africanos da China – 2010



Fonte: Aduana da China.

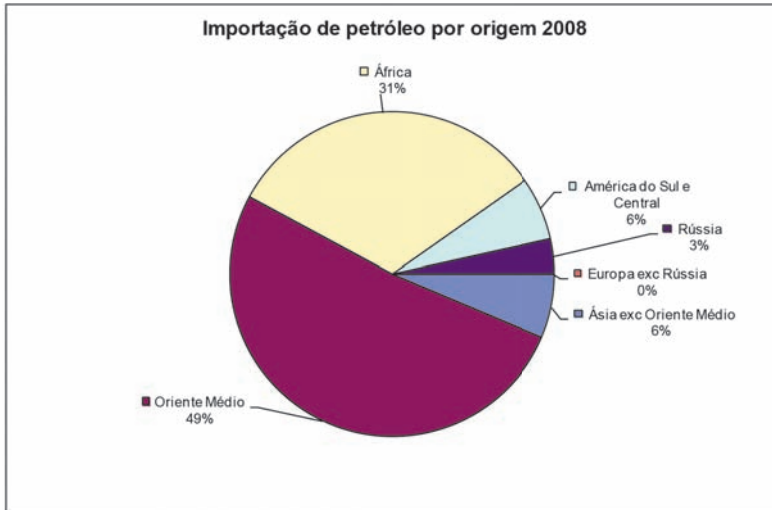
Tabela 7 – Importação de petróleo por origem – 2008-2010

Região	Valores*			% Parcela		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Mundo	104.875,31	58.367,48	134.935,82	100%	100%	100%
Ásia	58.238,94	32.855,02	73.364,51	56%	56%	54%
Ásia exc Oriente Médio	6.388,48	3.796,38	8.974,38	6%	7%	7%
Oriente Médio	51.850,46	29.058,64	64.390,13	49%	50%	48%
África	32.560,22	17.039,59	40.370,97	31%	29%	30%
América do Sul e Central	6.318,40	3.084,50	10.344,80	6%	5%	8%
Rússia	3.502,25	1.620,13	5.624,62	3%	3%	4%
Europa exc Rússia	0	64,61	286,43	0%	0%	0%

Fonte: Aduana da China.

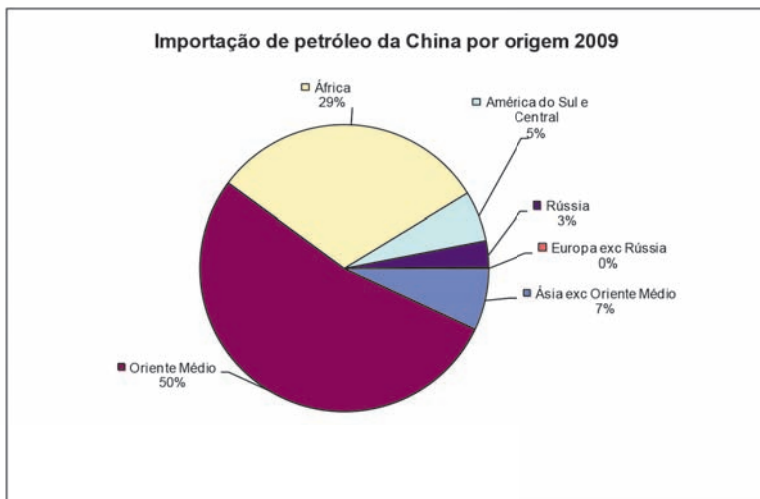
Nota: * Valores expressos em milhões de dólares americanos.

Gráfico 10 – Importação de petróleo por origem – 2008



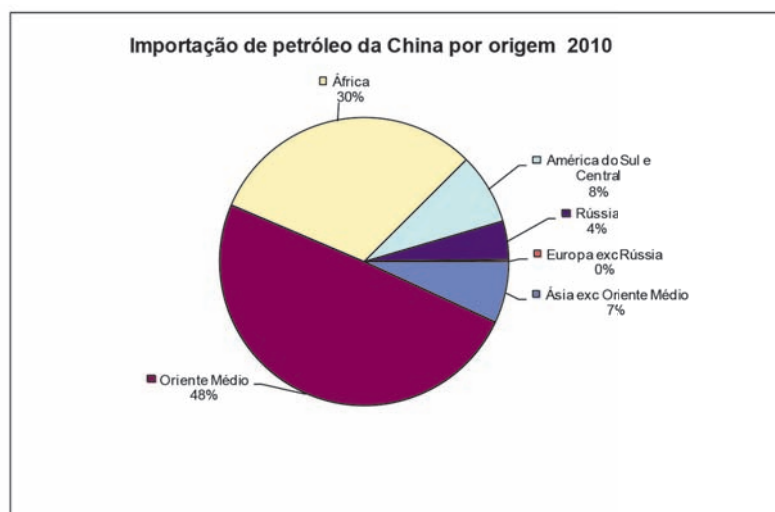
Fonte: Aduana da China.

Gráfico 11 – Importação de petróleo da China por origem – 2009



Fonte: Aduana da China.

Gráfico 12 – Importação de petróleo da China por origem – 2010



Fonte: Aduana da China.

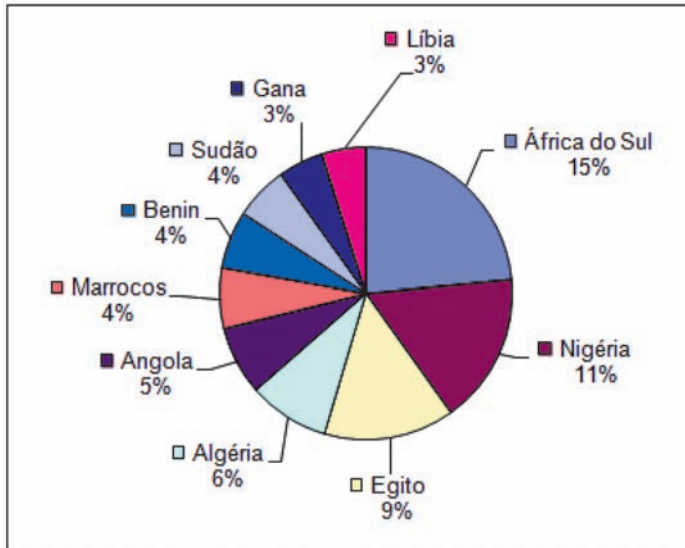
Tabela 8 – Os dez países africanos que mais importaram da China – 2009

Ordem	País	Valor*	%
1	África do Sul	7.364,90	15,43%
2	Nigéria	5.226,69	10,95%
3	Egito	4.522,21	9,47%
4	Algéria	2.809,61	5,88%
5	Angola	2.385,13	5,00%
6	Marrocos	2.085,79	4,37%
7	Benin	2.002,46	4,19%
8	Sudão	1.855,66	3,89%
9	Gana	1.569,24	3,29%
10	Líbia	1.534,16	3,21%

Fonte: Aduana da China.

Nota: * Valores expressos em milhões de dólares americanos.

Gráfico 13 – Os dez países africanos que mais importaram da China – 2009



Fonte: Aduana da China.

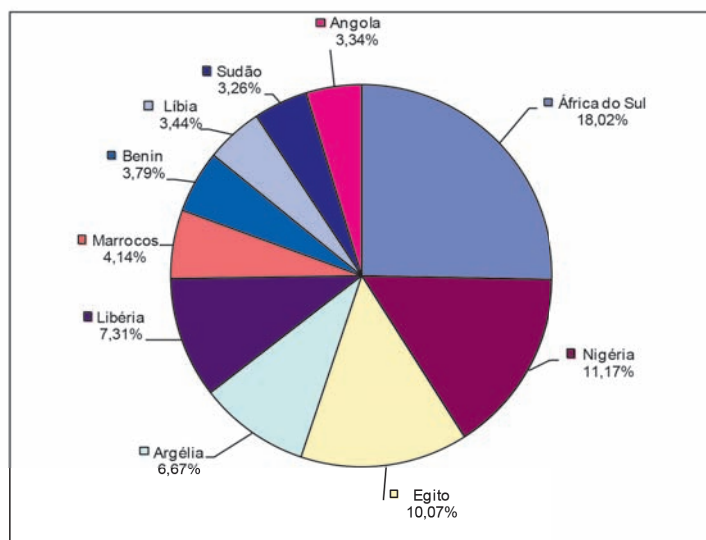
Tabela 9 – Os dez países africanos que mais importaram da China – 2010

Ordem	País	Valor*	%
1	África do Sul	10.808,86	18,02%
2	Nigéria	6.700,30	11,17%
3	Egito	6.041,25	10,07%
4	Argélia	3.999,12	6,67%
5	Libéria	4.386,32	7,31%
6	Marrocos	2.484,89	4,14%
7	Benin	2.273,22	3,79%
8	Líbia	2.061,42	3,44%
9	Sudão	1.955,45	3,26%
10	Angola	2.004,06	3,34%

Fonte: Aduana da China.

Nota: * Valores expressos em milhões de dólares americanos.

Gráfico 14 – Os dez países africanos que mais importaram da China – 2010



Fonte: Aduana da China.

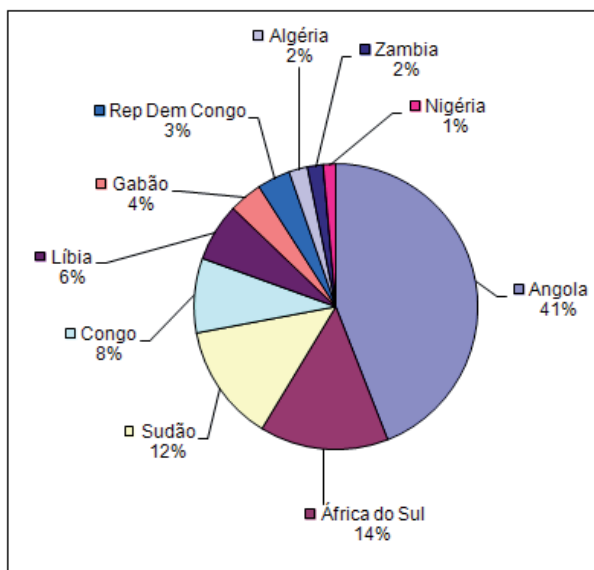
Tabela 10 – Os dez países africanos que mais exportaram para a China – 2009

Ordem	País	Valor*	%
1	Angola	17.635,98	40,84%
2	África do Sul	5.850,97	13,55%
3	Sudão	5.342,52	12,37%
4	Congo	3.400,42	7,87%
5	Líbia	2.646,44	6,13%
6	Gabão	1.515,23	3,51%
7	Rep. Dem. do Congo	1.501,99	3,48%
8	Argélia	841,45	1,95%
9	Zâmbia	712,82	1,65%
10	Nigéria	574,62	1,33%

Fonte: Aduana da China.

Nota: * Valores expressos em milhões de dólares americanos.

Gráfico 15 – Os dez países africanos que mais exportaram para a China – 2009



Fonte: Aduana da China.

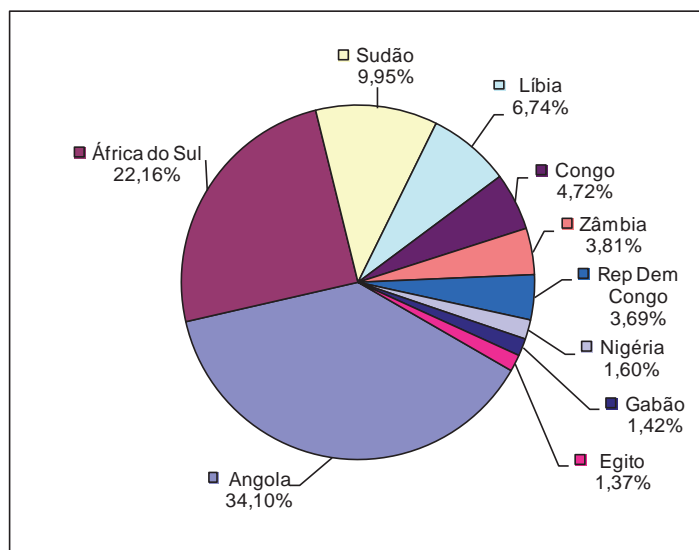
Tabela 11 – Os dez países africanos que mais exportaram para a China – 2010

Ordem	País	Valor*	%
1	Angola	22.809,92	34,10%
2	África do Sul	14.824,36	22,16%
3	Sudão	6.654,05	9,95%
4	Líbia	4.505,63	6,74%
5	Congo	3.154,69	4,72%
6	Zâmbia	2.549,22	3,81%
7	Rep. Dem. do Congo	2.466,35	3,69%
8	Nigéria	1.068,47	1,60%
9	Gabão	952,38	1,42%
10	Egito	917,69	1,37%

Fonte: Aduana da China.

Nota: * Valores expressos em milhões de dólares americanos.

Gráfico 16 – Os dez países africanos que mais exportaram para a China – 2010



Fonte: Aduana da China.

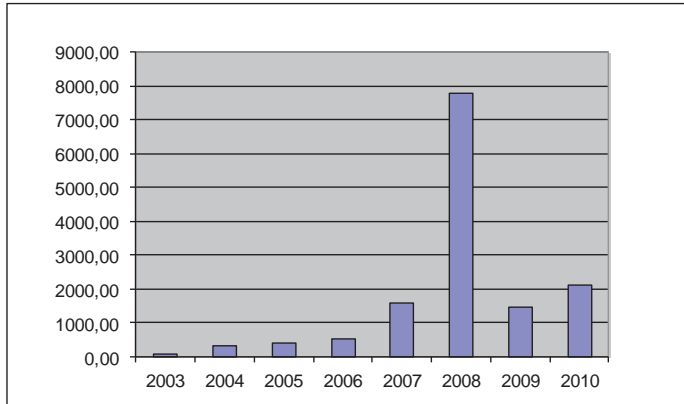
Tabela 12 – Investimento chinês na África – 2003-2010

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Valor*	74,81	317,43	391,68	519,85	1574,31	7790,55	1438,87	2111,99

Fonte: Ministério do Comércio da China (MOFCOM).

Nota: * Valores expressos em milhões de dólares americanos.

Gráfico 17 – Os dez países africanos que mais exportaram para a China – 2010



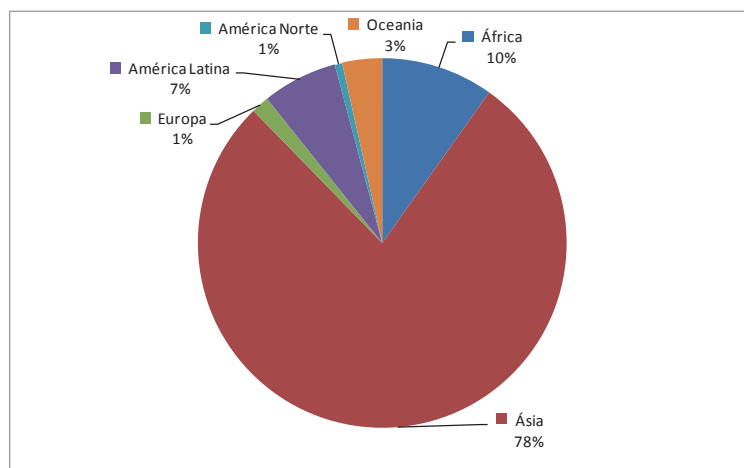
Fonte: Ministério do Comércio da China (MOFCOM).

Tabela 13 – Investimentos chineses no exterior IEE – 2008-2010

	África	Ásia	Europa	América Latina	América Norte	Oceania
2008	5.490,550	43.547,500	875,790	3.677,250	364,210	1.951,870
2009	1.438,870	40.407,590	3.352,720	7.327,900	1.521,930	2.479,980
2010	2.111,990	44.890,460	6.760,190	10.538,270	2.621,440	1.888,960

Fonte: Ministério do Comércio da China (MOFCOM).

Nota: Valores expressos em milhões de dólares americanos.

Gráfico 18 – Investimentos chineses no exterior IEE – 2008-2010

Fonte: Ministério do Comércio da China (MOFCOM).

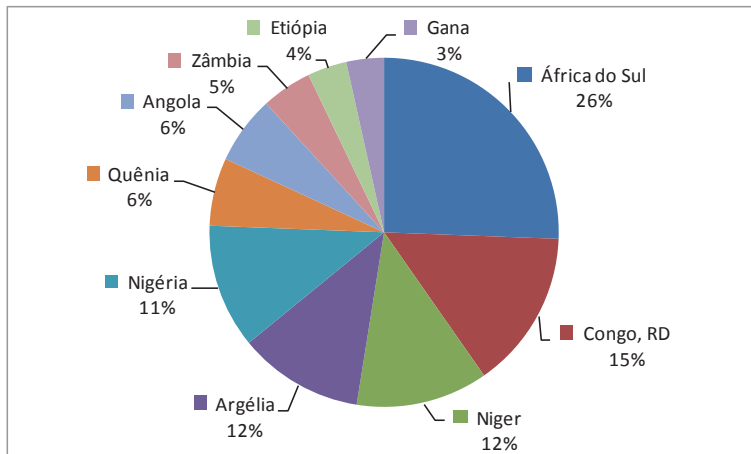
Tabela 14 – Investimentos chineses na África – Dez principais países receptores – 2010

País	Valor*
1. África do Sul	411,170
2. Congo, RD	236,190
3. Níger	196,250
4. Argélia	186,000
5. Nigéria	184,890
6. Quênia	101,220
7. Angola	101,110
8. Zâmbia	75,050
9. Etiópia	58,530
10. Gana	55,980

Fonte: Ministério do Comércio da China (MOFCOM).

Nota: * Valores expressos em milhões de dólares americanos.

Gráfico 19 – Investimentos chineses na África – Dez principais países receptores – 2010



Fonte: Ministério do Comércio da China (MOFCOM).

Tabela 15 – Intercâmbio comercial China-Países membros do Foro de Macau – 2000-2010

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
China-Angola											
Exportação	34	46	61	146	193	373	894	1.241	2.931	2.385	2.004
Importação	1.843	722	1.087	2.205	4.718	6.581	10.931	12.885	22.370	14.661	22.809
Saldo	-1.809	-676	-1.026	-2.059	-4.524	-6.208	-10.037	-11.644	-19.439	-12.276	-20.805
China-Brasil											
Exportação	1.224	1.351	1.466	2.146	3.675	4.828	7.380	11.372	18.750	14.126	24.465
Importação	1.621	2.347	3.003	5.846	8.656	9.990	12.920	18.333	29.747	28.311	38.038
Saldo	-398	-996	-1.537	-3.700	-4.981	-5.162	-5.540	-6.961	-10.996	-14.185	-13.573
China-Cabo Verde											
Exportação	5,2	2,2	1,8	2,6	2,7	5,2	10,1	14,7	13,5	35,6	34,3
Importação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo	5,2	2,2	1,8	2,6	2,7	5,2	10,1	14,7	13,5	35,6	34,3
China-Guiné Bissau											
Exportação	4,7	8,3	4,5	12,4	6,0	5,8	5,7	6,9	6,1	23,2	9,4
Importação	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	1,2	1,6	3,9
Saldo	4,5	8,3	4,5	12,4	6,0	5,8	5,7	6,7	4,9	21,6	5,5
China-Portugal											
Exportação	261	261	301	406	588	914	1.360	1.825	2.303	1.922	2.514
Importação	47	72	83	195	281	324	354	394	388	478	754
Saldo	214	189	218	212	307	590	1.006	1.431	1.916	1.444	1.760
China-Moçambique											
Exportação	25	22	26	45	75	91	128	160	288	339	497
Importação	9	11	23	27	44	74	80	124	134	178	201
Saldo	16	11	3	18	31	18	48	37	154	161	295
China-Tímor Leste											
Exportação	0,0	0,0	0,0	1,1	1,7	1,3	5,8	9,5	9,1	23,2	42,8
Importação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,0	0,0	0,1	0,0	7,2
Saldo	0,0	0,0	0,0	1,1	1,7	1,3	-5,2	9,4	9,0	23,2	35,6

Fonte: Aduana da China.

Nota: Valores expressos em milhões de dólares americanos.



Lista das Teses de CAE publicadas pela FUNAG

- 1. Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro**
O Brasil e o novo Direito do Mar: mar territorial e a zona econômica exclusiva (1989)
- 2. Luiz Henrique Pereira da Fonseca**
Organização Marítima Internacional (IMO). Visão política de um organismo especializado das Nações (1989)
- 3. Valdemar Carneiro Leão Neto**
A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1943). Contornos diplomáticos (1990)
- 4. Synesio Sampaio Goes Filho**
Navegantes, bandeirantes, diplomatas: aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia (1991)
- 5. José Antonio de Castello Branco de Macedo Soares**
História e informação diplomática: tópicos de historiografia, filosofia da história e metodologia de interesse para a informação diplomática (1992)

6. Pedro Motta Pinto Coelho

Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado (1992)

7. Adhemar Gabriel Bahadian

A tentativa do controle do poder econômico nas Nações Unidas – estudo do conjunto de regras e princípios para o controle das práticas comerciais restritivas (1992)

8. Regis Percy Arslanian

O recurso à Seção 301 da legislação de comércio norte-americana e a aplicação de seus dispositivos contra o Brasil (1993)

9. João Almino de Souza Filho

Naturezas mortas. A filosofia política do ecologismo (1993)

10. Clodoaldo Hugueney Filho

A Conferência de Lancaster House: da Rodésia ao Zimbábue (1993)

11. Maria Stela Pompeu Brasil Frota

Proteção de patentes de produtos farmacêuticos: o caso brasileiro (1993)

12. Renato Xavier

O gerenciamento costeiro no Brasil e a cooperação internacional (1994)

13. Georges Lamazière

Ordem, hegemonia e transgressão: a resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM) e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa (1998)

14. Antonio de Aguiar Patriota

O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva (1998)

- 15. Leonilda Beatriz Campos Gonçalves Alves Corrêa**
Comércio e meio ambiente: atuação diplomática brasileira em relação ao Selo Verde (1998)
- 16. Afonso José Sena Cardoso**
O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas (1998)
- 17. Irene Pessoa de Lima Câmara**
Em nome da democracia: a OEA e a crise haitiana 1991-1994 (1998)
- 18. Ricardo Neiva Tavares**
As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas (1999)
- 19. Miguel Darcy de Oliveira**
Cidadania e globalização – a política externa brasileira frente à emergência das ONGs como novos atores internacionais (1999)
- 20. Fernando Simas Magalhães**
Cúpula das Américas de 1994: papel negociador do Brasil, em busca de uma agenda hemisférica (1999)
- 21. Ernesto Otto Rubarth**
A diplomacia brasileira e os temas sociais: o caso da saúde (1999)
- 22. Enio Cordeiro**
Política indigenista brasileira e programa internacional dos direitos das populações indígenas (1999)
- 23. Fernando Paulo de Mello Barreto Filho**
O tratamento nacional de investimentos estrangeiros (1999)
- 24. Denis Fontes de Souza Pinto**
OCDE: uma visão brasileira (2000)

- 25. Francisco Mauro Brasil de Holanda**
O gás no Mercosul: uma perspectiva brasileira (2001)
- 26. João Solano Carneiro da Cunha**
A questão de Timor Leste: origens e evolução (2001)
- 27. João Mendonça Lima Neto**
Promoção do Brasil como destino turístico (2002)
- 28. Sérgio Eduardo Moreira Lima**
Privilégios e imunidades diplomáticos (2002)
- 29. Appio Cláudio Muniz Acquarone**
Tratados de extradição: construção, atualidade e projeção do relacionamento bilateral brasileiro (2003)
- 30. Susan Kleebank**
Cooperação judiciária por via diplomática: avaliação e propostas de atualização do quadro normativo (2004)
- 31. Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura**
O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas (2005)
- 32. Paulo Estivallet de Mesquita**
Multifuncionalidade e preocupações não-comerciais: implicações para as negociações agrícolas na OMC (2005)
- 33. Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo**
Bolívia: a criação de um novo país (2006)
- 34. Maria Clara Duclos Carisio**
A política agrícola comum e seus efeitos para o Brasil (2006)
- 35. Eliana Zugaib**
A Hidrovia Paraguai-Paraná (2006)

- 36. André Aranha Corrêa do Lago**
Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas (2007)
- 37. João Pedro Corrêa Costa**
De decasségui a emigrante (2007)
- 38. George Torquato Firmeza**
Brasileiros no exterior (2007)
- 39. Alexandre Guido Lopes Parola**
A ordem injusta (2007)
- 40. Maria Nazareth Farani de Azevedo**
A OMC e a reforma agrícola (2007)
- 41. Ernesto Henrique Fraga Araújo**
O Mercosul: negociações extra-regionais (2008)
- 42. João André Lima**
A Harmonização do Direito Privado (2008)
- 43. João Alfredo dos Anjos Júnior**
José Bonifácio, primeiro Chanceler do Brasil (2008)
- 44. Douglas Wanderley de Vasconcellos**
Esporte, poder e Relações Internacionais (2008)
- 45. Silvio José Albuquerque e Silva**
Combate ao racismo (2008)
- 46. Ruy Pacheco de Azevedo Amaral**
O Brasil na França (2008)

47. Márcia Maro da Silva

Independência de Angola (2008)

48. João Genésio de Almeida Filho

O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS): análise e perspectivas (2009)

49. Paulo Fernando Dias Feres

Os biocombustíveis na matriz energética alemã: possibilidades de cooperação com o Brasil (2010)

50. Gilda Motta Santos Neves

Comissão das Nações Unidas para Consolidação da Paz – perspectiva brasileira (2010)

51. Alessandro Warley Candeas

Integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na visão do outro (2010)

52. Eduardo Uziel

O Conselho de Segurança e a inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas (2010)

53. Márcio Fagundes do Nascimento

A privatização do emprego da força por atores não-estatais no âmbito multilateral (2010)

54. Adriano Silva Pucci

O estatuto da fronteira Brasil – Uruguai (2010)

55. Mauricio Carvalho Lyrio

A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos (2010)

- 56. Carlos Alfonso Iglesias Puente**
A cooperação técnica horizontal como instrumento da política externa: a evolução da Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005 (2010)
- 57. Rodrigo d’Araujo Gabsch**
Aprovação interna de tratados internacionais pelo Brasil (2010)
- 58. Michel Arslanian Neto**
A liberalização do comércio de serviços do Mercosul (2010)
- 59. Gisela Maria Figueiredo Padovan**
Diplomacia e uso da força: os painéis do Iraque (2010)
- 60. Oswaldo Biato Júnior**
A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (2010)
- 61. Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes**
A política externa do Governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia (2010)
- 62. Sarquis J. B. Sarquis**
Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil (2011)
- 63. Neil Giovanni Paiva Benevides**
Relações Brasil-Estados Unidos no setor de energia: do Mecanismo de Consultas sobre Cooperação Energética ao Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis (2003-2007). Desafios para a construção de uma parceria energética (2011)
- 64. Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos**
A arquitetura de paz e segurança africana (2011)

65. Rodrigo de Azeredo Santos

A criação do Fundo de Garantia do Mercosul: vantagens e proposta (2011)

66. José Estanislau do Amaral

Usos da história: a diplomacia contemporânea dos Estados Bálticos. Subsídios para a política externa brasileira (2011)

67. Everton Frask Lucero

Governança da internet: aspectos da formação de um regime global e oportunidades para a ação diplomática (2011)

68. Rafael de Mello Vidal

A inserção de micro, pequenas e médias empresas no processo negociador do Mercosul (2011)

69. Bruno Luiz dos Santos Cobuccio

A irradiação empresarial espanhola na América Latina: um novo fator de prestígio e influência (2011)

70. Pedro Escosteguy Cardoso

A nova arquitetura africana de paz e segurança: implicações para o multilateralismo e para as relações do Brasil com a África (2011)

71. Ricardo Luís Pires Ribeiro da Silva

A nova rota da seda: caminhos para presença brasileira na Ásia Central (2011)

72. Ibrahim Abdul Hak Neto

Armas de destruição em massa no século XXI: novas regras para um velho jogo. O paradigma da iniciativa de segurança contra a proliferação (PSI) (2011)

- 73. Paulo Roberto Ribeiro Guimarães**
Brasil – Noruega: construção de parcerias em áreas de importância estratégica (2011)
- 74. Antonio Augusto Martins Cesar**
Dez anos do processo de Kimberley: elementos, experiências adquiridas e perspectivas para fundamentar a atuação diplomática brasileira (2011)
- 75. Ademar Seabra da Cruz Junior**
Diplomacia, desenvolvimento e sistemas nacionais de inovação: estudo comparado entre Brasil, China e Reino Unido (2011)
- 76. Alexandre Peña Ghisleni**
Direitos Humanos e Segurança Internacional: o tratamento dos temas de Direitos Humanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas (2011)
- 77. Ana Maria Bierrenbach**
O conceito de responsabilidade de proteger e o Direito Internacional Humanitário (2011)
- 78. Fernando Pimentel**
O fim da era do petróleo e a mudança do paradigma energético mundial: perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira (2011)
- 79. Luiz Eduardo Pedroso**
O recente fenômeno imigratório de nacionais brasileiros na Bélgica (2011)
- 80. Miguel Gustavo de Paiva Torres**
O Visconde do Uruguai e sua atuação diplomática para a consolidação da política externa do Império (2011)

81. Maria Theresa Diniz Forster

Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil: o legado de um pioneiro e sua relevância atual para a diplomacia brasileira (2011)

82. Fábio Mendes Marzano

Políticas de inovação no Brasil e nos Estados Unidos: a busca da competitividade – oportunidades para a ação diplomática (2011)

83. Breno Hermann

Soberania, não-intervenção e não-indiferença: reflexões sobre o discurso diplomático brasileiro (2011)

84. Elio de Almeida Cardoso

Tribunal Penal Internacional: conceitos, realidades e implicações para o Brasil (2012)

85. Maria Feliciano Nunes Ortigão de Sampaio

O Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT): perspectivas para sua entrada em vigor e para a atuação diplomática brasileira (2012)

86. André Heráclio do Rêgo

Os sertões e os desertos: o combate à desertificação e a política externa brasileira (2012)

87. Felipe Costi Santarosa

Rivalidade e integração nas relações chileno-peruanas: implicações para a política externa brasileira na América do Sul (2012)

88. Emerson Coraiola Kloss

Transformação do etanol em commodity: perspectivas para uma ação diplomática brasileira (2012)

89. Elias Antônio de Luna e Almeida Santos

Investidores soberanos: implicações para a política internacional e os interesses brasileiros (2013)

- 90. Luiza Lopes da Silva**
A questão das drogas nas Relações Internacionais: uma perspectiva brasileira (2013)
- 91. Guilherme Frazão Conduru**
O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização (2013)
- 92. Luiz Maria Pio Corrêa**
O Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI): organizações internacionais e crime transnacional (2013)
- 93. André Chermont de Lima**
Copa da cultura: o campeonato mundial de futebol como instrumento para a promoção da cultura brasileira no exterior (2013)
- 94. Marcelo P. S. Câmara**
A política externa alemã na República de Berlim: de Gerhard Schröder a Angela Merkel (2013)
- 95. Ana Patrícia Neves Tanaka Abdul-Hak**
O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): Objetivos e interesses do Brasil (2013)





Formato	15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica	12 x 18,3cm
Papel	pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes	Frutiger 55 Roman 16/18 (títulos), Chaparral Pro 12/16 (textos)

Potência em ascensão, a China vem implementando uma nova estratégia de relacionamento com a África ao longo dos últimos quinze anos. A partir de uma intensa agenda político-diplomática, o país asiático vem fortalecendo laços com os países africanos, no âmbito bilateral e em esferas multilaterais. Entre os resultados mais concretos desse movimento, estão um expressivo crescimento de investimentos chineses na África e uma rápida expansão comercial entre as partes. Esse novo conjunto de relações vem a reforçar a construção da China como potência global, além de atender seus objetivos econômicos de suprimento de matérias-primas e energia e abertura de mercados para seus produtos. A África, por sua vez, conta com atraente alternativa em termos de parcerias, colocando-se em melhor posição para participar da economia internacional. É nesse quadro de novas interações que se abrem oportunidades e desafios para as relações do Brasil tanto com a China, com a qual mantém parceria estratégica global, quanto com a África, continente com o qual o País busca crescente aproximação.



INSTITUTO RIO BRANCO



FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

www.funag.gov.br